

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

ENIO AUGUSTO DOS SANTOS CARDOSO

**MÍDIA E CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS: UMA ANÁLISE
DO BRASIL DE 2014 A 2018**

PORTO ALEGRE

2021

Enio Augusto dos Santos Cardoso

MÍDIA E CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS: UMA ANÁLISE DO
BRASIL DE 2014 A 2018

Tese defendida para a obtenção do título de Doutor
em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Cardoso, Enio Augusto dos Santos
Mídia e confiança nas instituições democráticas:
uma análise do Brasil de 2014 a 2018 / Enio Augusto
dos Santos Cardoso. -- 2021.
238 f.
Orientador: Rodrigo Stumpf González.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. mídia. 2. democracia. 3. confiança. 4.
instituições. 5. Brasil. I. González, Rodrigo Stumpf,
orient. II. Título.

Enio Augusto dos Santos Cardoso

MÍDIA E CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS: UMA ANÁLISE DO
BRASIL DE 2014 A 2018

Tese defendida para a obtenção do título de Doutor
em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González

Data de aprovação:

Professora Dra. Jennifer Azambuja – PPGCP/UFRGS

Professor Dr. Juarez Rocha Guimarães – PPGCP/UFGM

Professora Dra. Eliara Santana Ferreira – CLE/Unicamp

AGRADECIMENTOS

Concluir um programa de doutorado, em uma universidade com a qualidade da UFRGS, não se constitui numa tarefa fácil, e o produto final, pelo menos neste caso específico, está muito longe de ser o resultado da genialidade individual do autor. Ao contrário, esta tese que hoje se encerra, é o resultado de uma construção coletiva cujo processo teve início quase 58 anos atrás. Portanto, as razões para agradecimento são infinitas. Aqui vou mencionar apenas algumas, as quais considero representativas de todo o contexto que me construiu enquanto pessoa e me trouxe até aqui.

Eu sou o penúltimo de treze filhos de trabalhadores rurais, os quais, em meados da década de 70, tiveram que abandonar o campo rumo a uma grande área urbana, pois 20 hectares de terra, em Encruzilhada do Sul, não seriam suficientes para alimentar uma família de quinze membros. Aquele foi um período de intensa mecanização da produção agrícola, promovida pelos governos do golpe militar de 1964, o que ocasionou um considerável aumento na já grande concentração da propriedade da terra e, por conseguinte, um enorme desemprego no campo. Como consequência lógica de os trabalhadores rurais não terem como sobreviver nas áreas rurais, naquele período, ocorreu o maior êxodo rural da nossa história, que, por sua vez, fez crescer de forma brutal os cinturões de miséria ao redor das grandes cidades brasileiras, chamados favelas. São Leopoldo, na grande Porto Alegre, foi o destino de quase todos da minha família. Chegamos e imediatamente fui matriculado, com 11 anos de idade, em uma escola pública para cursar o ensino fundamental, que ainda estava incompleto, coisa que minhas irmãs e irmãos mais velhos jamais tiveram a oportunidade de fazer. Eles se sacrificaram para que eu e meu irmão mais jovem pudéssemos ter a educação formal que eles não puderam ter. Portanto, o primeiro, mais profundo e mais importante agradecimento a ser feito neste momento, é a Vitalino dos Santos Cardoso, meu pai, Eva Cardoso dos Santos, minha mãe, e meus onze irmãos e irmãs mais velhos, pois foram eles que prepararam a estrutura necessária para que eu pudesse iniciar minha formação. Eu sinto um grande orgulho e me considero um privilegiado por ter nascido e crescido como membro dessa família de heróis de verdade, de carne e osso, forjados pelas dificuldades de sobreviver no ambiente hostil da cidade depois de terem nascido e crescido no campo. Vocês fizeram toda a diferença na minha vida. Sem qualquer dúvida, vocês são os grandes responsáveis por eu ter chegado até aqui.

Desde os cinco anos de idade, ainda em Encruzilhada do Sul, o meu grande sonho era ser um atleta profissional de futebol. A escolinha da Sociedade Esportiva Avaí, em São Leopoldo, foi o meu primeiro passo nesse sentido, aos 13 anos. Aos 14, me transferi para o

Clube Esportivo Aimoré. Aos 15 anos, consegui meu primeiro emprego em uma grande fábrica de calçados, onde trabalhava das 6 da manhã às 14 horas. Depois do trabalho me dirigia aos treinos no estádio Cristo Rei e durante a noite estudava. Aquele foi um período sobremaneira difícil para mim, mas eu também fui um privilegiado neste sentido. Eu contava, na verdade, com três diferentes famílias como suporte. Eu tinha a minha família biológica como estrutura sólida, em que minha mãe se levantava às 4:30 da manhã, todos os dias, para preparar o meu café, pois às 5h eu pegava o ônibus para o trabalho; mas eu contava com mais dois grupos como suporte extra: a família do Osvaldo, Eduardo, Elizete (Nega) e Oriovaldo Riella, filhos da dona Amélia e do Carlinhos, assim como a família do Daniel (Sapão), Denilson, Dagoberto e Débora, filhos da Dona Teolides. Essas pessoas foram os principais suportes quando a vida ocasionou as minhas primeiras e mais importantes perdas. Eles me ampararam quando meu pai e minha mãe faleceram, em 1984 e 1988, respectivamente. Sem vocês, eu não sei como teria suportado aqueles momentos.

O Clube Esportivo Aimoré foi onde ocorreu a minha socialização, foi onde me tornei um atleta profissional de futebol – como sonhara desde criança –, foi onde eu aprendi que decisões políticas (nos seus mais diversos níveis) afetam todos os aspectos de uma sociedade. A partir dali passei a conviver com pessoas que influenciaram de forma profunda e definitiva a minha formação. Eu gostaria de agradecer muito a generosidade e os ensinamentos que recebi do seu Djalma Melo, as reprimendas enérgicas e a sabedoria para a vida do Juarez Cunha, a determinação, autenticidade e sinceridade do grande João Becker e do Felipe, seu filho. Dos atletas, eu vou mencionar aqueles com os quais eu estabeleci uma relação que perdura até hoje e são alguns dos meus irmãos por escolha. São eles: o Elias Andrade (parceiro nos inesquecíveis shows dos Cascaveletes, TNT, Ira e Plebe Rude, e hoje nas lutas políticas), Silvio Larssen, Júlio Bitencourt, Fabiano Haubert, Leandro Hartmann, Jorge Trelha e o Marcos Ughi. Certamente a lista poderia ser muito maior, mas não é possível mencionar todos. Sofremos muito, é verdade, mas também nos divertimos muito juntos.

No entanto, de todas as pessoas com as quais eu convivi no futebol, a que mais impactou a minha vida se chama Nei Souza, meu técnico nos juniores do Aimoré e, depois, em outras equipes amadoras. Um grande amigo. A ele eu devo e agradeço toda a paciência, o suporte material, psicológico, além da orientação para a vida, já que a teimosia sempre foi uma característica marcante da minha personalidade, ou um mecanismo de autodefesa e preservação, o que tornava muito mais difícil entender qualquer problema que estivesse acontecendo comigo. Mas o Nei sempre tinha a maneira certa de dizer algo que pudesse contribuir para resolver os problemas, ou amenizar as minhas angústias e medos, mesmo que, na maioria das vezes, pelos

escudos protetores que eu posicionava ao meu redor, ele nem soubesse o que estava efetivamente acontecendo. Muito obrigado, Neizão e família, por terem me acolhido.

Mais na contemporaneidade e como um ativista político, eu conheci o grande Sylvio Nogueira, fundador nacional do PT, a pessoa mais generosa e gentil que já pisou no planeta Terra. O Sylvio hoje, aos 84 anos, é um eterno e incansável rebelde, sempre disposto a fazer qualquer tipo de sacrifício ou enfrentamento pelas pessoas que ama e pelas causas sociais. Nenhuma palavra ou ato seriam suficientes para agradecer e retribuir o que tu fizeste por mim, Sylvio Nogueira. Neste período, conheci também João Renato, o gordinho que era capaz de nos divertir com duas ou três palavras, que somente ele tinha a capacidade de tornar engraçadas. Foi ele quem me proporcionou o paraíso em meio a natureza onde vivo hoje. Conheci Luís Roberto (Idi), que, a sua maneira, marcou de forma profunda a minha vida e jamais será esquecido. Conheci o Carlos Doyle (Caio), mais um daqueles irmãos que a gente escolhe e felizmente permanecem em nossas vidas para sempre. Conheci a Sandra Maria Costa, uma amiga incansável e dedicada, que jamais disse um “não posso” nas incontáveis vezes em que bati à sua porta. Conheci o Seu Jari e a Dona Floreni, pessoas maravilhosas que juntamente com a Sandra, a Alessandra, o Rafael, a Rayane e o Caio, cuidaram do João Renato enquanto eu estava estudando nos Estados Unidos. Por último, conheci o José Souza e o Fernando Marquezoti, outras daquelas almas leves que entram nas nossas vidas para ensinar o quanto viver pode ser prazeroso e descomplicado. O que todas essas pessoas fizeram por mim, mesmo que eu pudesse viver 100 vidas, não seria o suficiente para lhes retribuir.

Na universidade encontrei o Diogo Pimentel, um amigo que sempre esteve pronto para chorar comigo as perdas que a vida me ocasionou, mas que também é um daqueles parceiros para gargalhadas incontidas quando fazemos comentários supostamente inteligentes, assistindo a um jogo de futebol, seja em um estádio ou em uma mesa de bar, tomando uma(s) cerveja(s) estupidamente gelada(s). Claro, também gostamos muito de fazer de conta que tocamos e cantamos – uma *playlist* que nunca se concretiza. Foi por meio da Ana Paula, irmã do Diogo, que eu considerei pela primeira vez ir estudar no exterior. Já nos Estados Unidos, encontrei o Fred e a Jean Robinson, que abriram as portas de sua casa para que eu pudesse morar e não ter qualquer despesa enquanto fazia o mestrado na Universidade do Missouri, em Saint Louis. Hoje eles, juntamente com o Sylvio, moram comigo no paraíso natural deixado pelo João Renato, na grande Morungava. Sem vocês (Fred e Jean), o sonho de estudar no exterior jamais teria se tornado realidade. Vocês me proporcionaram tudo o que era necessário para concretizá-lo. Lá também encontrei o Abel Esteva, meu companheiro e amigo, pessoa a quem devo, entre outras coisas, o fato de ter me convencido a procurar o Departamento de Ciência Política da UFRGS

para entrar no doutorado. Definitivamente, isso não foi pouca coisa. Também dos Estados Unidos eu quero mencionar mais quatro pessoas que fizeram, fazem e farão parte para sempre da minha vida. São eles Marion Cowling, Jim Hejduk, Charlie Payntar e Peter Wronsky. *I will Always love you guys, no matter what!*

Este próximo parágrafo eu reservei para agradecer aos meus orientadores. Sim, porque um velho estudante, um quase idoso, cheio de vícios, “convicções” e certezas, nunca poderia completar um programa de doutorado com apenas um orientador. A magnitude da tarefa de me orientar seria capaz de levar qualquer um ao desespero mental, na melhor das hipóteses. Primeiro, quero agradecer ao professor Marcello Baquero por ter me proporcionado a oportunidade de ingressar no Núcleo de Estudos sobre a América Latina (NUPESAL). Professor Baquero, o teu apoio foi fundamental para o meu ingresso no doutorado. Professor, foi o Abel que me convenceu a te procurar, portanto, ele é o culpado. Segundo, quero agradecer a Jennifer Azambuja. Hoje professora Jennifer (não Djennifer). Tu foste minha orientadora desde sempre, desde a primeira versão do projeto para a seleção em 2015. Mas tu foste mais do que orientadora, tu foste uma amiga incondicional naquelas horas de frustração em que eu estive a ponto de mandar tudo para o espaço, e tu tiveste a paciência para me acalmar. Quero agradecer também a Eliara Santana. Eliara, tu me ensinaste as técnicas de como dissecar as “pérolas” ditas e silenciadas diariamente pelos apresentadores do Jornal Nacional. E, claro, quero agradecer ao professor Rodrigo González, pela paciência de me ajudar a transformar uma ideia indignada em projeto de tese e, depois, em uma tese propriamente. Se há virtudes deste trabalho, elas são frutos da orientação do Rodrigo. Os defeitos são consequência da minha teimosia, já mencionada antes. Quero agradecer também aos meus colegas do NUPESAL, os quais me ajudaram com as tecnologias em constante “mutação”, coisa muito difícil de assimilar para um idoso como eu, mas claro, sempre protegido pelo devido estatuto, sempre utilizado quando alguma “chantagem emocional” era necessária. Eles são a Ana Julia Bonzanini Bernardi, Felipe Zorzi, Talissa Barcelos, Alex Chiodi, Rodrigo Enrich de Castro, Carol Pereira dos Santos, Juliana Botelho Foernges, Henrique Silva, Isadora Lemos, Patrícia Rocha e Lucas Dutra. Certamente, nos divertimos muito durante este período. Quero fazer, também, um agradecimento especial a Eladivan Bandeira de Souza (Ivan), que cumpriu um papel extremamente importante ao me ajudar a coletar os dados necessários para a realização deste trabalho.

Como foi possível observar deste breve apanhado da minha trajetória de vida, nada do que eu alcancei até hoje foi exclusivamente resultado do meu esforço ou qualidades individuais. Nada foi resultado da força do meu braço. O meu braço sozinho não teria força para nada. Hoje,

eu me sinto muito confortável e orgulhoso em deixar este registro de agradecimento àqueles que verdadeiramente foram os responsáveis pelas conquistas da minha vida. Portanto, e para concluir, eu quero dizer que Deus, a vida, as forças do universo, ou aquilo que cada um quiser denominar, de acordo com as suas crenças, através daqueles que eu mencionei aqui e muitos outros, me proporcionou muito mais do que eu jamais poderia imaginar usufruir, inclusive muito mais do que eu mereceria. Por isso, eu somente tenho razões para agradecer e tentar de alguma forma retribuir, mesmo reconhecendo que essa se constitui numa tarefa definitivamente impossível.

RESUMO

O Brasil, desde 2016, vive uma crise permanente, em que os níveis de confiança da população na democracia representativa e suas instituições atingiram níveis historicamente baixos. Esse processo teve início ainda na primeira década do século, com o escândalo do Mensalão, passou por inúmeras etapas intermediárias – sendo as principais o advento da Operação Lava Jato e o *impeachment* de Dilma Rousseff – e culminou com a eleição de Jair Bolsonaro para presidente. Esta pesquisa se insere no rol dos trabalhos que estão tentando entender todo o processo que trouxe a sociedade brasileira até o estágio atual. Há diversos fatores de caráter histórico, cultural, social, político e econômico que contribuíram para isso. O presente trabalho concentra a sua atenção no papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa no contexto específico de 2014 a 2018. A tese apresentada é de que os meios de comunicação de massa (mídia) contribuíram para a redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições. O problema de pesquisa formulado com o objetivo de testar a tese acima é: como os meios de comunicação de massa (mídia), no exercício de suas funções, podem estar relacionados com a queda nos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições no contexto da sociedade brasileira? Para este trabalho, havia um processo causal se desenvolvendo e que se iniciara já em anos anteriores, mas que se expressou de forma definitiva e acentuada ao longo do período aqui estudado. Assim, mais especificamente, havia um conjunto de atividades causais (hipóteses) articuladas formando um mecanismo que, agindo a partir dos meios de comunicação de massa (variável independente), modificou a variável dependente, ou seja, contribuiu para a redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições, verificada entre 2014 e 2018. O desenvolvimento desta pesquisa se deu pela utilização do protocolo de metodologia qualitativa. O método empregado denomina-se *Process Tracing*. Esse método é uma ferramenta cuja principal função é identificar mecanismos causais entre variáveis. Em outras palavras, é um método que busca identificar a cadeia de eventos que ocorre entre uma variável independente (causa X) e uma variável dependente (resultado Y). Os dados e evidências empíricas coletados por esta pesquisa confirmam a presença do mecanismo causal hipotetizado, ou seja, os meios de comunicação de massa contribuíram para a importante redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições no contexto aqui estudado. A partir desses dados e evidências empíricas, não se pode afirmar que havia a intenção de produzir o resultado tal qual ele aconteceu. O que se pode afirmar com elevado

grau de confiança é que os meios de comunicação de massa, na conjuntura e período estudados por este trabalho, acionaram todos os mecanismos necessários para a produção do resultado.

Palavras-chave: Mídia. Democracia. Confiança. Instituições. Brasil.

ABSTRACT

Since 2016, Brazil has been in the grip of a seemingly never-ending political crisis. During that period trust levels have fallen to historic lows. This process began in the first decade of the century, with the scandal of Mensalão, went through numerous intermediate stages – the main ones being the advent of Operação Lava Jato and the impeachment of Dilma Rousseff – and culminated with the election of Jair Bolsonaro as president. This research is part of a list of studies that are trying to understand the whole process that has brought Brazilian society to the present stage. Though several historical, cultural, social, political and economic factors have contributed, the present work focuses its attention on the role played by the mass media in the context that existed from 2014 to 2018. The thesis presented is that mass media contributed substantially to the reduction of trust levels of the Brazilian population in democracy and its institutions. The research problem formulated with the aim of testing this thesis is: how mass media, in the exercise of their functions, can be distinctively related to the reduction in Brazilian society's faith in democracy and its institutions during the period covered by the study? For this work, a causal process began in previous years, matured and was expressed in a decisive and accentuated way throughout the period studied here. Thus, more specifically, there was a set of causal activities (hypotheses) articulated, forming a mechanism that, acting from the mass media (independent variable), modified the dependent variable, that is, contributed to the reduction of trust levels of the Brazilian population in democracy and its institutions, verified between 2014 and 2018. This research was developed through the qualitative methodology protocol, using a method known as Process Tracing. This method is a tool whose main function is to identify causal mechanisms between variables. In other words, it is a method that seeks to identify the chain of events that occurs between an independent variable (cause X) and a dependent variable (result Y). The data and empirical evidence collected by this research confirm the presence of the hypothesized causal mechanism, that is, mass media contributed to the important reduction of levels of trust of the Brazilian population in democracy and its institutions in the context studied here. Based strictly on the data and empirical evidence, it cannot be definitively stated that there was an intention to produce the result as it happened. What can be said with a high degree of confidence is that mass media, in the context and period studied by this work, activated all the mechanisms necessary to produce the result.

Keywords: Media. Democracy. Trust. Institutions. Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país, 2004-2009.....	108
Tabela 2 – Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país 2009- 2011.....	111
Tabela 3 –Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país 2010-2013.....	116
Tabela 4 – Total de matérias exibidas pelo Jornal Nacional tratando de alguma forma o tema corrupção; matérias abordando outras formas de subtração de recursos públicos, nas quais não é mencionada a corrupção política, ano 2014.....	135
Tabela 5 – Total de matérias exibidas pelo Jornal Nacional tratando de alguma forma o tema corrupção; matérias abordando outras formas de subtração de recursos públicos, nas quais não é mencionada a corrupção política, ano 2015.....	143
Tabela 6 – Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país 2013 e 2015	145
Tabela 7 – Total de matérias exibidas pelo Jornal Nacional, tratando de alguma forma o tema corrupção; matérias abordando outras formas de subtração de recursos públicos, nas quais não é mencionada a corrupção política, ano 2016.....	168
Tabela 8 –Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país 2013-2016.....	170
Tabela 9 – Total de matérias exibidas pelo Jornal Nacional, tratando de alguma forma o tema corrupção; matérias abordando outras formas de subtração de recursos públicos, nas quais não é mencionada a corrupção política, ano 2017.....	181
Tabela 10 – Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país 2013-2017.....	183
Tabela 11 –Total de matérias exibidas pelo Jornal Nacional tratando de alguma forma o tema corrupção; matérias abordando outras formas de subtração de recursos públicos, nas quais não é mencionada a corrupção política, ano 2018.....	192
Tabela 12 – Evolução do agendamento, pelo Jornal Nacional, do tema corrupção política, bem como outras formas de subtração de recursos públicos que não mencionam a corrupção política como principal causa – 2014 a 2018	194
Tabela 13 – Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país 2013-2018.....	196

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional 2004-2009.....	107
Gráfico 2 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional 2009-2011.....	110
Gráfico 3 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional 2010-2013.....	115
Gráfico 4 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional 2013-2014.....	136
Gráfico 5 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional 2013-2015.....	144
Gráfico 6 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional 2013-2016.....	169
Gráfico 7 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional 2013-2017.....	182
Gráfico 8 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional 2013-2018.....	195

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organograma geral do desenho de pesquisa.	35
Quadro 2 – Desenho da pesquisa com suas diferentes partes.	35

LISTA DE ABREVIATURAS

CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
JN	Jornal Nacional
LAPOP	Latin American Public Opinion Project
MP	Ministério Público
PF	Polícia Federal
PGR	Procuradoria Geral da República
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Transparência Internacional
TRF4	Tribunal Regional Federal da 4ª Região

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 ESTRUTURA DA TESE.....	27
2 METODOLOGIA	29
3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO	36
3.1 CULTURA POLÍTICA	36
3.2 CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES	39
3.3 DEMOCRACIA REPRESENTATIVA LIBERAL CONTEMPORÂNEA	45
3.4 ESFERA PÚBLICA.....	51
3.5 AGENDAMENTO E ENQUADRAMENTO	65
4 APLICAÇÃO DO MÉTODO E ANÁLISES	70
4.1 CAUSA X (VARIÁVEL INDEPENDENTE): MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA (MÍDIA)	71
4.2 MECANISMO CAUSAL (MC)	72
4.2.1 Atividade causal 1: a confiança que a população brasileira confere aos meios de comunicação de massa (atividade estrutural 1)	72
4.2.2 Atividade causal 2: cultura política brasileira caracterizada pela desconfiança nas instituições que estruturam o regime democrático (atividade estrutural 2)	93
4.2.3 Atividade causal 3: o agendamento do tema corrupção, pela mídia (JN), com enquadramento de viés antipolítica em geral, fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos (atividade conjuntural)	102
4.3 RESULTADO Y (VARIÁVEL DEPENDENTE): REDUÇÃO DOS NÍVEIS DE CONFIANÇA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NA DEMOCRACIA E SUAS INSTITUIÇÕES	193
5 ANÁLISES E INFERÊNCIAS FINAIS SOBRE AS ATIVIDADES DO MECANISMO CAUSAL	198
5.1 REAFIRMAÇÃO DE PRINCÍPIOS	198
5.2 ANÁLISES E INFERÊNCIAS FINAIS SOBRE A ATIVIDADE CAUSAL 1	198
5.3 ANÁLISES E INFERÊNCIAS FINAIS SOBRE A ATIVIDADE CAUSAL 2	200
5.4 ANÁLISES E INFERÊNCIAS FINAIS SOBRE A ATIVIDADE CAUSAL 3	204
5.5 CONCLUSÃO SOBRE AS ATIVIDADES DO MECANISMO CAUSAL HIPOTETIZADO	214
6 CONCLUSÕES FINAIS E IMPLICAÇÕES PARA A CIÊNCIA POLÍTICA	216
REFERÊNCIAS	225

1 INTRODUÇÃO

Durante as duas últimas décadas do século XX, o mundo de uma maneira geral, mas, em especial, a América Latina, ingressou em um processo de acelerada redemocratização formal, em que regimes autoritários cederam lugar a governos eleitos diretamente pela população. Já no início dos anos 90, o continente experimentou algo que não havia acontecido em praticamente todo o restante do século que estava terminando: a maioria dos países latino-americanos estava adotando o regime democrático como forma de governo. Samuel Huntington (1991) chamou aquele processo de terceira onda de redemocratização.

Muito embora tenha havido alguns retrocessos, com golpes e tentativas de golpes, como no caso do Haiti em 1991, Peru em 1992 e Venezuela em 1993, e os profundos desequilíbrios socioeconômicos tenham persistido, a América Latina se encaminhava para o novo século (milênio) convivendo com a formalização dos procedimentos democráticos e a consolidação de instituições representativas. As elites econômicas locais, tradicionalmente amparadas por forças armadas submissas aos seus interesses e propensas à tomada do poder pela força sempre que julgassem necessário ou fossem estimuladas a agir, pareciam ter aceitado a existência de constituições que garantiam minimamente um regramento, com pluralidade na disputa pelo poder político e o respeito aos direitos humanos (MOISÉS, 1995).

O Brasil, por exemplo, que havia passado por uma redemocratização controlada pelas forças do regime autoritário anterior (LAMOUNIER, 1990; SOUZA, 1996; GOMES, 1997), a elaboração de uma nova Constituição durante os anos 80, pelo *impeachment* de um presidente, inúmeras crises e, finalmente, a estabilização econômica durante os 90, ingressou no século XXI com uma democracia relativamente consolidada, embora ainda enfrentando aquilo que Moisés (2005) classificou como um paradoxo, ou seja, a população apresentava uma crescente adesão à democracia enquanto forma de governo, ao mesmo tempo em que os níveis de confiança da população nas instituições eram persistentemente baixos (MOISÉS, 2005; MOISÉS; CARNEIRO, 2008). Porém, mesmo com a persistente desconfiança nas instituições no início dos anos 2000, pesquisas feitas por Meneguello (2006) e dados do Latinobarômetro (2009 e 2010) demonstravam que os brasileiros haviam se tornando mais exigentes no exercício de sua cidadania do que nas primeiras décadas após o final do regime autoritário, ao mesmo tempo em que se mostravam mais confiantes na democracia (LATINOBARÔMETRO, 2009, 2010; MENEGUELLO, 2006).

No entanto, no final da segunda década do século XXI, passados mais de trinta anos desde o início do processo de reconstrução da democracia no Brasil, esta ainda se mostra frágil,

incompleta e instável. Ocorreram inegáveis e significativos avanços no que se refere à consolidação de procedimentos institucionais, com eleições regulares e competitivas (BAQUERO, 2008). Porém, parece não ser mais prudente acreditar que somente esses procedimentos formais podem dar conta da complexidade dos processos que passaram a ocorrer na sociedade brasileira já a partir do início da segunda década do século XXI. O dilema da instabilidade das instituições parece estar de volta. O fantasma de novas crises e rupturas, com diferentes formatos e motivações, não parece ser mera teoria conspiratória (MIGUEL, 2019; SOUZA, 2016). Pesquisas do Latinobarômetro mostraram que a confiança da população nas instituições e na própria democracia enquanto regime caiu a níveis historicamente baixos. Dados de 2018, por exemplo, apontavam que, naquele ano, apenas 38% da população brasileira acreditava que a democracia era a melhor forma de governo, e apenas 9% estava satisfeita com o desempenho do regime democrático; a soma dos que confiavam e confiavam muito no Poder Judiciário contabilizava um percentual de 34% da população, no Governo Federal 7%, no Congresso Nacional 13%, e nos Partidos Políticos esse número era de apenas 6% (LATINOBARÔMETRO, 2018).

Nesse contexto, em função dos dados descritos acima, algumas indagações se tornam inevitáveis, e elas estão diretamente relacionadas com o tema desta pesquisa. Por que a confiança da população na democracia e suas instituições seria importante para a sua própria estabilidade e manutenção? Qual pode ser a relação entre um quadro de desconfiança generalizada da população nas instituições do regime democrático e a possibilidade de ascensão de lideranças e governos autoritários em uma sociedade?

Na Ciência Política, vários fatores podem ser apontados como impactantes na estabilidade dos regimes democráticos. A literatura ligada à teoria da cultura política tem sugerido que existe uma relação estreita entre o apoio (confiança) da população à democracia e suas instituições e a almejada estabilidade (PUTNAM, 1997; MOISES, 2010). Easton (1975), em um trabalho que pode ser classificado como uma importante referência na área, fez a distinção entre o apoio difuso e específico à democracia. O apoio difuso é aquele dado ao regime enquanto forma de governo. O apoio específico é aquele dado circunstancialmente às instituições de acordo com a avaliação de suas performances pela população. O apoio difuso é mais estável do que o específico, por isso, segundo o autor, é mais importante para a estabilidade do regime, e tem a sua origem no tipo de cultura política existente na sociedade. Já o apoio específico se mostra mais volátil, pois, como dito antes, está relacionado à performance das instituições e seus ocupantes temporários. Assim, níveis não elevados de apoio específico, em tese, não apresentam grandes riscos ao regime, já que os ocupantes das instituições com as quais

a população não estiver satisfeita podem ser substituídos a cada processo eleitoral (EASTON, 1975).

Para Easton, em situação de estabilidade, a população que confere um bom nível de apoio ao regime acredita que, no longo prazo, com a possibilidade de substituição dos agentes com os quais não está satisfeita, através de processos eleitorais, as suas expectativas serão atendidas. Note-se, no entanto, que, para o autor, a confiança nas instituições, mesmo que possa não ser elevada circunstancialmente, também cumpre papel importante com relação ao apoio difuso ao regime enquanto forma de governo. Mesmo considerando a distinção entre os dois tipos de apoio à democracia, o autor considera que a persistência de níveis muito baixos de confiança nas instituições, exatamente pelo fato de estas, recorrentemente, não estarem desempenhando o papel que delas se espera, pode afetar a confiança da população no próprio regime e colocar em risco a sua estabilidade. Por conseguinte, se a confiança no funcionamento do regime cair a níveis muito baixos e por períodos muito extensos, as suas instituições podem não ter mais a credibilidade necessária para manter a sua sustentação, abrindo caminho para formas não democráticas de governo (EASTON, 1975).

Dessa forma, como consequência de um período de acentuado aprofundamento da desconfiança na democracia e suas instituições, corroborando as assertivas de Easton, a população brasileira, acreditando que aquela fosse a maneira correta de ver suas expectativas atendidas, elegeu em 2018, para presidente da República, um candidato com características historicamente não democráticas. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, é um político de extrema direita, manifestamente contrário aos direitos humanos em geral, e das minorias em específico, com tendências antidemocráticas e que, em diversas ocasiões, defendeu o regime autoritário (ditadura) que se originou do golpe militar de 1964, bem como seus procedimentos, como prisões, tortura e, até mesmo, eliminação física dos adversários do regime (SOLANO, 2018; CIOCARI; PERSICHETTI, 2018; TOSI, 2019; CAVALCANTE, 2020).

Naquele contexto e, talvez, de forma não surpreendente, o presidente eleito conseguiu reunir em torno de sua candidatura, durante o período de campanha, praticamente os mesmos setores da sociedade brasileira que haviam protagonizado e apoiado o golpe militar de 1964, incluindo a maior parte da mídia tradicional. Jair Bolsonaro se apresentou como “o novo”, incorruptível e preparado para moralizar o país e a política nacional em um contexto, segundo ele e seus apoiadores, degradado pela corrupção institucionalizada pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Note-se, no entanto, que Jair Bolsonaro, que se apresentou como o novo na política nacional, é o mesmo político que passou quase 30 anos de sua vida pública como membro do Congresso Nacional (SOLANO, 2018, 2019; SOUZA, 2017; CIOCARI;

PERSICHETTI, 2018; FERNANDES; TEIXEIRA; PALMEIRA, 2020; CAVALCANTE, 2020).

Diante do que foi descrito brevemente até aqui, parece plausível se sugerir que, no contexto sendo estudado por esta pesquisa, qual seja, a sociedade brasileira da segunda década do século XXI, foi possível se observar que existe uma relação entre a queda acentuada e persistente dos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições e o momento de instabilidade que o país vivia e ainda vive, confirmando as elaborações feitas por Easton (1975) a esse respeito. A própria eleição de Jair Bolsonaro para presidente, por suas características já descritas acima, parece deixar pouca margem para dúvidas sobre isso. Portanto, se debruçar sobre as causas da queda nos níveis de confiança na democracia e suas instituições por parte da sociedade brasileira, apontada pelos dados do Latinobarômetro e possível de ser observada já a partir de 2013, se constitui num importante desafio colocado para os cientistas políticos do país nos próximos períodos, e é exatamente aqui que este trabalho se insere. Nesse sentido e já no intuito de encaminhar a explicitação dos elementos constitutivos desta pesquisa, algumas reflexões adicionais sobre o contexto se mostram importantes e fundamentais para a sua compreensão.

Note-se que uma das constatações mais marcantes sobre a contemporaneidade diz respeito à relação entre mídia e política nas mais diferentes sociedades (entenda-se, mais especificamente, sociedades ocidentais). Nessas diferentes sociedades, é possível observar que os meios de comunicação de massa (mídia) assumiram uma centralidade quase absoluta na vida das populações, mesmo que a maioria das pessoas nem se dê conta disso, ou já tenham esse fenômeno como um aspecto natural de suas vidas. Em muitas situações, direta ou indiretamente, a mídia tem se mostrado capaz de abarcar e estabelecer os contornos da totalidade da vida social de grande parte dos indivíduos. Isso significa dizer que é a partir da interação com os conteúdos simbólicos das mais diversas formas de mídia que as pessoas, em grande medida, reconhecem os seus respectivos lugares no mundo atual, bem como moldam os seus comportamentos, sejam eles relacionados às atividades cotidianas mais imediatas, sejam eles de natureza mais ampla e geral, na relação com grupos sociais maiores, em que as mais diversas identidades são reveladas e suas respectivas atividades são desenvolvidas (MIGUEL; BIROLI, 2010).

Segundo Thompson (1995), esse fenômeno não é recente e, com seus diferentes estágios de desenvolvimento, já perdura por alguns séculos. Seu início se deu por volta do século XVI, assumindo contornos mais nítidos do século XVIII em diante. Foi nesse período que as interações face a face entre as pessoas começaram a ser substituídas pelos produtos da mídia. Desta forma, os indivíduos passaram mais e mais a confiar nas suas capacidades

reflexivas, a partir de conteúdos simbólicos veiculados pela mídia, a fim de reconhecer e construir as suas próprias identidades e ideias de pertencimento, transformando para sempre as suas relações com as autoridades dos seus contextos sociais locais – ancoradas, até aquele momento, basicamente nas tradições orais. Além disso, o desenvolvimento da mídia moderna proporcionou aos indivíduos um inédito contato com eventos e mundos, incluindo os de caráter imaginários, cuja localização transcendia em muito as fronteiras geográficas locais e dos contatos humanos presenciais (THOMPSON, 1995).

O intenso e contínuo desenvolvimento dos meios de comunicação a partir da modernidade transformou “[...] a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder”, as quais não estão mais ligadas ao espaço geograficamente compartilhado (THOMPSON, 1995, p. 14). Com a consolidação do capitalismo, durante os séculos XIX e XX, e a hegemonia da economia de mercado, as atividades da mídia foram se ampliando, mesmo que de maneira informal. Os poderes constituídos pelo Estado liberal, por exemplo, passaram a experimentar os meios de comunicação de massa no desempenho da função de canalizadores das demandas da esfera privada e seus agentes econômicos diretamente para a esfera política estatal, como um mediador entre sociedade e Estado, suplantando em grande medida o papel dos partidos políticos. Manin (1995) chamou esse estágio de democracia do público. Aqui, é possível se observar os meios de comunicação atuando como plataforma de manifestação da esfera pública, como conceituado por Habermas (1962/2014), porém, e mais do que isto, sendo eles mesmos o elo entre sociedade e Estado. No entanto, essa “nova” situação apresenta contradições em si mesma, pois, na passagem da modernidade para as sociedades contemporâneas, os meios de comunicação também se transformaram em empresas capitalistas privadas, as quais têm interesses econômicos e políticos a defender tanto na esfera pública quanto na esfera estatal (LIMA, 2012).

Com essa mudança, a produção midiática, seja ela de caráter de entretenimento, cultural ou informativa, no mais das vezes, se transformou em um bem de consumo a ser comercializado e visa, em última análise, auferir lucratividade para a empresa que detém a propriedade dos meios (HORKHEIMER; ADORNO, 2002). Em consequência disso, a mídia perde a sua identidade de magistratura idealizada na modernidade. Os seus olhos não são mais os olhos dos cidadãos, vigiando como um “cão de guarda” para assegurar que o comportamento das instituições de Estado, assim como de seus ocupantes individuais, estivesse de acordo com os interesses da sociedade como um todo. Os olhos continuam sendo vigilantes como antes, mas passaram a pertencer a grupos de indivíduos e não mais ao público em geral. O “cão de guarda”

agora é essencialmente privado e zela pela segurança apenas de áreas específicas do “território”. Por fim, todo o aparato tecnológico, importante para o exercício da sua função na esfera pública como teorizada por Habermas (2014), cumpre um outro papel e é utilizado, como em qualquer outra empresa capitalista, para defender os interesses de seus proprietários, acionistas e grupos com os quais tenham afinidades (FONSECA, 2011).

Já no início do século XX começaram a surgir as primeiras preocupações com o papel dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas. Max Weber foi um dos primeiros a se manifestar sobre isso. Mesmo sem ainda ter vivido a experiência do rádio na sua totalidade, já em 1910, o autor indagava sobre o crescente poder da imprensa. Weber chegou a propor um programa de pesquisa sobre o tema. Uma de suas preocupações estava no fato de a imprensa ser uma empresa capitalista com dois tipos completamente diferentes de clientes, os anunciantes e aqueles que compravam jornais. Ele já percebia na época o jornalismo, ou a empresa de mídia (hoje), como parte do processo de ação racional direcionada a atingir determinados fins e, naquele contexto, servindo a “dois senhores” com interesses distintos. Posteriormente, Walter Lippman, Max Horkheimer e Theodor Adorno, entre outros, sistematizaram suas preocupações em forma de pesquisa de caráter científico. Depois disso, os estudos sobre os efeitos da mídia se multiplicaram, assim como as suas abordagens. Mais recentemente, alguns estudos têm se debruçado sobre aspectos mais sutis e específicos da relação mídia e sociedade. A maioria deles foi realizada nos últimos 50 anos, mas ainda têm como referência os estudos preliminares realizados por Walter Lippman no início do século XX. Para os autores desses estudos, os meios de comunicação de massa, por suas características intrínsecas de produtores e disseminadores de material simbólico, no desempenho de suas funções, podem influenciar fortemente a formação da agenda de temas relevantes que será apresentada para a sociedade (esfera pública), bem como podem definir o enquadramento que será dado a cada tema da agenda já estabelecida por eles. Isso significa dizer que a mídia pode escolher os eventos sobre os quais a sociedade vai tomar conhecimento no seu cotidiano, assim como pode direcionar o olhar das pessoas para um esquema interpretativo pronto sobre aqueles eventos. No original, esses estudos são chamados de *agenda setting* e *agenda framing* (agendamento e enquadramento, respectivamente). Entre os mais proeminentes trabalhos desenvolvidos sobre o tema estão os de McCombs e Shaw (1972), Goffman (1974), Entamn (1991), Fowler (1991), Maingueneau (1997), Porto (2004), Emediato (2013) e Orlandi (2016).

Por outro lado, e trazendo essas reflexões preliminares para o contexto brasileiro, quando passa a ser permitida por aqui, a imprensa se instala em uma sociedade de conformação social hierárquica, onde os senhores de terra eram a autoridade “natural” máxima e incontestada.

Dessa característica social, segundo Sodré (1999), surge uma das muitas contradições vividas pelos meios de comunicação no Brasil ao longo de sua história. O “cenário” geral era de um capitalismo tentando se desenvolver em meio a uma sociedade baseada, predominantemente, em latifúndios de produção econômica bastante rudimentar, quase feudais. Por sua vez, a imprensa já se constituía uma empresa com algumas características capitalistas; no entanto, pertencia e servia a um poder ainda primitivo e pré-capitalista. Isso porque aqueles mesmos proprietários dos meios de produção econômica rudimentares foram se transformando em proprietários da imprensa que se instalava no Brasil, pois eram eles que possuíam os recursos para tal empreendimento (SODRÉ, 1999). Assim, em geral, os veículos que foram surgindo naquele período eram jornais pertencentes e “[...] atrelados a grupos familiares dominantes, condicionados aos seus interesses econômicos e afinidades intelectuais” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 13-14).

O desenvolvimento da imprensa, incorporando características mais efetivas de empresa capitalista privada, no Brasil, ocorreu mais ou menos a partir dos anos 1870. Esse foi um processo longo, que durou mais de meio século, mas, na medida em que foram se desenvolvendo em termos tecnológicos e de abrangência territorial-populacional, os meios de comunicação foram também crescendo em termos de importância, participando ativamente da própria construção da sociedade brasileira.

Com o surgimento do rádio e, posteriormente, da TV, o que constituiu o grande salto de desenvolvimento para o setor do século XIX para o século XX, as concessões, outorgas e permissões para o funcionamento desses veículos (radiodifusão), por exemplo, sob o controle do Estado, seguiram a mesma lógica de troca de favores entre os “coronéis” locais e o governo central, identificada por Sales (1993) e que tinha raízes ainda no século XIX. Historicamente, essas concessões foram sendo utilizadas como forma de favorecimento a grupos economicamente dominantes, em cujas mãos o controle do Estado se alternava. No que pese a sua relevância para os regimes democráticos, a sociedade brasileira nunca foi convidada para discutir a forma com que as concessões de mídia foram distribuídas. O Estado as distribuiu de acordo com a conveniência conjuntural (LIMA, 2008).

Lima (2008) foi mais explícito a esse respeito e chamou aquela prática de “coronelismo eletrônico”. Com o surgimento desses novos meios (rádio e TV), esse “coronelismo eletrônico” consistia na distribuição, por parte do Estado, de concessões para integrantes de oligarquias econômico-políticas, aumentando ainda mais a sua já grande influência sobre as populações locais, o que, por sua vez, facilitava a eleição de seus representantes para cargos públicos (LIMA, 2008).

Foi assim que, segundo Lima (2012), aos poucos foram se formando os grandes grupos de mídia no Brasil e, embora cada um dos meios – rádio, TV, jornais, revistas e, atualmente, a internet – possuam especificidades legais diferentes para funcionarem, em muitos casos estão sob o controle, de fato, de um mesmo grupo empresarial. Isso ocorre através do que se conhece por propriedade cruzada. Para o autor, esta se constitui numa característica marcante da mídia brasileira e que a distingue da maioria dos seus pares no cenário internacional, onde a propriedade cruzada é prática proibida. Assim, a mídia brasileira hoje, na maioria dos casos, ainda é composta por oligopólios capitalistas privados, de cunho familiar, pertencentes às elites locais e regionais. Muitas dessas elites, com profundas raízes nas oligarquias rurais da República Velha, ou mesmo anteriores (LIMA, 2012).

Dessa forma, a partir do exposto nas páginas anteriores – nas quais foi descrito, minimamente, o contexto de crise política e instabilidade do regime democrático no qual a sociedade brasileira está inserida hoje, destacada a importância da confiança nas instituições para a estabilidade da democracia, principalmente através de estudos dos autores vinculados à teoria da cultura política mencionados acima, assim como a partir da breve reflexão sobre a centralidade da mídia para a construção dos processos sociais nas sociedades contemporâneas, inclusive com a suas características históricas, muito particulares no contexto brasileiro – esta pesquisa, na tentativa de contribuir para o enfrentamento dos desafios mencionados no início desta introdução, traz como tese a ser desenvolvida e testada que, *os meios de comunicação de massa (mídia) contribuíram para a redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições.*

O problema de pesquisa formulado com o objetivo de testar a tese acima é: *como os meios de comunicação de massa (mídia), no exercício de suas funções, podem estar relacionados com a queda nos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições no contexto da sociedade brasileira?*

Assim, o objetivo geral deste trabalho é, *a partir da análise de alguns eventos ocorridos entre 2014 e 2018, contribuir para aprofundar a compreensão do papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa no processo de redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições naquela conjuntura.*

Portanto, seguindo o desenho de pesquisa para o método utilizado, que será introduzido logo a seguir, os objetivos específicos estabelecidos por esta pesquisa são:

1. *Investigar se a confiança que a população brasileira confere aos meios de comunicação de massa (atividade causal estrutural número 1, hipotetizada) pode ser observada, por meio de evidências empíricas, durante o período estudado;*

2. *Investigar se a cultura política da desconfiança nas instituições por parte da população brasileira (atividade causal estrutural número 2) encontra correspondência no contexto e período estudados por esta pesquisa;*
3. *Investigar se as evidências empíricas confirmam o agendamento e enquadramento, por parte da mídia (Jornal Nacional), do tema corrupção política durante o período de tempo estudado por esta pesquisa;*
4. *Descrever como o conjunto de atividades causais hipotetizado operou e contribuiu para a concretização do resultado, qual seja, a redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições durante o período estudado.*

Para este trabalho, não há uma hipótese única e exclusiva como resposta para a pergunta de pesquisa. Havia, na sociedade brasileira, um processo causal se desenvolvendo, o qual se iniciara já em anos anteriores, mas que se expressou de forma definitiva e acentuada ao longo do período aqui estudado. Assim, mais especificamente, *havia um conjunto de atividades causais (hipóteses) articuladas formando um mecanismo que, agindo a partir dos meios de comunicação de massa (variável independente), modificou a variável dependente, ou seja, contribuiu para a redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições, verificada entre 2014 e 2018.*

Por essa razão, o desenvolvimento desta pesquisa se dará pela utilização do protocolo de metodologia qualitativa. O método a ser empregado denomina-se *Process Tracing*. Esse método, cujo título em português, sem ser literal, pode ser Mapeamento de Processo Causal, é uma ferramenta cuja principal função é identificar mecanismos causais entre variáveis. Em outras palavras é um método que busca identificar a cadeia de eventos que ocorre entre uma variável independente (causa X) e uma variável dependente (resultado Y). Essa cadeia de eventos constitui os instrumentos utilizados pela causa X para a produção do resultado Y (GEORGE; BENNETT, 2005; BENNET; CHECKEL, 2015).

O mecanismo causal hipotetizado por esta pesquisa, o qual, a partir da variável independente, agiu sobre e modificou a variável dependente, é composto por três atividades consideradas necessárias para que o resultado tivesse se realizado daquela forma. Elas são:

- a. *atividade causal 1) a confiança que a população brasileira confere aos meios de comunicação de massa (atividade estrutural 1);*
- b. *atividade causal 2) a cultura política da população brasileira de desconfiança nas instituições democráticas (atividade estrutural 2);*

- c. *atividade causal 3) o agendamento do tema corrupção pela mídia (Jornal Nacional) com enquadramento de viés antipolítica, em geral, fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos (atividade conjuntural).*

As duas primeiras atividades causais foram consideradas estruturais, pois são de alguma forma características históricas presentes na sociedade brasileira. A terceira atividade causal foi considerada conjuntural, pois, embora já tenha ocorrido em outros momentos históricos específicos, ela ocorreu de forma sistemática, atípica e em sentido crescente, em termos de volume, na medida em que o tempo foi passando.

Para questões de operacionalização, o conceito geral de meios de comunicação é entendido e empregado aqui como o conjunto das instituições que utilizam tecnologias específicas para realizar a comunicação humana de massa (mídia), e baseia-se na elaboração de Benício Artur de Lima (2004) e em M. Wolf (1999). Como se pode perceber dessa descrição, há uma infinidade de veículos e mídias fazendo parte do referido conceito, o que torna praticamente impossível se trabalhar com o todo. Por isso, os meios de comunicação de massa serão aqui representados pela Rede Globo de Televisão. A escolha da TV como representante dos meios de comunicação, em detrimento de jornais e revistas impressos, bem como do rádio e da internet, deve-se ao fato de que, desde o seu surgimento em escala comercial, na década de 40, e sua chegada ao Brasil, na década de 50, a TV despontou e se consolidou como o principal meio de recepção de informação por parte da população brasileira (ORTIZ, 2004; PORTO, 2007; LIMA, 2004).

Em levantamento realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), constatou-se que 97,2% de todos os lares brasileiros tinham, naquele ano, pelo menos um aparelho de televisão. Nesse mesmo ano, a Pesquisa Brasileira de Mídia (BRASIL, 2016) levantou que 77% da população brasileira assistia televisão todos os dias da semana. Ainda, de acordo com essa pesquisa, 76% da população brasileira utilizava a televisão como o seu principal meio de informação sobre o que acontece no país. Pesquisas anuais do Latinobarômetro confirmam esse dado. Em 2017, segundo este instituto, 72,8% dos entrevistados mencionaram a televisão como seu meio de informação sobre política no Brasil (LATINOBAROMETRO, 2017). Entre as TVs aberta e por assinatura, a TV Globo era a emissora mais assistida, com 56% dos entrevistados, e a TV Record vinha em segundo, com 12% (BRASIL, 2016).

Finalmente, trabalhar com o conjunto das emissoras de TV, ou mesmo apenas com a Rede Globo, estaria muito além dos limites desta pesquisa, portanto, o telenoticioso Jornal

Nacional é a fonte de onde será coletado o material empírico que forma parte do mecanismo causal e, em última análise, representa de fato o conjunto da mídia brasileira. A sua escolha deve-se ao fato de que esse telejornal é um programa de notícias que está no ar desde 1969 e se constitui o mais importante noticioso do país, tanto no que diz respeito à audiência quanto no que diz respeito ao alcance e abrangência territorial (GOMES et al., 2005; MESQUITA, 2008; MELO, 2009; SANTANA, 2020). A Pesquisa Brasileira de Mídia (BRASIL, 2014a) constatou que, entre todos os programas de TV aberta ou por assinatura, de todos os gêneros, assistidos pela população brasileira, esse telejornal aparece em primeiro lugar em audiência, com 35% dos entrevistados fazendo menção a ele. Quando a pergunta se referia especificamente ao gênero telejornal, esse percentual subia para 45%, sendo que o segundo colocado, o Jornal da Record, não passava de 16% (BRASIL, 2014a).

Para as análises da atividade causal número 1 (confiança que a população brasileira confere aos meios de comunicação de massa), serão utilizados dados extraídos da pesquisa anual do Latinobarômetro e LAPOP, além de outras pesquisas e trabalhos científicos sobre o tema. Para as análises da atividade causal número 2 (cultura política da população brasileira de desconfiança nas instituições democráticas), este trabalho utilizará o arcabouço teórico existente sobre o tema, além de dados extraídos da pesquisa anual do Latinobarômetro. Para as análises da atividade causal 3 (agendamento e enquadramento do tema corrupção), serão utilizados como dados e evidências empíricas as matérias jornalísticas extraídas do telenoticioso Jornal Nacional que tratem, de alguma forma, do tema corrupção política. Para identificar o enquadramento (narrativa, ou discurso) sendo empregado nas reportagens, será feita a identificação de componentes discursivos que caracterizem o direcionamento interpretativo sendo utilizado pelo jornal. Essa análise, em função dos limites de tempo e recursos, será feita em recortes temporais específicos, considerados relevantes e representativos para o contexto estudado. Para efeitos comparativos, além do agendamento do tema corrupção, será contabilizado também o agendamento pelo Jornal Nacional de matérias jornalísticas sobre outras formas de subtração de recursos públicos nas quais não é mencionada a corrupção política.

1.1 ESTRUTURA DA TESE

Esta tese está dividida em cinco capítulos. No *Capítulo 1* estão contidas a introdução ao tema de pesquisa, justificativa, relevância, tese, problema de pesquisa, hipóteses, objetivos e a estrutura da tese. O *Capítulo 2* traz a metodologia. O *Capítulo 3* consiste no enquadramento

teórico, e nele serão apresentados os conceitos gerais que dão suporte para o conjunto da tese: conceito de cultura política; conceito de confiança nas instituições; conceito de democracia, conceito de esfera pública; e conceito de agendamento e enquadramento midiático. *Capítulo 4* é onde a tese se desenvolve, com a aplicação do método e as análises. E o *Capítulo 5* traz as análises finais, inferências do pesquisador e conclusão.

2 METODOLOGIA

Conforme já mencionado na introdução, o desenvolvimento desta pesquisa se dará utilizando-se do protocolo de metodologia qualitativa. O método a ser empregado denomina-se *Process Tracing*. Esse método, que consiste no mapeamento de processo causal, é uma ferramenta cuja principal função é identificar mecanismos causais entre variáveis. Em outras palavras, é um método que busca identificar a cadeia de eventos que ocorre entre uma variável independente (causa X) e uma variável dependente (resultado Y). Essa cadeia de eventos constitui os instrumentos utilizados pela causa X para a produção do resultado Y (GEORGE; BENNETT, 2005; BENNETT; CHECKEL, 2015).

Dessa forma, o desenho desta pesquisa, com todas as suas partes constituintes é o seguinte: variável independente (causa X): meios de comunicação de massa (mídia); mecanismo causal: ac 1) a confiança que a população brasileira confere aos meios de comunicação de massa (atividade estrutural 1) + ac 2) a cultura política da população brasileira de desconfiança nas instituições democráticas (atividade estrutural 2) + ac 3) o agendamento do tema corrupção com enquadramento de viés antipolítica em geral, fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos; variável dependente (resultado Y): redução dos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições.

O processo causal resultante do mecanismo hipotetizado consiste em que, utilizando-se das duas atividades estruturais já presentes na sociedade – quais sejam, o bom nível de confiança da população na mídia em geral e a cultura política de desconfiança nas instituições democráticas – os meios de comunicação introduziram a terceira atividade: um intenso e sistemático agendamento do tema corrupção, com um enquadramento de viés antipolítica em geral, mas fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos. Para esta pesquisa, deste processo resultou uma acentuada redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições durante o período estudado, colocando em risco a própria estabilidade do regime.

As razões pelas quais esta pesquisa hipotetizou o mecanismo causal com as atividades específicas listadas acima, e não outras, são de ordem metodológica. O método aqui utilizado é normalmente adotado em estudos de um caso específico. Isso significa que, como mencionado anteriormente, as evidências empíricas coletadas para este caso não podem ser usadas para outros, pois são específicas de um contexto particular, assim como não podem ser usadas para estudos comparativos. Segundo Mahoney (2008), para este tipo de desenho de pesquisa qualitativa, é preciso utilizar uma abordagem determinística de causalidade. Beach e Pedersen

(2013) enfatizam que, além da abordagem determinística, e por causa dela, ao se estudar mecanismos causais em um caso específico, o pesquisador deve hipotetizar atividades que possam ser classificadas como necessárias e suficientes na sua tarefa de concretizar o resultado. No caso da utilização do método *Process Tracing* e suas variantes, os autores adotam o entendimento de que cada parte do mecanismo causal precisa ser necessária, mas insuficiente para a realização do resultado individualmente. Na avaliação desta pesquisa, as atividades hipotetizadas aqui cumprem essa exigência. Certamente, outras atividades causais também contribuíram para a realização do resultado, como, por exemplo, o agendamento e enquadramento da crise política e da violência. No entanto, elas não podem ser classificadas como necessárias para a redução dos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições na conjuntura estudada por esta pesquisa. Altos índices de violência têm sido uma constante na história da sociedade brasileira. As crises econômicas, da mesma forma, principalmente no período posterior à ditadura militar, foram recorrentes, e, no entanto, até 2010, como mostram os dados do Latinobarômetro, os níveis de confiança na democracia e suas instituições se mantinham, no mais das vezes, em uma curva ascendente, mesmo que não fossem elevados. Por outro lado, o entendimento desta pesquisa é que, se qualquer uma das atividades causais do mecanismo hipotetizado for retirada do contexto estudado, o resultado não teria se realizado em toda a sua extensão.

De acordo com Beach e Pedersen (2013), Gerring (2007), Mahoney (2010), entre outros autores, investigar de forma profunda os eventos intermediários entre uma causa e um resultado possibilita identificar e entender o mecanismo que foi acionado para que o resultado tenha acontecido. Desta forma, é possível fazer inferências seguras a respeito do mecanismo causal através do qual o resultado foi produzido. Esse método pode ser utilizado de três maneiras diferentes, de acordo com os objetivos do projeto e desenho de pesquisa, quais sejam: 1) *theory testing* (testar uma hipótese de mecanismo causal); 2) *theory building* (desenvolver uma teoria); e 3) *explaining outcome* (explicar um resultado) (GERRING, 2007).

Essas três variações do método de *Process Tracing* possuem alguns pontos em comum, assim como algumas divergências. Como aspectos comuns, primeiro, todas elas objetivam identificar e estudar o mecanismo causal entre uma causa X e um resultado Y. Segundo, as três variações compartilham o entendimento de que o mecanismo causal que relaciona uma causa a um resultado é formado por diferentes partes interligadas. Terceiro, todas elas veem o mecanismo causal de forma definitiva. Ou ele está presente, no todo ou em partes, ou ele não está presente. Por último, as três variações compartilham da lógica Baesyana de inferência interna sobre a presença ou ausência do mecanismo causal (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Quanto às diferenças existentes entre as três variações do método, observa-se, primeiro, se o desenho de pesquisa está centrado nos preceitos teóricos ou no caso específico em si. Segundo, se o objetivo é testar uma determinada teoria a partir de um mecanismo causal hipotetizado ou desenvolver uma teoria de como esse mecanismo causal poderia ser. Terceiro, se existe um mecanismo sistemático que pode ser generalizado para uma série de casos ou um mecanismo que serve exclusivamente para um único caso. Por último, o tipo de inferência que pode ser feita – a presença ou ausência de mecanismo causal nos casos em que a teoria será testada ou desenvolvida e, no caso da tentativa de explicar um resultado, em que a explicação poderá ser minimamente suficiente para se aceitar a existência do mecanismo (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Como mencionado anteriormente, o método *Process Tracing – Theory Testing* (testar uma hipótese de mecanismo causal) é a variante que será utilizada por esta pesquisa. Essa variante é normalmente utilizada quando trabalhos anteriores já detectaram a correlação entre uma causa X e um resultado Y, mas não há a certeza se existe, verdadeiramente, um mecanismo causal ligando X e Y. No caso específico desta pesquisa, a correlação é entre os meios de comunicação de massa (variável independente, causa X) e a redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições (variável dependente, resultado Y). Assim, o pesquisador, conhecendo a causa X e o resultado Y, a partir da teoria já existente, elabora uma hipótese plausível do mecanismo causal, identificando as suas possíveis atividades constitutivas. Neste caso, as atividades causais do mecanismo hipotetizado são: 1) a confiança que população brasileira confere aos meios de comunicação de massa; 2) a cultura política da população brasileira de desconfiança nas instituições democráticas; e 3) o agendamento do tema corrupção com enquadramento de viés antipolítica em geral, fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos.

A primeira tarefa para se saber se um possível mecanismo causal está presente entre X e Y consiste em conceitualizar e operacionalizar o mecanismo em si, descrevendo as suas atividades específicas. Ou seja, descreve-se as prováveis manifestações observáveis que cada parte do mecanismo deve apresentar se este estiver presente no processo. Na descrição das atividades causais hipotetizadas, o pesquisador deve identificar de forma detalhada o contexto no qual elas ocorrem. Depois desta etapa, o pesquisador passa a coletar e analisar as evidências empíricas da presença do mecanismo causal. Essas evidências podem ser completamente diferentes umas das outras, porém, seus papéis no processo como um todo são complementares. Aqui, as evidências empíricas serão, para a atividade causal 1), o embasamento teórico, bem como dados de pesquisas que indiquem a existência de confiança por parte da população

brasileira nos meios de comunicação de massa (mídia); para a atividade causal 2), o embasamento teórico que sustenta a existência, entre a população brasileira, de uma cultura política de desconfiança nas instituições, assim como a sua correspondência a dados empíricos anteriores e os coletados para esta pesquisa; e, para a atividade causal 3), os dados sobre o agendamento, pelo Jornal nacional, do tema corrupção política, bem como o enquadramento que é dado a ele, por meio da identificação e análise de componentes discursivos das matérias jornalísticas selecionadas. Para a análise dos aspectos relacionados ao agendamento, serão utilizadas, basicamente, as formulações de McCombs e Shaw (1972); para os aspectos relacionados ao enquadramento e identificação dos componentes discursivos das matérias jornalísticas analisadas, esta pesquisa utilizará as formulações de autores como, Bourdieu (1989 e 1997), Emediato (2013), Entman (1991 e 1993), Fairclough (2001), Faye (2009), Fowler (1991), Goffman (1974 e 1996), Herman e Chonsky (1988), Orlandi (2016), Porto (2004) e Santana (2020).

De acordo com Beach e Pedersen (2013), os cientistas sociais devem usar teorias como qualquer cidadão se utiliza de mapas. Porém, os cientistas sociais vão além de uma simples inferência descritiva, o que é a atividade básica de um cartógrafo quando está desenhando um mapa. Estudar um relacionamento causal busca explicar como e por que um fenômeno social acontece. Além disso, as teorias devem ser utilizadas não apenas como um pensamento meramente hipotético. Elas precisam ser validadas empiricamente para que se possa ter certeza de que representam a realidade da forma mais correta possível (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Note-se que medir fenômenos sociais é uma tarefa extremamente difícil. Medir toda a realidade de fenômenos sociais é algo que está muito além de qualquer ferramenta à disposição de cientistas sociais, não importa o quão sofisticadas e modernas elas sejam. O máximo que se pode alcançar é uma pequena amostra observável de um dado fenômeno (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Desta forma, então, o que permite aos cientistas sociais concluir, a partir de observações empíricas, sobre a existência ou não de um mecanismo causal em um caso estudado com o método *Process Tracing – Theory Testing?* Nesta pesquisa, o objetivo é verificar se as evidências empíricas sobre as atividades causais, agindo a partir da causa X (meios de comunicação de massa), estão presentes e produzem no todo, ou em partes, o resultado Y (redução nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições). Segundo Beach e Pedersen (2013), o que permite ao pesquisador concluir sobre a existência ou não de um mecanismo causal em um caso estudado é um processo que se

denomina inferência interna, significando que evidências empíricas precisam ser coletadas de dentro de um caso específico para se inferir se o mecanismo causal teorizado faz parte ou não daquilo que causou o resultado Y. Portanto, utilizando-se do método *Process Tracing – Theory Testing*, o pesquisador busca, no contexto estudado, as evidências empíricas e os dados que possam comprovar ou não a presença do mecanismo hipotetizado. Note-se que a existência ou não das evidências empíricas e dados é uma questão fática. Se elas existem no contexto estudado, é sobre elas que a atenção do pesquisador precisa estar focada, pois é a sua força e robustez que vão definir se, após o processo de análise, o nível de confiança do pesquisador na presença do mecanismo aumentará ou será reduzido. Por isso, em um estudo de caso, esse processo não pode ser confundido com a busca pela confirmação da hipótese, pois ou as evidências existem ou não existem, assim como, por ser um caso específico sendo estudado, essas evidências não podem ser usadas para se fazer inferências entre diferentes casos. Assim, devido à ontologia de causalidade usada no método *Process Tracing*, as ferramentas inferenciais utilizadas em métodos clássicos de análise estatística comparativa entre casos não podem ser aplicadas a esse método (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Nesse sentido, a lógica bayesiana oferece as ferramentas mais adequadas para se fazer o tipo de inferência interna que o método *Process Tracing – Theory Testing* exige, pois permite que observações empíricas confirmem ou não a existência de partes ou de todo o mecanismo causal entre X e Y. Essa lógica, segundo Beach e Pedersen (2013), contraria a bem conhecida ideia de Popper de que teorias não são verificáveis. A lógica bayesiana, ao contrário, afirma que se pode confirmar ou refutar a confiança do pesquisador em uma determinada teoria mesmo que a certeza tanto na confirmação quanto na refutação nunca seja de 100%, o que, aliás, deve ser a ideia básica de todo o projeto de pesquisa que pretenda ser científico (BEACH; PEDERSEN, 2013).

A confirmação ou o aumento da confiança do pesquisador sobre a validade de uma teoria é alcançada, segundo a lógica bayesiana, quando a probabilidade posterior de validade da teoria é superior à probabilidade anterior à coleta de dados e evidências empíricas. Simplificadamente isso significa que, quando o pesquisador teorizar sobre a existência de um determinado mecanismo causal entre uma causa X e um resultado Y, ele utilizará todo o conhecimento já disponível a respeito do tema. Fazer isso já confere ao pesquisador um certo nível de confiança necessário para a formulação da hipótese (probabilidade anterior). Se, após a coleta de mais dados empíricos e evidências, o pesquisador encontrar razões para aumentar o seu nível de confiança na presença do mecanismo causal que ele formulou como hipótese (probabilidade

posterior), segundo a lógica bayesiana, a sua teoria estará confirmada (BEACH; PEDERSEN, 2013).

O material coletado para ser usado como evidência empírica no método *Process Tracing – Theory Testing* é conhecido como *Causal Process Observation* (CPO), ou Observação do Processo Causal. Esse material é composto de *insights*, ou partes de dados que fornecem informações sobre o contexto e mecanismo a ser analisado, possibilitando, assim, as inferências causais internas de forma diferente de como elas são feitas quando se usa um banco de dados estatísticos (COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2010 apud BEACH; PEDERSEN, 2013). Nesta pesquisa, o material a ser coletado como evidência empírica são os dados sobre as matérias jornalísticas veiculadas no Jornal Nacional sobre o tema corrupção política, bem como seu enquadramento, no caso da atividade causal conjuntural. Com relação às duas atividades causais consideradas estruturais por esta pesquisa, o material utilizado será a teoria que as sustenta, bem como dados de outras pesquisas que indiquem a sua existência.

Verificar a existência no todo, ou em partes, do mecanismo causal hipotetizado em um estudo significa, também, ter a garantia de que a variável independente e o mecanismo seguido exercem efeitos verdadeiramente observáveis sobre a variável dependente. No entanto, esse método não está interessado em medir e avaliar a magnitude dos efeitos causais oriundos da combinação de uma variável independente com o mecanismo seguido na variável dependente. Em vez disso, esse método procura explicar como o mecanismo causal contribuiu para causar o resultado Y (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Finalmente, para que a existência do mecanismo causal entre uma causa X e um resultado Y seja comprovada usando o *Process Tracing – Theory Testing*, é necessário que cada parte desse mecanismo possa ser observada materialmente. Para que se possa detectar a manifestação dessas partes, o pesquisador precisa desenvolver cuidadosamente a previsão de quais evidências devem ser encontradas. Além disso, a formulação de previsões deve capturar a entidade em ação, assim como a sua atividade material específica. As evidências empíricas coletadas devem capturar os sinais da transmissão de poder entre X e Y por meio do mecanismo causal hipotetizado (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Nos Quadros 1 e 2, traz-se um organograma do desenho de pesquisa com a utilização da variante *Process Tracing – Theory Testing* e seus diferentes componentes, já utilizando os elementos específicos sendo empregados por esta pesquisa. Assim, é possível visualizar a causa X ou variável independente (meios de comunicação de massa), as atividades que formam o mecanismo causal hipotetizado (confiança conferida pela população brasileira aos meios de comunicação de massa; cultura política de desconfiança da população nas instituições;

agendamento e enquadramento do tema corrupção política pelo Jornal Nacional), e o resultado Y (baixos, ou redução, dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições).

Quadro 1 – Organograma geral do desenho de pesquisa.

Nível Teórico	MECANISMO CAUSAL		
	CAUSA X		RESULTADO Y
	N1 > N2 > N3...		
Nível Empírico	Manifestação Empírica da Causa X	Manifestação Empírica de cada parte do Mecanismo Causal	Manifestação Empírica do Resultado Y

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Beach e Pedersen (2013).

Quadro 2 – Desenho da pesquisa com suas diferentes partes.

	MECANISMO CAUSAL	
	AC 1 > AC 2 > AC 3*...	
CAUSA X	AC 1: A confiança conferida, pela população brasileira, aos meios de comunicação de massa.	RESULTADO Y
VARIAVEL INDEPENDENTE	AC 2: A cultura política de desconfiança nas instituições.	VARIAVEL DEPENDENTE
MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	AC 3: o agendamento do tema corrupção com enquadramento de viés antipolítica em geral, fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos	REDUÇÃO NOS NÍVEIS DE CONFIANÇA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NA DEMOCRACIA E SUAS INSTITUICOES

*AC = atividade causal. Fonte: Elaborado pelo autor.

3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

3.1 CULTURA POLÍTICA

Conhecer certos aspectos da cultura política de uma determinada sociedade significa conhecer as atitudes, normas, crenças e valores políticos partilhados pela maioria dos membros dessa sociedade, mas também significa conhecer o tipo de sistema político existente e a relação das pessoas com esse sistema. E é aqui que reside a importância da cultura política para esta tese, pois ela diz respeito à relação que se estabelece entre a população, o sistema político e as instituições que o estruturam. Note-se que as duas atividades causais estruturais hipotetizadas por esta pesquisa como parte do mecanismo que, a partir dos meios de comunicação de massa, irá provocar a queda nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições, são componentes da cultura política nacional. Essas duas atividades causais são a persistente falta de confiança da população nas instituições democráticas e a sua contrapartida, que é a confiança que essa mesma população deposita nos meios de comunicação de massa (mídia), os quais, nas sociedades contemporâneas, se transformaram em importantes agências socializadoras (SCHMIDT, 2000).

Para Gabriel Almond (1990), certas categorias que compõem a teoria da cultura política estão presentes em análises desde os primeiros passos do que se conhece por Ciência Política. Platão, Aristóteles, Montesquieu e Rousseau, bem como Tocqueville, Maquiavel e Max Weber já utilizavam, em seus escritos, os conceitos de subcultura, socialização política e mudança de cultura – mesmo que a sua elaboração estivesse ainda muito distante do que deles se conhece hoje. Dos gregos se tem a referência de que as leis mais importantes eram aquelas mais bem aceitas pela população e não as mais bem construídas abstratamente. Montesquieu pregava a necessidade da relação entre os costumes e as leis a serem estabelecidas. Para Rousseau, a relação entre as normas sociais e as instituições era fundamental em uma sociedade. Já Tocqueville – dentre todos, aquele que maior influência exerceu nos estudos americanos sobre cultura política – uniu elementos culturalistas tradicionais com outras linhas de pesquisa sobre a democracia, tais como aquelas que se debruçavam sobre os estudos a respeito do associativismo e aqueles que se ocupavam do institucionalismo local. Maquiavel apontou como importantes os aspectos político-culturais, os valores morais, os sentimentos de identidade e compromisso para estabelecer o contraste entre o comportamento dos cidadãos da Roma republicana, da população do império e dos italianos contemporâneos. Para Baquero e Pra

(2007, p. 19), “Mesmo separados por um lapso de tempo significativo, esses autores convergem para o princípio de que a difusão de determinados padrões culturais na sociedade constitui a base para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos que dão sustentação aos regimes políticos”.

No entanto, foram os avanços no campo da pesquisa quantitativa que ocorreram durante as décadas de 50 e 60 do século XX que impulsionaram abordagens mais objetivas dessa temática, inaugurando, assim, a fase contemporânea dos estudos sobre cultura política.

No século XIX, assim como no início do século XX, era predominante a crença de que a raça humana estava fadada ao sucesso. Não haveria problema que fosse capaz de superar a habilidade do homem de descobrir uma solução. Porém, as grandes guerras que se sucederam na primeira metade do século XX colocaram essas crenças sob inúmeras dúvidas. Concluiu-se, então, que os seres humanos poderiam, na verdade, destruir-se a si próprios. Dessa forma, e na esteira desses eventos, surgiram novas técnicas de pesquisa, como os *surveys*. Desenvolveu-se métodos para melhorar a representatividade das amostras, aumentou-se a sofisticação das entrevistas, dando a estas um caráter mais científico; além disso, surgiram novas técnicas que facilitaram o uso de análises e inferências estatísticas, o que facilitou a aplicação de testes empíricos. Tudo isso contribuiu de forma importante para o desenvolvimento dos estudos sobre cultura política (ALMOND, 1990).

Esses estudos introduziram um componente importante para se entender a orientação política das sociedades. Tal componente está relacionado com a dimensão subjetiva dos atores dentro dos processos. Assim, a cultura política diz respeito às atitudes, crenças e sentimentos que ordenam os processos políticos. A ação dos atores na arena política sofre influência dos valores e costumes preponderantes em suas sociedades. Ou seja, os processos políticos sofrem influência da herança cultural dominante nas sociedades, a qual desempenha um papel importante na relação dos atores com a esfera política (ALMOND; VERBA, 1965).

O conceito de cultura política, na sua versão contemporânea, foi introduzido por Almond em 1955. No entanto, o livro *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries*, cuja primeira edição foi em 1963, é o evento que inaugura definitivamente o estabelecimento da cultura política como um importante campo de pesquisa. Para Almond e Verba (1965), o conceito de cultura política está diretamente relacionado com a inserção das pessoas nos processos políticos nas sociedades às quais elas pertencem. Em outras palavras, seria como os atores sociais veem e reagem aos sistemas políticos, suas orientações e atitudes (ALOMOND; VERBA, 1965).

Os estudos que deram origem ao livro mencionado acima foram realizados em cinco diferentes países, México, Itália, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Em sua pesquisa, Almond e Verba identificaram três diferentes tipos de cultura política dentro dos quais os casos observados poderiam ser enquadrados: a cultura política de caráter paroquial, de sujeição e de participação. Além disso, os autores se utilizaram de outras três dimensões para caracterizar a orientação política dos cidadãos. Estas são as dimensões cognitiva, que diz respeito ao nível de informação e às crenças dos cidadãos com relação ao sistema político; a afetiva, que está relacionada com os sentimentos e com a identidade dos cidadãos com relação ao sistema político; e a dimensão avaliativa, que diz respeito aos julgamentos dos cidadãos sobre os objetos políticos e seu desempenho, que podem envolver a combinação de padrões de valores, critérios de informação e sentimentos (ALMOND; VERBA, 1965).

A cultura política de caráter paroquial caracteriza as sociedades mais simples, em que não há instituições políticas propriamente ditas. Nessa tipologia, estão ausentes as três dimensões de orientação política. Essas são sociedades do tipo tribais, onde economia, política e religião se misturam cotidianamente (BOBBIO, 2000). Na cultura política de sujeição, as dimensões de orientação política estão todas presentes, mas a participação dos cidadãos ocorre apenas quando normatizada, ou seja, essa participação depende da vontade e permissão do Estado. Aqui as tendências são de passividade e corresponderiam principalmente aos regimes autoritários (BOBBIO, 2000). Já o terceiro tipo se denomina cultura política de participação. Nessa tipologia, supõe-se haver a participação ativa dos cidadãos e as três dimensões de orientação política também estão presentes. Aqui desenvolve-se o espaço de participação e debate entre os atores. As chamadas democracias avançadas melhor se enquadrariam nesse modelo (BOBBIO, 2000).

Almond e Verba também definiram o que seria cultura cívica, expressão que consta no próprio título do seu livro. Para os autores, a cultura cívica traz, no seu conteúdo, as orientações paroquial, de sujeição e participante. Dessa forma, em sociedades com alto nível de cultura cívica, há a participação dos cidadãos nos processos e debates políticos. Porém, ao mesmo tempo, é mantida a tradição de respeito ao líder, da cultura de sujeição, bem como a tradição da socialização da cultura paroquial. Em outras palavras, na cultura cívica, haveria um equilíbrio de atividade política, participação e racionalidade, passividade, tradição e compromisso com valores paroquiais. Seria muito raro algum caso em que houvesse apenas um tipo de cultura política (ALMOND; VERBA, 1965).

O conteúdo de uma cultura política resulta do processo de socialização dos indivíduos, que ocorre durante a vida toda. Na infância, a família exerce grande influência sobre o que o

indivíduo vai assimilar como crenças e valores sobre praticamente todos os aspectos da sua vida, incluindo questões relacionadas com o mundo da política. Como sequência lógica desse primeiro período, a educação formal passa a ter a escola como um agente importante. Na escola, as experiências transcendem os limites da família. A partir desse momento, o indivíduo se insere, de uma maneira mais efetiva, no contexto social onde vive, passando a receber a influência desse contexto, bem como passando a influenciá-lo. Para Almond (1990), seria impossível se definir com precisão o sentido da seta causal entre cultura política e estrutura.

Embora a publicação de Almond e Verba (1965) tenha sido pioneira no sentido de trazer o tema da cultura política para o centro do debate nas Ciências Sociais, em que o foco estaria nas condições sociais da democracia, relacionando atitude política e prática do voto, saindo do institucionalismo formal, essa obra importante não ficou imune a críticas. A primeira e provavelmente a mais contundente de todas as críticas diz respeito ao caráter liberal ocidental do trabalho de Almond e Verba. As referências usadas pelos autores vêm principalmente do modelo de democracia dos Estados Unidos e Grã-Bretanha, dando a essas culturas uma conotação de superioridade e de conquista da humanidade, mesmo que isso não esteja explícito na obra (DUTRA, 2002; KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999).

Lane (1992) diz que a diversidade de conteúdos e sentidos também tem sido alvo de críticas com relação ao conceito elaborado por Almond e Verba. Considera-se parte da cultura política de uma sociedade aspectos relacionados a valores políticos, justiça, ideologias, psicologia política, nacionalidade, valores democráticos etc. Dessa forma, muitas coisas podem representar o conceito de cultura política com pouco ou nenhum foco específico. Além disso, durante a pesquisa, os autores teriam deixado de lado a heterogeneidade cultural existente dentro dos países analisados (LANE, 1992).

As críticas ao trabalho de Almond e Verba são inúmeras e se dão sob diversos aspectos; no entanto, há consenso quanto à importância que o trabalho dos autores teve e continua tendo para as pesquisas nas Ciências Sociais em geral. Para o presente trabalho, o conceito de cultura política se mostra de fundamental importância, também, porque é o tipo de cultura política existente na sociedade brasileira que vai fornecer a estrutura de sustentação para que o encadeamento de eventos aqui estudados pudesse ter produzido o resultado observado. Tanto é assim que a confiança nas instituições, que será tratada no próximo item e constitui a variável dependente desta pesquisa, é componente chave para conceito geral de cultura política.

3.2 CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

A cultura política é uma área de pesquisa extremamente vasta e multidisciplinar. Dentro dos seus limites é possível se inserir um “sem número” de diferentes ramificações e subáreas. Isso proporciona ao próprio conceito uma grande amplitude, o que pode ser benéfico, porém, ao mesmo tempo, pode gerar confusão, ambiguidades e um pouco do que se conhece por efeito guarda-chuva, em que concepções distintas, e até mesmo antagônicas, podem encontrar abrigo (LANE, 1992; BROWN, 1984) – sem mencionar o fato de que cada uma dessas subáreas também possui o seu grau de diversidade garantido. Uma das ramificações de estudos sobre cultura política, e que constitui um dos conceitos mais importantes para esta pesquisa, diz respeito à confiança que as populações depositam nas instituições que estruturam o regime político em uma determinada sociedade. O conceito de confiança também é amplo, por isso, nas páginas a seguir, se discorre de forma breve sobre algumas de suas dimensões e, principalmente, naquilo que ele se adequa aos propósitos deste estudo.

Newton e Norris (2000) advogam que o nível de confiança nas instituições, mas também em geral, em um plano mais amplo, é resultado do que os indivíduos experimentaram em seus contextos sociais por meio da participação e colaboração interpessoal. Esses processos se realizam através da socialização, que transmite os valores culturais e concepções que moldam os comportamentos dos indivíduos com relação à sociedade e às instituições (NEWTON; NORRIS, 2000). Por outro lado, Rosemberg (1956) relaciona a confiança, de uma maneira geral, a um ato de fé. Quando ela se estabelece, há a crença de que o confiado vai manter a sua palavra. Porém, pelo fato de que a confiança, nessas circunstâncias, envolve ações futuras, há sempre o risco de que caso a expectativa não seja concretizada, alguma perda ocorra, inclusive a redução da própria confiança (ROSEMBERG, 1956).

Para os autores da chamada teoria da escolha racional, como Hardin (1999) e Kramer (1999), o ato de confiar sempre implica uma expectativa racional do que está por vir na relação entre aquele que confia e aquele que é confiado. Segundo Hardin (1999), uma relação de confiança somente se realiza se há interesse mútuo entre aquele que confia e o confiado com relação ao evento que está para acontecer sob responsabilidade do confiado. Portanto, nesse caso, há a necessidade de conhecimento prévio sobre o interesse de cada um com relação ao evento, objeto da confiança, o que inviabilizaria a relação em casos envolvendo um número grande de participantes (HARDIN, 1999). Já para Kramer, não somente o número de envolvidos seria um empecilho intransponível para a realização da confiança nessas circunstâncias, mas também o fato de que as pessoas não teriam capacidade cognitiva para processar as informações necessárias ao cálculo do custo-benefício do ato. Assim, para ele, além da razão como fator

fundamental, fatores sociais e conjunturais também devem fazer parte da equação (KRAMER, 1999).

Para Putnam (1993), Inglehart (1997), Uslaner (2002) e outros representantes da chamada escola culturalista, a confiança em geral, mas que também se refletiria nas instituições, é parte de um processo que nasce e se desenvolve pelas redes de relações horizontais no seio da sociedade civil. Ela se fortalece a partir das normas de reciprocidade, as quais facilitam a cooperação e a ação social (PUTNAM, 1993; INGLEHART, 1997; USLANER, 2002). Nesse aspecto, seguem, em certa medida, o pensamento de Toqueville e Stuart Mill, os quais enfatizavam a necessidade do associativismo voluntário para que a educação cívica pudesse impulsionar a participação democrática dos cidadãos. Para Putnam (1993), isso se denomina capital social, e a sua existência em uma sociedade seria capaz de gerar ciclos virtuosos de desenvolvimento econômico, além de ser componente imprescindível para a sustentação dos regimes democráticos (PUTNAM, 1993). Usando essa mesma linha de raciocínio, La Porta et al. (1997) e Luhmann (1979) afirmam que a confiança reduz as naturais incertezas nas relações humanas, além de impulsionar a cooperação entre os membros de uma comunidade.

Para autores como Almond e Verba (1965), a confiança nas instituições democráticas é um processo que começa com a confiança do cidadão em si mesmo. Para que esse tipo de confiança possa persistir, segundo eles, as pessoas precisam estar confiantes na sua própria capacidade de interagir com as instituições, bem como de influenciá-las. Os autores chamaram esse aspecto da relação entre cidadãos e instituições de competência subjetiva, ou seja, o seu potencial de participação para influenciar as elites políticas. Assim, uma sociedade composta por cidadãos que se sentem capazes de dialogar com suas elites políticas propicia a institucionalização de governos que, ao se sentirem pressionados pelas demandas da população, se tornam mais responsivos. Nesse sentido, o aspecto cognitivo e avaliativo dos cidadãos passa a ser fundamental para o equilíbrio dessa relação. Os cidadãos precisam conhecer e entender o seu próprio sistema, bem como ter a capacidade para fazer julgamentos acurados a respeito das ações das elites políticas (ALMOND; VERBA, 1965).

É importante lembrar que a literatura também mostra diferenças entre a confiança interpessoal dentro de grupos de dimensões reduzidas – onde os atos ocorrem de forma mais aproximada e, portanto, são mais visíveis aos olhos dos que confiam – e a confiança em instituições e órgãos do Estado, com os quais a grande maioria dos cidadãos jamais vai ter qualquer tipo de contato pessoal. Uslaner (2002) adverte que a confiança dentro de pequenos grupos, por suas características específicas, não contribui significativamente para a cooperação social de forma ampla, já que, normalmente, nessas circunstâncias, a confiança ocorre entre

peças de relações próximas e de constante contato, o que facilita o processo, ao contrário do que ocorre em situações em que as pessoas são desconhecidas umas das outras (USLANER, 2002). Nesse sentido, La Porta et al. (1997) dizem que a predisposição de confiar em contextos maiores contribui de forma mais importante para a ação coletiva e a realização de objetivos políticos de grande alcance. Esse tipo de confiança é comumente chamado de confiança política, pois diz respeito à relação das pessoas com as instituições do regime político (LA PORTA et al., 1997).

Por sua vez, Dalton (1998), se referindo à confiança política, diz que há uma diferença entre confiar nas instituições pelo que elas significam dentro do sistema como um todo e a confiança específica nos agentes, os quais conjuntamente são os responsáveis pela performance das instituições. Para ele, a experiência concreta dos indivíduos no seu contexto político, conjugada ao conhecimento sobre como deveriam funcionar as instituições, faz com que aqueles consigam distinguir entre o apoio normativo e o apoio circunstancial (DALTON, 1998). Em outras palavras, e corroborando o que pensa Easton (1975), isso significa que o apoio circunstancial ou específico está mais ligado ao desempenho dos agentes na condução da instituição, e o apoio difuso está relacionado com o que a instituição, por sua regulamentação normativa, supostamente, deve fazer (EASTON, 1975). Note-se que esses aspectos da confiança política mencionados por Dalton e Easton poderão ser observados permanentemente durante todo o percurso desta pesquisa. Isso porque, de uma forma relativamente regular, os dados vão apresentar diferenças entre a preferência das pessoas pela democracia enquanto forma de governo, que significa o apoio difuso ou normativo, e o nível de satisfação com o regime, o que normalmente está relacionado ao desempenho das instituições e à confiança que estas inspiram circunstancialmente nas pessoas.

Assim, em contextos amplos em que estranhos são responsáveis pela condução de ações que terão impacto na vida de todos, como nas instituições do regime democrático, exige-se arranjos, articulações e cooperação social, que na prática são bem mais complexos. Para que haja predisposição de coordenação e cooperação, há a necessidade de uma certa previsibilidade do comportamento das instituições, bem como das pessoas que as dirigem. Nesse sentido, previsibilidade remete à necessidade da existência de regras e normas não somente no que diz respeito às funções de cada instituição, mas também com relação à conduta dos agentes, cujo cumprimento afeta o cotidiano das populações. Assim, do cumprimento dessas normas e regras advém, em última análise, a coesão necessária ao funcionamento e estabilidade das sociedades democráticas. Portanto, a confiança nas instituições democráticas, para Moisés (2010), diz respeito ao que as pessoas esperam enquanto comportamento dessas instituições com base nos

pressupostos já estabelecidos tradicionalmente ou por normas definidas na forma de leis. Segundo o autor, a confiança nas instituições da democracia representativa tem sido um aporte teórico importante para a análise de “[...] uma grande variedade de fenômenos que, mesmo envolvendo riscos, refere-se a coesão necessária ao funcionamento de sociedades complexas, desiguais e diferenciadas que escolheram a alternativa democrática para se autogovernar” (MOISÉS, 2010).

Estudos sobre como as democracias funcionam têm sugerido que há uma estreita relação entre o apoio à democracia, a satisfação das populações com o funcionamento do regime, a confiança que as pessoas depositam nas instituições que estruturam esse regime e sua estabilidade ou instabilidade (MENEGUELLO, 2006; MOISÉS, 2008; GUNTHER; MONTEIRO, 2003). Conforme já elucidado, Easton (1975), ainda dentro da teoria da cultura política, em um trabalho que se tornou referência na área, fez a distinção entre dois tipos diferentes de apoio à democracia, o difuso e o específico. Retoma-se, então, que, para o autor, o apoio difuso é aquele dado ao regime enquanto forma de governo, ou seja, as pessoas apontam a democracia como melhor forma de governo, ou não. O apoio específico está relacionado à satisfação das pessoas com o funcionamento do regime no seu cotidiano, ou seja, é aquele apoio dado circunstancialmente às instituições, de acordo com a avaliação de suas performances pela população. O apoio difuso é mais estável do que o específico, por isso, segundo o autor, é mais importante para a estabilidade do regime, e tem a sua origem no tipo de cultura política existente na sociedade. Já o apoio específico se mostra mais volátil, pois, como dito antes, está relacionado à performance das instituições e seus ocupantes temporários, o que pode sofrer variações de acordo com a conjuntura. Assim, níveis não elevados de apoio específico, em tese, não apresentam grandes riscos ao regime, já que os ocupantes das instituições com as quais a população não estiver satisfeita podem ser substituídos a cada processo eleitoral, e a performance dessas instituições pode, portanto, ser modificada, indo mais ou menos ao encontro das expectativas da população (EASTON, 1975).

Para Easton, em situação de estabilidade e normalidade democrática, a população que confere um bom nível de apoio à democracia enquanto forma de governo acredita que, no longo prazo, mesmo que não esteja satisfeita com o funcionamento do regime, as suas expectativas tendem a ser atendidas, exatamente pelo caráter temporário de quem exerce o poder de decisão nas instituições. Note-se, no entanto, que, para o autor, esse processo também tem um limite. Mesmo que a confiança nas instituições possa não ser elevada circunstancialmente, esta não pode ser uma situação que perdure de forma muito prolongada, pois, segundo ele, esse tipo de

confiança também cumpre papel importante com relação ao apoio difuso ao regime enquanto forma de governo (EASTON, 1975).

Desta forma, mesmo considerando a distinção entre os dois tipos de apoio à democracia, a persistência de níveis muito baixos de confiança nas instituições pelo fato de estas, recorrentemente, não estarem desempenhando o papel que delas se espera, pode afetar a confiança da população no próprio regime e colocar em risco a sua estabilidade. Em outras palavras, se os níveis de insatisfação da população com o funcionamento das instituições democráticas forem baixos por muito tempo, a tendência é que o apoio à democracia em si comece a assumir uma curva de declínio. Por conseguinte, se a confiança no regime cair a níveis muito baixos, a sua estabilidade pode estar ameaçada e suas instituições podem não ter mais a credibilidade necessária para manter a sua sustentação, abrindo caminho para formas não democráticas de governo (EASTON, 1975).

Torcál, Gunther e Montero (2002) e, posteriormente, Teorell, Torcál e Montero (2007) desenvolveram trabalhos que buscaram estudar com mais profundidade os meandros da relação entre a população de uma determinada sociedade e as instituições, mais especificamente os partidos políticos. Para os autores, a hostilidade aos partidos políticos, aspecto comum na sociedade brasileira, pode ser consequência de recorrentes avaliações negativas sobre o funcionamento do regime democrático, e isso seria uma reação circunstancial não permanente. Este tipo de insatisfação demonstraria uma boa capacidade de entendimento por parte da população sobre o funcionamento da democracia representativa, tornando-a mais exigente com relação à performance dos agentes políticos. Por outro lado, os autores sugerem que a rejeição aos partidos políticos também pode estar relacionada ao tipo de cultura política vigente na sociedade em questão. Para eles, esse tipo de insatisfação, que está relacionada a uma cultura política não assertiva, acaba ocasionando um baixo interesse da população em participar dos processos políticos, tornando-a apática e indiferente (TORCAL; GUNTHER; MONTERO, 2002; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007).

Os dois tipos de atitude relacionados aos partidos políticos mencionados acima também possuem as suas dimensões e significados. Se a rejeição aos partidos tiver como causa o tipo de cultura política vigente na sociedade, a avaliação que a população provavelmente irá fazer é de que não importa o programa oficial explícito em documentos e discursos públicos, a performance que eles terão, quando estiverem no poder, vai ser praticamente a mesma, ou seja, os partidos são todos iguais, não importando a sigla. Isso pode revelar um traço de cultura política relacionada ao centralismo autoritário e, certamente, não compatível com os valores democráticos. Já no caso de a rejeição aos partidos estar relacionada às suas performances

episódicas quando cumprindo funções de poder, a avaliação da população provavelmente vai ser de que a alternância proporcionada pelos processos eleitorais acabará resolvendo o problema. Isso pode revelar, segundo os autores, um traço de avanço democrático e sofisticação política por parte da sociedade (TORCAL; GUNTHER; MONTERO, 2002; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007).

3.3 DEMOCRACIA REPRESENTATIVA LIBERAL CONTEMPORÂNEA

Neste item, traz-se uma síntese do caminho percorrido pelo conceito de democracia nas suas diferentes configurações, a partir da transição do século XIX para o século XX, até os dias de hoje. A importância desta rápida revisão histórica reside no fato de que se considera os eventos estudados por esta pesquisa não como meros episódios isolados, ocorridos em um país em desenvolvimento da América Latina, mas, sim, eventos de um período definido, com características específicas, as quais são exatamente os objetos de estudo deste trabalho, e cujos desdobramentos para o contexto brasileiro ainda são imprevisíveis. No entanto, mais do que isso, considera-se que aqueles acontecimentos se inserem dentro do mesmo processo histórico civilizatório que, nas sociedades ocidentais, teve início com o advento da modernidade europeia e chegou aos dias de hoje. Nesse sentido, parece bastante pertinente a reflexão feita por Charles Tilly (2010) sobre o tema. Para esse autor, a democracia não se constitui num processo dado, garantido e, muito menos, definitivo. A história mostra que os avanços, mas, também, os retrocessos, ou desdemocratizações, são efetivamente a norma dessa caminhada (TILLY, 2010).

Para esta pesquisa, um aspecto relevante nas transformações que o conceito e prática da democracia sofreram ainda durante o século XIX – as quais tem uma sequência e persistência no tempo, com impacto até os dias de hoje – diz respeito ao surgimento, naquele contexto, dos partidos políticos como forma de representação. Num primeiro momento, a ideia de partidos estava relacionada à defesa de interesses de grupos específicos, o que de certa forma colocaria aqueles grupos em linha de colisão com a realização dos interesses coletivos da teoria liberal clássica. Por esse motivo, havia sérias resistências à sua constituição e prática (DUVERGER, 1970; SARTORI, 1982; MANIN, 1995).

Com o tempo, aquelas resistências foram sendo superadas, e os partidos foram se consolidando como legítimos representantes de diferentes grupos sociais na formação dos parlamentos. Paralelamente a isso, seguia a luta pela expansão do direito de votar e ser votado. É importante lembrar que, muito embora hoje o sufrágio universal seja pressuposto básico

para qualquer regime que se pretenda minimamente democrático, a realidade dos fatos é que essa instituição é bem recente em termos históricos e era rechaçada por pensadores importantes da democracia liberal, como o próprio John Locke, Edmund Burke, Benjamin Constant e John Stuart Mill (LOSURDO, 2004). E Mill, mesmo tendo sido favorável ao voto feminino, defendia que algumas parcelas da população que não pagavam suficientemente impostos não deveriam ter direito a voto. Além disso, ele defendia o voto plural, ou seja, algumas categorias de pessoas eram tão importantes que seus votos deveriam ser contabilizados não uma única vez, mas duas ou mais, de acordo com a atividade que desenvolviam (STUART MILL, 1956).

Com o surgimento e consolidação dos partidos políticos ainda no século XIX e com as lutas pela expansão do direito de voto, o que ocorria de forma lenta, mas contínua, e já como um processo de transição de um século para outro, a democracia começou a apresentar uma face com traços que apontavam os caminhos que seriam trilhados durante o século XX. Assim, por meio de pensadores como Caetano Mosca, Vilfredo Pareto, Robert Michels e outros autores do que ficou conhecido como teoria das elites, o liberalismo trouxe uma análise mais realista sobre o Estado e a democracia, portanto, menos normativa e idealista do que seus pares e predecessores vinham fazendo durante todo o período pós-revoluções burguesas.

A teoria das elites, nas suas formulações originais, procurava enfatizar a suposta existência e inexorabilidade, em qualquer sociedade, de uma minoria dominante que impõe as suas regras a uma maioria dominada. Tal teoria também procurou demonstrar que essas minorias não eram homogêneas, e a capacidade, aptidão e vontade de dominar eram fatores importantes no processo de continuidade, ou não, do grupo no poder. Enquanto uma leitura realista e crítica do mundo que finalizava o século XIX e adentrava o século XX, essa teoria certamente teve a sua importância e valor como método de análise. Afinal de contas, o sistema capitalista estava consolidado e hegemônico no Ocidente; a burguesia, enquanto classe dominante, estava perfeitamente estabelecida, com sistemas políticos em afirmação sob a liderança do liberalismo, além da quase inexistência dos componentes originais do que se conhecia por democracia na Grécia, ou do que havia sido teorizado por Rousseau e Marx quanto à questão da igualdade substancial, ou seja, aquela que adentraria pelo campo econômico e não somente político. Naquele momento, o mercado surgia como o único regulador das relações econômicas e sociais das sociedades ocidentais. O Estado, como nas formulações de Marx e, por que não dizer, da própria teoria das elites, assumia cada vez mais as funções de instrumento de poder da burguesia capitalista, cada vez mais consolidada, forte e inserida em todos os ramos de atividade humanas.

Nesse sentido, a democracia que se desloca do século XIX para o século XX – assim como no encontro com o liberalismo alguns séculos antes, cujos desdobramentos delineiam uma sequência interminável no tempo – teve novas tensões a serem enfrentadas e resolvidas. A incorporação de elementos da teoria das elites gerou essas tensões e foi tornando o conceito de democracia moderna mais volátil e elástico, assim como o seu distanciamento do campo econômico foi ficando mais nítido. Assim, alguns aspectos dessa nova configuração sendo desenhada se destacaram.

Fortaleceu-se, naquele momento, entre aqueles que estavam pensando a convergência do conceito de democracia liberal clássico com elementos da teoria das elites, a ideia de que a participação e apoio das massas populacionais não seria imprescindível, nem mesmo desejável, para a consolidação democrática. Isso se deu por duas razões. A primeira é que, para a teoria das elites, as massas populacionais eram amorfas e sem capacidade para qualquer função governamental. Segundo, e, neste ponto, de forma um tanto contraditória com relação à primeira razão, seriam essas massas susceptíveis a argumentos usados por demagogos, os quais as conduziriam a apoiar regimes totalitários, se configurando elas, desta forma, muito mais como uma ameaça do que como uma sustentação à democracia. A contradição aqui está no fato de que, de acordo com esse entendimento, as massas seriam desqualificadas, amorfas, inertes e não susceptíveis à influência para a realização de ações consideradas positivas, de busca do bem comum, mas se mobilizariam sob influência de demagogos com objetivos totalitários.

Esse fato não passou despercebido entre os adversários da teoria das elites. Uma das críticas mais contundentes diz que as populações precisariam permanecer em silêncio, o que mostra o temor subjacente das consequências que a ação das massas, inseridas na política, poderia trazer para o campo econômico, onde o poder concentrador da burguesia, através da posse dos meios de produção econômica e do controle das instituições políticas nos governos e parlamentos, se mostrava hegemônico (LOSURDO, 2004).

Nesse contexto surge Joseph Schumpeter, um dos mais importantes teóricos da democracia “realmente existente”. Com a sua obra, a democracia assimila os elementos da teoria das elites, fundamentais para a burguesia da época, incorpora definitivamente o sufrágio universal, além de limitar a sua própria abrangência e alcance exclusivamente ao campo da política. Segundo Bottomore (1974), ao confinar a democracia ao campo da política, Schumpeter retira dela a essência formulada pelo liberalismo clássico do século XVIII, a qual tinha como pressuposto que a democracia seria o instrumento pelo qual as populações expressariam a sua vontade para atingir o fim, que seria o bem comum, com o componente da igualdade substancial ainda com expressiva força. Na formulação de Schumpeter (1984), o bem

comum não existe, assim como não existe uma vontade comum. Para ele, não haveria entre as pessoas a identidade necessária para que pudesse se constituir um bem comum, o qual seria o objeto de busca e realização através de uma vontade coletiva comum (SCHUMPETER, 1984).

Schumpeter entende a democracia com uma visão puramente mercadológica, em que grupos e produtores econômicos disputariam a preferência dos consumidores. Nessa analogia, os grupos econômicos são as forças políticas em disputa pelo poder político na sociedade, e os consumidores são a população em geral, que escolhe os seus representantes em processos eleitorais. Para Schumpeter (1984), a vontade do povo é o resultado do processo político, não o contrário. A democracia não seria um fim, mas apenas um método para a tomada de decisões políticas, fossem estas de interesse público ou não (SCHUMPETER, 1984). Nesse sentido, ele foi um herdeiro direto do pensamento de Mosca, Pareto e Michels.

Nessa mesma linha de pensamento, mas com um método mais bem elaborado, surgiu Robert Dahl, um pensador estadunidense que também exerceu grande influência para o pensamento democrático contemporâneo. Seu objetivo foi tentar estabelecer um método a partir da política real, sem se ater ao idealismo normativo do conceito liberal clássico. Robert Dahl apareceu para a Ciência Política já no início da segunda metade do século XX. Assim como Schumpeter, Dahl também via a democracia não como um fim em si mesma. Contudo, é possível destacar diferenças importantes entre os dois. A contribuição de Dahl coloca o conceito e o método democrático em um meio termo entre o que é puramente normativo do liberalismo clássico e o que parece monolítico, engessado e até mesmo determinístico do elitismo de Schumpeter. Para Giovani Sartori (1994), um dos aspectos mais importantes das formulações de Dahl centra-se no caráter pluralista que ele dá à democracia, com elites competindo entre si, também com uma certa dose de normatismo, pois pretende, com isso, estimular o processo democrático e não apenas elaborar um método. Já Schumpeter apresenta-se como um pensador descritivo da realidade política “realmente existente”, sem interesse no idealismo clássico (SARTORI, 1994).

Em uma de suas principais obras, intitulada *Poliarquia*, de 1971, Dahl delineia aquilo que ele definia como pressupostos básicos para que uma sociedade pudesse ser considerada uma democracia, ou seja, o seu método democrático. Ele não chamou o resultado daquele método de democracia, e sim poliarquia. Nesse sentido, ele criou as variáveis que iriam determinar se um regime é ou não democrático. No modelo de Dahl, o sufrágio é universal e a participação das pessoas se dá através de eleições em que elas estão integradas em associações, como partidos políticos etc. Essa associação deve ser de livre escolha de cada pessoa. Dessa forma, se caracterizariam os diferentes grupos disputando o poder político de forma legítima, e

a pluralidade de grupos que essa fórmula possibilitaria levaria, por conseguinte, a um alto nível de competição pelo poder. O sufrágio universal garantiria ao regime poliárquico a participação e exclusividade das pessoas, as quais, para votar, estariam filiadas ou não a alguma associação, bem como garantiria o direito de serem votadas aos cargos em disputa (DAHL, 1997).

Outro dos pressupostos de Dahl diz respeito à necessidade de haver eleições regularmente e de que essas eleições sejam livres, e que a competição se dê de forma idônea. As pessoas também devem poder manifestar livremente as suas preferências e convicções, assim como exercer a liberdade de convencimento de outros a respeito dessas preferências e convicções. Além disso, outro aspecto de vital importância para Robert Dahl, de direta relação com o objeto de estudo desta pesquisa, é a existência de pluralidade quanto aos meios pelos quais as pessoas se informam para construir as suas convicções. Esses meios não devem ser uniformes ou uníssonos quanto às informações que fornecem para os potenciais eleitores. Aqui, o autor sinaliza para a necessidade de se evitar o monopólio da informação. Esta deve ser plural, assim como as forças em disputa. Por fim, Dahl (1997) enfatiza a imperiosidade da existência de instituições que possam não somente garantir a realização dos pressupostos anteriores e das disputas propriamente ditas, mas também que possam garantir que os vencedores sejam efetivamente empossados e exerçam as funções para as quais foram eleitos.

Em 1965, Giovanni Sartori escreve a *Teoria democrática* e, posteriormente, em 1994, *A teoria democrática revisitada: o debate contemporâneo*. Tal trabalho também tem por objetivo a elaboração de uma teoria democrática. Seguindo a mesma linha de Schumpeter e Dahl, a base da teoria de Sartori se assenta na ideia de elites políticas disputando a administração do Estado, tendo a representação como um aspecto pacificado e inerente ao próprio sistema. Mesmo seguindo os pressupostos do procedimentalismo e análise descritiva, dominante a partir de Schumpeter, Sartori não afasta o componente normativo do conceito de democracia. Ao contrário, ele procura estabelecer uma forma de aproximação entre essas duas perspectivas. Para ele, as tensões entre o que a democracia realmente é e aquilo que ela deveria ser produzem o movimento que ele chama de processo através do qual se toma as decisões políticas (SARTORI, 1994).

Sartori também não vislumbrava a participação efetiva da população em geral nos processos políticos decisórios ou funções governamentais. Essa participação somente se daria por meio das eleições e em grupos de pressão e controle. E, em época de plena aceleração do desenvolvimento das tecnologias de comunicação, o pensador italiano olhava com cuidado para a participação popular em eleições. O seu temor estava centrado na real possibilidade de manipulação das massas pelos meios de comunicação, os quais se encontravam em um processo

de expansão e concentração e poderiam produzir artificialmente um consenso popular que jamais ocorreria de outra forma (SARTORI, 1994). Note-se que a preocupação de Sartori era relativa à participação popular, se ela seria positiva ou negativa para a democracia, e não relativa a alguma forma de regulação dos meios de comunicação, para que eles se adequassem e veiculassem informações de forma plural, nos moldes do que Dahl afirmara ser fundamental para que a população pudesse formar as suas convicções com relação às forças políticas em disputa nos processos eleitorais.

A questão envolvendo uma possível tirania da maioria circunstancial foi preocupação constante nos escritos de Sartori. Para ele, o direito das maiorias não pode ser ilimitado, e as minorias devem ser o fator limitador desse poder, pois, para Sartori, o conceito de povo é a soma da maioria com a minoria, não apenas a maioria. Dessa forma, as maiorias seriam adequadas apenas para decidir eleições e quem vai efetivamente tomar as decisões. As maiorias elegem, as minorias eleitas decidem. Para ele, a democracia seria nada além de um processo de recrutamento de grupos governantes através de eleições plurais. Porém, mesmo nas eleições as maiorias apresentam problemas, e nesse sentido o pensador italiano mostra a sua face mais elitista. Para ele, em um primeiro momento, as eleições significariam a escolha dos melhores. Porém, o fator competitivo, aliado à incorporação das massas no processo, tornaria inevitável uma redução na qualidade dos escolhidos (SARTORI, 1994).

Em linhas gerais, Sartori definia que as democracias contemporâneas dependeriam de três fatores para o seu funcionamento adequado. O primeiro diz respeito ao poder da maioria, que deve ser limitado, e o conjunto do povo deve ser a soma da maioria com a minoria. O segundo fator diz respeito aos procedimentos eleitorais, os quais devem ser plurais e com a maior competitividade possível. Por fim, que os resultados dos processos eleitorais devem ser respeitados, assim como deve ser respeitado o poder transmitido de quem está no poder para os seus sucessores eleitos, nos moldes defendidos por Dahl. A questão principal para Sartori aqui era garantir que a competitividade pudesse ser efetiva e que as instituições desenvolvessem mecanismos para evitar manobras através das quais indivíduos se autoproclamassem detentores de um poder irrevogável, ou seja, com propriedade sobre esse poder de forma autoritária (SARTORI, 1994).

Assim, pode-se sugerir que Schumpeter, Dahl e Sartori, entre outros, completam um ciclo do pensamento democrático. Esses autores estabelecem uma série de procedimentos e normas para que o modelo de democracia contemporânea, pensada a partir da segunda metade do século XIX, pudesse ser efetivamente operacionalizada. Nesse contexto, há um fator que não pode ser negligenciado, sob pena de não se entender todo o processo de construção dessa

democracia. A consolidação dos Estados nacionais com imensas extensões territoriais tornou muito mais difícil a participação e influência dos cidadãos nos assuntos políticos que não fossem de abrangência estritamente local. Aliás, esse é um dos argumentos mais usados pelos elitistas, juntamente com a incapacidade das massas de governar, para justificar a participação do povo exclusivamente na escolha de quem vai gerir o Estado. Assim, para pensadores com Schumpeter e Dahl, Sartori e outros, a representação, intrínseca ao modelo procedimental de democracia, ganha ares de única forma de participação popular nos processos políticos decisórios.

Em 1987, Norberto Bobbio, um dos mais importantes pensadores da democracia contemporânea e defensor do procedimentalismo, asseverava que, mais importante do que incluir grandes contingentes populacionais no processo de tomada de decisão política, ou seja, aliar a democracia representativa à democracia participativa, o que se mostrava imperioso era se pensar formas de acrescentar verdadeira substância ao conceito de democracia, que significasse ir além do campo político e adentrar pela esfera social e econômica. Bobbio aqui se refere aos níveis de desigualdades socioeconômicas que os países capitalistas do Ocidente estavam experimentando com o aprofundamento da crise do Estado de bem-estar social europeu, mas, principalmente, nos países do chamado terceiro mundo. Para ele, altos índices de desigualdades socioeconômicas conduzem inevitavelmente a desigualdades políticas, que, por sua vez, levam ao enfraquecimento da democracia (BOBBIO, 1987).

3.4 ESFERA PÚBLICA

O conceito de esfera pública se mostra importante para esta pesquisa porque, apesar das permanentes transformações que ocorreram nas relações sociais ao longo do tempo, é nesse espaço imaginário entre a sociedade e o Estado que acontecem os grandes debates públicos, dos quais vão resultar, ou não, decisões políticas a serem adotadas pela esfera estatal. Portanto, *esfera pública* é um conceito ainda atual nesta segunda década do século XXI. Além disso, na contemporaneidade, os meios de comunicação de massa – um dos objetos de estudo desta pesquisa – desempenham papéis de fundamental importância para que os debates públicos ocorram nesse espaço imaginário. A mídia é responsável por fornecer a principal plataforma para que os debates ocorram, mas não apenas isso, a mídia contemporânea é responsável direta ou indiretamente pelo fluxo comunicativo intra e entre os subgrupos (subesferas) da sociedade e pelo fluxo comunicativo entre esses subgrupos e a esfera pública, bem como cumpre o papel atribuído a ela por Manin (1995) naquilo que ele chamou de democracia de público, entre a

esfera pública e a esfera estatal, substituindo em grande medida a função originária dos partidos políticos.

O conceito de esfera pública, tal qual se conhece hoje, tem nas elaborações de Juergen Habermas de 1962 um de seus mais proeminentes embasamentos teóricos. Os escritos de Habermas foram baseados em estudos feitos sobre o que o autor considerava a esfera pública na modernidade europeia a partir do século XVIII. O próprio autor fez algumas atualizações desde a obra original até os dias de hoje, porém os princípios básicos do conceito continuam os mesmos. A edição utilizada por esta tese é de 2014. De acordo com Habermas (1962/2014), a esfera pública pensada pelos iluministas do século XVIII, do ponto de vista ideológico normativo, não diferia do conceito do período áureo da democracia na Grécia Antiga. Ela deve ser aquele âmbito da vida social em que os temas relacionados aos interesses da coletividade são expostos na forma de argumentação racional, onde todos os cidadãos participam e manifestam livremente as suas razões (HABERMAS, 2014).

A ideia de esfera pública descrita acima constitui a essência do debate público. Os temas são escolhidos, e as razões expostas; é a expressão dos anseios e vontades do público sobre o objeto do debate. Haverá argumentações que se compatibilizarão e outras serão o seu contraste. Isso significa que os argumentos podem ser aceitos ou simplesmente refutados por outros racionalmente mais convincentes. Dessa forma, a esfera pública se materializa em diversas arenas e espaços públicos, de acordo com o tema de interesse, onde os debates entre indivíduos é permanente (HABERMAS, 2014).

A esfera pública burguesa do século XVIII se constrói, segundo o conceito de Habermas, como um mecanismo de defesa da burguesia contra uma situação em que essa classe social, tornando-se hegemônica nos processos de produção econômica, se via excluída das esferas decisórias da política. Foi precisamente essa situação de importância econômica de um lado e exclusão política do outro que fez a burguesia vislumbrar o engendramento de um “espaço” que não estivesse vinculado a nenhuma instituição nem sujeito à influência do poder do Estado. Nessa esfera pública, o indivíduo privado se insere como um igual, sem qualquer identificação com papéis ou posições sociais fora daquele âmbito, relacionando-se aos outros indivíduos posicionados da mesma forma (HABERMAS, 2014).

Os iluministas do século XVIII manifestavam uma preocupação muito grande quanto à visibilidade das coisas. Visibilidade no sentido de ser visto, de se expor, de se dar a conhecer, dar publicidade aos atos, como o oposto ao arbitrário e ao secreto. Essa preocupação tinha uma relação estreita e ia ao encontro do espírito da época, dos anseios da burguesia, nova classe que ia se tornando hegemônica economicamente, no sentido de estar visível, observável, e não fazer

parte de segredo de Estado, pois o ato praticado em segredo favoreceria o arbítrio e excluiria outras vontades. Nesse sentido, a imprensa desempenhava papel altamente relevante, principalmente quando ela transcende a sua função meramente informativa para assumir uma função crítico-pedagógica, expondo os atos do Estado ao conhecimento do público em geral. No mais das vezes, quando Habermas utiliza o termo público para se referir ao que ocorre na esfera pública, é exatamente no sentido de estar a mostra (HABERMAS, 2014).

O fato de ser humano e ter a capacidade de usar a razão deveria ser o único pré-requisito para a participação na esfera pública burguesa sendo engendrada naquele período. Isso significa que todos poderiam participar dessa esfera e manifestar suas vontades, sem constrangimentos que não os da própria racionalidade. Note-se e enfatize-se que esse espaço, que Habermas chama de esfera pública burguesa, onde a lógica da comunicação racional se constituía como a única regra a ser obedecida, surge composto por indivíduos cujos interesses eram privados. O objetivo prático desse espaço seria a ascensão a um palco de visibilidade pública que, pelo menos naquele momento histórico, não significava e nem se pretendia um instrumento de ação política direta. O processo de circulação e de transformação de um em outro somente vai ocorrer com o passar do tempo. Aquele domínio seria o lugar para ser visto, e, a partir da competência argumentativa exercida naquela arena, as posições consensuais ou os melhores argumentos naturalmente transcenderiam as suas fronteiras físicas, impactando outros públicos (HABERMAS, 2014).

Para Habermas (2014), é do processo argumentativo livre de constrangimentos não racionais que ocorre dentro da esfera pública e cujos resultados transcendem os limites físicos do espaço de debate, impactando outros públicos, incluindo, entre eles, a esfera estatal, que se origina a opinião pública. Esta se transforma no processo de legitimação das representações oriundas da esfera pública (HABERMAS, 2014).

Nesse contexto, o papel da imprensa vai adquirindo cada vez mais relevância. Como mencionado antes, em um primeiro momento, ela cumpre a função de fio condutor, ou conector, que possibilitava a circulação de informações entre a esfera pública burguesa, em constituição, e a esfera privada. A imprensa noticiava os debates e consensos sendo produzidos na esfera pública, subsidiando, assim, outros debates e a construção da opinião pública. No segundo momento, a imprensa passa a cumprir, também, um outro papel de suma importância, qual seja, o de crítico e influenciador das funções do Estado frente aos interesses da burguesia, a qual se consolidava cada vez mais na hegemonia dos processos econômicos, mas que se sentia alijada de poder político. Ainda mais especificamente, nesse segundo momento, a imprensa passa a exercer duas funções distintas: na primeira, como parte da esfera pública, ela intermedia a

expressão das vontades privadas; além disso, assume a função de lugar (plataforma) onde as ações argumentativas vão ocorrer, substituindo dessa forma os espaços físicos, simbolizados na época pelos bares, cafés e salões (HABERMAS, 2014).

Antes de adentrar na descrição do que, para Habermas, foi a degradação da esfera pública moderna, parece importante trazer, se não um diálogo, pelo menos uma exposição geral e resumida do que Hanna Arendt pensava sobre a esfera pública. Há convergências importantes entre esses dois pensadores no que diz respeito à conceituação do ponto de vista normativo-ideológico de esfera pública, assim como há divergências no que diz respeito a seus papéis históricos, principalmente a partir da modernidade. Enquanto Habermas destaca o ressurgimento da esfera pública na modernidade depois de um longo período de “adormecimento”, desde a Grécia Antiga, para uma posterior degradação de suas funções originais, Hanna Arendt assinala que, ao contrário, o fim da verdadeira esfera pública se dá exatamente com o advento da modernidade e da sociedade burguesa de massas.

Para Hanna Arendt, a verdadeira esfera pública somente existiu de fato na *Ágora*, durante o período caracterizado pelo que se conhece como o auge da democracia ateniense. Arendt entende a esfera pública como o espaço institucionalizado de fala e de ação, com participação direta das pessoas nos assuntos públicos. Segundo ela, esse modelo foi destruído exatamente pela modernidade iniciada a partir do final do século XVII – a sociedade de massas teria sido a derrocada da verdadeira esfera pública, e não o seu início, como disse Habermas. Isso teria ocorrido porque a democracia representativa do modelo liberal sendo implementada naquele momento histórico não teria sido capaz de engendrar e oferecer os espaços necessários para que a verdadeira esfera pública pudesse funcionar e se realizar (ARENDRT, 1990).

Ao se observar o ponto de vista dos ideólogos do pensamento moderno liberal da época, é possível sugerir que, talvez, o interesse da modernidade fosse exatamente possibilitar aos cidadãos a escolha de não participar de forma ativa nos assuntos públicos. Nesse sentido, Benjamin Constant (2005) parece colocar o tema de forma clara. Para ele, na modernidade, o indivíduo quer a liberdade para usufruir dos prazeres individuais no seu âmbito privado, com a menor participação possível no âmbito público ou político. Para que isso ocorresse, seria fundamental que os direitos políticos não se tornassem um estorvo para o gozo da vida privada, e seu exercício ocupasse o menor tempo possível (CONSTANT, 2005). Isso, segundo Arendt (2007), sinalizou para um distanciamento do homem moderno com relação às atividades de interesse público, deixando as decisões do campo político para as formas de representação que surgiram a partir daí. Para Arendt, esse processo significou exatamente a despolitização da esfera pública – no sentido de afastar os cidadãos da ação coletiva de busca do bem comum –

e, por conseguinte, a sua derrocada e seu fim. Assim, para a autora, em última análise, isso significou o desaparecimento da esfera pública no seu sentido original, em que as pessoas eram verdadeiramente livres, pois reuniam-se para decidir questões concernentes à política e de interesse de todos, em debates entre iguais, livres também das assimetrias hierárquicas do âmbito privado (ARENDR, 2007).

O século XVIII, segundo Arendt, trouxe a valorização do indivíduo cidadão e seus atributos. Mas esses atributos, paradoxalmente, foram aniquilados pela opinião pública, que passou a cumprir funções coercitivas. A representação, no mundo moderno, passou a funcionar a partir do ponto de vista dos especialistas, transformando a política de interesse público em um mimetismo dos negócios privados (ARENDR, 2007). Ao mesmo tempo, passou a existir também uma sobreposição de esferas, já que as atividades econômicas, entre outras antes pertinentes à esfera privada, ascenderam à condição de objeto de interesse público. A estrutura do social passou a interferir na construção do que é público, e esse público, construído a partir das hierarquias e interesses privados, passou a ser a opinião pública. Dessa forma, o mundo moderno, contrariamente a um de seus maiores objetivos, permitiu que, ao invés da valorização da diversidade a partir dos indivíduos, a homogeneidade passasse a ser a regra do público, imposta pelos mecanismos intrínsecos ao *modus operandi* do que Habermas chamou de esfera pública burguesa. Este se manifesta através de uma opinião que se diz pública, mas que não se constrói a partir da diversidade de indivíduos, e sim da homogeneidade surgida a partir de interesses sociais privados dentro da esfera pública burguesa moderna (ARENDR, 2007).

Mesmo afirmando que a esfera pública havia acabado com o advento da modernidade burguesa, Hanna Arendt ainda se reporta à expressão esfera pública burguesa ao se referir às relações ocorrendo naquele âmbito naquele período histórico. Isso denota que o que efetivamente desapareceu com a modernidade foram aquelas relações entre o público e o privado existentes e institucionalizadas no período da democracia ateniense – o que, para Arendt (2007), constituía a verdadeira esfera pública. Para Habermas (2014), essas novas relações surgidas com a modernidade caracterizaram o nascimento da esfera pública burguesa.

No entanto, mesmo considerando a modernidade como o período de nascimento da esfera pública burguesa, Habermas aponta que essa esfera pública desapareceu com o passar do tempo, convergindo, assim, com as formulações de Hanna Arendt, mesmo que não completamente concomitantes na cronologia temporal. As transformações que ocorreram na sociedade ocidental durante os séculos XIX e XX, principalmente com o advento das comunicações de massa, transformaram a esfera pública burguesa em uma esfera pública fictícia, algo como uma encenação teatral, com pouco ou nada da verdadeira substância que a

originou (HABERMAS, 2014). Esse foi o fenômeno da despolitização da sociedade e da esfera pública. Essa despolitização, mais no sentido arendtiano da ação para a realização do bem comum, ocorreu com a gradativa racionalização do poder e da dominação no interior da esfera pública, como reflexo da relação entre esfera privada e Estado, interrompendo, desta forma, o fluxo comunicacional de discursos problematizadores que pudessem resgatar o caráter efetivamente público daquele âmbito. Mais uma vez, esses dois importantes pensadores do século XX têm acordo com relação a aspectos da essência de suas formulações, mas divergem na cronologia do acontecimento dos fatos. Para Hanna Arendt (2007), esse fenômeno ocorre no advento da sociedade moderna. Para Habermas (2014), ele ocorre na transposição do capitalismo da fase liberal para um capitalismo de fase avançada, que passa a deter o controle político do Estado e a propriedade dos meios de comunicação de massa, nesse momento já perfeitamente integrados ao sistema econômico de mercado.

Segundo Habermas (2014), um dos principais fatores que ocasionaram a derrocada da esfera pública burguesa foi o desaparecimento das demarcações rígidas que existiam nas fronteiras entre o Estado e a sociedade civil. Ou seja, aquilo que Arendt chamaria de sobreposição de esferas, com seus limites assumindo uma liquidez incompatível com as funções de cada uma. Com essa sobreposição da esfera do Estado e a sociedade civil, tende a desaparecer uma das mais importantes funções originais da esfera pública moderna, qual seja, a mediação crítica entre a esfera privada e o Estado. A consequência lógica desse fato é que fatores discursivos não racionais passaram a influenciar o debate dentro da esfera pública. Isso significa que o social e os interesses privados, utilizando o instrumental à sua disposição, passaram a definir o que interessava ser debatido, as regras para esse debate, mas, fundamentalmente, que atores privados seriam admitidos no debate dentro da esfera pública. Tudo isso teria produzido uma esfera pública artificial e de encenação pública (HABERMAS, 2014).

Dessa forma, admitindo a influência da argumentação não racional nos debates e das hierarquias sociais como critério de acessibilidade, a esfera pública contemporânea, tendo os meios de comunicação e a cultura de massa como principal plataforma para a sua realização, reproduz os antagonismos de classe presentes na sociedade capitalista, agora exacerbados. Para Habermas (2014), esse processo teve como principal instrumento de operacionalização a cultura e os meios de comunicação de massa. Assim, ao serem eliminados os pressupostos básicos da esfera pública moderna, a consequência mais importante, segundo o autor, seria a “degeneração da opinião pública”, a qual é construída a partir da pauta de debates que ocorre na esfera pública (HABERMAS, 2014).

Para Habermas (2014), a consequência do, praticamente, desaparecimento das fronteiras entre as esferas, foi a perda de funções e quase eliminação daquele mediador racional que agia na esfera pública entre o Estado e a esfera privada. O papel avaliador do público desaparece e cede seu lugar aos acordos entre partidos e organizações, os quais se constroem como os canalizadores dos interesses privados para as suas realizações no âmbito do Estado. O público, excluído dos processos dentro da esfera pública, nesse contexto, cumpre uma função meramente plebiscitária, obedecendo ao calendário eleitoral de cada sociedade, sem que haja um efetivo debate público. Escolhe-se entre alternativas construídas de forma não pública, fora da esfera pública e apresentadas a ela como se públicas fossem, em um processo não exposto à racionalidade argumentativa. Então, pode-se sugerir também que o que verdadeiramente ocorre, nesse contexto histórico, não se configura no desaparecimento da esfera pública em si. Ela muda de função, é reorientada. E essa reorientação está diretamente relacionada às transformações que ocorreram com aquela instituição que representou a alma da esfera pública desde sua origem, qual seja, a imprensa moderna – hoje, meios de comunicação de massa. Ao se reconfigurar como uma empresa capitalista privada, os meios de comunicação de massa assumem uma função de defesa de interesses privados, tornando-se um canal privilegiado de acesso desses interesses na esfera pública e Estado.

Para Habermas (2014), essas transformações ocorridas com a imprensa e suas novas configurações foram decisivas no processo de degradação da esfera pública. A imprensa moderna, segundo ele, sempre teve uma relação muito estreita com a esfera pública. Era através dessa instituição que os debates dentro da esfera pública ganhavam o público, se transformando em opinião pública. Na contemporaneidade, esse processo se alterou. Ocorre um deslocamento do lugar de gestação da opinião pública. Ela sai da esfera pública e vai para a esfera privada, onde grupos de interesses privados são quem produz a nova opinião pública, que será apresentada na esfera pública. Com isso, os meios de comunicação de massa, incluindo aqui a imprensa escrita, se transformaram no espaço, tempo e instrumento para a circulação do que vai, deliberadamente, se construir enquanto opinião pública. Eles não são mais o espaço para os debates dos quais a opinião pública se originaria. Ao contrário, são os instrumentos através dos quais a opinião pública, já construída em outras esferas, circula pelo tempo necessário para obter a adesão do mesmo público que, de tempos em tempos, é chamado a decidir de forma plebiscitária em processos eleitorais, escolhendo alternativas de cuja construção ele (o público) não participou (HABERMAS, 2014).

A origem dessa “nova” modalidade de opinião pública, portanto, são círculos de interesses privados, dos quais fazem parte hoje os proprietários dos meios de comunicação de

massa, que, por sua vez, continuam reivindicando para si a condição de plataforma para a realização e manifestação da esfera pública. Durante a modernidade, ter os meios de comunicação (imprensa) como instituições privadas era o que garantia a isenção da esfera pública e seu distanciamento com relação ao Estado. Na contemporaneidade, isso se inverte. O fato de serem empresas privadas transforma os meios em poderosos instrumentos de defesa de interesses alheios aos da coletividade, transformando a esfera pública em um espaço privilegiado em que os proprietários privados, os quais também são proprietários da própria plataforma onde a esfera pública se manifesta, agem sobre pessoas privadas, não como integrantes legítimos de um debate com uma argumentação racional, mas sim como detentores de instrumentos de persuasão capazes de transformar os seus interesses privados em consenso público. Em outras palavras, essa reconfiguração das funções dos meios de comunicação – agora empresas privadas capitalistas movendo-se pela lógica da efetivação do mercado através da venda de seus produtos – subverte a sua função original de mediação e exposição dos debates públicos entre pessoas privadas, transformando tais meios no espaço para a construção artificial desses debates a serem apresentados ao público em palcos forjados pelos próprios meios. A publicidade perdeu a propriedade do ser exposto para ser visto e submetido à avaliação racional. Agora, a publicidade se transformou em um mero artifício para se obter adesões, sem qualquer comprometimento racional, mas sim com a simpatia emocional, por isso sedutora e não lógica (HABERMAS, 2014).

Construir a opinião pública na esfera pública contemporânea se transformou em uma tarefa de persuasão, desempenhada basicamente pelos meios de comunicação de massa, que introduzem temáticas preestabelecidas ao maior número de pessoas possível (agendamento dos temas de interesse pela mídia). Essas temáticas de interesse, se introduzidas da forma adequada, enfatizando aspectos que as torne atrativas, acabam por receber a adesão de um público numeroso. Com o uso de técnicas persuasivas elas se transformam em opinião de um determinado público (enquadramento do tema agendado em um esquema interpretativo pronto). Porém, por não terem sido fruto de um processo discursivo racional público, elas não passam de peças produzidas artificialmente para o consumo, inclusive durante os procedimentos eleitorais da democracia contemporânea (HABBERMAS, 2014).

Dessa forma, para Habermas, a esfera pública contemporânea se transformou no espaço de legitimação, perante o público, de interesses de grupos privados, os quais não são públicos, mas que, por necessidade, se apresentam como tal através de uma roupagem dissimulada e persuasiva. Tais posições e interesses se apresentam ao público obedecendo aos procedimentos democráticos, não para serem vistos, avaliados, debatidos e criticados, mas para que sejam

aclamados de forma meramente plebiscitória. Da esfera pública política (estatal) moderna, desaparece aquela dimensão de resolução dos conflitos através de uma mediação “apolítica”. Ela se transforma em uma mesa de negociações onde se sentam o Estado e os grupos de interesse, já que se diluíram os limites territoriais entre a esfera estatal e privada. Esse processo se concretiza, geralmente, por meio de mecanismos de “favorecimentos e compensações”. Em última análise, e no limite, isso significa a apropriação da esfera estatal por grupos privados, os quais utilizarão os procedimentos da democracia representativa contemporânea para sua própria legitimação. Não há disputas efetivas para serem mediadas, e as negociações correm fora da esfera pública. Nos momentos decisivos e necessários, há um simulacro no lugar certo, no tempo certo, para ser visto e legitimado na plataforma fornecida pelos meios de comunicação de massa. A participação política do público legitimador, nessas circunstâncias, se resume a posicionamentos genéricos, com demandas direcionadas ao Estado, as quais serão atendidas ou não pelos postos administrativos avançados desse mesmo Estado, sem que tenha havido uma participação efetiva nos processos decisórios. Desse público espera-se tão somente a sua anuência nos procedimentos da democracia a cada período eleitoral (HABERMAS, 2014).

Para Habermas, essa dimensão mediadora pública que ocorria na esfera pública moderna se mostrava de vital importância para a própria democracia e suas instituições. Na contemporaneidade, os interesses privados negociam e fazem seus arranjos com o Estado longe da esfera pública, pois esta se mostra como fator de desconforto e até mesmo ameaça para a concretização dos negócios. Assim, as decisões tomadas em ambientes privados surgem na esfera pública não para que sejam submetidas ao debate. Não há mais o que debater àquela altura. As decisões já foram tomadas. Porém, elas precisam ser legitimadas na esfera pública, como um rito de passagem. Não há mais a necessidade do convencimento do público com uma argumentação discursiva racional. Há a necessidade de se conquistar a adesão acrítica a decisões que foram tomadas longe dos olhos do público encarregado de as legitimar (HABERMAS, 2014).

Habermas também não se absteve de discorrer sobre as funções dos parlamentos em um contexto de esfera pública contemporânea. Para ele, com o virtual desaparecimento das fronteiras entre Estado e sociedade civil, ou seja, entre esfera estatal e esfera privada, cresceu a interconexão entre essas duas esferas. Dessa forma, a esfera pública perde a sua função mediadora, como já foi mencionado anteriormente. Porém, mais do que isso, o Parlamento também se enfraquece naquela função de ser o primeiro estágio, já dentro da esfera estatal, na relação com a sociedade civil. O Parlamento passa, assim, a também cumprir um papel meramente legitimador de decisões tomadas nas negociações entre Estado e organizações

privadas, incluindo os próprios partidos políticos. A diferença é que, pelo fato de os membros do Parlamento serem oriundos dos partidos políticos, estes controlados por grupos de interesses privados (SOUZA, 1990), os parlamentares, direta ou indiretamente, acabam participando das tomadas de decisões a que eles mesmos darão o aval como parte da esfera estatal (HABERMAS, 2014).

Dessa forma, das ideias de Habermas, é possível se sugerir que os parlamentos são parte “natural” dessa engrenagem, pois, formalmente, são peças importantes no conjunto dos procedimentos da democracia contemporânea, atuando já dentro da esfera estatal. Porém, passaram a cumprir meramente um papel de legitimar, já no âmbito no Estado e com um verniz de preceitos constitucionais legais, as decisões tomadas fora da esfera pública e dos próprios parlamentos. Os parlamentos, nas democracias contemporâneas, se transformaram no espaço de representação dos interesses privados travestidos de públicos. E a composição desses parlamentos se originaria da correlação de forças econômicas no interior da sociedade, cuja concretização se daria na disputa entre os partidos políticos nos processos eleitorais. Os partidos políticos, por sua vez, e de uma maneira geral, se transformaram em centros aglutinadores dessas forças e interesses em disputa e a abrigar os indivíduos que serão conduzidos aos parlamentos, os quais estarão encarregados de legitimar, no ambiente estatal, os acordos engendrados e estabelecidos entre o próprio Estado e os agentes privados.

As formulações de Habermas sobre a esfera pública sofreram inúmeras críticas desde o seu lançamento em 1962 até os dias de hoje. Em linhas gerais, as críticas destes autores (mencionados abaixo) estão mais centradas nas formulações que ele não fez do que naquilo que ele efetivamente disse. Algumas críticas enfatizam a ausência de uma maior especificidade na abordagem de questões culturais identitárias, incluindo nesse conjunto questões relacionadas à religião (ELEY, 1992; ZARET, 1992; AVRITZER; COSTA, 2004). Outros enfatizam o que seria um caráter reducionista dos estudos de Habermas de pouco ou mesmo não considerar a existência e a ação de outras esferas públicas, chamadas “subalternas”, as quais exerceriam um importante papel de constante pressão sobre a esfera pública “principal”, testando os limites de sua permeabilidade (FRAZER, 1992; WARNER, 1992; CALHOUN, 1992; ASEN; BROUWER, 2001).

No entanto, pode-se perceber que o ponto mais sensível e problemático tocado por Habermas em seus estudos diz respeito ao papel da imprensa, que era de uma natureza durante o período de vigência da esfera pública burguesa e que se modifica com o advento dos meios de comunicação de massa enquanto empresa privada capitalista, isso ao mesmo tempo em que se constituem como a principal plataforma para a manifestação da esfera pública

contemporânea e responsável por praticamente todo o fluxo comunicativo entre todos os setores da sociedade. Habermas (2014) considera que o papel desempenhado pelos meios de comunicação foi de crucial importância na consolidação de uma cultura de massas, bem como para a implementação de uma esfera pública contemporânea de caráter teatral. Essa esfera pública contemporânea encenada reflete o sistema político econômico do atual momento histórico. Mais tarde, e em obras mais recentes, Habermas reafirma essa perspectiva de análise dos meios de comunicação de massa, inclusive fazendo o contraste entre o papel desempenhado pelos meios de comunicação na esfera pública burguesa e seu papel na esfera pública contemporânea, processo classificado por ele como de “colonização do raciocínio público”.

Os críticos de Habermas, no que tange a influência dos meios de comunicação na esfera pública contemporânea e na formação da opinião pública, como Thompson (1995) e Lubenow (2007), apontam alguns dos que, para eles, seriam os limites e falhas no trabalho do pensador alemão. A primeira constatação que move os críticos se relaciona com o seu excessivo apego ao modelo de esfera pública burguesa do século XVIII, o que, na opinião desses autores, não ofereceria possibilidades para adaptações e correções de acordo com a conjuntura socioeconômica histórica. Eles também destacam que Habermas não teria dado atenção aos possíveis benefícios que os meios de comunicação de massa podem ter proporcionado na inserção de novos cenários, atores e vozes na esfera pública e, por conseguinte, para a composição e promoção da opinião pública. Ainda nesse sentido, para esses autores, Habermas teria se associado de forma automática e muito profunda às formulações de Horkheimer e Adorno (2002), durante as décadas de 40 e 50, a respeito da hegemonização da cultura de massas, das quais se originou o livro *Dialectic of Enlightenment* (THOMPSON, 1995; LUBENOW, 2007).

Em uma outra linha de raciocínio crítico a respeito das teorizações de Habermas estão os autores que apontam para as constantes inovações tecnológicas ocorrendo no mundo das comunicações contemporâneas. Para esses autores, essas novas mídias têm o potencial e introduzem novas práticas comunicativas e de informação, as quais são importantes para a construção da opinião pública atualmente. Essas novas mídias estão desencadeando um processo de redefinição das fronteiras da esfera pública teorizada por Habermas, introduzindo novas plataformas, novos públicos, novas formas de pressão e, por conseguinte, uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil. Tudo isso, na visão desses autores, pode deslocar a centralidade dos meios de comunicação tradicionais como plataforma principal da esfera pública para um compartilhamento de funções com essas outras plataformas alternativas, proporcionadas pelas permanentes inovações tecnológicas das comunicações contemporâneas

(MARCONDES, 2001; CASTELLS, 2000; KEANE, 2009; MARTÍN-BARBERO, 2001; GOODE, 2005).

Como mencionado anteriormente, quase que invariavelmente, as críticas endereçadas a Habermas com relação à sua teorização da esfera pública burguesa parecem soar um pouco deslocadas do seu verdadeiro objeto. Em escritos mais recentes, o autor ratifica as suas elaborações originais, inclusive esclarecendo que o conceito de esfera pública burguesa dos séculos XVII e XVIII, em sua obra original, tinha uma dose de estilização, segundo ele, necessária para que fosse mais bem apreendido a partir de um contexto histórico de alta complexidade. Isso também ocorre em *Direito e Democracia*, lançado pela primeira vez em 1992. Nessa obra, Habermas retoma o conceito de esfera pública já em uma bastante perceptível adaptação ao contexto histórico atual. Wilson Gomes e Rousiley Maia (2008) sintetizam de forma adequada o pensamento de Habermas naquele momento. Essa esfera pública contemporânea, já para o século XXI, pode-se dizer, é um espaço imaginário entre o Estado e a sociedade civil. Novamente, sendo imaginário, se faz necessário que eventos ocorram nesse espaço para que ele possa ser “visualizado” e compreendido. Ele não é um espaço institucionalizado, portanto não há regras explícitas sobre o seu funcionamento, mas é reconhecido socialmente como o local de manifestação da sociedade civil na busca por atenção da esfera pública estatal. É nesse espaço que a sociedade civil organizada, ou não, busca influenciar a tomada de decisões políticas por parte do Estado. Na esfera pública há um livre fluxo comunicativo, onde informações, visões de mundo, discursos argumentativos oriundos dos mais diversos contextos sociais, com suas demandas, circulam livremente. Por não ser um espaço institucionalizado, não há ritos procedimentais predefinidos para esse fluxo comunicativo. Ele é simplesmente livre e informal. Segundo Habermas (2014), os procedimentos informais que ocorrem dentro da esfera pública contrastam com o que ocorre nas esferas institucionalizadas, como nos parlamentos, por exemplo. Nos espaços institucionalizados, concretizam-se a elaboração de leis e políticas públicas. Na esfera pública não institucionalizada, se constrói a opinião e vontade públicas sobre que políticas públicas deveriam ser aprovadas e implementadas (HABERMAS, 2014).

Portanto, com esse “novo” conceito de esfera pública explicitado por Habermas, fica claro que há uma multiplicidade de setores da sociedade civil manifestando-se nesse espaço não institucionalizado, com fluxo aberto de comunicação e circulação de ideias. Dessa forma, sem prejuízo para o conceito original elaborado pelo autor, pode-se pensar a existência, também, de múltiplas esferas públicas, considerando-se que cada setor organizado seja uma subesfera pública, buscando visibilidade e publicidade no âmbito da esfera pública geral.

Habermas (2014), nessa etapa do seu trabalho, se preocupa se preocupa sobremaneira com a qualidade do fluxo comunicativo entre essas subesferas; no entanto, não há normatização sobre isso. Ela é espontânea e informal, assim como também não há qualquer forma de normatização para a formação dessas esferas e suas tentativas de incursão na esfera pública geral. Portanto, aqui, pode-se sugerir que todo o conjunto de novas tecnologias de comunicação e informação mencionado pelos críticos são instrumentos que possibilitam o livre fluxo comunicativo dentro da esfera pública e seus diferentes espaços. A capacidade de publicidade e visibilidade (no sentido Kantiano) desses grupos é que vai definir seu sucesso ou não na tarefa de convencer, primeiro, o conjunto geral da esfera pública da importância das suas demandas e, segundo, a esfera estatal da necessidade de ação institucionalizada para atender a essas demandas.

Em resposta ao segundo conjunto de críticas, que também tem relação com o primeiro, há essa ratificação do conceito de esfera pública feita por Habermas em *Direito e Democracia*, e houve sempre, no transcorrer de toda a sua obra, uma preocupação explícita quanto à eficácia da comunicação entre a esfera pública da sociedade civil e a esfera estatal institucionalizada, onde as demandas da primeira serão ou não atendidas. Nesse sentido, fica perceptível um esforço por parte do autor na busca de um elo que possa fazer a conexão entre o modelo de esfera pública atual e aquele existente na Grécia Antiga, considerado por Hanna Arendt como o único verdadeiro que já existiu. Na *Ágora* ateniense, os homens se reuniam e, por meio da publicidade de suas ideias em debates públicos, com discurso e argumentos racionais, trabalhavam em conjunto para a construção de uma decisão política que, em última análise, objetivava o bem comum. Isso dava todo o sentido da liberdade e emancipação dos sujeitos. Essa era a verdadeira liberdade (ARENDR, 2007). Na esfera pública habermasiana, em tese, os sujeitos se utilizam de suas capacidades argumentativas racionais para convencerem outros públicos e depois influenciarem o Estado a agir para atender aquelas demandas que se tornaram públicas. Esse processo não está sujeito a regras institucionais, portanto ele não é dado. Ele é espontâneo, informal e alimentado constantemente pelo fluxo comunicativo oriundo de toda a sociedade (HABERMAS, 2014).

Já como parte do processo de atualização através dos escritos mais recentes, Habermas (2014) discorre sobre a existência de uma grande diversidade de grupos que podem ser considerados esferas públicas específicas, ou subesferas, pela flexibilização do seu próprio conceito geral. Porém, para ele, a não ser que esses grupos se utilizem de meios não públicos ou não publicáveis para terem suas demandas atendidas pelo Estado, a tarefa de se alçar na esfera pública para, a partir dali, influenciar a esfera pública estatal, requer procedimentos não institucionalizados, mas socialmente convencidos. Em um primeiro momento, há a

necessidade de se ter visibilidade, no sentido de se deixar ou se fazer ver. Segundo, é preciso o convencimento da esfera pública geral, que irá produzir a opinião pública, de que as demandas em questão são relevantes e de interesse público, e esse processo não pode ser coercitivo, e, sim, realizado por meio da argumentação de razões expostas. Terceiro, essas razões, após convencerem a opinião pública, precisam ser fortes o suficiente para convencer a esfera pública estatal da sua importância e, por conseguinte, que o Estado deve agir para atender suas demandas formuladas (HABERMAS, 2014).

Isso significa que não se pode fabricar uma esfera pública por demanda; pode-se, isso sim, convencer um público em uma esfera pública já constituída. Os instrumentos e técnicas de convencimento vão depender diretamente dos recursos à disposição dos grupos reivindicando visibilidade e acesso à esfera pública geral. Com isso, Habermas reconhece a “autonomia” da esfera pública, mas, ao mesmo tempo, não afirma que ela não esteja sujeita a ser convencida a aderir a razões não públicas. O que parece claro dessa formulação de Habermas é que a autonomia da esfera pública contemporânea existe e suas posições traduzidas em opinião pública não podem ser construídas via mecanismos de coerção explícitos. No entanto, o convencimento via processo argumentativo de razões, responsável pela formação da opinião pública e que obedece a outras lógicas de cognição, nem sempre surge do fluxo comunicativo espontâneo entre os sujeitos na esfera pública, assim como não está imune a influências não publicizadas, ou seja, de grupos de interesse com recursos e poder para fazerem valer as suas demandas em detrimento de outras (GOMES; MAIA, 2008).

Entende-se, então, que, mesmo com as alterações e flexibilizações feitas por Habermas no conceito geral de esfera pública, o seu funcionamento adequado exigiria um modelo, se não perfeito, muito próximo do ideal de democracia liberal republicana. No entanto, as democracias contemporâneas são sociedades capitalistas, cuja produção econômica, em grande parte, funciona de forma oligopolizada, com os meios de comunicação de massa sendo um desses oligopólios, e estes possuem profundos interesses nas decisões políticas que serão tomadas na esfera estatal. Ao mesmo tempo, essas empresas de comunicação cumprem a função de principal plataforma para a manifestação da esfera pública, com poderes quase ilimitados no estabelecimento da pauta e formato dos debates públicos, bem como na seleção dos atores que farão parte desses debates.

3.5 AGENDAMENTO E ENQUADRAMENTO

De uma maneira geral, as preocupações com as consequências das transformações ocorrendo nos meios de comunicação para as sociedades surgiram e foram crescendo na medida em que esse setor foi se desenvolvendo e tomando corpo como um ator importante na vida das populações. Já na primeira década do século XX, Max Weber, mesmo sem ter ainda experimentado os efeitos das comunicações via rádio, já manifestava suas preocupações quanto ao poder que a imprensa tinha de tornar públicos certos temas, além de moldar a opinião pública a partir dos seus pontos de vista, mesmo sendo constituída por empresas privadas (MAROCO; BERGER, 2006). Já nos anos 20, Walter Lippman (1922) inaugura os estudos sobre como a mídia poderia influenciar as populações por meio de sua capacidade de definir e moldar o debate público. Algumas décadas mais tarde, sob influência dos eventos históricos da Segunda Guerra Mundial e do papel da mídia no seu desenvolvimento, surge *Dialectic of Enlightenment*, um importante trabalho desenvolvido por Max Horkheimer e Theodor Adorno (1947), em que os autores descrevem um cenário extremamente pessimista sobre as consequências dos meios de comunicação de massa para as sociedades contemporâneas (HORKHEIMER; ADORNO, 2002). Em 1962, ainda impactado pela Segunda Guerra Mundial e fortemente influenciado pelos estudos desenvolvidos por Horkheimer e Adorno, Jurgen Habermas escreve *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Nesse trabalho, o autor descreve, entre outras coisas, o impacto positivo exercido pela imprensa na formação da esfera pública burguesa do século XVIII, assim como o seu impacto destrutivo para essa mesma esfera no final da modernidade, ao se transformar em mídia de massas, mas atuando como empresa privada capitalista (HABERMAS, 2014). Já em 1967, Guy Debord denuncia a espetacularização dos conteúdos veiculados pela mídia e sua banalização, transformados em mera mercadoria, circulando livremente e ocupando a totalidade dos contextos sociais (DEBORD, 2003).

Durante as últimas décadas do século XX, já com o pleno funcionamento das diversas plataformas midiáticas, incluindo a televisão e a internet, além de uma profusão de novas tecnologias sendo desenvolvidas e incorporadas ao cotidiano das pessoas, outros pensadores também apresentaram suas críticas quanto à participação dos meios de comunicação na construção dos processos sociais. Já na década de 80, Giovanni Sartori fazia duras críticas às produções televisivas. Para o autor, não se poderia afirmar que reportagens de vídeo, produzidas na época, mentiam, ou tinham a intenção de enganar o telespectador, porém a combinação de técnicas de imagens e a narrativa dos fatos, poderiam passar a impressão de que o que era mostrado não correspondia com a realidade (SARTORI, 2001).

Por sua vez, Popper e Condry (1995) sugerem que a violência apresentada na televisão estaria destruindo a civilização, chegando ao ponto de sinalizar a necessidade da instauração de uma nova censura para conter aquele processo de degradação humana. Bourdieu (1997) faz severas críticas ao que chamou de interdição de certos debates, imposta pelos meios de comunicação, em especial a televisão, bem como critica a superficialidade dos seus conteúdos. Para esse autor, essa prática estaria impedindo a difusão de conhecimentos sobre a sociedade e afastando as pessoas de uma participação política cívica efetiva, um pouco na mesma linha das preocupações manifestadas por Weber e Lippman no início do século (BOURDIEU, 1997). Putnam (1995a; 1995b), por sua vez, critica de forma contundente o que, para ele, se constituía na destruição do capital social por parte dos meios de comunicação de massa na sociedade americana.

Os estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação de massa na sua audiência começaram de forma sistemática nas primeiras décadas do século XX, sendo Walter Lippman, em 1922, o pioneiro na tentativa de sistematização de dados coletados. No entanto, há uma diversidade muito grande em tudo que foi pesquisado, e poder-se-ia apontar inúmeras subdivisões tanto nas suas temáticas quanto nas suas distribuições no aspecto cronológico. Ainda assim, com todos os riscos advindos das simplificações, em linhas gerais, costuma-se agrupar esses estudos em três diferentes fases (NEUMAN; GUGGENHEIM, 2011).

Na primeira dessas três fases, destacam-se os trabalhos da chamada teoria hipodérmica, também conhecida como *magic bullet theory* e teoria dos efeitos ilimitados. Essa fase durou mais ou menos do final dos anos 20 até os anos 50 (NEUMAN; GUGGENHEIM, 2011). Para essa corrente de pensamento, as mensagens emitidas pela mídia penetram nos indivíduos sem encontrar grandes resistências. A audiência seria uma massa uniforme, que reage de forma também uniforme quando exposta às mensagens dos meios, os quais têm intenções deliberadas de influenciar as atitudes e comportamentos das pessoas (SANTOS, 1992). Harold Lasswell, com trabalhos publicados em 1930 e 1935, foi um dos principais expoentes desse paradigma. O seu surgimento e consolidação ocorre em um momento histórico bastante peculiar. Foi nesse período que aconteceu a industrialização da mídia de massas, impulsionada pelo sucesso do rádio e, posteriormente, da televisão, além das outras formas de comunicação já existentes. Nas décadas de 30 e 40, o continente europeu experimentou a ascensão rápida de regimes totalitários, os quais utilizaram de forma eficaz e inédita, até então, a propaganda persuasiva para angariar apoio popular às suas ideias e causas de cunho autoritário e fascista. Esses fatores deram à teoria dos efeitos ilimitados uma importante ressonância advinda da realidade concreta,

vivenciada principalmente pela população europeia, o que lhe conferiu enorme e justificável credibilidade (NEUMAN; GUGGENHEIM, 2011).

A segunda fase de estudos sobre os efeitos da mídia se inicia entre os anos 50 e 60. Esses novos estudos rejeitam a ideia de que a mídia possui um grande poder, muito menos ilimitado, pois a consideram apenas mais um componente de persuasão, entre inúmeros outros, presente nos mais diversos contextos sociais. Paul Lazarsfeld e seu grupo de pesquisa, na Universidade de Columbia, NY, foram aqueles que introduziram o paradigma dos efeitos limitados da mídia. Em 1960, Joseph Klapper, um dos estudantes de Lazarsfeld, publicou um resumo de pesquisa denominado *The Effects of Mass Communication*. Nesse trabalho, Klapper revela que apenas uma pequena fração do eleitorado mudaria o seu voto em consequência da propaganda veiculada durante uma campanha. Para esse autor, a motivação e crenças já consolidadas anteriormente influenciavam a interpretação das mensagens persuasivas. Essas mensagens eram também debatidas entre amigos e outras pessoas, o que, segundo os adeptos dessa corrente, levaria a uma mediação minimizadora dos efeitos originais da persuasão deliberada (NEUMAN; GUGGENHEIM, 2011).

A terceira, e atual, fase de estudos tenta se desvincular da polarização entre a teoria dos efeitos ilimitados e a teoria dos efeitos limitados, muito embora muitos desses estudos sinalizem para efeitos significativos da mídia sobre a sua audiência, principalmente no médio e longo prazo. Um dos aspectos importantes a serem destacados nesta fase é o fato de que os pesquisadores têm se debruçado sobre a elaboração de melhores desenhos de pesquisa e sobre a utilização de mais sofisticadas ferramentas de medição. Muitos pesquisadores que assumem uma posição de não polarização argumentam favoravelmente à necessidade de se entender a cumulatividade do conhecimento adquirido pelas pesquisas que já foram feitas até o momento. Para eles, alguns aspectos trazidos à tona por autores das fases anteriores são importantes no contexto de novas pesquisas (NEUMAN; GUGGENHEIM, 2011).

Os dois conceitos da área de Comunicações que serão utilizados como parte do suporte teórico desta tese pertencem a essa terceira fase de pesquisas e têm se debruçado sobre aspectos mais sutis do papel da mídia nas sociedades contemporâneas e suas formas de persuasão da audiência. Os estudos dessa fase têm focado sua atenção na capacidade que os meios de comunicação de massa possuem de estabelecer uma pauta a ser colocada em evidência para o debate na esfera pública, além da sua capacidade de formatação a fim de que o debate seja direcionado de uma maneira em detrimento de outra. Eles são conhecidos como estudos sobre o agendamento e enquadramento (*agenda setting* e *agenda framing*) (MCCOMBS; SHAW,

1972; GOFFMAN, 1996; TUCHMAN, 1993; ENTMAN, 1993; EMEDIATO, 2013; ORLANDI, 2016; FOWLER, 1991).

Esses conceitos não são novos. Sua origem remonta ao início do século XX, e vieram a ser conhecidos por meio de estudos sobre opinião pública realizados por Walter Lippman. Para ele, “[...] a notícia não é um espelho das condições sociais, mas um relato de um aspecto que se impôs” (LIPMAN, 1922, p. 31). Para esse autor, a mídia constitui o elo entre o mundo real e as imagens ou representações que se faz sobre ele. A mídia dá os contornos para essas imagens e constrói essas representações, pois é a testemunha ocular da realidade que a grande maioria das pessoas não consegue presenciar.

Note-se que as elaborações de Lippman, no limite, abarcam os dois conceitos aqui tratados. Porém, Maxwell McCombs e Donald Shaw, no final dos anos 60, estabeleceram a formulação clássica para o conceito de agendamento, separando-o do conceito de enquadramento, que será visto logo a seguir. A teoria do agendamento (*agenda setting*) pressupõe que as informações que se recebe são as que são, porque os meios de comunicação selecionam e definem, de tudo o que está acontecendo no mundo, aquilo sobre o que as pessoas devem focar sua atenção e pensar. McCombs e Shaw basearam as suas teorias nos resultados de uma pesquisa realizada durante a campanha eleitoral para a presidência dos Estados Unidos em 1968. O estudo consistia em comparar os temas apontados pelos eleitores como os mais importantes com aqueles mais expostos pelos meios de comunicação de massa. A constatação foi de que os temas apontados como os mais importantes para os eleitores eram praticamente os mesmos enfatizados pela mídia (MCCOMBS; SHAW, 1972). Simplificadamente, o que a teoria do agendamento sugere é que os meios de comunicação de massa definem e estabelecem quais problemas sociais serão expostos à atenção do público e quais serão negligenciados.

Porém, a mídia não é capaz apenas de elaborar uma agenda de temas selecionados sobre os quais o público em geral vai tomar conhecimento. Ela tem a capacidade de enquadrar esses temas dentro de esquemas interpretativos, de maneira que as pessoas em geral recebam informações de interesse público já com uma leitura e interpretação prontas. Em outras palavras, o público vê o mundo ao seu redor através dos olhos da mídia e com os contornos interpretativos feitos por ela. A isso se denomina “enquadramento”, ou *agenda framing*, no original em inglês, conceito que teve sua origem nos estudos desenvolvidos por Erving Goffman, em 1974, sobre como cada indivíduo elabora, identifica e confere sentido a uma situação específica na qual esteja inserido.

Segundo a teoria do enquadramento, a mídia trabalha em uma lógica de selecionar os conteúdos e enfatizar aspectos considerados relevantes. Ou seja, enquadrar significa escolher

alguns aspectos específicos do evento a ser noticiado, dando a eles a ênfase necessária para que se distingam, em termos de importância, em relação aos demais. Não raras vezes, nesse processo, são apresentadas interpretações de causa e efeito, bem como julgamentos morais sobre o evento. Para Entman (1993), há quatro funções para o enquadramento: definir o problema, apontar as causas do problema, fazer os julgamentos morais concernentes ao problema, e sugerir as possíveis e mais adequadas soluções.

Um exemplo clássico de como as pessoas são influenciadas pelos *framings* foi utilizado por Entman (1993):

Imagine que o governo dos Estados Unidos precise divulgar para a população que está em ação uma rara doença asiática que atinge 600 pessoas. Duas alternativas para combater a doença foram propostas pelo poder público. Na primeira, o Plano A, 200 pessoas serão salvas. Na segunda, o Plano B, um terço das pessoas atingidas serão salvas e os outros dois terços irão morrer. Você é a favor de qual dos planos (ENTMAN, 1993 p. 53).

Nos resultados da pesquisa, um percentual de 72% dos entrevistados respondeu que preferiam o Plano A, no qual 200 pessoas seriam salvas. Os outros 28% preferiram o Plano B, no qual um terço seria salvo e dois terços morreriam. Como é possível observar, as duas alternativas são idênticas, apenas apresentadas com uma formatação diferente, exatamente o que fez com que o entendimento das pessoas sobre a questão fosse diferente também (ENTMAN, 1993).

Em resumo, o conceito de enquadramento ajuda a entender como a mídia cria um esquema interpretativo sobre um acontecimento, produzindo as notícias com uma contextualização predefinida e limitada. Os enquadramentos podem ser usados como uma maneira de facilitar a compreensão do tema sendo tratado e como atalhos cognitivos, criando links entre o evento sendo descrito e outros eventos de maior abrangência.

Estes dois conceitos – agendamento e enquadramento – são de grande importância para esta tese, pois é com base neles que esta pesquisa hipotetiza que os meios de comunicação de massa no Brasil, através de um mecanismo causal definido, contribuíram para a redução dos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições durante o período estudado.

4 APLICAÇÃO DO MÉTODO E ANÁLISES

No desenho desenvolvido para esta pesquisa, os conceitos descritos no capítulo anterior não são células isoladas compondo, cada uma delas, o seu próprio universo. Ao contrário, são a base teórica geral que sustenta este trabalho porque se articulam entre si e obedecem a uma lógica de encadeamento por níveis de abrangência, os quais não são estáticos, e muito menos suas fronteiras possuem limites rígidos, já que, nos processos que ocorrem em sociedades humanas e no contexto específico aqui estudado, a transversalidade e os atravessamentos, normalmente, constituem a regra básica, não a exceção.

Assim, arbitrariamente, para este trabalho, no nível mais amplo, está o conceito de cultura política, já que é o tipo de cultura política existente em uma determinada sociedade que irá definir o regime político a ser adotado, as características da esfera pública que estará disponível, bem como o papel que os meios de comunicação de massa irão desempenhar enquanto importante agência socializadora e principal plataforma para a realização dos debates públicos. Em um segundo nível de abrangência está a democracia representativa liberal contemporânea – modelo de governo da sociedade brasileira atual, mas que se originou nos séculos XVII e XVIII na Europa ocidental, passando por transformações no século XIX para, no século XX, começar a adquirir as feições que possui hoje. Em um terceiro nível, tem-se o conceito de esfera pública, que, de acordo com Habermas (2014), é aquele espaço imaginário localizado entre a sociedade civil e o Estado, onde ocorrem os debates sobre temas de interesse geral. Assim, os eventos estudados por este trabalho ocorrem exatamente na esfera pública, tendo como plataforma principal os meios de comunicação de massa. Em um quarto e último nível de abrangência estão os conceitos de agendamento e enquadramento, que irão revelar o tipo de intervenção que a mídia teve no desempenho de suas funções como agência socializadora de cultura política, como plataforma para os debates da esfera pública. E, por fim, traz-se as implicações que essa intervenção teve para a confiança da população brasileira na democracia e suas instituições na conjuntura estudada.

Além desta introdução geral de como os conceitos aqui utilizados se articulam no nível macro, é também importante aprofundar um pouco mais alguns aspectos metodológicos que estarão presentes nos itens a seguir e guiarão todo o processo de análise empregado por esta pesquisa. Segundo Beach e Pedersen (2013), nas Ciências Sociais, há duas posições ontológicas quando se está tratando de uma relação causal entre duas variáveis. A primeira e mais usada pelos pesquisadores é aquela que compreende a causalidade como a repetição de padrões de associações empíricas regulares. A causalidade, para essa forma de abordagem, é, portanto,

entendida em termos de padrões regulares de associação entre a variável independente (causa X) e a variável dependente (resultado Y). O processo causal entre as duas variáveis é como uma “caixa preta”, pouco ou nada explorado (BEACH; PEDERSEN, 2013).

A segunda posição ontológica adotada pelas Ciências Sociais é uma abordagem mecanicista de causalidade e é, precisamente, o entendimento que fundamenta o método utilizado por este trabalho. O que caracteriza a ontologia mecanicista de causalidade é que o pesquisador, ao desenvolver o seu desenho de pesquisa, está interessado no processo pelo qual a causa X produz o resultado Y, mais especificamente ainda, na transmissão daquilo que é chamado *forças causais de X para Y*. Isso significa que uma abordagem mecanicista de causalidade não implica necessariamente uma associação regular entre a variável independente e a variável dependente, ou seja, ela não precisa ser frequente. O que é efetivamente necessário e importante é que X produza ou modifique Y por meio de um mecanismo causal que liga as duas variáveis. O foco principal na abordagem “[...] mecanicista de causalidade é a influência dinâmica e interativa das causas nos resultados, em particular, como as forças causais são transmitidas por meio de uma série de partes interligadas de um mecanismo causal para contribuir na produção do resultado” (BEACH; PEDERSEN, 2013, p. 25).

Dessa forma, o foco principal deste capítulo, e desta pesquisa em geral, é o processo e a dinâmica interativa das atividades causais hipotetizadas, que ocorrem de forma separada, porém articulada, entre os meios de comunicação de massa e a redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições durante o período estudado. Assim, neste capítulo, cada parte do mecanismo será descrita de forma detalhada para que todo o processo seja compreendido. Na descrição das atividades causais, sempre haverá uma contextualização histórica, a qual, no mais das vezes, obedecerá a ordem cronológica em que os eventos ocorreram. Serão apresentados, além do embasamento teórico, as evidências empíricas e dados que demonstrem a presença e função específica da atividade causal no contexto estudado.

4.1 CAUSA X (VARIÁVEL INDEPENDENTE): MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA (MÍDIA)

Para questões de operacionalização da pesquisa, como já mencionado na introdução, o conceito geral de meios de comunicação é entendido e empregado aqui como o conjunto das instituições que utilizam tecnologias específicas para realizar a comunicação humana de massa (mídia), e baseia-se na elaboração de Benicio Artur de Lima (2004) e em M. Wolf (1999). Os

meios de comunicação de massa serão aqui representados pelo Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, de onde serão retirados os dados sobre o agendamento e enquadramento do tema corrupção durante o período estudado por esta pesquisa.

4.2 MECANISMO CAUSAL (MC)

O processo causal resultante do mecanismo hipotetizado aqui consiste em que, utilizando-se das duas atividades estruturais já presentes na sociedade – quais sejam, o bom nível de confiança da população na mídia em geral e a cultura política de desconfiança nas instituições democráticas –, os meios de comunicação introduziram a terceira atividade causal: um intenso e sistemático agendamento do tema corrupção, com um enquadramento de viés negativo da política em geral e, ao mesmo tempo, fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos. Para esta pesquisa, desse processo resultou uma acentuada redução dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições durante o período estudado, colocando em risco a própria estabilidade do regime.

4.2.1 Atividade causal 1: a confiança que a população brasileira confere aos meios de comunicação de massa (atividade estrutural 1)

A atividade causal 1, a confiança que a população brasileira confere aos meios de comunicação de massa, inaugura o mecanismo causal hipotetizado por esta pesquisa, através do qual a variável independente ou causa X agiu para modificar a variável dependente e produzir o resultado Y. A descrição dessa atividade causal consiste basicamente em um breve apanhado histórico sobre como surgiram os meios de comunicação no Brasil e suas principais características à medida que foram se desenvolvendo enquanto mídia de massas. Para o presente trabalho, essa revisão histórica é fundamental porque descreve o processo que originou a mídia no Brasil e o seu pertencimento à autoridade socioeconômica da época. Além disso, demonstra que, com o passar do tempo, com o acelerado desenvolvimento tecnológico a partir do século XX, essa mídia, já como empresa capitalista privada completa, permanece como propriedade dessa mesma autoridade que a originou e passa a participar e se envolver, como ator ativo e interessado, em alguns dos eventos políticos que podem ser considerados da maior relevância para a construção da sociedade brasileira como um todo. Não por acaso, Souza (2017, p. 214) afirma que “[...] a história da sociedade brasileira contemporânea não pode ser compreendida

sem que analisemos a função da mídia e imprensa”. Ao final desta seção serão apresentados alguns dados e evidências empíricas, visando demonstrar a existência da relação de confiança entre a população e a mídia em geral, hipotetizada como uma das causas estruturais para a ocorrência da acentuada redução nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições durante o período estudado por esta pesquisa.

Uma das sentenças mais emblemáticas e reveladoras sobre a dimensão do papel desempenhado pelos meios de comunicação no processo de construção da sociedade brasileira, vem de um artigo escrito pelas historiadoras Martins e Luca (2008, p. 8), para quem “[...] a imprensa é, a um só tempo objeto e sujeito da história brasileira”. Muito embora 1808 tenha sido o ano de seu nascimento oficial, a história da imprensa no Brasil, sabe-se, iniciou antes, ou, pelo menos, antes da chegada do governo português em terras brasileiras, evento que marcou a permissão definitiva da imprensa por aqui. Antes disso, o *Correio Brasiliense*, de propriedade de Hipólito da Costa, já circulava clandestinamente em alguns espaços restritos, mesmo com a proibição do governo de Portugal. Segundo Sodré (1999), aquele era um jornal extenso, com periodicidade mensal, geralmente com mais de 100 páginas, de caráter doutrinário e engajado nas ideias políticas do seu fundador e editor. Pouco tempo depois do desembarque da coroa portuguesa, surge a *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico dirigido pelo frei Tibúrcio, de periodicidade mais curta, poucas páginas e de caráter mais informativo do que doutrinário (SODRÉ, 1999; SOUSA, 2004).

Em função de sua proibição pelo governo português, as datas mencionadas no parágrafo anterior significaram aproximadamente 300 anos de atraso na chegada da imprensa se comparadas com outras partes do continente americano. Mesmo assim, o trabalho desenvolvido a partir dali foi elemento importante para o declínio definitivo das estruturas, ainda com características semifeudais, introduzidas no Brasil por Portugal, e a subsequente ascensão do capitalismo. Note-se, no entanto, que, mesmo que tenha sido um veículo que estimulou mudanças naquele contexto, para Sodré (1999), não havia qualquer componente revolucionário nas atividades da imprensa que se instalou no Brasil após 1808. Parte dela cumpria o papel de diário oficial do reino, como bem frisou Melo (2004). As outras atividades do setor eram praticadas majoritariamente por pessoas pertencentes a grupos economicamente dominantes, ou seja, os grandes proprietários de terra. Segundo Sodré (1999), não havia interesse por parte daqueles que desempenhavam atividades da imprensa brasileira, naquele período histórico, em estabelecer alianças com o povo. Havia, sim, uma busca constante de afirmação desse setor, a partir dos valores burgueses em ascensão, em contraste com o que considerava primitivo, trazido por Portugal (SODRÉ, 1999).

No geral, a imprensa existente no Brasil durante grande parte do século XIX se confundia no apoio a forças políticas em disputa por poder. Eram jornais “[...] atrelados a grupos familiares dominantes, condicionados aos seus interesses econômicos e afinidades intelectuais” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 13-14). Já nas últimas décadas daquele século, essas características se acentuariam ainda mais. A escravidão havia sido abolida, a República proclamada, e a indústria cafeeira entrava em período de franca expansão. Os poucos pequenos e rudimentares veículos que ainda existiam começaram a desaparecer e dar lugar a empresas jornalísticas de funcionamento mais complexo, com capacidade de produção em larga escala. As tipografias deram lugar à indústria gráfica. O jornalismo assume uma tendência de maior diversificação de temas, em que a política e a economia passam a ter a companhia da literatura, esporte, casos envolvendo a ação policial, além de eventos da cultura popular, como o Carnaval. As linguagens também se alteram para incorporar um padrão mais próximo com o que ocorria no restante do mundo, sobretudo na Europa. Durante aquele processo, segundo Sodré (1999), surge uma das muitas contradições vividas pelos meios de comunicação no Brasil ao longo de sua história, na sua relação com a sociedade e o campo político especificamente. O “cenário” geral era de um novo sistema, o capitalismo, tentando se instalar e se desenvolver em meio a uma sociedade baseada, predominantemente, em latifúndios de produção bastante precária. Em contraste, a imprensa já se constituía uma empresa eminentemente capitalista, mas que, ao mesmo tempo, pertencia e servia àquele poder ainda primitivo e pré-capitalista (SODRÉ, 1999).

Já no início do século XX, a imprensa brasileira se instala definitivamente como um meio de comunicação de massa. A sua transformação de um empreendimento artesanal em uma empresa capitalista complexa já estava plenamente concluída. O surgimento dos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, em 1924, foi o evento mais significativo desse processo e sinalizou o tipo de comunicação social e mídia que se instalaria no Brasil a partir daquele momento. O grupo incorporou novas tecnologias e veículos, assumiu uma postura expansionista, objetivando considerável aumento de sua abrangência territorial, e assim se transformou na maior rede de comunicações do Brasil em toda a primeira metade do século XX, cumprindo relevante papel, já naquele período, no processo de integração do território nacional. Segundo Miguel (2000b), esse papel foi desempenhado pelos Diários Associados até o final dos anos 50 e pela Rede Globo após o golpe militar de 1964. “Cada um ao seu tempo e com os instrumentos de que dispunham na época, ambos são vetores fundamentais do processo de integração nacional” (MIGUEL, 2000b, p. 195).

Os Diários Associados, ainda na terceira década do século XX, inauguram a estreita relação entre os meios de comunicação de massa e os destinos políticos da nação. O primeiro

evento dessa relação se concretiza durante todo o processo que culminou com a tomada do poder por Getúlio Vargas, em 1930. Em princípio, obedecendo a um acordo entre Minas Gerais e São Paulo chamado “Política do Café com Leite”, Antônio Carlos, então governador de Minas, deveria ser o indicado para ser o substituto de Washington Luís na presidência do país. No entanto, São Paulo se preparava para continuar no poder através da indicação de Júlio Prestes, então governador, para presidente, quebrando o acordo de revezamento com Minas Gerais. Definido esse arranjo, iniciam-se outras articulações visando uma candidatura para enfrentar Júlio Prestes. Chateaubriand e seus veículos de comunicação foram importantes no papel de convencimento do governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, a dar seu apoio a Getúlio Vargas como o candidato de oposição. Além dos bastidores, Chateaubriand, com seus jornais, trabalhava de forma intensa contra a candidatura de Júlio Prestes e fazia elogios a Getúlio Vargas e seu desempenho no Rio Grande do Sul. Posteriormente, já em 1929, ao constatar uma certa hesitação por parte de Vargas em aceitar sua candidatura à presidência, Chateaubriand, por sua vez, não hesitou em desencadear uma “furiosa” campanha contra os gaúchos, classificando-os de paroquiais, egoístas e covardes diante dos interesses paulistas. Essa campanha, ao que parece, rendeu bons frutos ao proprietário dos Diários Associados. Depois de algumas negociações, Getúlio Vargas aceita a indicação para ser o candidato de oposição a Júlio Prestes e, em julho de 1929, Chateaubriand reunia recursos suficientes para adquirir o jornal *O Estado de Minas*. Ainda em 1929, conseguiu incorporar mais dois jornais às suas organizações com a aquisição do *Diário de São Paulo* e do *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, todos engajados na campanha da Aliança Liberal, com Getúlio Vargas candidato (MORAIS, 1998; MIGUEL, 2000a, 2000b; MELO, 2005; MUNTEAL; GRANDI, 2005).

Após as eleições, com a derrota de Vargas, os Diários Associados engajaram-se na defesa de ações revolucionárias para impedir a posse de Júlio Prestes. Um dos aspectos mais dramáticos daquele processo foi o assassinato de João Pessoa, crime pelo qual Chateaubriand acusou formalmente o Governo Federal como responsável, criando o que poderia se chamar na época de uma comoção nacional, preparando o terreno para a revolução que viria. Com o sucesso da revolução, todos os serviços prestados pelos Diários Associados não ficaram sem recompensa. Foram concedidos vultosos empréstimos, além de outros inúmeros favores, a Chateaubriand pelo governo revolucionário. Após 1930, os Diários Associados foram incorporando mais e mais veículos à organização. Seu proprietário teve várias desavenças e reaproximações com Getúlio Vargas, mas deu seu apoio ao golpe de 1937, que instalou o chamado Estado Novo, que durou até o início de 1946, e também teve participação importante

no apoio ao golpe militar de 1964, pois se autodeclarava um anticomunista (MORAIS, 1998; MIGUEL, 2000a, 2000b).

Os Diários Associados entram em declínio no início dos anos 60, enquanto um outro gigante das comunicações brasileiras começa a despontar, precisamente as Organizações Globo, de propriedade de Roberto Marinho (MORAIS, 1998; KUCINSKI, 1998; MIGUEL, 2000a, 2000b). A partir do final da década de 60, a Rede Globo assume o protagonismo dos meios de comunicação de massa, não somente nas funções originais de produção de jornalismo e cultura, mas principalmente por seu relevante papel na vida política da nação. A Rede Globo, na época, apenas jornal e rádio, assim como a maioria de seus pares da mídia nacional, teve papel relevante na deflagração do golpe militar de 1964, que instalou no Brasil um governo ditatorial que durou 21 anos. Segundo Sodré (1999), a participação da mídia brasileira no processo que culminou naquele golpe teve início muito antes, e a acirrada oposição ao governo do presidente Getúlio Vargas, eleito em 1950 e que se suicidou em 1954, pode ser apontada como evento, ou conjunto de eventos principais desse engajamento. Nesse sentido, uma narrativa moralista e anticorrupção foi construída e largamente difundida com o objetivo de deslegitimar o governo eleito (SODRÉ, 1999; JOSÉ, 2015; VIANNA, 2014).

Durante o regime autoritário, que durou de 1964 até 1985, a participação da mídia brasileira não foi desimportante, muito menos o seu caráter de colaborador. Em geral, os grandes veículos de comunicação decidiram não enfrentar o regime militar, mas, sim, aliar-se a ele. Essa posição fica clara com o apoio hegemônico dado ao Ato Institucional nº 5, em 1968. A grande mídia existente no país naquela época fez uma opção clara de dar suporte ao projeto político do regime ditatorial, mostrando que os interesses de seus proprietários iam muito além do mero cumprimento da função original dos meios de comunicação de massa (KUSCHNIR, 2004; JOSÉ, 2015; KUCINSKI, 1998; MARCONI, 1980; FERREIRA, 2014).

A partir da abertura política que se iniciou ainda durante o Governo Geisel, mas que assumiu ares definitivos apenas durante o governo do general Figueiredo, encaminhou-se o encerramento de um importante capítulo da história brasileira recente, no qual a mídia, em especial as Organizações Globo, cumpriram papel relevante, que vai desde a pressão sobre Getúlio Vargas, que o levou ao seu suicídio, ao apoio ao golpe militar de 1964 e à sustentação ideológica do regime (LIEDTKE; CURTINOVI, 2016).

Após o fim do regime autoritário, com suas atividades mais e mais integradas ao mercado, mas sem perder a sua essência de grupos familiares tradicionais, com interesses econômicos e políticos bastante profundos na sociedade, a mídia brasileira, capitaneada pelas Organizações Globo e em conjunto com os grupos sociais dominantes aos quais pertencia

historicamente, se volta para um processo de elaboração e implementação de um projeto daquilo que ela imaginava que seria o ideal para o seu mundo e, conseqüentemente, para o Brasil (FONSECA, 2005; LIMA, 2012). O principal objetivo, naquele contexto, era uma reorganização do Estado brasileiro à luz das mudanças em pauta no cenário internacional, as quais apontavam para uma perda de centralidade do antigo modelo de Estado como importante ator no processo de desenvolvimento, produção econômica e proteção social (FONSECA, 2005; JOSÉ, 2015; AREAS, 2012).

O primeiro presidente brasileiro civil a assumir depois do golpe militar de 1964 seria Tancredo Neves, ainda eleito por um colégio eleitoral. No entanto, Tancredo veio a falecer antes mesmo da posse, e seu vice, Jose Sarney, assumiu o poder. Seu governo foi marcado por crises econômicas e políticas. Pode-se afirmar com poucas possibilidades de erro que o Governo Sarney se caracterizou por ser uma crise permanente. Essas crises eram inevitáveis e se constituíam num processo de acomodação e adaptação dos grupos efetivamente com poder sobre a sociedade a uma nova realidade conjuntural que apresentava novos e grandes desafios. Com o tempo, foi surgindo uma crescente externalização das demandas oriundas dos grupos desfavorecidos da sociedade. A abertura política e o final da ditadura formal criaram expectativas que não estavam sendo realizadas. A conjuntura internacional era de crise econômica, com as forças conservadoras fazendo um enfretamento efetivo ao modelo de bem-estar social europeu. Dessa forma, a transição implementada pelo Governo Sarney, que não tinha poder efetivo, tinha como objetivo central criar as condições necessárias para uma saída definitiva das estruturas autoritárias de poder criadas durante a ditadura, para uma formatação de aparência democrática, mas sem que houvesse alteração efetiva no real centro do poder, já sinalizando para mudanças futuras, em conformidade com o contexto internacional de resignificação do papel do Estado na organização dos processos sociais e econômicos (MACIEL, 2008; LIMA, 1988; LAMOUNIER, 1990).

Dessa forma, ao final da década de 80, a sociedade brasileira sai de um período longo de regime autoritário e se desloca em direção a um contexto de incertezas e instabilidades político-econômicas, tanto no âmbito interno quanto nas suas relações internacionais (JOSÉ, 2015). O horizonte apontava para um novo consenso a ser forjado, que não estava mais relacionado com a aceitação ao regime ditatorial dos militares. Era necessário aglutinar forças em torno de um conjunto de ideias (HERMAN; CHOMSKY, 1988) de cunho político e econômico para a inserção do país no processo de globalização, em curso internacionalmente a partir da crise econômica de 1973, e a grande mídia nacional cumpriria papel fundamental nesse sentido (FONSECA, 2005).

Ainda durante o Governo Sarney, foi instalada uma Assembleia Nacional Constituinte a fim de elaborar uma nova Constituição para o país. Nesse processo, todos os temas de crucial importância para a sociedade foram debatidos. Entre eles estavam os direitos sociais e as relações de trabalho, que têm, historicamente, um acentuado déficit no país e, sobretudo naquele período, estavam dando seus primeiros passos para superar um longo período de regime autoritário e concentrador de riquezas. Durante o processo de elaboração da nova Constituição, a grande mídia nacional se colocou em frontal oposição aos interesses dos trabalhadores e cidadãos comuns, sobretudo no que diz respeito às questões envolvendo exatamente os direitos sociais e as relações de trabalho, assumindo, desde então, um discurso praticamente unificado de adesão ao ideário neoliberal (FONSECA, 2005; AREAS, 2012).

Além da nova Constituição, a década de 80 trouxe para a sociedade brasileira uma série de eventos que possibilitaram à população uma participação bastante ativa nos processos políticos. Entre eles estão a campanha pelas eleições diretas, em 1984, a qual a Rede Globo de Televisão fez um grande esforço para esconder. A derrota da campanha no Congresso Nacional culminou na eleição de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral no ano seguinte. Ocorreram também eleições estaduais e constituintes em 1986, e novas eleições municipais em 1988. Todos esses eventos agitaram o país de forma significativa, já que, depois de um longo período de pouca participação em eventos de importância nacional, a população se viu em meio a grandes acontecimentos, nos quais a sua participação não se resumia apenas a de um espectador inerte. No entanto, a eleição para presidente de 1989 foi o evento de maior destaque, pois veio carregada de um simbolismo provavelmente sem precedentes na história brasileira. Havia se passado um período de 29 anos desde a última eleição direta para presidente, ocorrida em 1960 (RUBIM, 2000; LIMA, 2012).

A mídia, em franca ascensão, e sobretudo a televisão, desempenhou um papel de suma importância como parte de um complexo integrado de indústria cultural desenvolvida, bem equipada e com alcance nacional. A eleição de 1989 foi exclusivamente para presidente da nação, sem os contextos locais que pudessem tirar o foco dos grandes protagonistas do pleito. Essa foi a primeira eleição na qual os analfabetos tiveram o direito ao voto. Segundo o TSE, naquele ano, essa parcela da população, mais os semianalfabetos, formavam um contingente que alcançava mais de 2/3 do eleitorado brasileiro. Esse último dado, por ele mesmo, aumentou ainda mais a importância e influência da televisão no pleito, pois esse veículo associa imagens à oralidade no seu processo comunicativo, privilegiando um discurso de fácil compreensão e assimilação pelos telespectadores (LIMA, 2012).

De uma forma geral, as eleições de 1989 mostraram-se como um desdobramento e continuidade dos processos que tiveram origem na elaboração da Constituição de 1988. Com a presença de importantes lideranças do campo da esquerda do espectro político do país, antes exilados pela ditadura militar, e com uma Constituição de caráter social-democrata, os grupos economicamente dominantes e as forças conservadoras, defensoras de políticas ultraliberais, iniciaram sua preparação para, como um bloco unificado, vencerem as eleições. No entanto, tão importante quanto essa preparação e unificação inicial, seria encontrar um candidato, dentro daqueles grupos, que não tivesse identidade, pelo menos de forma pública, com o período militar nem com o Governo Sarney (DREIFUSS, 1989). Assim, candidatos que, de acordo com as suas próprias avaliações pessoais e de seus respectivos partidos, reuniam potencial para se enquadrar no perfil exigido por esses setores, passaram a direta ou indiretamente se colocar diante dos olhos da mídia em geral, mas principalmente das Organizações Globo, a fim de serem notados e demonstrarem predisposição de ocupar o posto vago até ali. Entre eles estavam Ulysses Guimarães, Mario Covas e Fernando Collor de Mello, que fizeram movimentos visando obter o apoio da família Marinho, considerado imprescindível para o êxito desejado. Naquele contexto, angariar a simpatia das Organizações Globo se mostrava um caminho natural e de extrema importância, pois esse grupo de comunicação havia se tornado hegemônico com o apoio que prestara aos governos militares e com os benefícios que alcançara como recompensa (AREAS, 2012).

De forma aparentemente aleatória, Fernando Collor de Mello se torna o candidato escolhido pela direita do espectro político brasileiro, aglutinando em torno de si, mesmo que de forma não totalmente homogênea, nem com engajamento automático e simultâneo, o conjunto de forças econômicas que orbitavam e definiam esse campo, incluindo a quase totalidade da grande mídia. Durante a campanha eleitoral de 1989, em especial as Organizações Globo e a revista *Veja*, mas, em geral, toda a grande mídia nacional, assumiu direta ou indiretamente a candidatura de Collor em detrimento dos outros candidatos, principalmente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PDT) (MIGUEL, 2000a, 2000b; MELO, 1992; COLLING, 2002 apud RUBIM, 2004).

Fernando Collor de Mello se sagrou o vencedor, e, segundo Lima (2012), foi o engajamento do conjunto da grande mídia nacional no pleito o que acabou por produzir a sua vitória. Para o autor, aquela foi uma obra que envolveu toda a mídia tradicional, mas especialmente a TV. “O ambiente televisivo” favoreceu sobremaneira o candidato com um perfil “jovem, bonito, moderno, esportista e corajoso”, representado por Collor. O cenário de representação da política (CR-P – conceito elaborado pelo autor para analisar aquela eleição)

foi muito bem pavimentado desde o início, nos seus mínimos detalhes. A Rede Globo de Televisão exibiu durante aquele período, nos mais diferentes horários, uma série de telenovelas que retratavam a política, os políticos e os funcionários do Estado em geral de forma negativa, pois eram corruptos e ineficientes. A derrocada do império soviético, ocorrendo ao vivo em seus noticiários na mesma época, contribuiu para a confirmação dessa tese e para a introdução do passo seguinte, já no Governo Collor, que foi o início da privatização de empresas estatais (LIMA, 2012).

Os telejornais, principalmente da Rede Globo de Televisão, se encarregaram de lançar Fernando Collor nacionalmente, com o inestimável auxílio dos programas anuais de todos os partidos que o apoiavam, os quais abdicaram da divulgação de seus próprios projetos para dedicarem, quase que integralmente, seu tempo ao candidato. Fernando Collor de Mello “nasceu” dentro da política, vindo de uma família da elite tradicional. Foi prefeito biônico de Maceió, nomeado pelos militares durante a ditadura, deputado federal, governador de Alagoas, mas se apresentava, e foi assim muito bem retratado pela mídia, como alguém de fora da política, com moral ilibada, opositor ao Governo Sarney e, sobretudo, caçador de marajás, que eram os funcionários públicos com altos salários na época. O candidato, estrategicamente, não participou dos debates no primeiro turno, preservando e fortalecendo a sua imagem para o embate final, no segundo turno. Por fim, a divulgação das pesquisas de intenção de votos a partir do momento em que ele assumiu a liderança da corrida eleitoral foi utilizada pela mídia, nem sempre de forma ética, para consolidá-lo como o virtual vencedor (LIMA, 2012).

No entanto, durante a campanha para o segundo turno, com a superexposição dos dois candidatos que haviam chegado à frente no primeiro turno, Fernando Collor, do PRN, enfrentando Lula, do PT, a diferença entre os dois começou a se reduzir. Então, já no final do período de campanha, ocorreu o evento que ficou marcado como um dos mais importantes para o desfecho daquele pleito e que teve a participação direta e decisiva das Organizações Globo. Na semana anterior à realização do segundo turno das eleições, ocorreu um debate entre Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva. O evento foi transmitido para todo o país pela Rede Globo de Televisão, em conjunto com outras emissoras. Nesse debate, Collor se mostrou mais seguro do que Lula e aproveitou todo o seu conhecimento sobre como usar momentos como aquele, diante das câmeras, a seu favor (MELO, 1992; GARCIA; FURQUIM, 2002). No entanto, no dia seguinte, a Rede Globo, em todos os seus noticiosos, exceção feita ao Jornal Hoje, fez uma edição desequilibrada do debate, apresentando os melhores momentos de Collor e os piores momentos de Lula. Além da edição desequilibrada, o Jornal Nacional mostrou, ainda, uma pesquisa do Instituto Vox Populi, que mostrava números totalmente

favoráveis a Collor sobre o debate. É bom lembrar que a Rede Globo, antes daquele episódio, costumava mostrar preferencialmente as pesquisas feitas pelo IBOPE. O objetivo do noticioso foi mostrar claramente que Fernando Collor havia vencido o debate. Esse comportamento da emissora também foi acompanhado pelos editoriais do jornal O Globo até a realização do segundo turno das eleições. Os editoriais enfatizaram a superioridade de Collor, não somente no debate, mas enquanto detentor de qualidades como segurança, equilíbrio, discernimento e liderança, as quais seriam indispensáveis ao exercício da Presidência da República. Enquanto Lula era descrito como apático e mentalmente confuso, além de caracterizarem o programa de governo do PT como radical, perigoso e potencialmente desestabilizador para o país (AREAS, 2012; JOSÉ, 2015; KUCINSKI, 1998).

Como vencedor do pleito, Fernando Collor assumiu a presidência em janeiro de 1990. No entanto, passado um curto espaço de tempo, foi possível perceber a incapacidade do presidente e seu núcleo de governo em apresentar um projeto minimamente racional e consistente, que apontasse um caminho a ser seguido diante do quadro de crise econômica do país (JOSÉ, 2015). Soma-se a isso as características de cunho pessoal de Collor, em que traços excêntricos, imprevisíveis, arrogantes, autoritários, de um certo messianismo e, por conseguinte, de uma excessiva autossuficiência estavam presentes e eram facilmente observáveis. Seu caráter se materializava na sua inabilidade, ou mesmo desejo pessoal, de não reconhecer a importância do papel das instituições de Estado, especialmente do Congresso Nacional, para a articulação de um projeto político de governo bem-sucedido (SKIDMORE, 2000).

Dessa forma, o presidente começou a entrar em rota de colisão com uma boa parcela das forças políticas e sociais que promoveram a sua eleição, entre elas, aquelas representadas pela grande mídia empresarial brasileira. A falta de um projeto claro e previsível, incorporando as reformas do campo político e econômico na medida da expectativa dos grupos economicamente dominantes, principais articuladores da sua vitória eleitoral, acabou gerando uma instabilidade permanente no país. Assim, depois de dois anos de incertezas, concluiu-se que o conjunto de suas ações acabariam ocasionando um “custo” maior do que todo o desgaste que um processo de *impeachment* poderia proporcionar. Mesmo que tenha promovido algumas privatizações – como no setor da siderurgia, parte importante do projeto neoliberal, o qual representava e para o qual fora eleito – elas não se mostraram suficientes para mantê-lo no cargo. Além disso, os fracassados planos de estabilização econômica, com queda recorde no PIB e o confisco da poupança, logo no início do governo, também contribuíram para a sua

queda, pois produziram uma drástica redução na sua base de apoio junto aos setores médios e subalternos da sociedade (JOSÉ, 2015).

Então, a mesma mídia que havia promovido intensa e decisivamente a eleição de Collor, começou a veicular denúncias de corrupção que envolviam o próprio presidente. Tais denúncias iriam abalar definitivamente as bases, já bastante fragilizadas, do governo. O Congresso instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os fatos. Com a “confirmação” pela CPI do envolvimento do presidente no esquema, o plenário da Câmara dos Deputados, em setembro de 1992, autorizou a abertura de um processo de *impeachment*. Enquanto isso, grandes manifestações pedindo a saída do presidente se espalharam pelo país inteiro. Percebendo que seria afastado pelo Congresso, Collor renunciou antes da sentença final. Mesmo assim, em dezembro de 1992, o Senado Federal, de forma simbólica, aprovou o *impeachment* do primeiro presidente brasileiro eleito diretamente pela população após um longo período de ditadura militar (MENESES, 2014; JOSÉ, 2015).

O início do Governo Itamar Franco, vice e sucessor de Fernando Collor na presidência, não se encaminhava muito animador. A exemplo do que ocorrera durante toda a década de 80, novas tentativas de estabilização da economia foram implementadas e fracassadas. Ministros da Fazenda foram substituídos. Então, em 21 de maio de 1993, toma posse como ministro da Fazenda do governo do presidente Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC), conhecido sociólogo, que, até aquela data, ocupava o posto de ministro das Relações Exteriores e, segundo a mídia na época, seria algo como a última chance de sucesso para Itamar Franco (RENAULT, 2008).

As notícias veiculadas nos principais periódicos do país, naquele dia, pareciam não deixar dúvidas sobre a relevância daquele fato. O jornal *O Estado de São Paulo* editou um caderno especial, com oito páginas, dedicado à posse do novo ministro da Fazenda. A *Folha de São Paulo* destacou que o novo ministro exigira poderes especiais para assumir o cargo. Assim como o *Jornal do Brasil*, *O Globo* destacaria a previsibilidade e transparência nos compromissos assumidos por FHC, negando de antemão qualquer possibilidade de choques ou medidas abruptas que pudessem causar pânico no mercado. *O Globo* também enfatizou a excelente recepção que a posse do novo ministro havia tido junto aos operadores de mercado, todos com ótimos indicadores. As revistas semanais *Veja* e *IstoÉ* já faziam projeções do que o país poderia esperar de Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda. Foi dado destaque especial às qualidades intelectuais de FHC, suas excelentes relações com altas personalidades do mundo intelectual, político e econômico daquele período. Noticiaram seus encontros com Bill Clinton, Lloyd Bentsen (chefe do tesouro estadunidense), Al Gore, Michel

Camdessus (diretor gerente do Fundo Monetário Internacional – FMI) e Willian Rhodes, que era vice-presidente do Cictorp, maior credor do Brasil. Além disso, enfatizaram a sua carreira como professor e intelectual brilhante, reconhecido dentro e fora do Brasil e autor da célebre teoria da dependência. Foi também lembrado o fato de que FHC havia sido obrigado a se afastar do país para poder trabalhar durante a ditadura militar, pois o regime autoritário o aposentara precocemente (RENAULT, 2008).

O conjunto da mídia tradicional enquadrava aquela conjuntura como um momento especial, no qual o país respirava novos ares que nitidamente favoreciam o entendimento entre os mais diversos setores da sociedade, os quais, até aquele momento, se encontravam em posições antagônicas. As qualidades de FHC o incluíam em um seleto grupo de notáveis, com reconhecimento incontestável tanto dentro quanto fora do país. Esse fato traria enormes benefícios à imagem do Brasil no exterior, disse o diretor de jornalismo da Rede Bandeirantes, Carlos Alberto Sardenberg, em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*. Portanto, mesmo que fosse mais um recomeço, as perspectivas de sucesso, ancoradas nas qualificações do novo ministro, pareciam muito mais sólidas do que todas as tentativas anteriores (RENAULT, 2008).

Dessa forma, já sob a coordenação do sociólogo Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda, tem início um programa de estabilização econômica que se revelaria de grande eficácia no combate à inflação. O Plano Real, como ficou conhecido, representou a inserção definitiva do Brasil no modelo e padrão de política econômica já vigente em alguns países da América Latina, de caráter neoliberal (BATISTA JÚNIOR, 1996), em favor do qual a mídia brasileira já vinha advogando intensamente desde o período de elaboração da Constituição de 1988 (FONSECA, 2005).

Em síntese, o Plano Real veio, como disse Marcus Lanoni (2009), para resolver importantes aspectos da grande crise vivida pela sociedade brasileira da época, crise essa que se arrastava desde o final da década de 70. O programa inseriu o Brasil em um cenário internacional de globalização econômica voltada para e regulada pelo mercado. No plano interno, ele reorganizou, pelo menos momentaneamente, as forças hegemônicas da sociedade brasileira, as quais se encontravam desarticuladas desde a crise do modelo desenvolvimentista. Também, de forma momentânea, o Plano Real proporcionou uma certa estabilidade no campo político, pois induziu, ao longo do tempo, a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento de agenda e cultura liberais no conjunto da sociedade brasileira (LANONI, 2009).

Passados aproximadamente 10 meses da sua posse como ministro da Fazenda e do lançamento do plano de estabilização econômica, Fernando Henrique Cardoso se

desincompatibilizou do cargo para concorrer como candidato do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) a presidente da República, em outubro de 1994. No entanto, o momento histórico parecia ser ainda de profundas incertezas. Os fatos que se sucederam, tanto antes como depois da desincompatibilização, demonstraram que aquele não foi um período de conjuntura simples. A instabilidade política e a crise econômica não davam trégua. A inflação, quando do lançamento do programa de estabilização econômica, logo após a posse do novo ministro, era superior a 30% ao mês. No entanto, a revista *Veja*, em sua edição de 26 de maio de 1993, já advertia seus leitores de que haveria necessidade de paciência, pois os problemas que afligiam o Brasil naquele momento não poderiam ser resolvidos no curto prazo, nem com medidas heterodoxas de choques abruptos, mas, sim, com uma sequência de políticas bem elaboradas e aplicadas de forma competente por pessoas qualificadas, como Fernando Henrique Cardoso. O semanário afirmou que aquela seria a maior aposta da vida do professor FHC. Ao mesmo tempo, profetizou que, se o trabalho fosse bem-feito, a inflação superada e a estabilidade alcançada, ele poderia se transformar em um presidenciável invencível nas eleições de 1994 (BARBOSA, 2005).

De acordo com Lima (2012), para ser bem-sucedido em uma eleição nacional majoritária, qualquer candidato precisa se enquadrar dentro do “Cenário de Representação da Política (CR-P)” predominante na conjuntura em que se desenvolve o processo eleitoral. Seu programa de governo deve conter elementos que se contraponham à conjuntura nos seus aspectos negativos e a reforcem nos seus aspectos positivos. A sua imagem pública deve estar ajustada ao “CR-P predominante”, pois, mesmo que este “[...] não prescreva os conteúdos da prática política, demarca os limites dentro dos quais as ideias e os conflitos políticos se desenrolam e são resolvidos, podendo neutralizar, modificar ou incorporar iniciativas opostas ou alternativas” (LIMA, 2012, p. 202). Para o autor, esse processo se desenvolve através dos meios de comunicação de massa.

Durante o período pós-*impeachment* de Fernando Collor, a conjuntura era de crise econômica, com a inflação corroendo diariamente os já baixos salários das classes trabalhadoras, bem como os ganhos da classe média, importantes parcelas do eleitorado na época e que ainda tinham muito próxima a memória do que havia acontecido na eleição de 1989, com o subsequente fracasso do presidente no campo econômico e seus escândalos de corrupção. Esse era um cenário que se mostrava muito favorável ao candidato pelo Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva. Seu programa de governo, bem como seu discurso, muito embora fosse qualificado pela mídia como uma enorme carta de intenções feita para agradar a todos (BARBOSA, 2005), ia ao encontro das expectativas e anseios da maioria da

população brasileira dentro daquela conjuntura. A continuar o quadro como estava, as possibilidades de Lula vencer a eleição em 1994 eram bastante grandes. Lula liderava todas as pesquisas de intenção de voto naquela altura do processo. Dessa forma, a única possibilidade de FHC vencer implicaria cumprir a tarefa de construir um cenário alternativo que tivesse a potencialidade de neutralizar a tendência dominante até aquele momento, criando novas expectativas para o eleitorado (LIMA, 2012).

Então, todo o processo que vinha sendo construído desde a nomeação de FHC para o Ministério da Fazenda – dentro do governo, com superpoderes e, pela mídia, como alguém capaz de aglutinar em torno de si os setores hegemônicos da economia nacional – começa a surtir resultados. Como parte do plano de estabilização econômica, em 1º de julho de 1994 ocorreu a conversão da URV (uma espécie de moeda escritural não física) em Real (a moeda física e definitiva). A taxa de inflação, que em junho de 1994 atingira o patamar de 46,58%, já no mês da conversão da moeda (julho), tem uma acentuada queda, chegando aos 6,08%. Em agosto o índice fica em 5,46%, setembro 1,51% e, em outubro, mês da eleição, a taxa de inflação foi de 1,86%. Essa queda foi o componente final e mais importante do cenário alternativo construído para modificar a tendência do pleito, que até aquele momento era amplamente favorável a Lula, como mencionou Lima (2012). Assim, na esteira daqueles acontecimentos, com a introdução do Real como moeda nacional, um quase imediato efeito na redução da inflação e com a repercussão dada pela mídia dos fatos verdadeiros, com o enquadramento adequado aos objetivos da conjuntura, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso para presidente se fortaleceu de forma irremediável. FHC cresceu nas pesquisas de intenção de voto, ultrapassou Lula e, em outubro daquele ano, o candidato do PSDB, tendo Marco Maciel, do PFL, como vice, venceu as eleições já no primeiro turno.

Com a vitória de Fernando Henrique Cardoso, se concretiza aquilo que Lanoni (2009) descreveu como a aglutinação dos grupos hegemônicos econômica e politicamente, na sociedade brasileira, em torno de uma plataforma única, esta estabelecida a partir de ideias e conceitos neoliberais. Seria o que Francisco Fonseca (2005) classificou como o “consenso forjado”, para o qual a mídia contribuiu de forma bastante relevante desde os anos 80 (FONSECA, 2005). A partir dali, a tarefa seria garantir a eficácia definitiva no combate à inflação e implementar as medidas de desregulamentação econômica, além de privatizar os setores considerados lucrativos para o mercado que, até então, estavam nas mãos do Estado, completando o trabalho que havia sido iniciado ainda no Governo Collor, qual seja, a inserção do país no projeto neoliberal de política econômica.

Segundo Puliti (2009), a experiência de implementação do neoliberalismo e seus pressupostos econômico e sociais ao redor do mundo havia demonstrado que ele não se construía a partir de uma base teórico-conceitual sólida e bem desenvolvida. Suas premissas se ancoravam no liberalismo individualista tradicional – acrescentando-se a isso uma profunda desregulamentação das economias nacionais, a fim de abrir as portas para a financeirização do sistema, uma redução drástica do tamanho do Estado, principalmente através das privatizações de empresas estatais, mas também com a transferência da prestação de serviços públicos do Estado para agentes privados. Tudo isso acompanhado de um rigoroso programa de austeridade fiscal (PULITI, 2009).

No Brasil, uma agenda dessa natureza, na época em que foi implementada, não poderia ser chamada de popular. Portanto, ela dependeria, fundamentalmente, de uma muito bem construída e executada estratégia de comunicação e propaganda, envolvendo a elaboração de um discurso eficaz, de alta aderência ao imaginário popular, com uma clara âncora inicial de resultado positivo (PULITI, 2009). Nesse sentido, vale lembrar aqui que a legitimidade de uma ação, ou medida particularista específica, se constrói por meio de uma cadeia de argumentos discursivos racionais que justifiquem e defendam a medida, com o objetivo de persuadir a população de que ela é justa e digna de apoio, além de, fundamentalmente, invocar uma abrangência universalizante dos seus supostos benefícios (THOMPSON, 1995; HERMAN; CHOMSKY, 1988).

Destaca-se, no entanto, que a principal função do Estado na época era garantir que os agentes privados pudessem se desenvolver “livremente”, eliminando todas as amarras regulatórias possíveis através de reformas para o mercado. Essa estratégia comunicativa do neoliberalismo ao redor do mundo ocidental, e, em especial, no Brasil, foi construída e executada majoritariamente pelos agentes da grande mídia empresarial tradicional com tamanha eficácia que seus pressupostos passaram a ser parte inquestionável do senso comum e “obrigatoriamente” aplicados por governos de todos os matizes do espectro político (PULITI, 2009).

Portanto, e dessa forma, durante a década de 90, se concretiza na sociedade brasileira o “consenso forjado”, muito bem diagnosticado e analisado por Francisco Fonseca em sua pesquisa de 2005. Esse consenso se organizou em torno de um conjunto de ideias e pressupostos particulares, mas alardeados como universais (HERMAN; CHOMSKY, 1988), pelos quais a sociedade passou a se guiar, sendo interdita qualquer possibilidade de debate sobre eventuais ideias alternativas e discursos dissidentes. As críticas a esse conjunto de ideias hegemônicas, por mais bem fundamentadas que fossem, foram sempre rotuladas pela mídia de anacrônicas,

nostálgicas, pré-históricas, ou ainda “alienígenas”, oriundas de um lugar fora do mundo real (PULITI, 2009; BRUM, 2017).

Entretanto, no que pese o sucesso do Plano Real em relação ao combate à inflação e a aprovação pelo presidente de praticamente todas as reformas encaminhadas ao Congresso, incluindo a da sua própria reeleição, o cenário macroeconômico em 1998, ano de novas eleições presidenciais, apresentava consistentes desequilíbrios, consequência das medidas tomadas, ou não, pelo governo que poderiam inclusive causar certo risco para Fernando Henrique Cardoso no processo eleitoral que se avizinhava. O crescimento econômico havia sido muito abaixo do esperado durante praticamente todo o primeiro mandato do presidente. O desemprego em alta, uma acelerada fuga de capitais dos países emergentes e a preocupação com uma possível recessão seriam dificuldades reais a serem enfrentadas, as quais exigiam respostas verdadeiramente convincentes durante a campanha eleitoral (PORTO, 2000; BRESSER-PEREIRA, 2002; RUBIM; COLLING, 2004).

A mídia em geral, mas em especial a Rede Globo, durante o processo eleitoral de 1998, com reduzido tempo de propaganda gratuita imposto pela legislação da época (RUBIM; COLLING, 2004), executou um papel de tangenciamento, ou quase um silenciamento, com relação à crise econômica que se abatia, de forma perceptível, sobre o Brasil. As causas da crise eram sempre tratadas superficialmente e como resultado de fatores externos, eximindo as ações do primeiro mandato de FHC de qualquer responsabilidade nos acontecimentos. Já na campanha, se posicionaram novamente de forma praticamente uníssona na defesa da continuidade de um projeto vencedor que enfrentava uma crise que vinha de fora, e na defesa de que Fernando Henrique Cardoso seria, novamente, a pessoa mais preparada para conduzir o país através daquela turbulência (SOARES, 2009; RUBIM, 2004).

Dessa forma, sem grandes percalços, já no primeiro turno, Fernando Henrique Cardoso se reelege presidente em 1998, disputando o pleito, novamente, com Luís Inácio Lula da Silva, do PT. No entanto, ainda no final do seu primeiro mandato, como mencionado anteriormente, a euforia com as conquistas do Plano Real – basicamente a redução da inflação – já começaram a dar lugar a um certo sentimento de frustração. Paralelamente ao êxito no combate à inflação, que se mostrava efetivamente consolidado, a macroeconomia apresentava problemas claramente observáveis. Segundo Bresser-Pereira (2002), uma das causas para aqueles desequilíbrios era a forte apreciação cambial adotada no início do plano real como um dos instrumentos de combate à memória inflacionária da década anterior, que deveria ter sido flexibilizada logo após a queda da inflação, mas não foi.

Com um quadro de economia nacional em deterioração, com os índices de endividamento do país, bem como com os níveis de desemprego nada animadores, o Governo FHC não consegue fazer a sua sucessão na Presidência da República em 2002. Luís Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores, na sua quarta eleição consecutiva, consegue se eleger presidente do Brasil. No entanto, vale ressaltar aqui que a eleição de Lula não ocorreu por acaso, ou apenas pelos desequilíbrios econômicos apresentados pelos governos de FHC. Já durante a campanha, o PT e o próprio Lula fizeram alguns movimentos políticos visando demonstrar aos grupos economicamente dominantes, sobretudo aos setores do mercado financeiro, que não haveria risco de choques ou qualquer mudança significativa nos rumos macroeconômicos do país. O candidato a vice na chapa do PT era José de Alencar, empresário e ex-presidente da Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais. Assim, importantes figuras da elite industrial brasileira aderiram à candidatura Lula. Entre os nomes mais proeminentes estavam Eugenio Staub, (Grupo Gradiente), Ivo Rosset (Valisere), Nildo Masini (diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP) e Paulo Skaf (presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil). Porém, um dos movimentos mais importantes durante a campanha de 2002, promovido pelo PT, foi o que ficou conhecido como “Carta aos brasileiros”. Nesse documento, o candidato e o partido assumem compromissos com a manutenção dos pilares básicos que sustentaram a economia desde o lançamento do Plano Real, quais sejam, o controle da inflação, cumprimento dos contratos, superávit primário e câmbio flutuante. Além disso, descartou-se qualquer possibilidade de rompimento com o FMI (AREAS, 2012).

O comportamento da mídia na eleição de 2002, talvez em consequência das mudanças no PT, foi bem diferente do que havia sido em 1998, especialmente por parte da Rede Globo. Em 1998, a disputa foi, de uma certa forma, “ignorada” enquanto um evento de fundamental importância para o país, como se o resultado já estivesse definido de forma antecipada (RUBIM; COLLING, 2004). Em 2002, esse comportamento se modificou, e a eleição assumiu lugar de centralidade absoluta na grade da grande mídia tradicional. Questões de interesse público, as quais haviam sido solenemente esquecidas no pleito anterior, passaram a ser objeto de exaustivos debates entre as forças e candidatos em disputa. O equilíbrio e a “imparcialidade” foram buscados de forma contrastante em comparação com o que ocorrera em eleições anteriores (SOARES, 2009).

Weltman (2018) atribuiu essa aparente mudança a uma perda de influência relativa dos meios de comunicação tradicionais nas disputas eleitorais, mas também ao fato de ter havido uma convergência das principais forças, incluindo o PT, em direção ao centro do espectro

político. Azevedo (2018) avaliou que o ano de 2002 havia sido uma exceção, na qual a mídia tradicional não se posicionara, pelo menos não de forma ostensivamente antipetista. Isso se deveu, segundo ele, a um deslocamento do PT na direção do centro político, com todos os compromissos que assumiu no que diz respeito às questões econômicas e contratos firmados pelo governo de FHC. Aliado a isso, Azevedo (2018) considera que os resultados econômicos muito abaixo do esperado no segundo mandato de FHC ocasionaram uma forte resistência da opinião pública ao candidato situacionista. Ainda, a candidatura de José Serra não tinha o mesmo apelo de Fernando Henrique e não aglutinava todo o bloco economicamente hegemônico em torno de si. Como exemplo disso está o fato de que, além dos nomes já mencionados anteriormente, outras importantes figuras da direita, como José Sarney e Antônio Carlos Magalhães, aderiram à candidatura Lula no segundo turno. Essas adesões, segundo Rubim e Colling (2004), foram resultado principalmente do movimento do PT na direção do centro. Porém, para esses autores, o próprio equilíbrio nas pesquisas de intenção de voto durante o período eleitoral ocasionou a busca de equilíbrio relativo da mídia. Sua dependência de verbas publicitárias públicas recomendava prudência quanto ao posicionamento tomado em um processo com aquelas características (RUBIM; COLLING, 2004).

Entretanto, para Miguel (2004), a busca por um equilíbrio e neutralidade da mídia tradicional brasileira no processo eleitoral de 2002 ficou muito mais no campo das aparências e longe de uma concretização efetiva. Por exemplo, segundo o autor, parte da imprensa escrita fazia questão de demonstrar, de forma inequívoca, quais fatores provocavam o nervosismo do mercado e conseqüente subida do dólar. Se Lula crescesse nas intenções de voto, a mídia ressaltava que o mercado ficava agitado e o dólar subia. Se o movimento fosse o inverso, com um crescimento de Serra, o mercado se acalmava e o dólar caía. O mesmo ocorria quando estavam envolvidos eventos de corrupção. Segundo Miguel, o *Jornal Nacional*, durante o período de campanha, veiculou onze matérias sobre um caso de corrupção na prefeitura de Santo André, ligada ao PT, e apenas duas vezes sobre o caso de corrupção envolvendo o ex-tesoureiro de José Serra, visivelmente atribuindo maior relevância ao evento em uma prefeitura petista, no interior de São Paulo, do que ao mesmo tipo de evento ocorrendo com o ex-tesoureiro do próprio candidato a presidente da República representando o governo hora no poder (MIGUEL, 2004).

Empossado presidente da República, Lula implementou políticas que, em um primeiro momento, agradaram os setores industriais, entre os grupos economicamente dominantes da sociedade, devido à sua sempre grande necessidade de investimentos estatais para o seu próprio desenvolvimento. Para esses setores, a participação estatal no direcionamento da economia se

constitui como fator de crescimento (SINGER, 2015). Assim, durante o seu primeiro mandato, de 2003 a 2006, tanto as expectativas extremadas dos mais otimistas quanto as dos mais pessimistas não se concretizaram. Segundo Melo (2009), Lula deu seguimento apenas em alguns aspectos ao planejamento de políticas neoliberais elaborado no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas manteve o que parecia ser principal: as bases do modelo macroeconômico. No campo social, aprofundou o que já havia sido iniciado no governo anterior e desenvolveu outros programas distributivos, demonstrando que a relação de seu governo com os setores menos favorecidos da sociedade seria mais efetiva. Dessa forma, com a manutenção do modelo econômico com correção de algumas distorções anteriores, mais o aprofundamento das políticas sociais, Lula conquista tanto a credibilidade no mercado quanto uma enorme popularidade junto à maioria da população pobre do país (MELO, 2009).

Porém, se a desconfiança de alguns setores dominantes da sociedade brasileira com relação a Lula, de certa forma, diminuiu, impulsionada pelos bons resultados alcançados desde o início do seu governo, o mesmo não se pode afirmar a respeito da grande mídia empresarial e da maioria dos grupos sociais a ela atrelados. Antes de 2002, Lula era descrito pela mídia brasileira em geral como um radical de esquerda, irracional politicamente. Após o início de seu governo, começou a ser descrito como líder populista, ligado a Hugo Chaves e ao bolivarianismo. Já a partir de 2005, com o advento do escândalo do Mensalão, posteriormente, Ação 470, Lula e os governos do PT passaram a conviver com inúmeras denúncias de corrupção, que acabaram culminando com a deposição da presidente Dilma Rousseff, em 2016, eventos que serão analisados de forma aprofundada na descrição e operacionalização da atividade causal número 3, no item 4.2.3.

Neste ponto, é importante ressaltar que o objetivo desse apanhado histórico sobre o desenvolvimento da mídia no Brasil e sua participação na vida política do país foi trazer, através de uma rápida revisão de literatura, informações que pudessem demonstrar a magnitude e o quão imbricada sempre foi a relação entre meios de comunicação e política na sociedade brasileira. Em outras palavras: o quanto os meios de comunicação, fossem eles ainda com técnicas rudimentares durante o século XIX, ou com todo o desenvolvimento tecnológico do século XXI, sempre estiveram e estão muito presentes na construção dos processos sociais da sociedade brasileira, como atores ativos e efetivos, e não como testemunhas ou simples narradores daqueles processos.

Além de revelarem a magnitude do papel desempenhado pela mídia na formação da sociedade brasileira, as informações constantes nas páginas anteriores suscitam outras reflexões. Para esta pesquisa, é possível se inferir que, por mais poder que tenha usufruído e

ainda usufrua na sociedade, seria pouco provável se imaginar que os eventos descritos até aqui e aqueles que ainda serão descritos nas atividades causais número 2 e 3, pudessem ter ocorrido daquela maneira se a população em geral não depositasse na mídia um bom nível de confiança. Isso significa dizer que, para além da sua enorme capacidade de persuasão, inerente às atividades e técnicas do seu campo de atuação, a mídia brasileira também contou com a confiança da audiência para executar o seu trabalho. E esse é um dado concreto. Pesquisas realizadas pelo Latin American Public Opinion Project (LAPOP) dão conta de que, em 2008, aproximadamente 64% da população brasileira confiava nos meios de comunicação. Em 2010 esse percentual subiu para próximo dos 70%, voltando aos 65% em 2012 (LAPOP, 2008, 2010, 2012). Já em 2016, a pesquisa anual do Latinobarômetro mostrava que nada menos do que 85% da população brasileira considerava que os meios de comunicação de massa executavam um bom trabalho na sociedade (LATINOBARÔMETRO, 2016). Em 2017, uma pesquisa realizada pelo Instituto Reuters, em parceria com a Universidade de Oxford, mostrou que 60% dos brasileiros confiavam na mídia. Essa pesquisa também traz outros dados interessantes: dos 36 países pesquisados naquele ano, o Brasil era o segundo que mais confiava na mídia. O primeiro colocado na lista era a Finlândia, com um índice de confiança de 62% da população. A diferença é que a Finlândia é um país com alto grau de desenvolvimento humano e baixíssimo nível de desigualdade social, onde praticamente 50% de todo o mercado de radiodifusão é controlado por uma empresa pública (não estatal), sem qualquer comprometimento com o mercado. Essa pesquisa mostrou também que, em 2013, 75% dos brasileiros tinham a TV como seu principal veículo de informação, em 2014 esse número passou para 78%, em 2015 foi para 81%, em 2016 eram 79% e, em 2017, voltou para 78% (REUTERS; OXFORD, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017).

Como essa relação de confiança se construiu e se estabeleceu efetivamente, deve ser objeto para novas e específicas pesquisas, mas mencionar alguns de seus possíveis componentes se mostra importante para os objetivos desta tese. Nesse sentido, Miguel e Biroli (2010) trazem algumas contribuições importantes, que vão ao encontro das elaborações feitas por Motta (2013). A mídia brasileira, em geral, cumpre bem a tarefa de esconder do seu leitor, ouvinte e telespectador a sua função natural de narrador, ou seja, de alguém que descreve um fato a partir do que ela, mídia, é capaz de ver, ou pensa que vê (MOTTA, 2013). O ocultamento de si mesma enquanto um ser particular, que vê o fato a partir de um lugar e ângulo específico, se dá pela utilização de um discurso supostamente universal e imparcial, e é isso que, segundo Miguel e Biroli (2010), “[...] funda a legitimidade e a credibilidade de sua intervenção no espaço público” brasileiro. Em decorrência dessa capacidade de esconder o seu particularismo, a mídia brasileira, exatamente do lugar onde se situa, se apresenta, também de forma eficaz, como

representante das diferentes vozes de todo o contexto social, ou seja, ela se constitui a principal plataforma para a manifestação da esfera pública. Por fim, por seu suposto distanciamento dos processos, por sua suposta objetividade e universalidade, essa mesma mídia “[...] assume a posição de fiador (a) do pluralismo político” na sociedade brasileira (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 68-71). Em outras palavras, isso significa que, mesmo que de fato a mídia brasileira tenha historicamente se posicionado na defesa de grupos e interesses políticos claros e específicos, ela apresenta à sociedade um discurso atestando que é neutra, que não se posiciona, que oferece espaço para todas as vozes e que simplesmente relata os fatos.

Há, no entanto, um outro aspecto, já mencionado na introdução deste item, que é de fundamental importância para que se possa entender a relação de confiança entre a população brasileira e a mídia. Se, como disseram Martins e Luca (2008), a mídia é e sempre foi “sujeito e objeto da história brasileira”, parece perfeitamente plausível se inferir que ela também é e sempre foi produtora e produto da cultura política existente no país. Nesse sentido, Sales (1993) traz uma inestimável contribuição para se elucidar a questão. Para essa autora, em uma sociedade hierárquica, como foi e ainda continua sendo a sociedade brasileira, a autoridade se estabelece por si mesma, ou seja, pelo poder real que detém e pelo simbolismo que esse poder representa. O cidadão brasileiro nasceu em um contexto formado basicamente por senhores de engenho ou grandes proprietários de terra, escravos e “homens livres” e pobres. Da relação de mando e subserviência entre os proprietários de terras (autoridade natural real e simbólica por si mesma) e “os homens livres” e despossuídos, que a autora denomina de “cidadania concedida”, surge a cultura política da dádiva, em que a autoridade real e simbólica concede um direito ao “homem livre” e miserável não porque ele mereça e já seja proprietário natural daquele direito, mas porque a autoridade, do alto de sua benevolência e generosidade, concede esse favor ao miserável porque é ela (autoridade) a proprietária daquele direito (SALES, 1993).

Em uma sociedade hierárquica, o signatário da cidadania concedida acredita na legitimidade da autoridade que concede o direito, não a questiona e se sente um privilegiado por ter recebido aquele ato de bondade vindo de alguém considerado naturalmente superior. Afinal, aquela era a “ordem das coisas” (SALES, 1993). Nesse sentido, note-se que os meios de comunicação no Brasil se originaram naquele mesmo contexto social, e, como bem enfatizou Sodré (1999), não havia revolucionário praticando atividades de imprensa no Brasil. Eram jornais pertencentes e “[...] atrelados a grupos familiares dominantes, condicionados aos seus interesses econômicos e afinidades intelectuais” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 13-14). Assim, se naquela sociedade hierárquica a imprensa surgiu pelo poder e recursos oriundos dos mesmos grupos sociais dos senhores de engenho e proprietários de terras, então é possível se pensar que

tal imprensa era também o mesmo tipo de autoridade natural acima dos pobres e miseráveis que formavam o povo brasileiro da época, os chamados homens livres. Consequentemente, aquela autoridade deveria ser respeitada e acatada, assim como as ordens dos senhores de engenho o eram.

Dessa forma, é possível se inferir que a imprensa no Brasil já nasce como uma autoridade natural, que, como os senhores de terra, precisava ser respeitada e na qual os “homens livres” (povo brasileiro) depositavam toda a sua confiança. Nesse sentido, não importava se os homens livres, naquela conjuntura, liam ou não as publicações. O que se está tratando aqui é da posição social que a imprensa e seus proprietários ocupavam naquela sociedade profundamente hierarquizada. E é essa posição social, bem como as funções que exercia naquela época, que vão definir o tipo de mídia que o Brasil tem hoje. É importante enfatizar também que os dados das pesquisas apresentados acima são de fontes diversas; no entanto, é possível observar que, mesmo com variações, eles acabam convergindo e confirmando essa importante característica da sociedade brasileira, que se notabilizou, de forma mais efetiva, a partir da segunda metade do século XX, com o surgimento da televisão e sua consolidação como a principal fonte de informação do país.

4.2.2 Atividade causal 2: cultura política brasileira caracterizada pela desconfiança nas instituições que estruturam o regime democrático (atividade estrutural 2)

A cultura política brasileira caracterizada pela desconfiança nas instituições que estruturam o regime democrático constitui a segunda atividade do mecanismo causal hipotetizado por esta pesquisa. Assim como a primeira atividade, a cultura política de desconfiança nas instituições democráticas, por ser uma característica histórica, também é considerada uma atividade causal estrutural. Assim, a hipótese desta pesquisa é de que a existência desse tipo de cultura política na sociedade brasileira foi um facilitador necessário para que os meios de comunicação de massa (variável independente e causa X) contribuíssem para a importante redução nos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições (variável dependente e resultado Y) durante o período estudado. Neste item, a descrição da atividade causal consistirá em uma apresentação dos preceitos teóricos básicos que sustentam a importância da confiança nas instituições para a estabilidade do regime democrático, assim como dados da existência do seu oposto, ou seja, da desconfiança da sociedade brasileira, e dados demonstrando a sua materialização no mundo real. Note-se que a maior parte dos dados de pesquisas sobre a desconfiança dos brasileiros nas instituições

democráticas estarão na descrição da próxima e última atividade causal do mecanismo, item que se segue a este (4.2.3), portanto, para não se tornar excessivamente repetitivo, nesta seção estarão, principalmente, os dados constantes nas elaborações feitas pelos autores a seguir mencionados.

Estudos da teoria da cultura política sobre como as democracias funcionam têm sugerido que há uma estreita relação entre o apoio à democracia, a satisfação das populações com o funcionamento do regime, a confiança que as pessoas depositam nas instituições que estruturam esse regime e sua estabilidade ou instabilidade (EASTON, 1975; MENEGUELLO, 2006; MOISÉS, 2008; GUNTHER; MONTEIRO, 2003). Easton (1975), em um trabalho que se tornou referência na área, faz a distinção entre dois tipos diferentes de apoio à democracia, o difuso e o específico. Para o autor, o apoio difuso é aquele dado ao regime enquanto forma de governo, ou seja, as pessoas consideram a democracia como melhor forma de governo, ou não. O apoio específico está relacionado à satisfação das pessoas com o funcionamento do regime no seu cotidiano, ou seja, é aquele apoio dado circunstancialmente às instituições, de acordo com a avaliação de suas performances pela população. O apoio difuso é mais estável do que o específico, por isso, segundo o autor, é mais importante para a estabilidade do regime e tem a sua origem no tipo de cultura política existente na sociedade. Já o apoio específico se mostra mais volátil, pois, como dito antes, está relacionado à performance das instituições e de seus ocupantes temporários, o que pode sofrer variações de acordo com a conjuntura. Assim, níveis não elevados de apoio específico, em tese, não apresentariam grandes riscos ao regime, já que os ocupantes das instituições com as quais a população não estiver satisfeita podem ser substituídos a cada processo eleitoral, possibilitando também a mudança na performance dessas instituições, que irá mais, ou menos, ao encontro das expectativas da população (EASTON, 1975).

Os aspectos abaixo da obra de Easton já foram mencionados na seção sobre os conceitos gerais (Capítulo 3). Aqui eles serão repetidos porque embasam a linha de raciocínio sendo apresentada neste item.

Para Easton, em situação de estabilidade e normalidade democrática, a população que confere um bom nível de apoio à democracia enquanto forma de governo acredita que, no longo prazo, mesmo que não esteja satisfeita com o funcionamento do regime, as suas expectativas tendem a ser atendidas, exatamente pelo caráter temporário de quem exerce o poder de decisão nas instituições. Note-se, no entanto, que, para o autor, esse processo também tem o seu limite. Mesmo que a confiança nas instituições possa não ser elevada circunstancialmente, esta não pode ser uma situação que perdure de forma muito indeterminada e prolongada no tempo, pois,

segundo ele, esse tipo de confiança também cumpre papel importante com relação à manutenção do apoio difuso ao regime enquanto forma de governo (EASTON, 1975).

Dessa forma, mesmo considerando a distinção entre os dois tipos de apoio à democracia, a persistência de níveis muito baixos de confiança nas instituições pelo fato de estas, recorrentemente, não estarem desempenhando o papel que delas se espera, pode afetar a confiança da população no próprio regime e colocar em risco a sua estabilidade. Em outras palavras, se os níveis de insatisfação da população com o funcionamento das instituições democráticas forem baixos por muito tempo, a tendência é que o apoio à democracia em si, como forma de governo, comece a assumir uma curva de declínio. Por conseguinte, se a confiança na democracia cair a níveis muito baixos, a sua estabilidade pode estar ameaçada, e suas instituições podem não ter mais a credibilidade necessária para manter a sua sustentação, abrindo caminho para formas não democráticas de governo (EASTON, 1975).

Torcald, Gunther e Montero (2002) e, posteriormente Teorell, Torcal e Montero (2007), desenvolveram trabalhos que buscaram estudar com mais profundidade os meandros da relação entre a população de uma determinada sociedade e as instituições do regime democrático representativo, mais especificamente os partidos políticos. Para os autores, a hostilidade aos partidos políticos, aspecto comum na sociedade brasileira, pode ser consequência de recorrentes avaliações negativas sobre o funcionamento do regime democrático, e isso seria uma reação circunstancial não permanente. Esse tipo de insatisfação demonstraria uma boa capacidade de entendimento por parte da população sobre o funcionamento da democracia representativa, tornando-a mais exigente com relação à performance dos agentes políticos. Por outro lado, os autores sugerem que a rejeição aos partidos políticos também pode estar relacionada ao tipo de cultura política vigente na sociedade em questão. Para eles, o tipo de insatisfação, o que está relacionado a uma cultura política não assertiva, acaba ocasionando um processo de retroalimentação, com baixo interesse da população em participar dos processos políticos, tornando-a apática, indiferente e ainda menos assertiva (TORCAL; GUNTHER; MONTEIRO, 2002; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007).

Os dois tipos de atitude relacionadas aos partidos políticos mencionadas acima também possuem as suas dimensões e significados. Se a rejeição aos partidos tiver como causa o tipo de cultura política vigente na sociedade, a avaliação que a população provavelmente fará é de que não importa o programa oficial explícito em documentos e discursos públicos, a performance que eles terão quando estiverem no poder será praticamente a mesma, ou seja, eles são todos iguais, não importando a sigla. Isso pode revelar um traço de cultura política relacionado ao centralismo autoritário e, certamente, não compatível com os valores

democráticos. Já no caso de a rejeição aos partidos estar relacionada às suas performances episódicas quando cumprindo funções de poder, a avaliação da população provavelmente será de que a alternância proporcionada pelos processos eleitorais acabará resolvendo o problema. Isso pode revelar, segundo os autores, um traço de avanço democrático e sofisticação política por parte da sociedade (TORCAL; GUNTHER; MONTERO, 2002; TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007).

Para Meneguello (2006), em democracias consolidadas, mesmo que haja um certo grau de desconfiança nos partidos e nos políticos, a existência destes e das outras instituições que estruturam o regime democrático representativo permanece inquestionável, ou seja, esse é um valor que não se coloca em dúvida. No entanto, segundo a autora, no Brasil da primeira década imediatamente posterior ao fim da ditadura militar, essa ainda não era uma questão totalmente definida, muito menos consolidada. Para ela, o ainda considerável prestígio e a consequente referência aos militares como um ator importante do sistema político nacional da época, somados aos baixos níveis de confiança depositados pela população nas instituições representativas, davam mostras de que não havia, por parte dos brasileiros, um efetivo entendimento sobre o que compõe a base de um regime verdadeiramente democrático, nos termos da democracia representativa atual. Havia, sim, uma associação direta para a população entre eleições e democracia. Por outro lado, ainda existia uma clara desvalorização daquelas instituições que viabilizam a participação da própria população nas decisões políticas através dos processos eleitorais, nomeadamente, os partidos políticos e o Parlamento (MENEGUELLO, 2006). Para Moisés (2008), esse quadro persistiu na década seguinte. Pesquisas mencionadas pelo autor davam conta de que, durante o período de 1995 a 2002, os níveis de apoio à democracia no Brasil estavam entre os mais baixos da América Latina. Os indicadores variavam entre 38% e 58% de aprovação, enquanto os indicadores de satisfação com o desempenho do regime e a confiança nas suas instituições ficaram sempre abaixo dos 35% (MOISÉS, 2008).

Entretanto, no período posterior a 1989, com a eleição do primeiro presidente eleito diretamente pela população depois de um longo período sem poder exercer esse direito, a democracia no Brasil, mesmo ainda com os baixos níveis de confiança nas instituições mencionados acima, passou a demonstrar um certo grau de consolidação das instituições e relativa estabilidade (MOISÉS, 2010). Isso significa que, de lá para cá, não houve rupturas institucionais. Os ritos foram todos mantidos, mesmo nas ocasiões em que presidentes foram afastados de suas funções pelo Congresso Nacional, legitimamente ou não. Assim, ainda que com níveis baixos de avaliação por parte da população – o que pode ser observado em pesquisas

realizadas por Moisés e Meneguello e dados da série histórica do Latinobarômetro –, as instituições não pareciam estar sofrendo ameaças de continuidade no seu processo de consolidação. Essa tendência seguiu inalterada, e no sentido de evolução positiva, durante toda a primeira década do século XXI.

No início da segunda década do século XXI, no entanto, importantes eventos, os quais são objeto de estudo desta pesquisa, passaram a ocorrer na sociedade brasileira, ocasionando o que pode ser classificado como uma “volta ao passado”, com um quase absoluto descrédito na democracia enquanto forma de governo e no funcionamento de suas instituições, colocando em risco a estabilidade do regime. Esse declínio pode ser observado em todas as instituições, mas principalmente naquelas cujos representantes são escolhidos pelo voto e, notadamente, naquela de onde são selecionados os representantes que serão eleitos pela população, os partidos políticos.

Para Moisés (2010), o descrédito nas instituições democráticas, em especial nos partidos políticos, é um fenômeno que pode ser observado em âmbito mundial, incluindo as democracias consolidadas, já a partir da década de 70 do século XX. Segundo o autor, após a Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 60, o nível de aprovação das instituições em países como Estados Unidos, Inglaterra, França, Suécia e Canadá, chegava a $\frac{3}{4}$ da população. Já a partir dos anos 80 e 90, essa aprovação havia caído para aproximadamente 25% da população daqueles países. O autor atribui esse declínio a uma atitude crítica diante de crises, escândalos e deterioração do modo de funcionamento das instituições. Em países onde a democracia havia se consolidado até a metade do século XX, como Japão, Itália e Alemanha, também foi possível observar a queda nos níveis de confiança da população nas instituições. Nesses casos, o autor aponta como causa do fenômeno a burocratização da vida pública, o engessamento do sistema partidário, a recorrente prática de corrupção, além de outras práticas deletérias das instituições (MOISÉS, 2010).

Para Baquero (2018), no Brasil e em todo o continente sul-americano, o fenômeno é ainda mais antigo. Segundo o autor, a América Latina em geral se caracteriza por um sistema partidário que historicamente encontra sérias dificuldades em se consolidar como um efetivo instrumento mediador entre os grupos sociais que supostamente representa e o Estado. Para o autor, formam-se agremiações desconectadas de verdadeiras bases, o que não somente prejudica a sua função original de canalizador de demandas sociais, como também a não menos importante função de fiscalizador dos governos eleitos, tornando-os menos susceptíveis às pressões da sociedade. Segundo Baquero (2018), essa desconexão com o conjunto da sociedade faz com que os partidos tenham plataformas e programas que podem abarcar um leque enorme

de questões de maneira formal, ao mesmo tempo em que podem não significar nada em específico, dada a sua amplitude e sentido vago de propostas. Em consequência disso, os partidos políticos na América Latina em geral nunca representaram uma verdadeira opção de participação nos processos políticos para da população. Ao invés disso, aprofundam cada vez mais o já enraizado sentimento de desconfiança com relação a eles, o que, por sua vez, estimula a apatia e o desinteresse das pessoas em participar de suas atividades, pois os consideram organizações corruptas que não defendem os seus interesses. Para o autor, a origem dessa desconfiança remonta ao período colonial e ao processo de independência dos países latino-americanos, quando a participação nas instituições estatais era mandatória e discriminatória, o que acabou naturalizando o cinismo, o patrimonialismo, o clientelismo e a personalização na política. Porém, ele também enfatiza que esse quadro tem se agravado na contemporaneidade pela presença dos meios de comunicação de massa, os quais têm assumido um número cada vez maior de funções originalmente destinadas aos partidos políticos, corroborando o que já havia dito Manin (1995) ao descrever o que chamou de democracia de público (BAQUERO, 2018).

Baquero considera também que um outro aspecto de grande relevância para a perda de credibilidade, simpatia e legitimidade dos partidos políticos diz respeito à sua relação com o Estado e os recursos que dele provêm, o que os possibilita a prática de corrupção, que, por sua vez, ocorre através da distribuição de cargos públicos, contratos, “[...] clientelismo, patronagem e neopatrimonialismo, distanciando-se do sistema político administrativo que é formalmente construído com base no raciocínio legal-racional” (BAQUERO, 2018, p. 116). Para ele, a consequência desse processo é a apropriação, ou “colonização”, do Estado pelos partidos políticos quando estes assumem o poder, já que, com isso, não ocorre apenas a ocupação das funções administrativas, mas também a captação de recursos que garantem a sua sobrevivência. Ao assumirem as funções de controle do Estado, os partidos políticos abdicam de suas funções originais de organização da sociedade e mediação entre a esfera pública e o Estado. Essas funções originais ficam esquecidas com a ocupação e controle do Estado, pois, dessa forma, “[...] os partidos no poder presumem que conquistaram a legitimidade para impor à sociedade medidas econômicas e políticas impopulares” (BAQUERO, 2018, p. 117).

Já Souza (1990), analisando o Brasil do século XX, atribui a baixa institucionalização, pequena representatividade e, por conseguinte, baixo nível de aceitação dos partidos políticos pela população brasileira enquanto um efetivo instrumento de luta e disputa por influência dentro da esfera estatal, a um fenômeno que teve como causa as injunções políticas que ocorreram na sociedade brasileira a partir de 1930, as quais culminaram com a ascensão de

Getúlio Vargas ao poder, com a Constituição de 1946 e, posteriormente, com o golpe militar de 1964 (SOUZA, 1990).

Souza enfatiza que a estrutura do Estado brasileiro, extremamente centralizada e centralizadora, além da capacidade de tomar decisões que afetavam o conjunto da sociedade, acabou por moldar a forma de organização dos partidos políticos brasileiros muito mais do que qualquer representatividade que as agremiações que foram surgindo pudessem ter junto aos grupos sociais supostamente representados por elas. Para a autora, a partir das práticas do Estado, o surgimento dos partidos no Brasil foi se tornando um mero instrumento de disputa de poder, com pouca ou nenhuma capilaridade na sociedade, muito menos representatividade junto aos efetivos grupos sociais existentes. A estrutura do Estado aliada às suas ações específicas praticamente definiam quais grupos, e de que maneira, iriam se organizar enquanto partidos. Dessa forma, a influência do conjunto da sociedade na organização e funcionamento dos partidos e do próprio Estado era praticamente nula (SOUZA, 1990).

Para a autora, a institucionalização de um sistema partidário implica uma organização consolidada a partir da base coletiva que vai ser representada, e não o contrário, como tem sido tradição do sistema político brasileiro. Em outras palavras, uma agremiação partidária precisa ter a capacidade de organizar a representação de um ou mais grupos sociais com autonomia em relação ao Estado, e que essa organização seja vista como um conjunto de indivíduos portadores de um programa elaborado com a participação da base, e não um nome que a personalize. Essa é a essência da institucionalização de partidos políticos fortes, o que efetivamente não ocorreu no Brasil, onde este processo foi sempre o oposto. O Estado brasileiro sempre agiu como uma forte corporação e ator político ativo, que monopolizava para si a quase totalidade da execução de funções de importância vital para a sociedade como um todo, dificultando e até impossibilitando a aglutinação de grupos sociais em torno de uma organização que pudesse centralizar de forma efetiva e autônoma sua representação. Para Souza (1990), foi exatamente dessa forma que o sistema partidário brasileiro se construiu ao longo da história. Em consequência disso, por não se sentirem representados pelas agremiações partidárias que foram surgindo, os diferentes grupos sociais componentes do conjunto da sociedade cultivaram fortemente a ideia de que os partidos políticos sempre foram inúteis e não representativos de seus interesses (SOUZA, 1990).

Teresa Sales (1993) volta um pouco mais no tempo para buscar entender o tipo de cultura política existente no Brasil hoje. Para ela, quando se pretende entender as características atuais da cultura política brasileira, a desigualdade social, que esteve presente em toda a construção da sociedade, deve ser o aspecto mais importante a ser abordado e estudado. O

trabalho de Sales não aborda diretamente a formação do sistema partidário, mas certamente fornece os subsídios necessários para que se possa entender o processo de formação da sociedade brasileira que vai caracterizar o contexto analisado por Souza anteriormente e que, por conseguinte, vai produzir o tipo de institucionalização que se tem até os dias de hoje. Segundo Sales (1993), na configuração social do Brasil a partir do período colonial, a propriedade da terra estava concentrada nas mãos dos senhores de engenho e outros grandes proprietários que não se ocupavam exclusivamente do plantio de cana. Os grandes proprietários, além da terra, possuíam os escravos, que representavam a principal massa de mão de obra daquele período, e controlavam a maioria dos chamados “homens livres” e pobres, os quais não tinham direitos assegurados, muito menos posses (SALES, 1993).

Ao analisar as raízes de como se formou a sociedade brasileira a partir do seu caráter escravocrata e, por conseguinte, fortemente hierárquico, a autora elaborou o conceito de “cidadania concedida”. Essa cidadania, segundo ela, se originou exatamente da relação entre os chamados homens livres (despossuídos) e os senhores de terra. Os homens livres não eram escravos, mas, ao mesmo tempo, por não possuírem nada, dependiam do senhor de terras até mesmo para a sua sobrevivência física (SALES, 1993). Essa parcela da população, segundo Caio Prado Júnior (1994), vivia comprimida entre os escravos e os senhores de terra. Parte deles vivia longe dos grandes centros e sobrevivia da prática de atividades de subsistência. Outros se aproximavam das famílias de proprietários de fazendas, onde muitas vezes se transformavam em agregados e moradores do engenho. Outros, ainda, enveredavam para a prática de atos ilícitos e eram também conhecidos como a “anarquia branca”, formada por rebeldes que não se submetiam ao controle dos senhores de terra (PRADO JÚNIOR, 1994).

Segundo Sales (1993), a cidadania concedida está na gênese da construção da cidadania brasileira dos dias atuais. Daquele modelo de cidadania surgiu a “cultura política da dádiva”, em que a autoridade do senhor de engenho, de acordo com a sua conveniência e para o seu próprio benefício, concedia algum direito ao “homem livre” e despossuído. Essa concessão não ocorria por merecimento do homem livre, ou porque ele já tinha naturalmente aquele direito, mas, sim, porque o senhor de engenho, do alto de sua “bondade e generosidade” o concedia. Além de todas as outras posses, o senhor de terras também tinha a propriedade dos direitos que porventura quisesse conceder a alguém, e o fazia em troca de serviços e obediência. Para o chamado homem livre, aquela concessão deveria ser considerada um privilégio devido à sua posição de inferioridade social. Para a autora, aquela relação expressava e ainda expressa o tipo de cultura política que se constrói em uma sociedade hierárquica como o Brasil (SALES, 1993).

O senhor de engenho, grande proprietário de terras, era a encarnação da autoridade natural em si mesmo. Era uma autoridade que não admitia contestação e de poder incomensurável em seus domínios. Ele controlava os aparelhos estatais como justiça, delegacias de polícia e corporações municipais. Assim, o homem livre que não possuía nada se sentia protegido e grato àquele senhor por dar-lhe a proteção e o privilégio de poder servi-lo. Para Sales (1993), era naquela relação que, efetivamente, se manifestava o poder do senhor de terras. Não era na relação com os escravos, pois estes eram sua propriedade já estabelecida e consolidada. Foi naquele contexto que surgiu a ideia de que o Brasil não possuía povo, já que no topo da hierarquia estava o senhor todo poderoso e proprietário da terra, que possuía também os escravos e, além disso, tinha o controle sobre os “homens livres” através da concessão de algum benefício que pudesse lhe trazer satisfação ou qualquer rendimento de outra natureza (SALES, 1993).

Depois de 1888, com a abolição da escravatura, aos homens livres se juntaram os escravos libertos, que se transformaram nos novos homens livres e, como os anteriores, também despossuídos e sem qualquer direito assegurado, formando uma horda de itinerantes com extrema mobilidade Brasil afora. Sales (1993) diz que aquele movimento acabou se transformando no símbolo da tentativa de fuga do atraso em direção ao progresso. Porém, segundo ela, a abolição da escravatura e a posterior implantação do liberalismo com a República em nada contribuíram para que surgisse uma cidadania mais próxima do que seria o ideal de democracia liberal. Mencionando Weffort (1985), ela enfatiza que, “[...] o liberalismo dos senhores de terra neste país, sempre foi em essência um privatismo conservador, cujas raízes podem ser encontradas nas velhas oligarquias da primeira República” (SALES, 1993, p. 28).

Dessa forma, a cidadania concedida continuou com o compromisso dos coronéis, que tinham o controle de milhares de miseráveis subjugados e votantes, e deles os coronéis faziam uso em troca de favores do Estado recém-instalado. Isso significa que, se antes da República a submissão dos pobres e miseráveis era necessária aos proprietários de terras para a execução de serviços e a manifestação de todo o seu poder pessoal, com o advento do Estado centralizado, a submissão dos pobres e miseráveis, aos quais se juntaram os escravos libertados, se transformou em instrumento para o coronel manter o seu poder local e obter favores do Estado (SALES, 1993).

O arranjo entre os coronéis e o governo central, segundo a autora, se configurava em um sistema de reciprocidades. Os coronéis locais possuíam o controle de grandes grupos de miseráveis, os quais orbitavam ao redor das grandes propriedades e dependiam completamente de seus favores para sobreviverem. Nos processos eleitorais, garantiam o voto dos miseráveis

em troca de favores do Estado, que, por sua vez, dispunha dos recursos, dos cargos e da força policial (SALES, 1993).

Portanto é plausível sugerir que aquele arranjo controlado pelos coronéis para a defesa de seus interesses locais e para a disputa do poder do Estado – que não era um ente separado dos interesses dos grupos sociais economicamente dominantes daquela época –, adentrando pelo século XX, passou a moldar o tipo de institucionalização política brasileira descrito por Souza (1990) e que persiste até o século XXI. Afinal, como bem disse Sérgio Buarque de Holanda,

[...] a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos, ou privilégios que tinham sido no velho mundo, alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar a situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns dos lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. (HOLANDA, 1984, p. 119 apud SALES, 1993 p. 28).

4.2.3 Atividade causal 3: o agendamento do tema corrupção, pela mídia (JN), com enquadramento de viés antipolítica em geral, fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos (atividade conjuntural)

Ao iniciar a descrição da terceira atividade causal, é necessário lembrar, de forma breve, alguns aspectos considerados importantes para a sua compreensão. Para esta pesquisa, no que pese a grande diversidade de abordagens teóricas existentes a respeito do conceito de corrupção, o entendimento sendo utilizado aqui consiste basicamente no comportamento de um agente investido de alguma forma de poder, direto ou indireto, dentro da estrutura do Estado nos seus mais diversos níveis, que busca auferir vantagens indevidas, de qualquer natureza, para si ou terceiros. Essa definição, de alguma forma, se enquadra nas abordagens elaboradas por Treisman (2000), Rose Ackerman (1999), Pettit (2001), Nye (1967), Filgueiras (2009), Lima (2012) e Feres Júnior e Luana Sassara (2016).

O agendamento da corrupção significa a veiculação do tema na grade do Jornal Nacional, o que se enquadra no conceito elaborado, entre outros, por McCombs e Shaw (1972). O enquadramento significa o esquema interpretativo dado ao tema corrupção ao ser noticiado pelo mesmo telejornal, o que se enquadra no conceito elaborado, entre outros autores, por Entman (1991). Na contabilização e análise das matérias jornalísticas extraídas do Jornal Nacional para esta pesquisa, foram consideradas matérias tratando, de alguma forma, do tema corrupção, todas as notícias que abordavam direta ou indiretamente o referido tema. O mesmo

se deu quando a matéria identificava direta ou indiretamente os partidos políticos ou outros atores envolvidos. Para efeitos de estatística, também foram contabilizadas como matérias as chamadas do Jornal Nacional para introduzir o noticioso, antes do seu horário tradicional, bem como as chamadas para introdução de eventos relevantes em qualquer momento do dia, conhecidas como Plantão do Jornal Nacional.

Conforme mencionado anteriormente, a hipótese desta pesquisa é que os meios de comunicação de massa no Brasil, durante o período estudado, utilizando-se dos bons níveis de confiança conferidos a eles pela população e da cultura política de desconfiança nas instituições – ambas atividades causais estruturais descritas nos itens anteriores –, introduziram um intenso agendamento do tema *corrupção política*, com um enquadramento de viés antipolítica em geral, mas fortemente personalizado no Partido dos Trabalhadores e seus governos, atividade causal conjuntural que passa a ser descrita neste item e que ocasionou a acentuada redução nos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições.

Em consonância com o método sendo utilizado aqui, a descrição e operacionalização dessa atividade causal procura obedecer a ordem cronológica em que os eventos aconteceram. Esta seção inicia com uma breve contextualização histórica, que vai desde 2005, ano em que ocorreu o escândalo do Mensalão, até 2013, ano em que aconteceram os protestos do mês de junho. Esse procedimento é importante porque se considera que os fenômenos e eventos estudados a partir de 2014 fazem parte de um processo que teve início exatamente com o Mensalão, em 2005. Como durante esse período não foi feita a contabilidade do agendamento do tema corrupção pelo Jornal Nacional, este trabalho apresentará, em momentos considerados relevantes, apenas alguns gráficos com a percepção do tema corrupção pela população brasileira, cujo ranking é elaborado anualmente pela Organização Transparência Internacional em quase duas centenas de países. A lógica utilizada para a elaboração do ranking diz que a posição número 1 significa um nível mais baixo e a posição número 100 significa um nível mais alto de percepção da corrupção pela população dos países pesquisados.

Posteriormente aos gráficos, serão apresentadas tabelas com dados sobre os níveis de confiança da população na democracia e suas instituições, bem como a importância atribuída ao tema corrupção como um problema para o país. Esses dados fazem parte da pesquisa anual aplicada pelo Latinobarômetro nos países da América Latina. Tal pesquisa aborda uma série de temas, entre eles o de interesse deste trabalho.

A partir do ano de 2014, início do período estudado por este trabalho, serão apresentados, com uma frequência anual, os dados estatísticos sobre o agendamento do tema corrupção pelo Jornal Nacional, assim como os dados sobre o agendamento de outras formas

de subtração de recursos públicos em que não seja mencionada a corrupção política como principal causa. Posteriormente, serão apresentados os gráficos e tabelas já mencionados correspondentes aos respectivos anos.

A apresentação dos dados vai obedecer a uma ordem considerada processual por esta pesquisa. Primeiro, vêm as tabelas com os números do agendamento do tema corrupção pelo Jornal Nacional. Em seguida, apresenta-se os gráficos sobre a percepção da corrupção, e, por fim, as tabelas com os níveis de confiança da população na democracia e suas instituições. Essa ordem se mostra importante porque considera-se que o agendamento do tema corrupção política pela mídia provoca o aumento da percepção do fenômeno, que, por sua vez, altera os níveis de confiança da população na democracia e suas instituições.

A apresentação das tabelas e gráficos tem como objetivo a observação de como os dados foram evoluindo na medida em que os eventos estudados foram se sucedendo. Destaca-se que as tabelas com dados do Latinobarômetro e os gráficos sobre o ranking da Transparência Internacional sempre repetirão os dados dos anos anteriores para que a sua evolução possa ser observada. A partir do início formal do período estudado por esta pesquisa, esse procedimento se repetirá tendo 2013 como ano de referência comparativa. Ao final de todo o período estudado, haverá uma tabela com os dados do agendamento do Jornal Nacional, um gráfico sobre a percepção da corrupção e uma última tabela com os níveis de confiança da população na democracia e suas instituições, em formato de série histórica, para a visualização geral do movimento dos indicadores de 2013 (ano imediatamente anterior ao início da pesquisa) até 2018 (último ano pesquisado). Esta pesquisa encerrou as suas análises em junho de 2018, por considerar que o processo aqui estudado se completou até aquele período, e que os eventos posteriores foram, no mais das vezes, desdobramentos dos anteriores.

Com relação ao enquadramento, como já foi mencionado anteriormente, alguns períodos específicos, devido à sua relevância para a conjuntura, receberão uma maior atenção desta pesquisa. Desses períodos, algumas matérias jornalísticas exibidas serão analisadas com maior profundidade, com a identificação dos componentes discursivos que caracterizaram o enquadramento dado a elas pelo Jornal Nacional. Com relação aos outros períodos, serão apresentados apenas os dados gerais do agendamento dessa atividade causal, pois considerou-se (arbitrariamente) que, para os objetivos deste trabalho, e de acordo com o método sendo utilizado, os eventos ocorridos durante os recortes de tempo analisados mais profundamente foram representativos de todo o período estudado.

4.2.3.1 Do Mensalão aos protestos de junho de 2013

O agendamento e enquadramento da corrupção política pela mídia como um tema de fundamental importância para a sociedade brasileira no período histórico recente passa a ocorrer de forma mais sistemática com o escândalo do Mensalão, em 2005. Até o advento do Mensalão, embora já fizesse parte da grade de notícias, em situações específicas e escândalos esporádicos, desde o final da ditadura, como no caso do *impeachment* do presidente Fernando Collor, o tema corrupção política vinha sendo tratado de forma relativamente marginal pelos meios de comunicação de massa no Brasil. Nesse sentido, é importante lembrar que, no período pós-ditadura militar, todos os presidentes brasileiros haviam sido eleitos, em maior ou menor medida, com o apoio da grande mídia tradicional e pertenciam à centro-direita do espectro político nacional, com exceção de Lula, do Partido dos Trabalhadores, eleito em 2002, em cujo primeiro mandato é exatamente quando eclode o escândalo do Mensalão (RUBIM; COLLING, 2004; RUBIM, 2007; FERES JÚNIOR; SASSARA, 2016).

A cobertura midiática do evento Mensalão foi intensa, sistemática e assumiu dimensões inéditas até aquele momento. Para Biroli e Mantovani (2014), a mídia foi um dos principais protagonistas na própria construção do evento que gerou toda a crise naquele momento. A sua participação pode ser notada “[...] na condução, seleção, e amplo destaque dado às denúncias feitas” por e sobre os agentes políticos (BIROLI; MANTOVANI, 2014, p. 03).

O Jornal Nacional (JN) da rede Globo de Televisão se transformou em um dos principais veículos de divulgação dos acontecimentos do Mensalão. Sua cobertura procurava abranger diversas frentes. Entre elas estavam as investigações das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) no Congresso, as repercussões dentro do governo e nos partidos, em especial o PT, principal envolvido no esquema de corrupção segundo seus denunciadores. O JN repercutia diariamente denúncias de matérias investigativas oriundas da mídia impressa, mas também mobilizou suas próprias equipes por todo o país em busca dos “furos” jornalísticos e informações detalhadas sobre o caso. Apenas durante os meses de junho, julho e agosto de 2005, foram aproximadamente 547 matérias veiculadas pelo JN direta ou indiretamente abordando o referido escândalo. Em média, um agendamento em torno de 6 matérias diárias sobre o tema (GUAZINA, 2011).

Para Guazina (2011), além do intenso agendamento, o teor geral do enquadramento sobre o Mensalão feito pelas matérias veiculadas no Jornal Nacional, ou seja, o esquema interpretativo, ou caminho cognitivo sugerido ao telespectador (ENTMAN, 1991; EMEDIATO, 2013), era de desconfiança e desqualificação da política e dos políticos como um

todo. Os políticos eram caracterizados como incompetentes, falsos e mentirosos, que se perdiam em meio a denúncias e versões explicativas contraditórias. O referido noticioso, por exemplo, usou fartamente o recurso da dramatização em suas reportagens, além da ironia e o suspense, que constituem técnicas televisivas importantes para prender ainda mais a atenção da audiência à narrativa se desenrolando. A crise seria “uma novela”, nas palavras de Arnaldo Jabor. Detalhes sobre novas acusações e denúncias seriam as emoções do próximo capítulo. “Malas de dinheiro” teriam sido distribuídas em troca de apoio ao governo, dizia Alexandre Garcia, jornalista da Rede Globo na época (GUAZINA, 2011).

No entanto, embora o enquadramento fosse de desqualificação da classe política em geral, havia uma clara oposição do Jornal Nacional com relação ao Partido dos Trabalhadores e aos aliados do Governo Lula, os quais eram caracterizados com adjetivos pejorativos, já que mentiam de forma clara e apresentavam versões contraditórias sobre os fatos. A verdade estava sempre com a mídia e com quem acusava, nunca ao lado dos políticos que estavam sendo denunciados e acusados. José Dirceu e Roberto Jefferson, por exemplo, com suas imagens retratadas de forma extremamente negativa, simbolizavam a classe política envolvida no escândalo. A postura do noticioso era de uma “cobertura adversária” ao campo político. De um lado a mídia, representada pelo Jornal Nacional, de outro a classe política simbolizada pelo PT e pelo governo. O jornalismo estaria ali para fiscalizar o campo político como um todo, ou seja, partidos políticos, assim como os agentes em todos os níveis de atuação. Seria preciso investigar e punir (GUAZINA, 2011).

Em resumo, o escândalo do Mensalão se caracterizou pelo intenso agendamento pela mídia do tema corrupção política na sua grade de notícias diária (GUAZINA, 2011). O enquadramento aplicado aos eventos, no mais das vezes, responsabilizava a classe política em geral como a grande causadora da corrupção (GUAZINA, 2011), ao mesmo tempo em que a personalizava como tendo sido institucionalizada pela esquerda do espectro político, mais especificamente pelo Partido dos Trabalhadores e seus governos (GUAZINA, 2011; FERES JÚNIOR; SASSARA, 2016; SOUZA, 2016, 2017).

No ano de 2006 ocorreram eleições presidenciais. O escândalo do Mensalão foi bastante usado por parte da oposição e da mídia, pois o PT, partido do presidente e candidato à reeleição, estava no centro das denúncias de corrupção. De acordo com pesquisas realizadas por Aldé, Mendes e Figueiredo (2007) e Souza (2007), o presidente candidato esteve presente em aproximadamente dois terços de toda a cobertura midiática daquelas eleições. Porém, essa cobertura foi majoritariamente negativa, na maioria das vezes associada às denúncias de corrupção que haviam iniciado no ano anterior (ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007;

SOUZA, 2007). Mesmo assim, o candidato governista (Lula) venceu as eleições no segundo turno com 60,827% dos votos, contra os 39,173% do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin (BRASIL, 2006).

Como o objeto de análise desta pesquisa é a relação entre as atividades dos meios de comunicação de massa e os níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições, no Gráfico 1 pode-se observar a evolução da percepção da corrupção por parte da população brasileira de acordo com o ranking anual elaborado pela organização Transparência Internacional. Na Tabela 1, que segue, tem-se um panorama geral de como estava a opinião da população brasileira na época de eclosão de Mensalão com relação à democracia, suas instituições, bem como sobre outros temas relevantes para esta pesquisa. Para efeitos comparativos, são apresentados os dados de uma sequência que abrange os anos de 2004 (antes do Mensalão), 2005 (ano do Mensalão), 2006, 2007, 2008 e 2009 (depois do Mensalão).

Gráfico 1 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional
2004-2009



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da Transparência Internacional.

No Gráfico 1, é possível se observar que, comparativamente a 2004, a percepção da corrupção teve uma evolução negativa em sequência que perdurou até 2008. A população brasileira passou a perceber mais a existência da corrupção, evoluindo positivamente apenas em 2009, mas, mesmo assim, permanecendo em níveis bem mais elevados do que em 2004, ano imediatamente anterior ao Mensalão.

Tabela 1 – Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país, 2004-2009¹

Instituições	Ano					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	%					
Prefere a democracia entre todas as formas de governo	48	47	54	51	53	61
Satisfação com a democracia muito satisfeito + satisfeito	30	23	38	32		51
Partidos Políticos: confia muito + confia	23	16	23	16	21	21
Congresso Nacional: confia muito + confia	37	28	33	24	35	43
Governo Federal: confia muito + confia	40	34	48	35	43	47
Poder Judiciário: confia muito + confia	50	43	45	42	43	43
Forças Armadas: confia muito + confia	63	63	69	69	63	63
A corrupção como o problema mais importante	3	22	9	20	5	6

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Latinobarômetro 2004-2009.

Os dados da Tabela 1 mostram que, refletindo o aumento da percepção da corrupção, praticamente todos os indicadores tiveram uma evolução negativa de 2004 até 2007. Em 2004, apenas 3% da população brasileira escolheu a corrupção como o principal problema do país. Já em 2005, ano do Mensalão, a corrupção foi classificada como o segundo problema mais importante do país, com 22% das pessoas fazendo essa escolha. Em 2007, a corrupção foi considerada, pela primeira vez, segundo a pesquisa sendo utilizada aqui, o principal problema do país, voltando a evoluir positivamente nos anos seguintes.

Com relação aos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições, pode-se observar que, em 2005, ano do Mensalão, em comparação com 2004, houve uma

¹ Os percentuais nas tabelas estão relacionados ao N utilizado pela pesquisa Latinobarômetro, disponível no banco de dados na página oficial da organização: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

oscilação negativa em todos os indicadores. Já em 2006 ocorreu uma recuperação aos mesmos patamares de 2004, em alguns casos até superiores. Em 2007, esses níveis oscilaram negativamente, mas já em 2008 retomaram uma trajetória de evolução positiva em sequência. O que chama a atenção nos dados acima é que a preferência pela democracia como a melhor forma de governo, embora também tenha oscilado negativamente em 2005, apresentou uma forte alta já em 2006, com o índice ultrapassando a metade da população (54%) e com tendência de evolução positiva que segue pelos anos seguintes. Quanto à satisfação com o regime democrático, ocorreram oscilações durante esse período, mas em 2009 esse indicador ultrapassou os 50% da população. Por outro lado, nota-se que as Forças Armadas, instituição cujos membros, assim como o Judiciário, não são escolhidos pela população, manteve um nível de aprovação sempre acima de 60%.

O ano de 2010 foi marcado por mais uma eleição presidencial e, como vai ser possível observar mais adiante, esse foi o ano em que os níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições atingiram os seus melhores patamares. No entanto, Telles, Mundim e Lopes (2013) enfatizam que, em pesquisa realizada sobre aquelas eleições, os dados apontavam um importante crescimento na insatisfação das pessoas com a classe política em geral, e esse havia sido fator influenciador no comportamento do eleitor brasileiro na escolha do voto. Segundo os autores, tal insatisfação estava diretamente relacionada com a cobertura predominantemente negativa feita pela mídia sobre as instituições políticas a partir do escândalo do Mensalão, em 2005 (TELLES; MUNDIM; LOPES, 2013). Para Mundim (2014), mesmo que essa cobertura negativa da mídia tenha sido predominantemente personalizada no PT e seus governos, o seu efeito colateral adverso atingiu o conjunto das instituições políticas, ou seja, produziu a rejeição de uma parcela considerável da população à política e aos políticos em geral.

Note-se que a insatisfação da população com a política, constatada por Telles, Mundim e Lopes (2013) nas eleições de 2010, pode ter sido um sinal do que viria ser o ponto de inflexão na trajetória da confiança da população brasileira na democracia e suas instituições, a qual, por questões histórico-culturais, nunca foi muito alta, mas que, a partir dos anos 2000, vinha mantendo uma certa estabilidade e em patamares aceitáveis para a manutenção de um regime democrático (MOISÉS, 2010). No período de 2009 e 2010 esses níveis de confiança atingiram o seu máximo e começaram a declinar a partir dali, como pode ser observado na Tabela 2. Em 2010, o Brasil também melhorou sua posição no ranking de percepção da corrupção, ou seja, a população percebeu menos a existência do fenômeno, como pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional 2009-2011



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Transparência Internacional.

No Gráfico 2, é possível se observar que, comparativamente a 2009, mesmo não voltando ao nível de 2004, em 2010, a população percebeu menos o fenômeno da corrupção. O Brasil subiu seis posições no ranking, saindo da posição 75 para a posição 69. Porém, já em 2011, voltou a cair quatro posições, ficando na posição 73.

Tabela 2 – Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país 2009- 2011²

Instituições	Ano		
	2009	2010	2011
Prefere a Democracia entre todas as formas de gov.	61	61	-
Satisfação com a Democracia: muito satisfeito + satisfeito	51	52	-
Partidos Políticos: confia muito + confia	21	25	16
Congresso Nacional: confia muito + confia	43	46	31
Governo Federal: confia muito + confia	47	56	40
Poder Judiciário: confia muito + confia	43	53	40
Forças Armadas: confia muito + confia	63	66	64
A Corrupção como o mais importante problema	6	3	8

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Lationabarômetro 2009-2011.

Os dados da Tabela 2 mostram que, refletindo os dados do Gráfico 2 de queda na percepção do fenômeno corrupção política, 2010 foi também o ano em que a ampla maioria da população brasileira ainda preferia a democracia a qualquer outra forma de governo. A maioria ainda estava satisfeita com o regime democrático, a confiança da população nas instituições como partidos políticos, Congresso Nacional, Governo Federal e Judiciário atingiu o seu melhor nível desde o início dos anos 2000, e a corrupção política era considerada o mais importante problema do país para apenas 3% dos entrevistados. No entanto, como nos anos anteriores, as Forças Armadas mantiveram um nível de aprovação acima dos 60%.

Além do que mostram os dados acima, vale lembrar que 2010 foi o ano em que Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, se elegeu presidente da República para o seu primeiro mandato, substituindo Luís Inácio Lula da Silva, do mesmo partido, que deixara o governo com um nível de aprovação recorde de 87%, segundo a pesquisa do IBOPE divulgada em 16 de dezembro de 2010. A economia do país encontrava-se em franca expansão e obteve um crescimento de 7,5% naquele ano. Esse crescimento somente estava abaixo da China e Índia, que cresceram 10,3% e 8,6% respectivamente. A ocupação da mão de obra ativa se mantinha em crescimento e encaminhando-se para patamares recordes. Em consequência, a taxa de

² Os percentuais nas tabelas estão relacionados ao N utilizado pela pesquisa Latinobarômetro, disponível no banco de dados na página oficial da organização: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

desemprego continuava caindo e atingiu 6,7%, seu menor índice desde 2002. A renda dos trabalhadores também se apresentava em alta. Em comparação com 2009, o crescimento da renda foi de 3,8%, mas se for comparado com 2003, esse crescimento foi de 19% (IBGE, 2010).

Ao final do seu primeiro ano de mandato, Dilma apresentava níveis de aprovação superiores aos de seus antecessores. Segundo a pesquisa DataFolha divulgada em 20 de janeiro de 2012 (PRIMEIRO..., 2012), 59% da população brasileira considerava o governo Dilma bom ou ótimo. Lula havia terminado seu primeiro ano com uma aprovação de 42% e Fernando Henrique Cardoso com 41%. A economia havia crescido 2,7%, e dados do IBGE (2012) davam conta de que, durante o período de 2009 a 2011, a renda do trabalhador havia crescido 8,3%, e a concentração de renda caíra, conforme a redução do índice Gini de 0,518, em 2009, para 0,501 em 2011. Essa redução era consequência da diferença nos percentuais de crescimento de renda de acordo com a faixa ocupada pela população. Entre os 10% mais pobres, o crescimento da renda foi de 29,2%, enquanto, para os mais ricos, o crescimento da renda foi de apenas 4,43% (IBGE, 2012).

No entanto, já em 2012, ocorreu outro evento de grande relevância para o país e com enorme repercussão na mídia tradicional. Teve início, naquele ano, a fase de julgamento da ação penal originada pelo escândalo do Mensalão, de 2005, denominada de Ação 470. Segundo Nunomura (2013), esse evento seria a quarta etapa e o fechamento formal, mas não o fim da repercussão, de um escândalo midiático. Nele ocorreu o julgamento de um processo investigativo que teve início em 2005, porém, a mídia, naquela ocasião, realizou uma revisão completa de todas as suas etapas anteriores, além de um detalhado acompanhamento do julgamento em si (NUNOMURA, 2013).

De acordo com Nunomura (2013), nos últimos 13 dias antes do início do julgamento, a mídia publicou duas reportagens sobre o assunto a cada minuto. Além disso, a Globonews e a TV Justiça transmitiram em tempo real o evento para todo o país, sendo seus principais episódios repercutidos e discutidos à exaustão por todos os veículos da grande mídia tradicional brasileira. Os resultados do julgamento, com as condenações confirmadas, principalmente as de lideranças do PT, foram comemorados de forma efusiva pelos meios de comunicação, considerando aquele desfecho como uma vitória dela, mídia, e asseverando, no entanto, que Lula (a maior liderança do PT) não deveria ser descolado do contexto, já que havia sido o grande beneficiado de tudo aquilo. Essa primeira etapa do julgamento foi encerrada em 17 de dezembro de 2012. Ao final, Nunomura (2013, p. 28) concluiu que,

[...] a imprensa não é a justiça, mas os jornalistas se arvoram o dever de julgar. Os profissionais de Folha e Veja (veículos pesquisados pelo autor) foram próceres em transformar o julgamento do Mensalão em um evento midiático, mudando substancialmente o rito que se costuma dar na quase totalidade dos processos que vão às barras dos tribunais... procuraram influenciar o rito processual, saudaram as sentenças rigorosas... O mensalão foi muito mais do que uma notícia que deveria ser bem contada. Ele virou a principal bandeira temática para uma imprensa engajada no propósito de se opor a um projeto político que gira em torno da figura do ex-presidente Lula.

Durante o primeiro semestre de 2013, foram julgados os recursos impetrados pelos réus condenados na Ação 470. Então, em junho daquele mesmo ano, ocorreu o que ficou conhecido como os protestos de 2013. Se o ano de 2010 havia sido o ponto máximo nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições e, de acordo com Mundim (2014), foi também quando apareceram os primeiros sinais de crescimento da insatisfação das pessoas com a classe política, para Jessé Souza (2016), os protestos de junho de 2013 foram o ponto de inflexão a partir de onde os governos petistas, que haviam experimentado um período de 11 anos com altos níveis de aprovação, passaram a enfrentar um declínio acentuado e definitivo de sua popularidade.

Foram aqueles movimentos que, segundo Jessé Souza (2016), deram a base para o *impeachment* da presidente Dilma, em 2016, tanto no que diz respeito ao apoio definitivo da classe média tradicional quanto às articulações entre os meios de comunicação, a maior parte da elite financeira do país e setores do Ministério Público Federal e do Judiciário, que vislumbraram, com aqueles movimentos, a possibilidade de retorno ao poder político, do qual estavam ausentes desde 2003. Segundo o autor, o impacto imediato da realização dos protestos de 2013, com a abrangência nacional que adquiriram e o enquadramento dado a eles pela mídia, foi a queda nos níveis de aprovação do governo. Por exemplo, em março de 2013, a avaliação positiva da presidente Dilma Rousseff era de 79%, no dia 29 de junho daquele mesmo ano, já no final dos eventos, a aprovação caíra para 44%, ou seja, ocorreu uma queda de 35 pontos percentuais em um período de apenas 4 meses (SOUZA, 2016).

Ao analisar os eventos de 2013, Scherer-Warren (2014) destaca que a pluralidade de pauta foi a sua principal marca. Não raras vezes, reivindicações antagônicas se apresentavam lado a lado durante os protestos. Para essa autora, o movimento que se iniciara com a reivindicação do passe livre e melhoria nos transportes públicos, em São Paulo, acabou se transformando em um caldeirão nacional que reivindicaria tudo, porém de forma muito difusa e sem direção. Segundo ela, o gatilho que serviu de ignição para que o movimento se transformasse em um evento nacional foi a repressão policial ocorrida na manifestação do dia 06 de junho, em São Paulo, e a repercussão dada a esse fato pelos meios de comunicação. A

partir daquele episódio, houve uma multiplicação exponencial de manifestações em todo o país, e as pautas se multiplicaram, simbolizadas principalmente na defesa da liberdade de manifestação de todos, “[...] num sentido excessivamente genérico, estimulados através de um discurso mediático de longo alcance, mas de pouco aprofundamento” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 419).

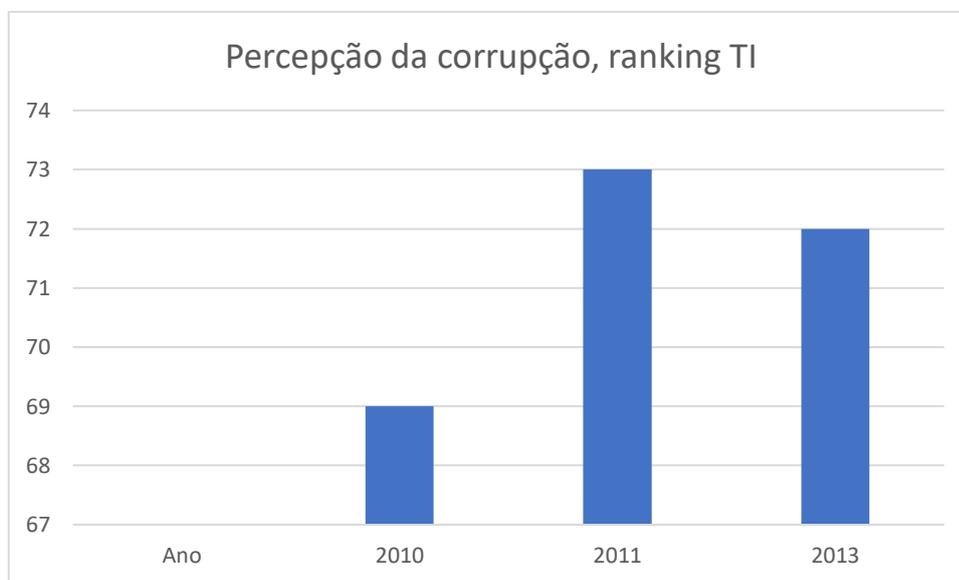
Os movimentos tiveram seu primeiro pico em termos de participação a partir do dia 06 de junho de 2013. O maior grupo de apoio dos movimentos se situava em um ponto intermediário entre a base de apoiadores do PT e o antipetismo. O primeiro desses grupos seria formado pelas classes médias tradicionais, descontentes com as políticas sendo implementadas pelos governos petistas, pois se sentiam ameaçados nas suas prerrogativas pelo avanço da classe C. O segundo grupo seria formado pelos setores que mais se favoreceram com as políticas dos governos petistas, mas que já estariam se sentindo insatisfeitos com os seus limites e apontavam para novas demandas (DOMINGUES, 2013). Tatagiba e Galvão (2019) destacam ainda que, além do descontentamento com as decisões do governo, a descrença nas instituições da democracia representativa, em consequência da corrupção generalizada, era o principal mote e questão de fundo de um movimento cuja pauta era bastante heterogênea, difusa e sem direção política (TATAGIBA; GALVÃO, 2019).

Note-se que os protestos de 2013 foram o momento em que, pela primeira vez, a crise econômica aparece como uma questão importante para a sociedade, aliada à corrupção política. Segundo Feres Júnior, Miguel e Barbarela (2014), havia dois enquadramentos dos protestos sendo trabalhados pelos meios de comunicação de massa na época. O primeiro era de que havia uma crise política provocada pelos constantes escândalos de corrupção protagonizados pelos governos do PT e seus aliados. Em função dessa crise, as instituições da democracia representativa não estavam respondendo mais de forma adequada às expectativas da população brasileira, exaurida pela roubalheira promovida pela classe política, majoritariamente por membros do governo e do PT. O segundo enquadramento dizia respeito exatamente à introdução da crise econômica na equação. Essa crise econômica estava relacionada ao crescimento econômico em níveis muito aquém do potencial e necessidades do país, somados a uma constante ameaça de explosão inflacionária (FERES JÚNIOR; MIGUEL; BARBABELA, 2014).

Em 2012 o Latinobarômetro não realizou a sua pesquisa anual. Assim, o Gráfico 3 traz a percepção da corrupção sem esse ano, e, na sequência, a Tabela 3 apresenta a comparação dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições entre os anos de

2010, que representou o seu ápice, 2011, após o julgamento da Ação 470, e 2013, com seus protestos de junho.

Gráfico 3 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional 2010-2013



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Transparência Internacional.

De acordo com o Gráfico 3, o Brasil caiu no ranking sobre a percepção da corrupção, passando da posição 69, em 2010, para a posição 73, em 2011, e 72 em 2013. Isso significa que, mesmo oscilando positivamente uma posição entre 2011 e 2013, com a constante presença do tema na mídia em função do julgamento da Ação 470 em 2012 e dos protestos de 2013, a população passou a perceber mais e mais a existência da corrupção da classe política e do Estado brasileiros.

Tabela 3 – Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país 2010-2013³

Instituições	Ano		
	2010	2011	2013
Prefere a Democracia entre todas as formas de governo	61		55
Satisfação com a Democracia: muito satisfeito + satisfeito	52		27
Partidos Políticos: confia muito + confia	25	16	22
Congresso Nacional: confia muito + confia	46	31	29
Governo federal: confia muito + confia	56	40	40
Poder Judiciário: confia muito + confia	53	40	43
Forças Armadas: confia muito + confia	66	64	69
A Corrupção como o mais importante problema	3	8	10

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Latinobarômetro 2010, 2011 e 2013.

Nos dados da Tabela 3, é possível se observar que, comparativamente a 2010 e acompanhando o aumento na percepção da corrupção política pela população, no ano de 2013 houve uma queda acentuada no nível de praticamente todos os indicadores. A corrupção assumiu uma trajetória de alta enquanto um problema importante para a população. A maioria dos brasileiros ainda preferia a democracia a qualquer outra forma de governo, 55%. No entanto, a satisfação com o regime foi o indicador que teve a maior queda. Em 2010, 52% da população brasileira ainda estava satisfeita com o funcionamento do regime democrático. Em 2013, esse percentual caiu para 27%, ou seja, a queda foi de 25 pontos percentuais em um intervalo de três anos. A confiança nas instituições como partidos políticos, Congresso Nacional, Poder Judiciário e Governo Federal também sofreu uma queda acentuada. E, novamente, é possível observar que as Forças Armadas continuaram com um nível de aprovação junto à população de quase 70%.

Dessa forma, o Brasil se encaminhava para 2014 apresentando visíveis sinais de instabilidade. No campo político, isso se deu em consequência dos eventos envolvendo a corrupção que já vinham ocorrendo desde 2005, mas que ganharam volume e intensidade em

³ Os percentuais nas tabelas estão relacionados ao N utilizado pela pesquisa Latinobarômetro, disponível no banco de dados na página oficial da organização: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

2012, com o julgamento da Ação 470, e em 2013, com os protestos de junho. Já no campo econômico, a crise internacional que havia poupado o país até aquele momento parecia estar se instalando de forma definitiva, exigindo medidas impopulares por parte do governo. É importante lembrar que 2014 foi o início formal da cronologia desta pesquisa, bem como foi o ano de inauguração da Operação Lava Jato e de novas eleições presidenciais.

4.2.3.2 O advento da Lava Jato e a reeleição de Dilma Rousseff

No que pese 2013 ter sido palco de contundentes eventos que sacudiram a sociedade brasileira, 2014, início do tempo cronológico específico de análise desta pesquisa, começa aparentemente sem acontecimentos de repercussão nacional. Durante todo o mês de janeiro, o Jornal Nacional da Rede Globo, que, a partir deste momento, passa a ser a fonte principal de dados empíricos a serem analisados por este trabalho, veicula na sua grade diária de notícias apenas 17 matérias abordando de alguma forma a corrupção política, ou seja, menos de uma matéria por edição sobre o tema. O que estava em evidência na mídia brasileira, em particular no Jornal Nacional, durante aquele período, eram as notícias sobre a economia nacional, a qual, mesmo que estivesse apresentando recordes de indicadores positivos, como o desemprego abaixo de 5%, pelo enquadramento de viés negativo dado ao tema, parecia ter entrado definitivamente em espiral descendente. Além da suposta crise econômica, a violência também era tema em evidência, o que já se tornou recorrente na mídia brasileira (GLOBOPLAY/JN 01/2014)⁴.

Das 17 matérias sobre corrupção política, nove (mais de 50%) envolviam direta e indiretamente o PT e ainda tratavam sobre o Mensalão, que ocorrera em 2005, e seu julgamento da ação penal, em 2012. Duas das matérias que não envolviam o PT chamam a atenção, pois utilizam um tipo de discurso que predominou mais ou menos até meados do primeiro semestre de 2016 e demarcam a diferença de narrativa da mídia quando o evento de corrupção estava relacionado direta ou indiretamente ao Partido dos Trabalhadores e seus governos e quando esse evento se relacionava ao PSDB e outros partidos. Destaca-se, no entanto, como mencionado antes, que essa forma de discurso, ou diferença de tratamento, vai sofrer algumas alterações em consequência de circunstâncias conjunturais que se originaram principalmente no primeiro semestre de 2016 e se acentuaram posteriormente ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Tal mudança será tratada a seu tempo.

⁴ Todas as edições do Jornal Nacional utilizadas neste trabalho estão disponíveis para assinantes Globoplay no endereço <<https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/t/MyCrVrr6gW/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

No dia 15 de janeiro de 2014, o *Jornal Nacional* mostra uma matéria de 6 minutos de duração versando sobre a suposta existência de um cartel de empresas nos processos licitatórios para a construção das linhas de trens do metrô de São Paulo e Distrito Federal, cuja denúncia havia sido apresentada no ano anterior. Os atos ilícitos teriam acontecido entre 1998 e 2008 – em São Paulo, durante as administrações de Mário Covas, Geraldo Alkmin e José Serra, todos do PSDB; no Distrito Federal, durante as administrações de Joaquim Roriz, do PMDB e José Roberto Arruda, do DEM. A matéria detalha especificamente o vazamento de um depoimento do consultor Arthur Teixeira, acusado de pagamento de propina a agentes públicos para favorecer empresas nas licitações.

No dia 22 de janeiro de 2014, o *Jornal Nacional* traz uma outra matéria sobre o envolvimento do PSDB e do governo de São Paulo em supostos pagamentos de propina por empresas para a obtenção de contratos. A matéria era a repercussão de uma reportagem publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, daquele mesmo dia, e se referia ao depoimento prestado, na França, por um ex-diretor da empresa Alstom. No depoimento, o ex-diretor afirmou que a Alstom autorizara o pagamento de propina a consultorias para que a Empresa Paulista de Transmissão de Energia (EPTE) e Eletropaulo “ressuscitassem”, em 1998, um contrato, de fornecimento de equipamentos às estatais celebrado em 1983 com o governo de São Paulo.

As duas matérias tratavam sobre o pagamento de propina em administrações do PSDB, mas em situações diferentes. No entanto, ambas seguiam o mesmo padrão discursivo e enquadramento, ou seja, soam como uma longa nota de esclarecimento por parte dos envolvidos. Durante os 9 minutos, que é a soma do tempo das duas matérias juntas, em nenhum momento a palavra corrupção é mencionada. Os pagadores de propina eram, quase que invariavelmente, consultores representando consultorias, nunca operadores de empresas laranja e de fachada criadas para encobrir atos de corrupção. Não possuíam passado, ou intenções futuras que pudessem ligá-los aos agentes públicos (não políticos corruptos), os quais conheciam, de acordo com a reportagem, de forma superficial.

Observe-se que ao não esclarecer sobre as funções concretas dos chamados consultores, no mundo real, os apresentadores e repórteres enquadram as matérias de uma maneira a produzir um sentido específico. Dizer X (consultor), mas não dizer Y (origem e função específicas dos consultores) era fundamental, pois se Y fosse dito, poder-se-ia esclarecer X e, com isso, modificar todo o sentido do discurso sendo proferido (ORLANDI, 2016). Dessa forma, a narrativa foi construída com um esquema interpretativo pronto (ENTMAN, 1991) para que o espectador focasse a atenção no fato de que as pessoas envolvidas eram consultores e, se

possível, não pensasse na possibilidade de que eles poderiam ser lobistas ou laranjas que recebiam dinheiro de corrupção e o distribuíam a políticos e partidos. Não houve, por parte dos apresentadores do JN ou do repórter, qualquer questionamento ou insinuação sobre quem seriam os beneficiários de pagamentos, cujas identidades foram no geral omitidas.

Houve, portanto, nessas duas matérias mostradas pelo Jornal Nacional, uma tentativa de conduzir o telespectador por um caminho cognitivo (ENTMAN, 1991; EMEDIATO, 2013) que desviasse a sua atenção da possibilidade de que os recursos desviados nos contratos de construção das linhas do metrô de São Paulo, nos governos do PSDB, poderiam ser corrupção para beneficiar governantes, partidos e políticos. Tanto os apresentadores do JN quanto o repórter que fazia a descrição detalhada dos eventos e as tomadas externas, que coincidentemente eram os mesmos nas duas matérias, procuraram manter o distanciamento dos fatos, sem qualquer expressão física ou tom de voz que pudesse denunciar envolvimento emocional com o acontecimento. Como enfatizado por Motta (2013), eram os narradores fingindo não narrar, tentando apagar os rastros de sua presença. No entanto, como assevera o mesmo autor, narrar nunca é uma atitude ingênua e desprovida de intenções (MOTTA, 2013).

O mesmo enquadramento segue com as imagens que mostram a harmonização de ambientes abertos, limpos, organizados, sem aglomerações e com pessoas sorrindo, demonstrando conforto com a situação. Não havia qualquer imagem que indicasse sujeira, desordem. A corrupção é moralizada, redesenhada, ganhando tons e palavras favoráveis (MAINGUENEAU, 1998 apud SANTANA, 2020). Segundo Van Dijk (2013 apud SANTANA, 2020), em um discurso midiático, “[...] as asserções são construídas por meio de estratégias discursivas que promovem a persuasão do espectador” (SANTANA, 2020, p. 110). Em outras palavras, o narrador argumenta utilizando dispositivos persuasivos de linguagem, de forma a seduzir e envolver o seu receptor. O narrador sempre quer, intencionalmente, produzir efeitos com a sua narrativa (MOTTA, 2013).

Durante o mês de fevereiro de 2014, o número de matérias do Jornal Nacional sobre corrupção política mais do que dobra com relação a janeiro. São 39 matérias tratando do tema de alguma forma, sendo que 36 delas envolviam direta ou indiretamente o PT. No entanto, um outro tema passa a fazer parte da pauta naquele momento. Matérias sobre a Petrobras começam a aparecer na grade de notícias do JN com cada vez maior frequência, como se fosse um prenúncio dos acontecimentos que estavam por vir.

A primeira matéria sobre a Petrobras apresentada pelo Jornal Nacional em 2014 ocorre no dia 03 de fevereiro, com uma duração de 4 minutos e tem como conteúdo uma redução de sua capacidade produtiva e uma consequente perda de valor de mercado da empresa. Sem

mostrar as fontes da informação, a matéria diz que, em 2014, a Petrobras estaria valendo apenas 40% do que valia em 2011. Essa reportagem revela alguns aspectos do discurso midiático sobre a Petrobras, dominante naquela conjuntura, que merecem ser abordados rapidamente aqui. O primeiro aspecto se enquadra dentro do que Santana (2020) chama de macrocategoria discursiva e diz respeito à questão ideológica do discurso, ligada à dimensão do macropoder desenvolvida por Fairclough (2001), mas que, também, se encaixa nas elaborações de Hermann e Chomsky (1986) e, no caso específico brasileiro, trabalhada em pesquisa desenvolvida por Fonseca (2005).

Segundo os autores, uma das questões mais importantes da disputa pelo poder hegemônico nas sociedades contemporâneas está em construir um discurso ideológico, atribuindo um caráter universal a representações particulares do mundo material real. Na referida matéria, a dimensão ideológica do discurso é consequência do que foi dito com o silêncio, ou seja, a construção do consenso (universalizar) sobre a noção particular (FAIRCLOUGH, 2001; HERMANN; CHOMSKY, 1986; FONSECA 2005) de que o Estado é incompetente e não tem que se intrometer na produção econômica direta; no caso específico, a exploração de petróleo, devendo deixá-la sob controle e regulação do mercado.

Naquele contexto, a incompetência seria de um Estado gerido por um governo de esquerda, tendo o PT como seu principal protagonista. Aqui novamente se observa o enquadramento teorizado, entre outros, por Entaman (1991) e Gutmann (2006), que Santana (2020) chama de microcategoria discursiva e se concretiza no fato de que a matéria descrita não menciona explicitamente a incompetência da Petrobras nas mãos do Estado governado pelo PT como fator preponderante na equação redução de produtividade e perda de valor de mercado da empresa. No entanto, essa afirmação não proferida verbalmente é parte intrínseca do conteúdo da reportagem, é o atalho cognitivo que indica um único caminho interpretativo a seguir (ENTMAN, 1991; EMEDIATO, 2013). Esse é o sentido “oculto” daquilo que não foi explícito, mas que tomou forma por trás do que foi efetivamente dito (ORLANDI, 2016; SANTANA, 2020).

O Jornal Nacional apresenta, ainda no mês de fevereiro, mais três matérias sobre a Petrobras, todas enfatizando diretamente algum aspecto de teor negativo com relação à empresa. Ou seja, simplificada, o enquadramento geral dessas matérias apontava para uma empresa gigantesca e mal gerida pelo Estado – que seria incompetente por natureza – e pelas forças políticas que detinham o poder político na época.

Durante o mês de março de 2014, a cobertura de eventos de corrupção não se altera muito. O Jornal Nacional mostra um total de 20 matérias tratando de alguma forma o tema

corrupção política, sendo que oito delas envolviam direta ou indiretamente o PT. Esses números são semelhantes aos de janeiro; no entanto, março é um mês de grande impacto em todo o contexto nacional, pois nele teve início a Operação Lava Jato. Em consequência disso e dos rumos que as investigações tomaram, março também é o mês em que as matérias jornalísticas sobre a Petrobras, as quais eram abundantes, aos poucos foram se deslocando do campo da economia, onde o Estado brasileiro era responsabilizado pelo que era descrito como o seu fracasso empresarial, para o campo da corrupção política e investigações da Polícia Federal.

Durante a primeira quinzena de março de 2014, o Jornal Nacional mostra apenas uma matéria, no dia 11, sobre multas ambientais recebidas pela Petrobras (GLOBOPLAY/JN, 11/03/2014). Então, no dia 17, acontece aquela que seria considerada a primeira fase da Operação Lava Jato. O JN apresenta uma matéria de apenas 44 segundos de duração sobre o evento. A Petrobras não é mencionada na matéria, mas a sua construção discursiva conduz o telespectador por um caminho de interpretação já pronto, que reflete o enquadramento dado. O apresentador do noticioso é enfático ao anunciar que um dos presos naquele dia havia sido condenado no “Mensalão do PT”, estimulando a memória do telespectador a fazer a associação de um fato passado ao evento presente (ENTMAN, 1991; EMEDIATO, 2013). O doleiro Alberto Youssef, o mesmo que esteve envolvido no caso Banestado – o que não foi mencionado pela matéria em questão – foi preso sob a acusação de que estaria envolvido em um esquema de lavagem de dinheiro cujo montante teria alcançado a cifra de 10 bilhões de reais. A denominação “Operação Lava Jato” foi adotada em função de que um dos envolvidos, o doleiro Carlos Habib Charter, era proprietário de uma rede de lavanderias e postos de combustíveis, empresas que estariam sendo utilizadas para realizar as operações fraudulentas (GLOBOPLAY/JN, 17/03/2014).

No dia 19 de março, o JN traz uma nova matéria sobre a Petrobras. Dessa vez, os apresentadores do noticioso passam 4 minutos descrevendo a compra pela petrolífera brasileira da refinaria localizada em Pasadena, Texas, nos Estados Unidos. Nesse momento, a Petrobras ainda não estava, pelo menos explicitamente, envolvida nas investigações da Operação Lava Jato. Novamente o noticioso repercute uma reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* publicada naquela mesma data. A matéria revela que Dilma Rousseff (presidente da República na época) era presidente do Conselho Administrativo da Petrobras quando a compra da refinaria foi efetivada e que aprovou o negócio que viria a acarretar um grande prejuízo para a estatal brasileira. A referida transação estava sendo investigada pelo Tribunal de Contas da União, Polícia Federal e Ministério Público (MP). O repórter que faz a descrição dos ocorridos menciona que, além de Dilma Rousseff (PT), a ministra da Casa Civil na época, Antônio Palocci

(então no PT), e Jaques Vagner, governador da Bahia pelo PT, faziam parte do conselho. Nenhum outro conselheiro foi nominado. A descrição mostra com números o tamanho do prejuízo. A matéria enfatiza que estava havendo investigação sobre um possível superfaturamento nos valores do negócio e traz o depoimento de um procurador do Ministério Público, que diz que o assunto era extremamente grave e merecia uma investigação profunda, pois erros haviam sido cometidos que acarretaram um custo vultoso à nação brasileira. Após a fala do procurador, é aberto espaço para a manifestação de Aécio Neves, então senador pelo PSDB e que seria adversário de Dilma Rousseff nas eleições daquele mesmo ano. O senador faz críticas diretas a Dilma Rousseff, pois não considerava suficientes as explicações dadas por ela sobre o negócio, e diz que o Senado precisaria investigar quais teriam sido as “profundas” motivações para que uma “negociata” como aquela, com dolo para a sociedade brasileira e a Petrobras, tivesse sido aprovada. Então, o JN abre espaço para o líder do governo, que diz que o governo tinha grande interesse em investigar qualquer malfeito; ao mesmo tempo, admite que pode ter havido falha e que, se tivesse havido dolo, precisaria ser apurado com transparência (GLOBOPLAY/JN, 19/03/2014).

Essa mesma linha argumentativa vai se repetir em praticamente todas as matérias do Jornal Nacional sobre a compra da refinaria de Pasadena, antes de a Petrobras se transformar no foco das investigações da Operação Lava Jato. Ele é um discurso enquadrado dentro de uma linha interpretativa específica, com quase ou nenhuma possibilidade de se seguir outro caminho cognitivo alternativo. Assim como na matéria analisada sobre a redução da capacidade produtiva e perda de valor de mercado da empresa, essa não explicita no discurso proferido a incompetência do Estado e da administração do governo petista para gerir a Petrobras, mas todos os seus componentes apontavam os olhos do telespectador para essa direção, pois os números que fizeram parte do negócio foram mostrados, e eram “incontestáveis” os prejuízos para a petrolífera brasileira. Além disso, ao mencionar que o negócio estava sendo investigado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Polícia Federal e Ministério Público por um possível superfaturamento e, ainda, ao nominar somente os conselheiros pertencentes ao PT, incluindo Dilma Rousseff, que era presidente, entre os que haviam aprovado a negociação, o JN não afirma que havia algum ato ilícito na compra da refinaria, mas direciona o espectador a chegar a essa conclusão, evocando a memória do telespectador sobre eventos passados, como o Mensalão (EMEDIATO, 2013). Segundo Santana (2020), essas são as estratégias persuasivas do discurso na sua dimensão micro. E isso se torna possível porque o enquadramento midiático da notícia constrói um atalho cognitivo que “[...] direciona o olhar e indica qual caminho a

seguir na produção do sentido”, assim como, limita a “[...] habilidade da audiência de pensar fora daquele quadro imposto” (SANTANA, 2020, p. 43).

Em 20 de março, como decorrência do que teria sido descoberto nas investigações da sua primeira fase, mais os depoimentos prestados pelos investigados já presos, no Rio de Janeiro, a Lava Jato prende Paulo Roberto Costa, ex-diretor de refino e abastecimento da Petrobras. O Jornal Nacional, então, mostra uma matéria sobre a prisão do ex-diretor que dura um minuto, sendo que, ao final, o apresentador do noticioso enfatiza que Paulo Roberto Costa era uma das pessoas que haviam sido intimadas pelo Ministério Público a depor sobre a compra da refinaria de Pasadena, compra essa que teria causado, segundo o JN, um prejuízo de 1 bilhão de dólares para a Petrobras.

Logo após, na mesma edição, o JN veicula uma entrevista com o ex-presidente da Petrobras falando exatamente sobre a compra da refinaria nos Estados Unidos. Os apresentadores do JN, novamente usando a estratégia discursiva de enquadrar a notícia em um esquema interpretativo que deixa pouca ou nenhuma margem para dúvidas, afirmam que o ex-presidente da empresa havia contradito a presidente Dilma Rousseff, que afirmara anteriormente, em nota, que no resumo executivo utilizado para a aprovação da compra da refinaria não constavam as cláusulas que acabaram causando o prejuízo à empresa. Ao fazer isso, o JN literalmente distorce as informações. Dilma Rousseff afirmara que, no resumo executivo utilizado na votação do conselho, não havia a menção às cláusulas em questão. Na entrevista, o ex-presidente da Petrobras não se referiu a esse resumo executivo, muito menos disse que as cláusulas estariam nele, mas sim mencionou o fato de que aquelas cláusulas seriam normais em contratos de compra e venda de empresas como aquela. No dia seguinte, o próprio JN indiretamente corrige a informação ao apresentar o resumo executivo (sem as cláusulas) analisado pelo conselho administrativo da Petrobras. No entanto, o noticioso não admite que havia distorcido a informação na matéria do dia anterior (GLOBOPLAY/JN 20-21/03/2014).

Ainda durante o mês de março de 2014, dos dias 21 a 31, o Jornal Nacional mostra mais 20 matérias sobre a Petrobras e a compra da refinaria em Pasadena, no Texas, em uma média superior a duas matérias por edição (GLOBOPLAY/JN, 21-31/03/2014) – o que se deu, no geral, obedecendo ao mesmo modelo de enquadramento das notícias analisadas anteriormente, oferecendo ao telespectador um caminho interpretativo definido e limitado, que refletia o seu ponto de vista dos fatos.

Por outro lado, e concomitantemente aos fatos já descritos, a Operação Lava Jato começou a adquirir notoriedade e espaço em toda a mídia nacional, em especial no Jornal Nacional. Assim, como desdobramento das fases anteriores da operação, no dia 1º de abril, veio

a público que a Polícia Federal teria, através de interceptação de chamadas telefônicas e mensagens, descoberto o envolvimento de André Vargas, então deputado federal pelo PT do Paraná e vice-presidente da Câmara dos Deputados, com o doleiro Alberto Yussef em atividades ilegais. Embora nas matérias jornalísticas anteriores sobre o caso houvesse quase sempre a menção de que políticos estariam envolvidos no esquema, nenhum indivíduo ou partido específico havia sido citado nominalmente. Essa seria a primeira vez que alguém do Partido dos Trabalhadores seria vinculado diretamente às investigações da Lava Jato, e o Jornal Nacional noticia, então, que o deputado André Vargas havia admitido ter viajado no jatinho do doleiro preso (GLOBOPLAY/JN, 01/04/2014).

A partir da revelação do envolvimento do deputado André Vargas do PT, vice-presidente da Câmara, com o doleiro Alberto Youssef e da anterior prisão do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, a Lava Jato, uma operação que originalmente estaria focada na investigação de lavagem de dinheiro a partir de diversas atividades ilegais de diversos setores da sociedade, reduz sua atenção e foco para a relação entre agentes públicos, funcionários da petrolífera brasileira e partidos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores, que ocupava a Presidência da República na época.

Durante o mês de abril de 2014, o Jornal Nacional mostra um total de 68 matérias tratando de alguma forma o tema corrupção política. Dessas, 31 envolviam direta ou indiretamente o PT, 18 envolviam a Petrobras, e um total de sete eram sobre o vazamento de depoimentos prestados por investigados na Operação Lava Jato ou de documentos da petrolífera envolvendo a compra da refinaria de Pasadena. Durante o mês de maio, são 42 matérias sobre corrupção, 12 delas envolviam o PT, 3 sobre vazamentos, e um total de 18 matérias que já tratavam direta ou indiretamente sobre assuntos ligados à Operação Lava Jato (GLOBOPLAY/JN, 04-05/2014). Naquele momento, a operação já se transformara num grande escândalo de corrupção nos moldes elaborados por Thompson (1995). Praticamente 50% do que era produzido e mostrado pelo JN sobre corrupção estava relacionado à operação e ao PT, que, como no Mensalão, era novamente a grande estrela do espetáculo.

No entanto, nos dois meses seguintes, os quais antecederiam o início da campanha eleitoral daquele ano, mas, mais do que isso, eram os meses de realização da Copa do Mundo no Brasil, o número de matérias jornalísticas sobre corrupção veiculadas pelo noticioso da Rede Globo cai drasticamente. É um total de apenas 32 matérias sobre corrupção durante os meses de junho e julho somados, 11 delas envolvendo o PT (GLOBOPLAY/JN, 04-05/2014). Foi como se, durante dois meses completos, os corruptos e corruptores tivessem combinado uma trégua ou tirado um período de férias para assistirem à Copa do Mundo sem serem incomodados

pela Polícia Federal. No entanto, na verdade, o que houve foi um “silenciamento” relativo imposto pela mídia ao tema corrupção durante a realização da Copa do Mundo, um evento privado de grandes proporções e impacto comercial importante para os meios de comunicação.

Então vieram as eleições de 2014, que se mostraram as mais acirradas entre todas as outras do período pós ditadura militar. A coalisão governante, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores, já enfrentava desgastes importantes oriundos dos 12 anos no poder. Segundo Souza (2016), a insatisfação com os governos petistas havia crescido grandemente em setores importantes da classe média brasileira desde os protestos de 2013. Dessa forma, se os cenários de 2002, 2006 e 2010, com suas especificidades, ainda se mostravam amplamente favoráveis ao sucesso da coalisão governista nas urnas, já em 2014, alguns elementos acumulados durante os três mandatos anteriores sinalizavam para um grau de adversidade não existente naqueles pleitos, e apontavam para uma possibilidade real de vitória da oposição.

A mídia brasileira, durante o processo eleitoral de 2014, manteve a já conhecida tendência de oposição à candidatura do Partido dos Trabalhadores, a exemplo do que havia feito em todos os pleitos em que o PT participou (AZEVEDO, 2018). Durante o período de campanha eleitoral propriamente dito que, em 2014, para o primeiro turno, foi de 06 de julho a 04 de outubro, o Jornal Nacional mostra 84 matérias tratando de alguma forma do tema corrupção. Desse total, 51 matérias tratavam da Operação Lava Jato e do escândalo da Petrobras, e 42 matérias envolviam direta ou indiretamente o PT e o Governo Federal (GLOBOPLAY/JN, 07/07-03/10/2014). Já para o segundo turno, cuja campanha ocorreu de 06 a 25 de outubro, são mostradas pelo JN 23 matérias tratando do tema corrupção. Desse total, 15 abordavam temas relacionados à Lava Jato, e 14 matérias envolviam direta ou indiretamente o PT e o Governo Federal (GLOBOPLAY/JN, 06-25/10/2014).

O mês de setembro de 2014 foi pródigo em termos de acontecimentos jornalísticos de impacto no acirrado contexto político descrito e analisado por esta pesquisa. Algumas dessas reportagens merecem destaque e serão brevemente analisadas aqui, pois, assim como outras, analisadas anteriormente, contribuem para definir o fio condutor da narrativa midiática sendo construída sobre aquele momento histórico. Outras serão apenas descritas como forma de ilustrar o encadeamento dos fatos dentro da narrativa mencionada.

A primeira matéria que merece destaque é mostrada no dia 06 de setembro de 2014. O JN repercute uma reportagem publicada pela revista *Veja* daquela semana, na qual constavam informações vazadas do depoimento de Paulo Roberto Costa, preso em Curitiba. Logo após anunciarem o assunto base da notícia e afirmar que o referido depoimento havia abalado o mundo político nacional naquele dia, os apresentadores passam, então, a descrever a reportagem

da revista. Chama a atenção desde o início o fato de que, mesmo mencionando que a matéria havia sido produzida como repercussão de uma reportagem da revista *Veja*, não tendo havido checagem das informações – não haviam sido apresentadas quaisquer evidências sobre a veracidade dos eventos descritos, muito menos havia sido apresentada cópia do depoimento em questão – o JN, durante 5 minutos, faz a descrição do que teriam sido os acontecimentos, como se verdadeiros e incontestáveis fossem. Agindo assim, o JN evoca para si o poder simbólico de quem teria a autoridade legítima da fala (BOURDIEU, 1989), além da competência e capacidade de se fazer escutar.

Naquela matéria, a linha argumentativa do JN é bastante direta, com um viés acusatório de que o PT mantinha o esquema de propina nos contratos com a Petrobras, e tal propina era distribuída entre os partidos políticos da base aliada do governo. O texto falado inicia com a menção de que o delator era um diretor da Petrobras durante os governos de Lula e Dilma e também enfatiza a participação do PT ao citar nominalmente apenas o seu tesoureiro como intermediário entre a Petrobras e as empresas. A matéria reforça ainda mais esse enquadramento no seu final, ao, mais uma vez, repetir quase literalmente a informação de que Paulo Roberto Costa fora diretor da Petrobras durante os governos Lula e Dilma. Pode-se observar, neste ponto, a simplificação reducionista do mundo na narrativa sendo apresentada, a qual orientará e praticamente definirá o caminho interpretativo a ser seguido pelo telespectador, e tal caminho remete, ou estimula, a rememoração de fatos passados, mas muito presentes (EMEDIATO, 2013), como o Mensalão e a compra da refinaria de Pasadena, por exemplo. Ao mesmo tempo, o noticioso apresenta e sugere de forma simples e natural, sem ser explícito no discurso, a ideia de que a política em geral é o lugar da corrupção, da utilização dos recursos públicos para a locupletação pessoal, ou perpetuação de um projeto de poder (SANTANA, 2020). O reforço ao texto falado oferecido pelo cenário também é bastante evidente, nos moldes das elaborações de Maingueneau (1997), quando as fotografias de Lula e Dilma, assim como a foto de todos os citados pelo delator, são mostradas em tons vermelho escuro, sugerindo as cores do PT, e seus rostos têm feições carregadas e sombrias. São os pontos de vista de quem produziu a notícia se manifestando através do cenário exposto, que apontava para uma relação de causalidade (SANTANA, 2020) em que Lula, Dilma e os governos do PT estimulavam a lembrança de escândalos de corrupção do passado que, naquele momento específico, se repetiam com o escândalo da Petrobras.

No dia 11 de setembro, são quatro matérias mostradas pelo Jornal Nacional com um viés negativo com relação ao PT e ao Governo Federal. Uma delas relata que o Tribunal de Contas da União havia encontrado supostas distorções nos dados oficiais do Programa Bolsa

Família. Na matéria fica implícito que, ao utilizar dados desatualizados para definir quem seria pobre e miserável, o governo estaria inflando o número de pessoas que afirmara terem saído da linha de pobreza graças ao programa. Em outra matéria, o JN relata que o Congresso aguardava decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o depoimento de Paulo Roberto Costa na CPI mista da Petrobras. Os apresentadores do JN relembram rapidamente o depoimento do ex-diretor, vazado pela revista *Veja*, em que denuncia a existência de um esquema de propina em contratos da petrolífera que beneficiaria partidos e políticos. Ao final, os apresentadores novamente enfatizam que Paulo Roberto Costa havia sido diretor na Petrobras durante os governos Lula e Dilma. Em outra matéria, o JN diz que havia ocorrido algumas alterações nos perfis de dois jornalistas da Rede Globo na página de internet denominada Wikipedia. Nas alterações feitas foram acrescentadas informações falsas sobre os jornalistas. A matéria apresentada pelo JN revela que o responsável pelas alterações indevidas nos referidos perfis era um funcionário do Palácio do Planalto, filiado ao PT de São Paulo. A última matéria do JN no dia 11 de setembro de 2014 abordando temas relacionados ao PT e ao governo, diz respeito a uma prisão feita pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) em uma cidade no interior da Bahia. O homem preso pela PRF transportava uma quantia de 180 mil reais. A pessoa não revelou a origem do dinheiro, mas disse que vinha de Brasília, era funcionário do Senado Federal e que trabalhava para o senador Wellington Dias, do PT, na época candidato ao governo do Piauí (GLOBOPLAY/JN, 11/09/2014).

A narrativa dessas matérias jornalísticas direciona o olhar do telespectador para um modelo interpretativo (ENTMAN, 1993; GUTMANN, 2006; EMEDIATO, 2013) em que as ações do governo são descritas como incompetentes, negligentes – e até mesmo insinuam a possibilidade de dolo, como nos casos das supostas irregularidades e desatualização dos dados sobre o Programa Bolsa Família e das alterações dos perfis de jornalistas da Rede Globo na página do Wikipedia. Esse direcionamento do olhar fica mais explícito ainda quando há o envolvimento do PT. Nas matérias acima analisadas, isso se verifica na ênfase dada ao fato de que Paulo Roberto Costa fora diretor da Petrobras e de que o esquema de pagamento de propina a partidos e políticos havia ocorrido durante os governos de Lula e Dilma, naquele momento as maiores expressões individuais do PT. Na matéria sobre os perfis dos jornalistas no Wikipedia, as alterações indevidas nos perfis haviam sido feitas por um funcionário do Palácio do Planalto filiado ao PT de São Paulo. Na matéria sobre a prisão efetuada pela PRF na Bahia, o homem preso com 180 mil reais não revelou a origem do dinheiro que transportava, mas é enfatizado que ele era funcionário de um senador do PT, candidato a governador do Piauí também pelo PT.

No dia 18 de setembro de 2014, o Jornal Nacional exibe uma matéria com o vazamento de parte do depoimento ex-diretor da Petrobras, e alguns componentes da formação discursiva empregada pelo noticioso chamam a atenção e merecem uma rápida análise. As primeiras sentenças proferidas pelo apresentador anunciam de forma enfática que o delator revelara que, sim, houve pagamento de propina na compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Esse enunciado com viés afirmativo direto, taxativo e simplificador (FOWLER, 1991) evoca novamente o sentido da memória do telespectador para eventos passados (EMEDIATO, 2013). Nos meses anteriores, o próprio JN havia apresentado diversas matérias sobre a compra da refinaria nos Estados Unidos. As referidas matérias, em nenhum momento, afirmaram que teria havido pagamento de propina naquele negócio, mas deixavam bastante claro que o conselho administrativo da Petrobras, presidido na época pela então ministra da Casa Civil e atual presidente da República, Dilma Rousseff, e em cuja composição havia dois membros nomeadamente pertencentes ao PT (Jaques Wagner e Antônio Palocci), havia aprovado uma negociação que causara um prejuízo de 1 bilhão de dólares à petrolífera brasileira. No segundo momento da matéria, a repórter que faz as tomadas externas explicita o que foi o enquadramento desde as primeiras reportagens sobre a compra da refinaria apresentadas pelo JN. O delator confirmara que houve corrupção com pagamento de propina na compra da refinaria. Nesse momento, o sentido da memória do telespectador sobre eventos passados encontra a sua materialização nos eventos presentes.

Um outro aspecto discursivo da matéria mostra os cenários externos como parte integrante do quadro argumentativo (MAINGUENEAU, 1997): o delator sendo acompanhado por advogados e agentes devidamente descaracterizados, mas bem-vestidos; em seguida evoca-se a credibilidade da autoridade em questão ao mostrar o prédio da Polícia Federal, em tons azuis sóbrios, onde o delator prestara seu depoimento; a repórter faz uma descrição de como teriam sido os depoimentos, seu ambiente, quem acompanhou, e a tecnologia usada para que o sigilo do que teria sido revelado pudesse ser mantido, além do trâmite da delação, no decorrer do processo. Tudo isso com imagens produzidas em programas de computador. Segundo Santana (2020), naquilo que se assiste diariamente em telejornais, “[...] a esquematização do mundo envolve uma importante construção em termos de imagens e sons, com elementos de dramaticidade. Não se pode, por isso, deixar de ver nesses elementos do discurso midiático uma intenção de influência” (SANTANA, 2020, p. 41). A repórter não menciona que o conteúdo da matéria descrita por ela era parte do que, a princípio, não poderia ter sido revelado, exatamente por estar sob sigilo da justiça.

Há um último componente discursivo dessa matéria que passa despercebido, mas que conduz o olhar do telespectador a um aspecto do enquadramento que não somente vai acompanhar as matérias posteriores sobre o tema, mas também vai influenciar, até mesmo, o resultado do conjunto de ações da Operação Lava Jato, bem como o julgamento dos acusados de terem cometido crimes. Esse aspecto se refere ao instituto da colaboração premiada (delação premiada) em si. Na descrição dos eventos, a repórter diz que, para obter o benefício, o delator teria que comprovar as acusações. Em seguida ela define o que, para ela, significaria comprovar as acusações: “Por exemplo: revelando os participantes da organização criminosa e ajudando a recuperar o dinheiro desviado”. Então a mesma repórter traz a opinião de um especialista como reforço para os seus argumentos. Um advogado é entrevistado e repete quase literalmente o que ela (repórter) havia dito sobre as formas de comprovar as acusações. Na opinião do advogado, “[...] quanto mais ele (delator) conseguir comprovar as declarações, no sentido de apontar outros autores, no sentido de mostrar como esta organização funciona, ou colaborando para recuperar este dinheiro, esses bens desviados, então quanto mais ele conseguir demonstrar isso, maiores benefícios ele terá” (GLOBOPLAY/JN, 18/09/2014). O enquadramento desse trecho da matéria não diz isso explicitamente, mas sugere ao telespectador a conclusão de que o delator precisa tão somente fazer uma lista de nomes de outros participantes do esquema, entregá-la às autoridades, ajudar a recuperar parte do que havia sido desviado, e seu testemunho seria suficiente para prender e condenar os supostos criminosos e para ter sua pena reduzida ou extinta. A reportagem em nenhum momento menciona o fato de que o delator precisa apresentar provas materiais de tudo o que denunciar às autoridades.

Na semana que antecede o primeiro turno das eleições de 2014, o Jornal Nacional mostra 10 matérias tratando de alguma forma o tema corrupção. Desse total, nove estavam relacionadas direta ou indiretamente ao Governo Federal de Dilma Rousseff, ao PT e a Lava Jato. Uma delas chama a atenção pelo enquadramento e viés dados aos acontecimentos sendo noticiados. A matéria é do dia 1º de outubro e repercute uma reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* daquele mesmo dia. O periódico havia divulgado, em seu site, um vídeo que mostrava uma reunião entre um deputado do PT e funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, incluindo o seu presidente na época. A referida reunião ocorrera no período da noite, em local fora das dependências da empresa. Durante a reunião, o deputado do PT discursa para os presentes, diz que havia feito reuniões com os petistas dos correios em praticamente todas as regiões com abrangência da empresa, e que se Dilma Rousseff havia crescido na preferência do eleitorado mineiro, havia uma grande contribuição “dos petistas dos correios”. O JN dá espaço para Marina Silva (PSB) e Aécio Neves (PSDB) se manifestarem a respeito.

Marina diz que aquela era uma prática que deveria ser condenada por todos, pois mostrava uma confusão entre partido e governo. Aécio Neves é mais enfático e diz querer criminalizar os responsáveis. Além disso, ele afirma que os correios de Minas Gerais haviam cometido crime ao não entregarem correspondências suas, com material de campanha, sem, no entanto, mostrar qualquer evidência de que o fato tenha verdadeiramente ocorrido (GLOBOPLAY/JN, 01/10/2014).

O enquadramento dessa matéria mostra aos telespectadores que a reunião entre o deputado do PT e os funcionários petistas dos correios que ocorrera fora do horário de expediente, no comitê central de campanha do PT, em Belo Horizonte, era uma articulação e aparelhamento da empresa para que esta favorecesse com seus serviços a candidata do PT Dilma Rousseff durante a campanha. No entanto, não há, no vídeo mostrado nem nas falas do deputado que discursou na reunião, qualquer elemento que evidenciasse que isso pudesse estar acontecendo ou que era aquela a intenção do encontro. Esse enquadramento fica bastante observável exatamente na fala dos apresentadores e repórteres, bem como na fala de Marina Silva e Aécio Neves. Há uma nítida desconexão entre as falas de Marina e Aécio, o que foi dito na reunião e os enunciados da matéria. O viés acusatório está no enunciado da matéria do JN, bem como no título da reportagem no periódico *O Estado de São Paulo*. Na capa do jornal, a manchete é: “Dedo dos Petistas nos Correios ajuda Dilma, diz deputado” (O ESTADO DE S. PAULO, 2014). Na reunião mostrada no vídeo em questão, o referido deputado diz: “o dedo dos petistas dos correios”. Note-se, “o dedo dos petistas nos correios” como explícito na matéria escrita e no JN denota ação dos petistas na empresa para favorecer Dilma; “o dedo dos petistas dos Correios”, como disse na verdade o deputado, denota a participação daqueles petistas que trabalhavam nos correios na campanha de Dilma Rousseff. Ou seja, o periódico substituiu o “dos correios” (dito pelo deputado) pelo “nos correios” (não dito pelo deputado), para dar um outro sentido ao fato e corroborar a narrativa das notícias publicadas, o que não é contestado pelo JN. Ao contrário, o noticioso da Globo colabora de forma importante com a narrativa ao dedicar 4 minutos de seu tempo reforçando o mesmo viés dado ao fato pelo jornal *O Estado de São Paulo*. Como enfatiza Santana (2020), uma matéria jornalística contém códigos de linguagem que estabelecem sentidos, significados e “[...] distinções em relação ao fato reportado na notícia, que não estão presentes naturalmente, [...] lembrando sempre que a linguagem, como código, organiza as representações mentais para a experiência humana” (SANTANA, 2020, p. 47).

No dia 05 de outubro ocorreu o primeiro turno das eleições nacionais, e Dilma Rousseff, do PT, venceu com 41,59% dos votos válidos. Aécio Neves, do PSDB, ficou em segundo, com

33,55%, e Marina Silva, do PSB, ficou em terceiro, com 21,32% (BRASIL, 2014b). No dia seguinte, as atenções já estavam voltadas para o segundo turno que ocorreria no dia 26 de outubro.

Se o mês de setembro foi pródigo em termos de acontecimentos midiáticos de impacto sobre aquela conjuntura, outubro não se mostra diferente. O Jornal Nacional mostra, de 06 a 25 de outubro, 21 matérias tratando de alguma forma o tema corrupção. Desse total, 14 estavam relacionadas direta ou indiretamente ao PT, ao Governo e à Lava Jato. A maioria das matérias abordando temas da Lava Jato repercutiam os depoimentos de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, que estavam ocorrendo em Curitiba e foram vazados para a imprensa.

No dia 09 de outubro, o JN mostra uma matéria de 10 minutos, mais uma vez sobre o vazamento dos depoimentos de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, e do doleiro Alberto Youssef, que estavam acontecendo em Curitiba. Os investigados, segundo o apresentador do JN, haviam delatado com muitos detalhes um esquema de corrupção envolvendo as diretorias da Petrobras, com pagamento de propina que servia para o abastecimento de partidos políticos durante os governos Lula e Dilma. Segundo os depoimentos, a propina havia sido usada para financiar, inclusive, as campanhas em 2010. O apresentador do JN ainda afirma que o noticioso havia tido acesso às gravações dos depoimentos. Os partidos envolvidos na corrupção seriam o PT, o PMDB e o PP.

O enquadramento dessa matéria, seguindo o padrão dos anteriores, após a descrição do tema geral, aponta que o esquema, nomeadamente de corrupção, havia ocorrido durante os governos Lula e Dilma, do PT, para abastecer com propina os partidos da base aliada. Logo a seguir, a matéria faz uma abordagem um pouco mais ampla ao nominar os partidos envolvidos no esquema, direcionando o olhar do telespectador para um leque maior de políticos envolvidos, demonstrando um viés antipolítica em geral. Mais adiante, esse mesmo viés muda de foco, ou é reduzido, conduzindo o telespectador a olhar para o PT. O único operador de partido de fora da Petrobras apontado nominalmente é o tesoureiro do PT na época, João Vacari Neto. A partir desse ponto, o enquadramento – que tinha mostrado uma abrangência um pouco maior, envolvendo outros partidos, todos da base aliada dos governos Lula e Dilma – passa a focar exclusivamente no PT. Além de João Vacari, operador do PT, é citado o diretor Renato Duque, que, segundo os depoimentos, teria sido indicado por José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil do Governo Lula. Paulo Roberto Costa, segundo a matéria, afirmou que Nestor Cerveró, o diretor responsável pela negociação de compra da refinaria de Pasadena, também recebera propina. Com isso, a matéria novamente evoca a memória do telespectador para um importante acontecimento do passado para dar legitimidade e consistência à narrativa sendo apresentada

sobre um fato presente (EMEDIATO, 2013). Também nesse ponto, aos 4 minutos e 15 segundos da matéria, a repórter diz que Nestor Cerveró havia sido indicação do PMDB. Desde os 2 minutos e 56 segundos da matéria até o seu final, essa é a única ocasião em que algum outro partido que não o PT é citado nominalmente. A matéria também direciona o telespectador a estabelecer uma conexão entre a eleição de Dilma Rousseff, em 2010, com dinheiro de propina do esquema, de acordo com as palavras do ex-diretor. Por fim, o viés antipolítica da matéria se confirma quando o noticioso cede espaço para Paulo Roberto Costa afirmar que o seu erro havia sido ter se associado a grupos políticos corruptos, os grandes culpados por tudo aquilo. Assim como em todas as matérias envolvendo pontos de vista opostos, o JN dedica os segundos finais para a defesa daqueles que porventura tenham sido citados, como forma de demonstrar a sua “neutralidade”. Dessa forma, naqueles segundos finais, o nome dos outros partidos também aparece (GLOBOPLAY/JN, 09/10/2014).

Posteriormente à matéria analisada acima, dos dias 10 a 24 de outubro de 2014, o Jornal Nacional mostra 14 reportagens tratando de alguma forma o tema corrupção. Desse total, seis ainda repercutiam o vazamento do áudio dos depoimentos prestados por Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef a Sérgio Moro, em Curitiba, e sete matérias tinham um viés negativo com relação ao PT e ao governo (GLOBOPLAY/JN, 10-24/10/2014).

É possível sugerir que todo o processo de vazamentos de investigações supostamente sob sigilo de justiça, estrategicamente selecionados e publicados de acordo com a importância do calendário político de 2014, tenha de alguma forma influenciado o resultado das eleições, em termos de seus números e percentuais finais. Porém, um evento em especial certamente causou grande impacto, tencionando ainda mais aquele já extremamente acirrado e polarizado ambiente político nacional. Esse episódio foi o vazamento do depoimento dado por Alberto Youssef, em Curitiba, que havia ocorrido no dia 21 de outubro e foi publicado pela revista *Veja* no dia 24, uma sexta-feira, ou seja, dois dias antes da realização do segundo turno.

A princípio, aquela edição da revista *Veja* somente sairia no dia 29 de outubro, quarta-feira da semana seguinte, mas foi antecipada para poder ir às bancas antes do segundo turno. A capa da revista apresentava duas metades de rostos. Uma era de Dilma Rousseff, e a outra metade era de Lula. O fundo da capa era de cor preta, e as fotografias apresentavam um tom desbotado. A manchete lia: ELES SABIAM DE TUDO. A matéria se referia ao depoimento de Alberto Youssef, ocorrido dias antes à Polícia Federal e ao Ministério Público, e nele o doleiro preso afirmava que Dilma Rousseff e Lula sabiam de todos os atos de corrupção envolvendo a Petrobras (MOURA BRASIL, 2014). Felipe Moura Brasil, um dos articulistas e comentaristas da revista na época, seguindo o mesmo tom, escreveu que,

[...] se as autoridades não agirem até domingo, se o impeachment não sair a tempo, a população brasileira precisa se dar conta da dimensão desta bomba para ao menos despachar esta gente pelo voto. Que Aécio Neves (PSDB) faça bom proveito dela. O Brasil não pode mais ficar à mercê de tanta roubalheira, de tanto cinismo, de tanta vigarice. (MOURA BRASIL, 2014).

O Jornal Nacional, na sua edição do dia 24 de outubro, não repercute a reportagem da *Veja*. No entanto, no dia 25, sábado, véspera do segundo turno, o noticioso mostra uma matéria com 6 minutos de duração, que, supostamente, seria sobre uma manifestação realizada em frente à sede do Grupo Abril em protesto contra a reportagem da revista *Veja*. Os manifestantes haviam pichado os prédios da editora Abril e colocado grandes quantidades de lixo em frente à sede da revista.

Ao fazer o enunciado da matéria, o apresentador do Jornal Nacional assume uma posição que julga os fatos ocorridos em frente ao prédio da editora Abril e os classifica como um ataque em retaliação a outros fatos. Agindo assim, ele evoca a sua autoridade e poder simbólico conferidos pela posição que ocupa (BOURDIEU, 1989) para impor a sua maneira de ver, o seu viés para julgar e classificar a ação dos manifestantes que participaram do protesto sendo descrito na reportagem. Ainda no enunciado inicial, o apresentador direciona o olhar do telespectador para a questão de fundo sendo tratada pela matéria toda. Porém, nesse ponto, ele descreve o discurso de outro ator (EMEDIATO, 2013), no caso a revista *Veja*, que publicara uma reportagem dizendo que, em depoimento, o doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava Jato, afirmara que Lula e Dilma sabiam de todo o esquema de corrupção na Petrobras. O enquadramento geral apresentado pelo JN é de que o evento não foi um protesto, mas sim a ação de vândalos atacando e tentando cercear a liberdade de imprensa. A argumentação feita, utilizando os cenários (MAINGUENEAU, 1997) para reforçar o enunciado inicial, mostra muros pichados sem que se pudesse identificar a sua verdadeira localização. É mostrada uma grande quantidade de lixo em frente a um portão também sem identificação. A única identificação possível é um luminoso com o símbolo e nome da editora Abril também com pichações. Ainda, é mostrado um caminhão de som estacionado que supostamente havia sido utilizado no protesto – o caminhão pertenceria a uma entidade que apoiava a candidatura de Dilma Rousseff.

Esse enquadramento foi a forma dissimulada utilizada pelo Jornal Nacional para discorrer livremente sobre o tema central da reportagem da revista, qual seja, Dilma e Lula sabiam do esquema de corrupção na Petrobras, segundo o depoimento do doleiro preso. Fazendo isso, o noticioso da Globo utiliza o discurso do outro (EMEDIATO, 2013) para

apresentar o seu próprio enquadramento e ponto de vista sobre os fatos. E tal enquadramento não tinha verdadeiramente relação com o ataque dos vândalos à sede da editora Abril. Ao invés disso, tinha como objetivo reproduzir, descrever e repercutir o conteúdo da reportagem da revista *Veja*. A partir dos 46 segundos da matéria, sempre usando o discurso do outro (“segundo a *Veja*”), o JN apresenta o seu próprio enquadramento, todo ele direcionando o telespectador para um caminho interpretativo que não deixava dúvidas quanto ao seu objeto: Lula e Dilma eram parte integrante do esquema de corrupção montado na Petrobras desde 2006. Esse enquadramento se materializa na apresentação da capa da revista de fundo preto, estampando as metades dos rostos de Dilma e Lula, separadas pela manchete, em letras grandes e vermelhas (cor do PT), “ELES SABIAM DE TUDO”. O mesmo ocorre na descrição detalhada do depoimento do doleiro acusando Dilma e Lula, mesmo sem apresentar qualquer evidência sobre as acusações, que tampouco foram questionadas por quem estava tomando o depoimento. A matéria do JN, como de costume nessas circunstâncias, mostra o que teria sido uma resposta de Dilma à reportagem, ao mesmo tempo em que reproduz literalmente uma réplica da revista, ainda mais detalhada, na qual *Veja* inclusive menciona a necessidade de ter publicado o depoimento vazado em uma edição antecipada para antes da realização do segundo turno, revelando que o objetivo daquela reportagem seria influenciar o eleitor que iria às urnas no dia 26.

No dia seguinte à matéria analisada acima, 26 de outubro, ocorreu o segundo turno da eleição presidencial de 2014. Dilma Rousseff, candidata do Partido dos Trabalhadores, se elegeu para o segundo mandato consecutivo como presidente do Brasil, mandato esse que foi interrompido por *impeachment* em 2016. Dilma Rousseff havia alcançado um percentual de 51,64% dos votos válidos, ou 54.501.118 votos, e Aécio Neves, do PSDB, 48,36% dos votos válidos, ou 51.041.155 votos (BRASIL, 2014b).

No entanto, em um contexto de profundo acirramento e polarização política, o fim da apuração dos votos e a declaração dos vencedores não pareciam ter encerrado as disputas de 2014. A coalizão perdedora, com Aécio Neves como sua principal liderança formal até aquele momento, protagonizava o início de um “terceiro turno”, inaugurando um período de clima de campanha permanente (FERES JÚNIOR; SASSARA, 2016; SOUZA, 2016, 2017).

Nos meses imediatamente posteriores à realização do segundo turno das eleições de 2014, o agendamento do tema corrupção política pela mídia e sua personalização no Partido dos Trabalhadores e Governo Federal, se intensifica ainda mais. Na soma dos meses de novembro e dezembro são apresentadas no Jornal Nacional 167 matérias tratando de alguma forma o tema corrupção. Durante esse período, foram 52 edições do noticioso; portanto, a mídia

aproximada é de mais de três matérias sobre corrupção por edição. Do total, 127 reportagens envolviam direta ou indiretamente a Operação Lava Jato, o PT e o Governo Federal, em uma média aproximada de mais de 2 matérias por edição com esse viés (GLOBOPLAY/JN, 11 e 12/2014).

Na Tabela 4 é possível visualizar, mês a mês, a evolução dos números de reportagens abordando o tema corrupção no JN durante todo o ano de 2014, bem como reportagens sobre outras formas de subtração de recursos públicos em que a corrupção política não é mencionada como a principal causa.

Tabela 4 – Total de matérias exibidas pelo Jornal Nacional tratando de alguma forma o tema corrupção; matérias abordando outras formas de subtração de recursos públicos, nas quais não é mencionada a corrupção política, ano 2014

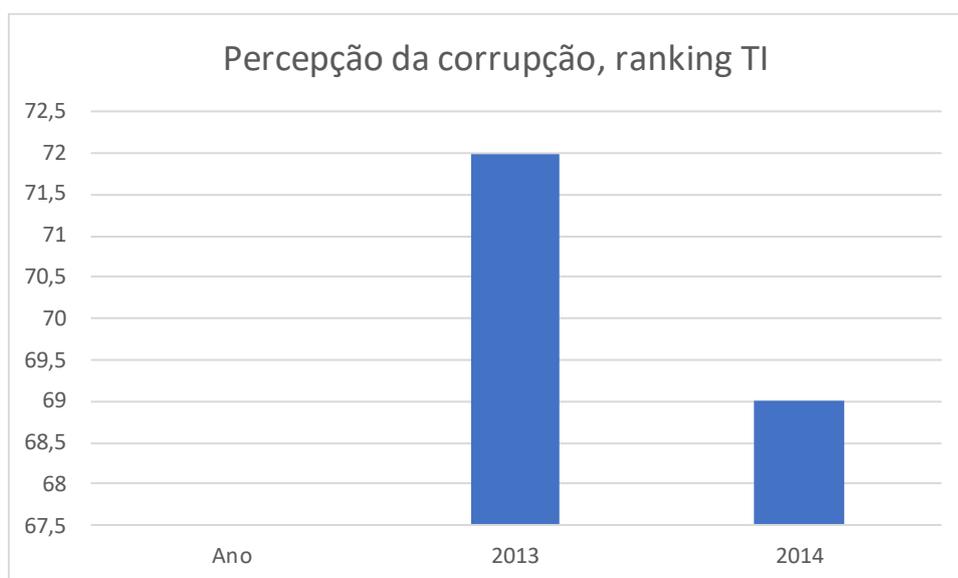
2014	Corrupção	Subtração de recursos públicos que não mencione corrupção política
Janeiro	17	2
Fevereiro	39	1
Março	20	2
Abril	68	2
Mai	42	3
Junho	19	0
Julho	13	1
Agosto	22	2
Setembro	49	3
Outubro	34	1
Novembro	83	2
Dezembro	77	4
Total	483	23

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Globoplay/Jornal Nacional.

Os dados da Tabela 4 já foram analisados de forma mais detalhada nas páginas anteriores, mas vale recordar rapidamente alguns aspectos importantes. Primeiro, comparativamente, nos dois primeiros meses do ano, o número de matérias abordando a

corrupção não é tão elevado. É possível se sugerir que a razão disso tenha sido as festividades que ocorrem nesse período e as questões comerciais que as envolvem. Já abril e maio foram meses de expansão da Operação Lava Jato, que havia iniciado em março, portanto a cobertura da corrupção aumenta consideravelmente. Nos meses de junho e julho houve a realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. Aqui, novamente, os interesses comerciais das empresas de comunicação alteram a agenda do que é noticiado. Durante os meses de agosto, setembro e outubro, ocorreu a campanha eleitoral, quando normalmente há um mais rigoroso disciplinamento da legislação sobre o que, e como, pode ser mostrado na mídia. Nos dois meses seguintes, tudo o que ficara represado devido às diferentes conjunturas de cada período veio a público. Note-se que o número de matérias tratando de alguma outra forma de subtração de recursos públicos em que não é mencionado um ato de corrupção política como a principal causa, foi bastante reduzido em comparação com matérias sobre corrupção política. Por exemplo, a única matéria tratando exclusivamente do tema sonegação fiscal exibida pelo Jornal Nacional em todo o ano de 2014 foi em 06 de dezembro e teve uma duração de 22 segundos. O Gráfico 4 mostra a evolução da percepção da corrupção por parte da população brasileira naquele período.

Gráfico 4 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional
2013-2014



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Transparência Internacional.

O Gráfico 4 mostra que houve uma evolução positiva na percepção da corrupção pela população brasileira entre 2013 e 2014. O Brasil recuperou três posições, voltando aos patamares de 2010, mostrados no Gráfico 3.

Neste ponto, também seria mostrada uma tabela com o panorama dos níveis de confiança da população brasileira na democracia e nas suas instituições, assim como outros dados de interesse para este projeto, nos moldes do que foi feito anteriormente. No entanto, a pesquisa Latinobarômetro não foi realizada em 2014. Então, esses dados serão apresentados mais adiante, refletindo os níveis de 2015.

4.2.3.3 A consolidação da Lava Jato e os protestos contra o Governo Dilma

Nos dois primeiros meses de 2015, como no ano anterior, o Jornal Nacional mostra poucas matérias tratando de alguma forma o tema corrupção. São ao todo 35 reportagens, sendo que, desse total, 23 estavam relacionadas direta ou indiretamente ao PT, Governo Federal ou a Operação Lava Jato. As questões que estavam efetivamente em pauta em toda a mídia, durante aquele início de ano e novo mandato presidencial, estavam relacionadas com a economia e com como o governo iria enfrentar a crise que estava se instalando definitivamente, além da violência, tema já rotineiro na mídia brasileira.

Por isso, essa relativa redução do número de matérias abordando a temática corrupção no Jornal Nacional no início de 2015 não significava que a presidente reeleita gozava de um período de “lua de mel” com a mídia nacional. Ao contrário, pois abrindo um pouco mais o leque de veículos de mídia, Feres Júnior e Sassara (2016), pesquisando os periódicos impressos *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, constataram que, apenas no mês de janeiro, os três jornais somados publicaram 229 matérias com conteúdo de viés negativo relacionadas à presidente Dilma e seu novo governo (FERES JÚNIOR; SASSARA, 2016).

Entretanto, se durante os dois primeiros meses de 2015 foram poucas as matérias exibidas pelo Jornal Nacional abordando o tema corrupção, isso não se repete em março. No terceiro mês do ano, são, ao todo, 105 matérias tratando do tema (GLOBOPLAY/JN, 03/2015). No dia 03 de março, o Procurador Geral da República entregou ao STF a lista de nomes citados por delatores na Operação Lava Jato e solicitou a abertura de inquérito para investigar 28 políticos envolvidos, os quais tinham foro privilegiado. O noticioso dedica 5 minutos discorrendo sobre essa lista, cujos nomes ainda não haviam sido revelados. Havia políticos do PT, PP, PMDB e PSDB, ou seja, o enquadramento geral começava a dar indícios de que a política tradicional brasileira estava mergulhada em corrupção. No entanto, também havia sete

pedidos de arquivamento de investigação. Sugestivamente, o JN mostra também uma reportagem com uma tomada noturna do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, que, assim como a mídia, seria um ator não vinculado às partes envolvidas em todo aquele “mar de corrupção” – ao contrário, estariam apenas interessados em apurar os fatos, punir os corruptos e “limpar o Brasil” (GLOBOPLAY/JN, 05/03/2015).

Assim, na esteira do conturbado início de segundo mandato de Dilma Rousseff e da intensificação das apurações da Operação Lava Jato, começam as manifestações populares contrárias ao seu governo. A primeira delas foi marcada para o dia 15 de março. Entre os dias 07 e 13 de março, ou seja, uma semana antes daquele grande evento, o Jornal Nacional publica 29 reportagens que abordavam direta ou indiretamente as investigações da Lava Jato. Apenas no dia 07 de março são dedicados 40 minutos, distribuídos em nove diferentes matérias, tratando da lista de nomes cuja investigação havia sido aprovada pelo relator da operação no STF, à época, o ministro Teori Zavaski. Dos 40 minutos, o JN dedica 6 para apresentar o nome daqueles que não seriam investigados, entre eles o do senador Aécio Neves, do PSDB, candidato derrotado por Dilma Rousseff nas eleições do ano anterior. No mesmo dia, o noticioso “concede” dois minutos para o ministro da Justiça de Dilma Rousseff defender o governo, pois, segundo ele, não havia qualquer tentativa de intervir nos rumos das investigações da Lava Jato, como estaria sendo ventilado naquele período. No entanto, assim como enfatizado por Emediato (2013), Entman (1991) e Fowler (1991), o enquadramento e viés predominantes das matérias, desde a escolha e formatação das temáticas até as tomadas de posição na indicação do caminho cognitivo sobre os argumentos sendo apresentados, conduziam o telespectador a concluir que a classe política em geral estava envolvida em corrupção, mas fundamentalmente o PT e o Governo Federal seriam os principais protagonistas dos atos ilícitos, pois, Aécio Neves, por exemplo, não seria investigado. No dia 08 de março, já se ouvia e eram noticiados os primeiros painelaços em repúdio ao pronunciamento da presidente em rede nacional. No dia 10, o JN exibe uma matéria de 8 minutos de duração sobre a CPI da Petrobras no Congresso, na qual o ex-diretor, Pedro Barusco, afirmara que a cobrança de propina da petrolífera passou a ser institucionalizada em 2003 – aqui novamente evocando o sentido da memória do telespectador (EMEDIATO, 2013), direcionando o seu olhar e conclusão para o fato de que teria sido no Governo Lula o início de tudo (GLOBOPLAY/JN, 07-10/03/2015).

Então, no dia 15 de março de 2015, ocorreu um dos maiores atos em protesto contra o governo Dilma Rousseff. Nessa ocasião já foi possível observar que a ideia do *impeachment* da presidente começava, de forma definitiva, a ganhar corpo e simpatia entre os manifestantes. Segundo Souza (2016), setores importantes da classe média aderiram às manifestações de rua

daquele dia 15. Luciana Tatagiba (2018), reportando pesquisas realizadas pelo Instituto Datafolha, traz alguns dados sobre o perfil dos grupos participantes que assumiram a liderança do movimento *pró-impeachment* de Dilma Rousseff já a partir daquela primeira manifestação. Por exemplo, segundo a autora, o público que saiu às ruas no dia 15 de março de 2015 carregando patos amarelos e bonecos do ex-presidente Lula em uniforme de presidiário eram 63% do sexo masculino, com idade que se aproximava dos 40 anos, tinham ensino superior (76%), eram brancos (69%), e 41% tinha renda familiar acima de 10 salários mínimos, 14% eram empresários, 94% afirmavam não ter simpatia por nenhum partido político e 82% haviam votado em Aécio Neves na eleição presidencial de 2014 (TATAGIBA, 2018).

A grande manifestação em protesto ao governo Dilma Rousseff e ao PT ocorrida em 15 de março inaugurou definitivamente o ambiente hostil que a presidente iria enfrentar a partir dali. Porém, ainda no mês de março, mais especificamente no dia 26, ocorreu um outro evento que merece ser destacado, pois, com o passar do tempo, seus próprios desdobramentos, bem como com o surgimento de outros eventos da mesma natureza, vão se tornar reveladores de como a pauta do JN (e da mídia brasileira em geral) e os rumos de investigações sendo feitas pelo aparato jurídico-policial brasileiro estavam imbricados e direcionados naquela conjuntura. Naquele dia, a Polícia Federal, o Ministério Público e a Receita Federal deflagraram uma operação que descobriu fraudes que haviam causado prejuízos bilionários aos cofres públicos. No esquema, havia uma lista das maiores empresas do país – incluindo diversos setores da economia, como o siderúrgico, financeiro e de comunicação – que não pagavam os tributos devidos ao Estado e que haviam sido autuadas pela Receita Federal. Essas empresas pagavam propina a certos membros de um órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, denominado Conselho de Administração de Recursos Fiscais (CARF), para que as suas multas e dívidas fossem significativamente reduzidas ou totalmente extintas. Na primeira lista de empresas sendo investigadas, estavam o grupo Gerdau, o Bank of Boston, a Mundial-Eberle, a Ford, a Mitsubishi, o Banco Santander, o Banco Bradesco, o Banco Safra e o grupo RBS (afiliado da Rede Globo). Na matéria exibida pelo Jornal Nacional daquele dia, o diretor de combate ao crime organizado da Polícia Federal (PF) diz que aquela seria uma das maiores, se não a maior investigação sobre uma organização criminosa especializada em sonegação fiscal (GLOBOPLAY/JN, 26/03/2015).

O enquadramento dado à matéria pelo JN, com todo o cuidado que uma reportagem sobre uma operação que estava apenas iniciando precisa ter, segue basicamente o padrão empregado quando do início da Lava Jato. Os nomes das empresas que estavam efetivamente causando prejuízos bilionários aos cofres públicos – primeiro sonegando os impostos que

deviam, segundo, pagando para que essas dívidas desaparecessem – não são mencionados. Há um silenciamento completo sobre essas empresas, como se elas não existissem (ORLANDI, 2016). Genericamente, são mencionados os setores, com alguma ênfase ao automotivo, que é parte da indústria em geral, mas que foi nominado separadamente. São devida e claramente mencionados os nomes dos conselheiros suspeitos de receberem propina. Não são mostrados os bilhões de reais sonogados, em poder daquelas empresas, o que seria definitivamente impossível pelo volume que formaria. No entanto, é mostrado “um cofre abarrotado de dinheiro”, com 800 mil reais, encontrado na casa de um ex-conselheiro do CARF, também nominalmente identificado. Ao descrever o esquema, com a ilustração de um gráfico, a repórter diz que “consultorias” manipulavam resultados nos julgamentos do Conselho para favorecer empresas dos mais diversos setores da economia nacional, e que muitas das consultorias tinham como sócios, conselheiros ou ex-conselheiros do próprio CARF. Se encaminhando para o final da matéria, a repórter acrescenta mais alguns detalhes das investigações. Então, estrategicamente, é revelado o elemento fundamental para o verdadeiro enquadramento sendo dado àquela reportagem e para o que viria a se transformar aquela operação como um todo. Entre os investigados estava um atual conselheiro do CARF, que, “coincidentemente”, era pai do líder do Partido Progressista na Câmara dos Deputados, aliado do governo Dilma, que, por sua vez, estava sendo investigado pela Lava Jato. A partir daquela informação, o olhar e atenção do telespectador são conduzidos para a corrupção política, causadora de todos os males da sociedade brasileira. Assim, a ideia central daquela reportagem, ou o caminho cognitivo sendo indicado ao telespectador (ENTMAN, 1991; EMEDIATO, 2013), pode ser resumido no seguinte: a fraude bilionária era mais um ato de corrupção que envolvia políticos e partidos (PP e posteriormente o PT), respaldados pelos conselheiros e ex-conselheiros do CARF, muito provavelmente indicados e manipulados pelos políticos corruptos. Os verdadeiros beneficiados com aquela fraude bilionária, ou seja, os grandes conglomerados empresariais brasileiros e os possíveis e enormes prejuízos fiscais que eles estavam ocasionando aos cofres públicos foram esquecidos. Aliás, eles não foram sequer mencionados nominalmente na reportagem (GLOBOPLAY, 26/03/2015).

Em geral, o ano de 2015 foi marcado pelo agravamento da crise econômica que atingira em cheio o país, prenunciando a inevitabilidade de uma recessão e aumento acelerado do desemprego. Enquanto isso, o Congresso Nacional, impulsionado pela implacável oposição ao governo, impetrada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que havia anunciado o seu rompimento com o governo, apresentou e aprovou diversos projetos que implicavam aumento de despesa e rejeitou outros, vindos do executivo, que objetivavam o aumento da arrecadação.

Somado a isso, as seguidas fases da Operação Lava Jato, tendo figuras do governo e do Partido dos Trabalhadores como seus principais alvos, completavam o quadro. Já na metade do ano, executivos de importantes construtoras brasileiras, como Andrade Gutierrez e Odebrecht, foram presos. No mês de julho, o setor de energia passou a aparecer no radar da Operação Lava Jato. No dia 28 daquele mês, foi preso o ex-presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro (GLOBOPLAY/JN, 28/07/2015). Nos primeiros seis meses do ano, o Jornal Nacional exibiu ao todo 404 matérias tratando de alguma forma o tema corrupção. É uma média de 67 matérias por mês e mais de duas por edição.

Já durante o mês de agosto, as pressões sobre Dilma Rousseff e o governo em geral cresceram ainda mais. No dia 03 de agosto, em uma nova fase, a Operação Lava Jato prendeu José Dirceu, ex-ministro do Governo Lula, que já cumpria pena domiciliar por condenação na Ação 470 sobre o escândalo do Mensalão. A nova acusação era de que Dirceu teria sido quem havia instituído a estrutura de corrupção na Petrobras. A prisão do petista recebe 15 minutos de atenção do Jornal Nacional nas edições do mesmo dia, 03 de agosto, e no dia seguinte, dia 04. De forma coordenada ou não, no dia 16 ocorreram em todo o país novas manifestações contrárias ao Governo Federal e pedindo o *impeachment* da presidente. Em 20 de agosto ocorreram manifestações de apoio à democracia e respeito ao resultado eleitoral de 2014 (GLOBOPLAY/JN, 08/2015). O enquadramento dado pelo Jornal Nacional e pela mídia em geral era de que essas eram manifestações de petistas e apoiadores do governo, portanto, sem a isenção necessária para serem levadas em consideração. Como Brum (2017) enfatizou, aquelas eram as mesmas vozes que vinham de lugares estranhos à realidade daquela conjuntura, tão “claramente e fielmente retratada” pelo Jornal Nacional todos os dias.

Como na sequência de um enredo cinematográfico, o mês de outubro de 2015 marcou o início definitivo da inclusão do ex-presidente Lula nas investigações da Operação Lava Jato, pelo menos de forma pública. Já no dia 02, o ministro Teori Zavaski, relator da Lava Jato no STF, autorizou a tomada de depoimento de Lula como informante no inquérito que investigava o esquema de corrupção na Petrobras (GLOBOPLAY/JN, 02/10/2015). Matérias jornalísticas também são exibidas colocando sob suspeita a lisura das palestras do ex-presidente, feitas com a intermediação do Instituto Lula (GLOBOPLAY/JN, 03-15/10/2015). No dia 26, exatamente um mês depois de sua inauguração, a Operação Zelotes, tomando caminhos diferentes dos quais se esperaria dela, executou um mandato de busca e apreensão na empresa de Luís Claudio da Silva, filho do ex-presidente (GLOBOPLAY/JN, 26-29/10/2015).

Já no mês de novembro, dois episódios contribuíram para manter Lula sob os holofotes da mídia. O primeiro diz respeito à prisão, ocorrida no dia 24 de novembro, do empresário José

Carlos Bumlai, cujo nome praticamente não era pronunciado pelo JN. Ele passou a ser chamado de “o amigo do Lula”. Na edição daquele mesmo dia, o Jornal Nacional diz que, “[...] segundo Sérgio Moro, existem provas da ligação de José Carlos Bumlai com um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro que envolve o Partido dos Trabalhadores e dirigentes da Petrobras”. Note-se que aqui o juiz se manifesta de forma antecipada sobre as investigações de um caso que ele próprio iria julgar posteriormente (GLOBOPLAY/JN, 24/11/2015). No dia 25 de novembro, o Jornal Nacional, em cinco diferentes reportagens, noticia que o STF havia autorizado a prisão do senador Delcídio do Amaral sob a acusação de tentativa de obstrução da justiça (GLOBOPLAY/JN, 25/11/2015).

Paralelamente a isso, tramitavam no Congresso os vários pedidos de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff encaminhados pela oposição. E foi no dia 02 de dezembro de 2015 que o processo teve seu “dia inaugural”. Após reunião do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, que adiaria, mais uma vez, a decisão sobre a continuidade ou não do processo de cassação do então presidente da casa, deputado Eduardo Cunha, do PMDB, por corrupção, e após ser anunciada qual seria a posição dos representantes do PT sobre o assunto, a decisão foi tomada. Eduardo Cunha anunciou que havia aceitado um pedido de abertura de processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff. Na edição daquele mesmo dia, o Jornal Nacional da Rede Globo dedica 12 minutos e 8 segundos ao assunto, divididos em seis diferentes matérias (GLOBOPLAY/JN, 02/12/2015).

Ainda no mês de dezembro ocorreram, em todo o país, inúmeras manifestações em defesa da democracia e do respeito à Constituição. A maior delas aconteceu em 16 de dezembro. Todas foram enquadradas pela mídia como um elemento alienígena ao contexto, vindas de um outro lugar e, portanto, sem legitimidade (BRUM, 2017). No entanto, quatro dias antes da virada para 2016, em mais um episódio de vazamento teoricamente ilegal, a *Folha de São Paulo* publicou uma matéria cuja manchete era “Depoimentos ligam Lula a reforma de imóvel da OAS”. Esse episódio, sendo gradativamente trazido a luz pelos meios de comunicação, era exatamente o que viria a ser muito bem conhecido como o caso do triplex de Guarujá (FERREIRA, 2015). O Jornal Nacional não exibiu matérias tratando desse tema durante os últimos dias do ano. O que estava em pauta naquela semana eram as chamadas pedaladas fiscais, que viriam a ser a base de sustentação do processo de *impeachment* da presidente, e o “rombo” nas contas do governo, que seria de algo em torno de 120 bilhões de reais naquele ano.

Na Tabela 5, é possível observar a cobertura do Jornal Nacional sobre o tema corrupção, distribuída mês a mês, e o seu total final durante o ano de 2015, assim como a cobertura sobre

outras formas de subtração de recursos públicos que não mencionassem a corrupção política como sua principal causa.

Tabela 5 – Total de matérias exibidas pelo Jornal Nacional tratando de alguma forma o tema corrupção; matérias abordando outras formas de subtração de recursos públicos, nas quais não é mencionada a corrupção política, ano 2015

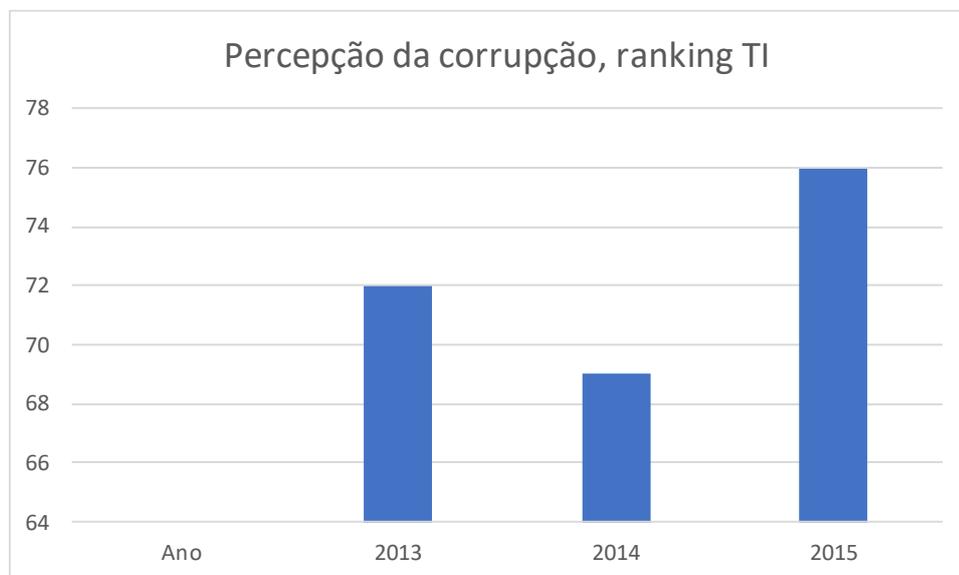
2015	Corrupção política	Subtração de recursos públicos que não mencione corrupção política
Janeiro	24	0
Fevereiro	64	6
Março	105	2
Abril	62	3
Maiο	71	2
Junho	73	4
Julho	88	3
Agosto	70	0
Setembro	81	4
Outubro	96	1
Novembro	82	1
Dezembro	80	0
Total	898	26

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Globoplay/Jornal Nacional.

Na Tabela 5, pode-se observar que, em 2015, apenas janeiro foi um mês em que relativamente poucas matérias foram exibidas pelo Jornal Nacional sobre corrupção. Já em fevereiro, houve a retomada da intensidade na cobertura do tema e, com algumas variações durante o ano, a corrupção termina 2015 em evidência no noticioso da Rede Globo. Durante todo o ano, no entanto, as outras formas de subtração de recursos públicos que não mencionassem a corrupção, como a sonegação fiscal de grandes conglomerados empresariais, que seria a princípio o alvo da Operação Zelotes, por exemplo, foram negligenciadas.

No Gráfico 5 é possível observar o impacto da intensificação do agendamento pela mídia do tema corrupção política na percepção da população sobre o respectivo fenômeno.

Gráfico 5 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional
2013-2015



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Transparência Internacional.

No Gráfico 5, já é possível se observar o impacto da intensificação do agendamento do tema corrupção política pela mídia (JN) ocorrida durante o ano de 2015. Se em 2014 o Brasil voltou aos patamares de 2010 no que diz respeito à percepção da corrupção, ficando na posição 69 do ranking da Transparência Internacional (TI), em 2015, com a consolidação da Lava Jato, ocorre um verdadeiro salto para trás, e o país perde sete posições, ficando no 76º lugar entre os países analisados pela organização.

No ano de 2015, o Latinobarômetro voltou a fazer sua pesquisa anual. Assim, traz-se na Tabela 6 um panorama de como se encontravam, naquela conjuntura de instabilidade política e crise econômica, os níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições, bem como outros dados de interesse para a esta pesquisa. Destaca-se que, para objetivos comparativos, constam no quadro os níveis dos mesmos indicadores de 2013, ano imediatamente anterior ao início efetivo desta pesquisa.

Tabela 6 – Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país 2013 e 2015⁵

Instituições	Ano	
	2013	2015
	%	
Prefere a Democracia entre todas as formas de governo	55	62
Satisfação com a Democracia: muito satisfeito + satisfeito	27	23
Partidos Políticos: confia muito + confia	22	10
Congresso Nacional: confia muito + confia	29	19
Governo federal: confia muito + confia	40	19
Poder Judiciário: confia muito + confia	43	33
Forças Armadas: confia muito + confia	69	57
A Corrupção como o mais importante problema	10	23

Fonte: Elaboração do autor com dados do Latinobarômetro 2013 e 2015.

Como é possível observar pelos dados expostos acima, entre os anos de 2013 e 2015, novamente acompanhando o aumento da percepção do fenômeno corrupção política, ocorreu uma evolução negativa bastante significativa em praticamente todos os indicadores. O único indicador que teve uma evolução positiva durante esse período foi a preferência pela democracia entre todas as formas de governo. No entanto, a satisfação com o desempenho da democracia, que já estava baixa em 2013, caiu ainda mais em 2015, ou seja, algumas coisas não estavam funcionando adequadamente com o regime. E esse mau funcionamento se refletiu diretamente nos níveis de confiança da população nas instituições que o estruturam, coincidentemente, aquelas mais atingidas pelo avanço nas investigações da Lava Jato. Houve uma queda de 10 pontos percentuais, ou mais, na confiança da população em todas as instituições. Os partidos políticos e o Governo Federal foram os mais atingidos. Em 2015, os níveis de confiança nessas duas instituições caíram mais de 50% em relação aos níveis de 2013. No Poder Judiciário, a queda foi um pouco menor em comparação com as outras instituições. Observe-se que a forte presença do tema corrupção na mídia observada na Tabela 5 não teve impacto apenas na percepção do tema pela população (Gráfico 5), mas também na redução dos níveis de confiança nas instituições, conforme mostra a Tabela 6. Em 2015, o percentual da população brasileira que considerava a corrupção o maior problema do país mais do que dobrou

⁵ Os percentuais nas tabelas estão relacionados ao N utilizado pela pesquisa Latinobarômetro, disponível no banco de dados na página oficial da organização: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

com relação a 2013 e atingiu o topo do ranking. Isso significa que a corrupção em 2015 foi apontada pela população brasileira pela segunda vez (a primeira havia sido em 2007) como o maior problema do país. Note-se também que, mesmo sofrendo uma oscilação negativa, as Forças Armadas mantiveram um nível de aprovação próximo dos 60%.

4.2.3.4 O impeachment da presidente e a ampliação do foco da Lava Jato

Se outubro de 2015 foi o período em que a Operação Lava Jato dava seus primeiros passos na direção do ex-presidente Lula, janeiro de 2016 foi o mês em que seu nome passou a ser mencionado em uma série de depoimentos de delatores e em diversas frentes de investigações. Já no dia 06 de janeiro, Lula prestou depoimento em Brasília como “informante” em um inquérito que investigava a venda de medidas provisórias que supostamente beneficiavam setores econômicos, um desdobramento da Operação Zelotes, que, naquela altura, já estava totalmente focada na classe política e silenciada no que diz respeito à sonegação fiscal dos grandes conglomerados empresariais. No dia 12, depoimentos de Nestor Cerveró, nos quais ele afirmava que Lula o nomeou para cargo na Petrobras como forma de agradecimento por ter ajudado a quitar empréstimos feitos pelo PT, são vazados e noticiados pelo JN. No dia seguinte, o noticioso traz uma matéria segundo a qual a Procuradoria Geral da República (PGR) teria dito que Lula havia concedido poderes a Fernando Collor na BR Distribuidora em troca de apoio. No dia 25 de janeiro, o Jornal Nacional apresenta os resultados de uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria que constatou que o tema corrupção havia passado para o primeiro lugar entre as maiores preocupações da população brasileira, corroborando os dados mostrados nas tabelas e gráficos anteriores.

Em 27 de janeiro, o caso do triplex de Guarujá entra em definitivo na grade da mídia tradicional brasileira. Nesse dia, o Jornal Nacional dedica 13 minutos e 4 segundos à abordagem do tema. A descrição feita pelo noticioso transita pelo início do empreendimento, na época financiado pela Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (BANCOOP). Com a falência da BANCOOP, a empreiteira OAS assumiu a responsabilidade da obra. Na última reportagem daquele dia sobre o caso, o JN traz a informação de que procuradores estariam investigando se Lula não estaria ocultando o fato de ser o proprietário de um dos apartamentos do local.

As matérias exibidas pelo Jornal Nacional sobre o triplex de Guarujá obedecem à lógica de enquadramento primário definida por Goffman (1996). Essa forma de enquadramento

manipula objetivos criando quadros para se definir e interpretar os fatos e acontecimentos da realidade. Para a autora, são esses quadros mentais criados para descrever um determinado fato que praticamente definem como as pessoas vão fazer as suas interpretações e como vão dar sentido à realidade. Na matéria do dia 27 de janeiro de 2016, para fazer a conexão de todos os fatos, o JN busca na memória do telespectador a lembrança de acontecimentos importantes que perpassam todos os cenários apresentados (EMEDIATO, 2013). Por exemplo, Lula possuía uma cota da BANCOOP em um edifício em construção em Guarujá. A referida cooperativa estava sendo investigada pelo Ministério Público e acabou falindo. A empreiteira OAS, investigada pela Lava Jato, cujo proprietário, Leo Pinheiro, havia sido preso, condenado, havia entrado com recurso e aguardava outro julgamento em liberdade, assumiu a finalização da obra, e havia uma unidade no edifício Solaris reservada para o ex-presidente Lula. Essas informações formam a base da narrativa de que o ex-presidente Lula seria o proprietário de um triplex reservado a ele pela OAS.

Então, os quadros acessórios, ou evidências que reforçam a base e dão detalhes do caminho cognitivo, passam a ser descritos pelo Jornal Nacional. Um promotor público não fala em público, mas passa informações “em off” da suspeita de que Lula seria o verdadeiro proprietário do apartamento no edifício Solaris e estaria tentando encobrir esse fato, o que se configuraria em crime de lavagem de dinheiro. O advogado de um construtor é entrevistado e afirma que seu cliente havia feito a reforma no referido apartamento num valor superior a 700 mil reais, e que teve contato com Marisa Letícia, esposa de Lula, juntamente com o proprietário da OAS e o filho de Lula na época da reforma. Detalhes minuciosos da reforma são descritos na matéria. Na ocasião, não é citado quem seria o proprietário do imóvel, mas as pessoas mencionadas estavam presentes na vistoria final da obra, segundo o advogado. O zelador do prédio também afirmara que testemunhou a presença de membros da família Lula, incluindo o próprio Lula, na época da referida reforma. Segundo o zelador, quando Lula ia ao prédio, os elevadores eram trancados pelos seguranças, o que gerava insatisfação dos outros moradores, e Marisa Letícia havia inspecionado os locais de convivência comum do prédio. O mesmo zelador afirmou que um funcionário da OAS pedira a ele para não mencionar que o apartamento seria de Lula, mas sim da referida empreiteira. Para finalizar, o zelador teria dito, em depoimento, que, depois que as investigações começaram, ninguém da família de Lula havia voltado ao edifício. Ao final da matéria, como é prática do noticioso, é entrevistado o advogado do presidente Lula, que afirmou que o ex-presidente possuía única e exclusivamente uma cota na BANCOOP, no edifício cujo término da obra havia sido assumido pela empreiteira OAS (GLOBOPLAY/JN, 27/01/2016). O enquadramento dado pelo JN aos fatos descritos deixa ao

telespectador poucas dúvidas de que o ex-presidente Lula seria o verdadeiro proprietário do imóvel, pois todos os quadros construídos – com detalhes dos atalhos e caminhos interpretativos mostrados (GOFFMAN, 1996; ENTMAN, 1993; EMEDIATO, 2013), acompanhados de tomadas externas com cenários verdadeiros, além de documentos, com os devidos grifos (MAINGUENEAU, 1997), que revelavam a materialidade dos fatos – apontavam para essa conclusão.

No dia 28 de janeiro, o Jornal Nacional diz que, segundo o Ministério Público, o dinheiro que deveria ter sido utilizado pela cooperativa falida para a conclusão das obras em Guarujá havia sido desviado para abastecer as campanhas eleitorais do PT. Nessa matéria, o JN mostra uma pessoa chorando porque sua família não teria onde ficar com a paralização das obras ocasionada pela falência da BANCOOP. Aparentemente, ela estaria falando com um procurador do Ministério Público. O referido procurador, falando ao repórter do JN, não utiliza meias palavras ou insinuações para definir o caso. Ele afirma de forma categórica que a BANCOOP era uma organização criminosa que havia desviado em torno de 100 milhões de reais do empreendimento de Guarujá para beneficiar o PT. Aqui é possível observar claramente, pelo enquadramento sendo dado, a intenção da ativação de elementos simbólicos de apelo muito fortes no telespectador. Há a dramaticidade do choro da pessoa, que não teria onde abrigar sua família devido à fraude da qual havia sido vítima. Logo em seguida o JN mostra o porquê que ela não teria onde abrigar sua família. Segundo um membro do Ministério Público, os recursos que deveriam ter sido usados para a construção do apartamento dela haviam sido desviados por membros do PT para campanhas políticas. No entanto, um triplex estava reservado para Lula no mesmo empreendimento. O JN mostra o objeto da notícia e a moldura através da qual o telespectador vai presenciar o fato. E, para finalizar o enquadramento, o telejornal apresenta o seu ponto de vista sobre o fato a partir de uma evidência incontestável – a fala do procurador do Ministério Público (MP).

No dia 29, o Jornal Nacional traz três diferentes reportagens em sequência sobre o empreendimento de Guarujá. São ao todo 10 minutos e 50 segundos tratando do assunto. Ao final, na sua última reportagem, o JN afirma que o MP havia intimado Lula e esposa a depor a respeito do triplex. Nessa mesma edição, ainda sobre o ex-presidente Lula, mas em uma outra frente de investigação, o noticioso da Rede Globo traz a informação de que “a ex-dona de um depósito de materiais de construção no interior de São Paulo disse que a Odebrecht pagou pelas obras de um sítio frequentado pelo ex-presidente Lula e por parentes dele”. No dia seguinte, nova reportagem sobre o sítio. São quase 5 minutos explicando que a nota fiscal de um barco no valor de 4 mil reais reforçava o vínculo de Lula com o local investigado. O barco teria sido

comprado por Dona Marisa e mandado entregar no referido sítio. A foto da nota fiscal havia sido cedida pelo jornal *Folha de São Paulo*, que publicara uma matéria a respeito naquele mesmo dia. O JN também divulga uma entrevista com a ex-dona da loja de material de construções que confirmara as suspeitas de que a Odebrecht tinha bancado o pagamento da reforma no sítio. A ex-dona da loja confirmou o recebimento dos valores vindos da Odebrecht e acrescentou o detalhe, “vinham em malas de dinheiro” (GLOBOPLAY/JN, 29-30/01/2016). Novamente é possível se observar os pontos de vista do JN sobre o tema em questão, pois são explicitados por meio de supostas informações, utilizadas como evidências, para confirmar a materialidade do fato (EMEDIATO, 2013).

Por outro lado, se Lula era o alvo principal, outras frentes continuavam com elevada intensidade, pois cada investigação nova que se abria se constituía em potencial fonte a subsidiar os esforços na direção do objetivo principal. Enquanto isso, o processo de *impeachment* seguia o seu curso no Congresso sob o comando de Eduardo Cunha, ele mesmo correndo sérios riscos de ser cassado e preso por corrupção, pois era investigado pela própria Lava Jato. Ao mesmo tempo, também havia a tentativa de cassação da chapa Dilma/Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sob comando do ministro Gilmar Mendes. Assim, no dia 15 de fevereiro de 2016, o juiz Sérgio Moro enviou um documento ao presidente do TSE em que afirmava haver comprovação de que pelo menos parte das doações de campanha da chapa Dilma/Temer era oriunda de pagamento de propina. O juiz, então, aconselhou Gilmar Mendes a acolher e utilizar as delações premiadas sobre o caso já obtidas pelo juízo de Curitiba como provas do delito. Na edição do mesmo dia, o Jornal Nacional faz um detalhado esclarecimento sobre o documento enviado por Sérgio Moro ao TSE. De acordo com a matéria, baseada no depoimento dos delatores, a PGR concluiu que as doações de campanha eram feitas oficialmente e registradas conforme a legislação que rege essa matéria; no entanto, na prática, o processo todo era apenas uma aparente legalidade dada ao que seria de fato o pagamento de propina da Petrobras ao PT (GLOBOPLAY/JN, 15/02/2016).

Aquele seria o mote da Operação Lava Jato dali para a frente. Ou seja, o enquadramento dado aos acontecimentos pela mídia em geral, mas sobretudo pelo JN, oferecia ao telespectador um caminho que apontava para a conclusão de que as doações oficiais feitas ao Partido dos Trabalhadores, registradas no TSE como doações legais, seriam, na verdade, o pagamento de propina em troca de contratos das empresas doadoras com a Petrobras. Ao mesmo tempo, havia um silenciamento sobre as doações feitas pelas mesmas empresas a outros partidos, notadamente aqueles que não faziam parte da coalizão governista. Aqui, se enquadram bem as duas dimensões do silenciamento no discurso midiático trabalhadas por Orlandi (2016)

e Santana (2020). O foco exclusivo nas doações ao PT e aliados como atos de corrupção supostamente legalizados “impediam” ou limitavam a possibilidade de que esse mesmo enquadramento fosse dado às doações a outros partidos, feitas pelas mesmas empresas, as quais não eram mencionadas, como se não existissem. Nessas circunstâncias, as autoras enfatizam que a ausência do tema no discurso midiático significa uma atitude deliberada de não mostrar – “portanto, ela é intencional, bem estruturada e articulada e tem como objetivo dificultar e, até mesmo impedir, a emergência de outros discursos” (SANTANA, 2020, p. 45).

O Jornal Nacional, em sua edição do dia 03 de março, tem uma duração total de aproximadamente 54 minutos. Desse total, 49 minutos e 51 segundos são ocupados com reportagens de conteúdo de viés claramente negativo em relação à política em geral, mas especialmente ao Governo Federal e ao PT, nos moldes trabalhados por Fowler (1991). São 2 minutos e 26 segundos dedicados a um protesto contra o que seria a inércia e incompetência do Governo Federal com relação ao contrabando de produtos industrializados, o que ocasionaria sérios prejuízos à já combatida indústria brasileira. São 25 minutos e 50 segundos dedicados à divulgação e discussão da delação premiada de Delcídio do Amaral, que implicava Lula e Dilma no cometimento de crimes. Os apresentadores do JN também ocupam 9 minutos e 8 segundos tratando da crise econômica e da recessão que haviam se instalado de forma definitiva e profunda na sociedade brasileira e da incompetência do governo Dilma para enfrentá-la. Além disso, são utilizados mais 13 minutos e 7 segundos com outras reportagens sobre atos realizados pela Operação Lava Jato e temas ligados a ela. Desse tempo, 7 minutos e 5 segundos são gastos com uma reportagem sobre a visita que Lula teria feito ao apartamento triplex de Guarujá, de acordo com o noticioso, para o recebimento das chaves do imóvel. O restante desse tempo é utilizado discorrendo sobre a reforma no sítio de Atibaia, atribuída a Odebrecht, que teria executado as obras em retribuição a benefícios concedidos à empresa durante os governos do ex-presidente (GLOBOPLAY/JN, 03/03/2016).

O conjunto de “informações” fornecidas pelas edições do JN se enquadra no processo de produção do sentido do discurso midiático que apresenta um viés específico, pois elas não apenas direcionam o telespectador para um caminho interpretativo sobre os fatos narrados, elas opinam e fazem juízo de valor sobre aquilo que está sendo descrito. Por essa razão, vale lembrar as palavras de Santana (2020) em referência ao conceito de viés (*bias*) trabalhado por Fowler (1991). Segundo a autora, as

[...] notícias são socialmente construídas, o que significa dizer que os eventos reais reportados são objetos de um processo convencional de seleção e não refletem, portanto, a importância daqueles eventos em si mesmos, mas uma complexa operação

de seleção – e de consequente transformação do fato em notícia – é sempre guiado por uma referência de valores e crenças. (SANTANA, 2020, p. 46).

No dia seguinte, 04 de março de 2016, sob os olhos atentos da mídia e do próprio Jornal Nacional, o ex-presidente Lula se transforma em alvo central da 24ª fase da Operação Lava Jato. Ele foi conduzido coercitivamente de sua residência para depor na sede da Polícia Federal do aeroporto de Congonhas por ordens do juiz Sérgio Moro. Na sua edição desse dia, o JN tem uma duração de 68 minutos e 17 segundos. Como é possível observar, essa foi uma situação excepcional, pois a duração média desse telejornal normalmente fica em torno de 40 a 50 minutos. Desse tempo, os apresentadores ocupam 58 minutos e 05 segundos discorrendo direta ou indiretamente sobre a condução coercitiva do ex-presidente Lula (GLOBOPLAY/JN, 04/03/2016).

Os acontecimentos daquele dia, sob as lentes do Jornal Nacional, já foram exaustivamente analisados por diversos autores, mas para esta pesquisa é importante trazer algumas considerações feitas por Brum (2017) sobre o evento. Primeiro, por ordem do juiz que autorizou o ato, não foi possível o registro de imagens dos acontecimentos, ou seja, não se poderia ver os acontecimentos, portanto, ele seria contado por alguém que o assistiu ao vivo. Isso gerou uma quase ausência da expressão “condução coercitiva” nas elaborações discursivas do Jornal Nacional. Ao invés disso, o noticioso da Globo faz uso de expressões como: “policiais federais obrigam Lula a prestar depoimento”, “acontecimentos de hoje”, “Lula tinha sido tirado de casa para depor”, ou “depoimento forçado à polícia”. Uma imagem, que supostamente seria de Lula saindo da sede da Polícia Federal e que circulou pela internet naquele dia, mostrava um veículo não identificado com pessoas aglomeradas e caminhando livremente ao redor, com um círculo de linhas amarelas mostrando alguém que seria o próprio Lula, porém absolutamente não identificável. Tal imagem poderia gerar interpretações diversas daquelas elaboradas e reforçadas até aquele momento sobre os atos e sobre Lula especificamente. Então, com a ausência de imagens que pudessem confirmar a materialização dos fatos, com a existência de uma outra imagem que oferecia a possibilidade do surgimento de dúvidas, o noticioso se utiliza de outros símbolos como substitutos, a fim de reafirmar a “verdade” sendo proferida univocamente no discurso do JN. Começam, então, a surgir imagens do ex-presidente representado pelo boneco vestido de presidiário, com o número 13-171. Ao substituir a imagem da dúvida, que não identifica Lula sendo conduzido, pela representação do boneco presidiário, reforça-se a “verdade” construída anteriormente de que Lula seria um bandido e não mais escaparia da justiça. E quanto ao fato de que Lula teria sido vítima de violência jurídico-policial, essa interpretação é mostrada novamente como um elemento “alienígena” ao contexto, ou seja,

vinha de algum lugar fora do mundo real e não tinha conexão com os atos tão “claramente demonstrados” pelos agentes do Estado, ou seja, “legalmente embasados” e “isentamente narrados” pelo noticioso. Essas falas desconexas, mesmo vindas de lugares dos mais distintos, mas estranhas à univocidade da narrativa do JN, confirmada pelas autoridades públicas, somente poderiam vir de um lugar, no caso, o discurso “lulopetista”. Portanto, não continham a isenção, a neutralidade, muito menos a autoridade necessárias para serem consideradas críveis (BRUM, 2017).

Ao editar e mostrar somente recortes selecionados da entrevista concedida por Lula após sua liberação pela Polícia Federal, o noticioso da Globo não faz qualquer concessão ao contraditório ou tentativa de mostrar com um mínimo resquício de isenção o ponto de vista de Lula sobre o evento. Ao contrário, os trechos da entrevista mostrados foram selecionados para que servissem de ancora aos constantes comentários feitos pelos apresentadores do JN, em uma tentativa clara e didática de desconstruir a argumentação do ex-presidente e, ao mesmo tempo, consolidando uma interpretação única sobre o fato, a qual chegaria ao telespectador nos moldes do enquadramento trabalhados por Entman (1991) e Emediato (2013). Ao interromperem o pronunciamento do ex-presidente para inserir seus comentários de forma sistemática e excessiva, os apresentadores do JN tinham como objetivo garantir que o seu enquadramento, ou linha interpretativa, sobre os eventos daquele dia, não seria alterado. A edição feita na fala do ex-presidente garantiu também que trechos indesejados fossem silenciados, nos moldes elaborados por Orlandi (2016). Brum afirma que, mesmo não fazendo uma acusação direta ao ex-presidente, toda a elaboração discursiva da matéria do Jornal Nacional claramente reforça uma narrativa já construída desde os eventos do Mensalão e da Ação 470 de que Lula era um criminoso. E a acusação não se configura direta exatamente porque a elaboração discursiva da mídia, supostamente, viria de um outro lugar, ou seja, das investigações insuspeitas da Operação Lava Jato, de autoridade simbólica comprovada e com direito de expressão, isentando, assim, a Globo e o noticioso pela atribuição de sentidos ao discurso, pois tudo aquilo seria uma verdade de domínio público e incontestável (BRUM, 2017).

Durante os dias que se seguiram à condução coercitiva, as pressões contra o ex-presidente e o Governo Federal continuaram intensas por parte da mídia, tendo as ações da Lava Jato como principais fontes de informação. Do dia 05 ao dia 09 de março de 2016, o Jornal Nacional dedica uma média diária superior a 12 minutos do seu tempo efetivo de matérias jornalísticas para tratar de assuntos relacionados à corrupção política, os quais envolviam as acusações contra Lula, outras ações da Lava Jato e o *impeachment* de Dilma Rousseff.

No dia 16 de março, diante dos impasses e pressões vividos pelo governo naquela conjuntura, o ex-presidente Lula aceitou o convite da então presidente Dilma para assumir a chefia da Casa Civil, cargo que tem status de ministro. Nesse mesmo dia, o juiz Sérgio Moro levantou o sigilo de uma gravação, autorizada por ele mesmo, de conversas entre Lula e Dilma, que haviam ocorrido também no dia 16 de março. Essas conversas se referiam à nomeação de Lula para a chefia da Casa Civil e foram divulgadas para a mídia pelo próprio magistrado. Segundo Moro, haveria uma denúncia de que a nomeação de Lula para a Casa Civil seria uma maneira de dar foro privilegiado ao ex-presidente, contra quem pesavam inúmeras acusações de corrupção, configurando um claro ato de tentativa de obstrução da justiça.

Nesse dia, a edição do Jornal Nacional teve uma duração de 44 minutos, e todo esse tempo é dedicado para discutir a crise e os eventos daquele dia envolvendo a gravação. O enquadramento é claro quanto ao fato de que a crise estaria sendo causada pela corrupção política, institucionalizada no Estado brasileiro pelo PT e seus aliados. Havia um caminho cognitivo sendo didaticamente apresentado aos telespectadores na edição de 16 de março de 2016. Ao reduzir todo o contexto político daquele momento a uma grande crise provocada pela corrupção do governo e do PT, o noticioso define o tema a ser tratado e a perspectiva através da qual a abordagem seria feita (EMEDIATO, 2013). Assim, o primeiro componente do enquadramento geral apresentado pelo noticioso é de que se tinha um governo mergulhado em uma profunda crise, enfraquecido e encurralado (SANTANA, 2020). Nada reflete melhor aquele enquadramento do que a frase proferida por um dos apresentadores do JN, que diz que “[...] nesta quarta-feira, a crise que envolve o governo Dilma Rousseff atingiu o ponto mais alto desde o início” (GLOBOPLAY/JN, 16/03/2016).

No entanto, de todas as matérias exibidas daquele dia, a reprodução de trechos do conteúdo das gravações dos diálogos entre Dilma e Lula é certamente o ápice do programa e dura 10 minutos. Na reprodução das gravações, os apresentadores usam o tom de voz de forma dramática e interpretam as falas como se fossem atores, e não apresentadores de um telejornal; mencionam a suspensão do sigilo por Sérgio Moro como algo dado, de pleno direito e, portanto, inquestionável, mas não explicam as razões que o levaram a tomar aquela atitude de forma repentina e intempestiva (SANTANA, 2020). Da mesma forma, não são questionados os motivos que teriam convencido o juiz a levantar o sigilo de escutas telefônicas envolvendo a presidente da República sem antes consultar o STF, já que, pelo cargo que ocupava, as suas falas não poderiam ser divulgadas sem a autorização do Supremo. É como se o noticioso estivesse dizendo que aquelas ações haviam sido protagonizadas por uma autoridade simbólica incontestável, o juiz Sérgio Moro, portanto, não havia o que questionar. Ao mesmo tempo, é

dado um espaço ao juiz, e ele próprio justificou a sua atitude: “[...] a democracia em uma sociedade livre exige que os governados saibam o que fazem os governantes, mesmo quando esses buscam agir pelas sombras”. Essa fala lembra o seu artigo escrito em 2004 sobre a Operação Mãos Limpas, ocorrida na Itália nos anos 90, quando defendeu a publicidade dos atos em operações contra a corrupção. A repórter acrescenta que o juiz também afirmara que houve “[...] um aparente caso de tentativa de obstrução à justiça [...] houve uma aparente tentativa de influenciar ministros do Supremo como Rosa Weber e Ricardo Lewandowski que não deram certo”. Tais ministros não se manifestaram sobre a tal tentativa (GLOBOPLAY/JN, 16/03/2016). A fala do juiz não deixa dúvidas de que havia uma intenção, um viés explícito no seu ato (FOWLER, 1991).

Na reprodução de outras partes do diálogo, as falas de Lula e Dilma foram lidas ao mesmo tempo em que apareciam em projeções ao lado de suas respectivas fotos. O tom de voz dos apresentadores na leitura desses diálogos variava de acordo com o conteúdo do que fosse dito, e os palavrões eram reproduzidos com destaque e ar de surpresa. As expressões eram de quase escandalização. No entanto, os diálogos eram constantemente interrompidos para que informações sobre as investigações vindas da Polícia Federal – as quais traziam elementos da fala de uma autoridade com poder simbólico acima da classe política, portanto detentora da verdade, também inquestionável – pudessem ser divulgadas (SANTANA, 2020).

O noticioso traz cenas externas com inúmeras manifestações contrárias à nomeação de Lula para a Casa Civil, mostrando que, de alguma forma, essas manifestações estavam crescendo a cada minuto. São 12 minutos de programa com os cenários argumentando em favor do enquadramento dado (MAINGUENEAU, 1997), em que foram mostradas manifestações ocorrendo de forma “tranquila” em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. O líder do governo explicou os motivos da nomeação de Lula, assim como a própria presidente. No entanto, a oposição considerava aquele ato uma clara tentativa de obstrução de justiça, corroborando as palavras do juiz Moro. Para o deputado federal Pauderney Avelino, do DEM-AM, “[...] a presidente Dilma Rousseff estaria se utilizando de um ato lícito para promover um ato ilícito”. No Supremo, o JN mostra duas falas. A primeira é do ministro Gilmar Mendes, que não contestou a nomeação de Lula pelo aspecto legal de forma explícita, mas, sim, pelo aspecto político, que considerava negativo em um momento daqueles. O segundo a ser ouvido é o ministro Marco Aurélio Mello, que não via tentativa de obstrução de justiça no ato da presidente, mas uma tentativa de retirar o governo do impasse em que estava. Após a divulgação dos diálogos, o noticioso volta a relatar as reações do Congresso, onde, em função do conteúdo

do que foi divulgado, é enfatizado o pedido feito pela oposição de renúncia de Dilma e a prisão de Lula (GLOBOPLAY/JN 16/03/2016).

Observa-se que, naquele dia, o Jornal Nacional conduz de forma didática o telespectador a concluir que, na verdade, a nomeação de Lula para o Ministério da Casa Civil seria uma tentativa de obstruir a justiça, não de fortalecer o governo de Dilma Rousseff. Isso, de acordo com a condução do noticioso, se concretizaria no fato de que, se a nomeação ocorresse, Lula passaria a ser investigado pelo STF e não mais por Sérgio Moro, em Curitiba. E aqui vale lembrar novamente o que diz Emediato (2013) sobre isso. “No discurso midiático, esses enunciados ditos de informação são portadores de pontos de vista sobre os fatos e esses pontos de vista são apresentados, com muita frequência como evidências” dos fatos (EMEDIATO, 2013, p. 79).

A partir dos episódios do dia 16 de março, há um visível esforço no enquadramento das notícias sendo exibidas pelo Jornal Nacional no sentido de caracterizar Dilma Rousseff como cúmplice de Lula e do PT. Mesmo que nem sempre de forma direta, as matérias acabavam associando os atos de corrupção sendo investigados pela Lava Jato à presidente da República. Assim como no dia 16, no dia 17 de março, o Jornal Nacional dedica toda a sua edição, de aproximadamente 60 minutos, ainda discorrendo sobre os acontecimentos do dia anterior, suas repercussões no momento e perspectivas futuras. Naquele dia, e dentro daquele mesmo contexto, o JN mostra que a Câmara dos Deputados havia nomeado a comissão que analisaria o pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, que teria prosseguimento célere a partir daquele dia (GLOBOPLAY/JN 17/03/2016).

Com a ausência de relação direta de Dilma Rousseff com qualquer ato de corrupção sendo investigado pela Operação Lava Jato até aquele momento, os responsáveis pela defesa formal do *impeachment* construíram uma peça, tendo como ponto central de acusação o fato de a presidente, como chefe do Poder Executivo, ter autorizado a realização de operações de crédito financeiro ilegais, utilizando-se de instituições como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, pertencentes e controlados pela União. Essas operações consistiam em adiantamentos de recursos feitos pelos bancos públicos para que o Governo Federal pudesse custear os programas sociais da época, como o Bolsa Família. A peça de acusação sustentava que os bancos públicos não estariam autorizados a realizar o financiamento desses programas, mas sim e tão somente a sua operacionalização. Tais adiantamento de recursos, também conhecidas como pedaladas fiscais (já noticiadas pelo JN em 05 de outubro de 2015), se constituiriam em crime de responsabilidade segundo a acusação, pois infringiriam o Artigo 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2015).

De 21 de março a 16 de abril, véspera da votação sobre o prosseguimento do processo de *impeachment* da presidente na Câmara dos Deputados, o Jornal Nacional exibe, em uma média aproximada, quatro reportagens sobre corrupção política em cada uma de suas edições (GLOBOPLAY/JN 21/03-16/04/2016). No dia 04 de abril de 2016, acontece um outro evento importante para os propósitos desta pesquisa. Naquele dia, no final de sua edição, o Jornal Nacional dedica exatos 38 segundos para noticiar que a PGR iria investigar o escritório Mossack Fonseca, sediado no Panamá, suspeito na Operação Lava Jato de usar empresas para esconder dinheiro oriundo da corrupção em paraísos fiscais (GLOBOPLAY/JN, 04/04/2016). Durante o restante do mês de abril, o Jornal Nacional dedica mais 2 minutos e 40 segundos, em duas edições diferentes, discorrendo sobre o mesmo tema. No dia 05 de abril, ocorrem os primeiros 40 segundos revelando que o primeiro-ministro da Islândia havia renunciado em função de seu nome constar na lista do Panamá Papers (GLOBOPLAY/JN, 05/04/2016). Já no dia 11 de abril, o Jornal Nacional dedica os seus últimos 2 minutos do mês sobre o caso. A matéria trata da reação do governo e população britânicos com relação ao fato de que o pai de David Cameron, então primeiro-ministro, mantinha uma empresa listada no Panamá Papers. David Cameron, elogiado pelo noticioso brasileiro, então divulgou sua declaração de impostos, em que consta sua participação na empresa do pai, mas que estava de acordo com todas as normas legais exigidas por aquele país. Aquele gesto, “sem precedentes”, de acordo com o repórter do JN, fez com que os principais políticos britânicos divulgassem suas declarações de impostos (GLOBOPLAY/JN, 11/04/2016).

Nessas reportagens, pelas pessoas mostradas e pelo encadeamento argumentativo, o Jornal Nacional conduz o telespectador a concluir que o Panamá Papers, assim como a Operação Zelotes, estava relacionado à corrupção da classe política, revelando o viés antipolítica do noticioso. Além disso, é possível também observar dois silenciamentos nas matérias. Primeiro, e novamente como na Operação Zelotes, se fala muito pouco, naqueles 2 minutos e 40 segundos de reportagens, sobre a participação no escândalo de empresas ou representantes do mercado que, por eventualidade, utilizassem aquelas empresas *off shore* para evitar o pagamento de impostos no Brasil. Segundo, no restante do mês de abril, o JN não noticia mais absolutamente nada a respeito do Panamá Papers, revelando que aquele assunto não era importante o suficiente para estar presente na grade do noticioso com mais frequência. Esse foi mais um episódio que revelou a diferença de tratamento dado pelo Jornal Nacional e a mídia brasileira em geral quando a questão envolve suposta corrupção política, a qual é colocada com a máxima evidência possível, e quando atos ilícitos são atribuídos a pessoas e

empresas privadas ligadas ao mercado, os quais tão logo quanto possível são ignorados, como se nunca tivessem existido.

De volta à cronologia dos eventos se desdobrando naquela conjuntura relacionados ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, no dia 17 de abril de 2016, um domingo, a Câmara dos Deputados votou pelo prosseguimento do processo, que foi encaminhado para o tramite no Senado Federal. Dos 511 deputados federais que estavam no plenário na ocasião da votação, 367 deles votaram pela continuidade do processo, 137 foram contrários e sete deputados se abstiveram (GLOBOPLAY/JN, 18/04/2016).

Para Rocha (2019), na edição do dia 18 de abril, o Jornal Nacional, ao noticiar a aprovação pela Câmara dos Deputados do prosseguimento do processo de *impeachment*, opera uma metamorfose na figura de Dilma Rousseff. De presidente do Brasil, reeleita em 2014, Dilma é transformada em ré. O noticioso leva em consideração a importância de atestar o respeito e a legalidade dos ritos e enfatiza que foram 12 mil e 44 páginas de documentos encaminhadas ao Senado Federal, como demonstração do quão consistente eram as provas contra a ainda presidente; ou seja, eram as evidências corroborando os pontos de vista do noticioso.

Também como mostra de consistência do processo, o noticioso invoca a instância máxima da universalidade jurídica do país: o repórter do JN menciona o fato de que, a partir daquele momento, todo o restante do processo, descrito em detalhes, seria comandado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, na época o ministro Ricardo Lewandowski, com poder e autoridade simbólicas incontestáveis (BOURDIEU, 1989). Ao fazer a descrição do processo, com minúcias da terminologia jurídica, o JN esforça-se no sentido de estabelecer e demonstrar com evidências uma relação próxima entre Dilma Rousseff, presidente da República, e o universo da criminalidade. Além do enorme número de páginas de documentos sustentando o processo, cada passo do conjunto de procedimentos a serem adotados teria a elaboração e construção feitas pelo corpo de assessores jurídicos do Senado e STF, bem como seriam submetidos ao crivo de cada ministro da Suprema Corte, a fim de que a acusação estivesse de acordo com a lei dos crimes de responsabilidade e o rito no Senado Federal, tal qual o que ocorrera com Fernando Collor. Seriam arroladas testemunhas, e provas seriam coletadas. Eram novamente as evidências sendo apresentadas como notícia para corroborar o ponto de vista de quem construía o discurso (EMEDIATO, 2013). Porém, aquilo nada mais era do que “a antecipação da imputação da condição de ré”, em que a interpretação apresentada pelo noticioso conduz o telespectador a concluir “[...] aquilo que é o sentido geral da edição em seu conjunto: ‘Dilma é uma criminosa’” (ROCHA, 2019, p. 385-386).

Dessa forma, com a peça acusatória que daria o argumento jurídico para o *impeachment*, a qual passara pela aprovação de uma maioria esmagadora na Câmara dos Deputados, com os ritos do processo todos estabelecidos e legitimados pela Suprema Corte, com o apoio da maioria da população, Dilma Rousseff foi afastada da presidência no dia 12 de maio de 2016 por uma sessão do Senado Federal que teve duração de mais de 20 horas. Foram 55 os senadores que votaram favoravelmente à abertura do processo de *impeachment*. Assim, com uma espécie de jogral, os apresentadores iniciam a edição do Jornal Nacional daquela data significativa para o país imprimindo “um sentido solene de pretensa responsabilidade histórica” ao que passariam a descrever (ROCHA, 2019, p. 377).

Ao introduzir a edição daquele dia, os apresentadores do JN, segundo a análise de Rocha (2019), destituem de forma definitiva Dilma Rousseff da sua autoridade universal de presidente da República, conferida na eleição presidencial de 2014. Mesmo que aquela não tenha sido a votação que consumaria o *impeachment*, Dilma não retomaria mais a condição de presidente e sairia repetindo o discurso de que estaria sendo vítima de um golpe. Nessa edição, que tem uma duração de aproximadamente 62 minutos, o JN passa didaticamente por todos os temas que constituíam a narrativa sobre a conjuntura em questão. A pauta discorre sobre a trajetória do processo de *impeachment* até aquele momento e o que estaria por vir no Senado, sob o comando do presidente do STF. As pedaladas fiscais são apresentadas como o elemento jurídico que embasou o pedido de *impeachment*, mas os escândalos de corrupção são lembrados a todo o momento.

Em seguida, são apresentadas duas longas reportagens que descrevem o momento catastrófico da economia e o papel do Governo Dilma para aquele estado de coisas, enfatizando os seus erros ao longo do percurso. A partir daí, o noticioso tenta conferir a Michel Temer um pouco de autoridade e o aproxima do que seriam os interesses da nação para o futuro. O presidente interino, retratado como conciliador, defende em seu discurso a instalação de um governo de “salvação nacional” para reequilibrar as finanças públicas, combater o desemprego, manter e aprimorar programas sociais, defender a Lava Jato e fazer reformas importantes sem mexer em direitos adquiridos. A fala do presidente interino serviria para dirimir qualquer dúvida de que aquele seria o melhor caminho a ser seguido para a recuperação do Brasil. Não faltou também uma discreta participação de Sérgio Moro alertando para a necessidade de contínua luta contra a corrupção, além do registro sobre agressões sofridas por jornalistas da emissora que cobriam a saída de Dilma do Palácio. Para a cobertura da Globo, a previsão constitucional do ritual sendo seguida, a diversidade de partidos aglutinados em torno da ideia do afastamento da presidente e a presença do presidente do STF comandando os trabalhos garantiriam que a

retórica do golpe alardeada pelos apoiadores de Dilma não passaria de particularismo próprio dos militantes petistas. Não havia o que contestar. A normalidade democrática estaria presente em todos os atos (ROCHA, 2019).

No entanto, no mês de maio, após o encaminhamento do processo de *impeachment* ao Senado Federal, e até mesmo antes desse fato, passam a aparecer alguns sutis sinais de mudanças naquela conjuntura, as quais afetariam todo o contexto político nacional dali para a frente. Nesse sentido, vale a pena descrever alguns desses eventos para que se possa entender bem os seus desdobramentos e consequências.

O primeiro acontecimento de grande repercussão foi o vazamento do áudio do diálogo entre Romero Jucá e Sérgio Machado, antes do *impeachment* da presidente, sobre a necessidade de “estancar a sangria” da Lava Jato. Esse episódio se mostraria emblemático e dava mostras de que, mesmo agindo de forma seletiva, o processo de deslegitimação da classe política pela operação, nos moldes preconizados por Sérgio Moro em artigo de 2004, não seria interrompido. A partir da divulgação daqueles diálogos, a classe política como um todo passa a ser o alvo da Operação Lava Jato, e não apenas o PT. Certamente, o simples fato de as gravações terem acontecido em março e seu vazado somente em maio de 2016, e nada de concreto ter sido feito pela Lava Jato, PGR, ou Judiciário antes do processo de *impeachment*, sugerem que os passos dados pela operação eram calculados e coordenados com a conjuntura política e outras instâncias de poder. Ao mesmo tempo, não se deixa dúvidas de que ações futuras e mais abrangentes estavam para acontecer. Os referidos diálogos foram primeiramente publicados pelo jornal *Folha de São Paulo* em 23 de maio, mas também foram repercutidos pelo Jornal Nacional. O noticioso dedica, naquele mesmo dia, aproximadamente 20 minutos de seu tempo percorrendo sobre o assunto. Nas gravações fica claro que havia um plano para barrar a Operação Lava Jato que incluiria, além das forças políticas ameaçadas pelas investigações, até mesmo membros do STF (GLOBOPLAY/JN, 23/05/2016). A partir daquele dia, como uma nítida reação e instinto de sobrevivência por parte dos setores do aparato jurídico-policia do Estado que estavam alinhados com a operação, diversos partidos políticos e diferentes personagens passam a aparecer de forma consistente nas matérias sobre corrupção do JN.

Não por acaso, já no dia 07 de junho, há menos de um mês ocupando a cadeira de presidente, ainda de forma interina, Michel Temer testemunha o pedido de prisão, pela PGR, de quatro importantes nomes da cúpula do PMDB. Baseado no diálogo entre Sérgio Machado e Romero Jucá, o procurador geral da República, Rodrigo Janot, envia ao Supremo Tribunal Federal uma solicitação de prisão de nada menos do que quatro membros da mais alta cúpula do PMDB: Eduardo Cunha, Renan Calheiros, Romero Jucá e José Sarney. Naquele dia, o Jornal

Nacional dedicou ao menos 14 minutos do seu tempo repercutindo a notícia (GLOBOPLAY/JN, 07/06/2016).

Naquele momento, a ampliação do leque de investigações (ou investigados) pela Lava Jato criava um ambiente de instabilidade política generalizada. A operação, por sua vez, demonstrava agir com desenvoltura e a segurança de que não seria ameaçada. No dia 14 de junho, o JN noticia que o Conselho de Ética da Câmara aprovava a cassação do mandato de Eduardo Cunha. O STF mandara investigar quatro senadores do PMDB por corrupção na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte (GLOBOPLAY/JN, 14/06/2014). No dia seguinte, o Jornal Nacional dedica 12 minutos discorrendo sobre a delação premiada de Sérgio Machado, ex-diretor da Transpetro, cujo sigilo havia sido retirado pelo STF no dia anterior. Nessa delação, Sérgio Machado apontava Michel Temer (presidente interino na época), Romero Jucá, Jader Barbalho, Edson Lobão, José Sarney e Renan Calheiros, todos do PMDB, como beneficiários de um esquema de corrupção, para o qual eles o haviam indicado como operador. Além desse esquema, o delator ainda revelou que arrecadara de forma ilegal recursos para Sérgio Guerra, do PSDB (falecido em 2014), Heráclito Fortes, do DEM, depois PSB, Agripino Maia e Felipe Maia, ambos do DEM. Revelou também que, anos antes, ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, ele, juntamente com Aécio Neves e Teotônio Vilella, arquitetaram um esquema de arrecadação de doações ilegais junto a empreiteiras para garantir a eleição de um grupo de deputados federais, bem como de Aécio Neves (todos do PSDB) para presidente da Câmara dos Deputados, que ficava sempre com a maior fatia da arrecadação (GLOBOPLAY/JN, 15/06/2016).

É possível observar na cobertura do JN sobre aqueles eventos que, aos poucos, novos elementos estavam sendo acrescentados ao enquadramento geral do discurso sobre a corrupção. O esquema interpretativo era praticamente o mesmo e apontava para a mesma direção, ou seja, que a classe política, em um sentido difuso, era corrupta, e o PT, com seus principais líderes, com suas práticas e seu projeto de poder, era a sua personalização. No entanto, o caminho cognitivo sendo sugerido ao telespectador ganhou mais amplitude para que novos atores pudessem ser visualizados.

Durante os meses de maio e junho de 2016, o Jornal Nacional exibe 200 matérias tratando de alguma forma o tema corrupção. No entanto, contrariamente ao que vinha acontecendo até ali, a maioria dessas matérias envolviam partidos de praticamente todo o espectro político nacional, incluindo o PSDB, que, como se vê nas duas primeiras matérias analisadas nesta seção (sobre 2014), vinha recebendo tratamento visivelmente diferente. Ao todo são 62 reportagens sobre corrupção envolvendo direta ou indiretamente o PT, que, a partir

do dia 12 de maio, passa a não ser mais governo. Por outro lado, são 138 matérias sobre corrupção envolvendo direta ou indiretamente os partidos que, a partir desse mesmo dia, passaram a fazer parte do Governo Temer, com o afastamento de Dilma Rousseff pelo Senado Federal.

Durante julho e agosto, como se podia esperar, ocorreu uma redução significativa no número de reportagens sobre corrupção exibidas pelo Jornal Nacional. Julho foi o último mês de preparação, e agosto foi o mês de realização dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. Como já havia acontecido com a Copa do Mundo, em 2014, por razões comerciais, um evento dessa natureza recebe a maior parte da atenção da mídia. Aconteceu um silenciamento relativo do tema corrupção, assim como de outros temas, em favor da pauta sobre um evento esportivo privado de grandes proporções comerciais e com enorme potencial de ganhos para as empresas de comunicação.

A lógica discursiva do JN, durante aquele período, continuava praticamente inalterada. Quando as matérias se relacionavam às investigações sobre o PT e Lula, o enquadramento era o mesmo já identificado anteriormente, que sugeria ao telespectador a conclusão de que os envolvidos eram culpados e haviam praticado os atos de corrupção dos quais estavam sendo acusados. Não havia verdadeiro espaço para a argumentação racional do contraditório, com a apresentação de evidências em contrário. Possíveis evidências que pudessem gerar dúvidas no telespectador, no mais das vezes, eram negligenciadas ou silenciadas. Em geral, o próprio noticioso apresentava as evidências que confirmavam o seu ponto de vista, reduzindo, dessa forma, a possibilidade de o telespectador interpretar de outra forma o evento sendo narrado. Os cenários que acompanhavam essas matérias – como um argumento efetivo da narrativa (MAINGUENEAU, 1997) – assim como em quase tudo o que se referia à Lava Jato e eventos de corrupção, geralmente incluíam fundos de cores vermelhas, lembrando as cores do PT; tubulações enferrujadas, também de tons vermelhos, jorravam cédulas de 100 reais, como nas matérias dos dias 25 e 26 de agosto, em que anunciaram o indiciamento de Lula, sua esposa e Paulo Okamoto. Além disso, as viaturas da Polícia Federal circulando pelos cenários sendo descritos eram uma constante nas matérias sobre a Lava Jato, como símbolo da autoridade em ação. As cores vermelhas, lembrando o PT, também eram utilizadas, mostrando grades de celas quando eram presos suspeitos de corrupção, mesmo que esses suspeitos não pertencessem ao Partido dos Trabalhadores, como na matéria do dia 24 de maio que anuncia a prisão do ex-governador de Roraima.

Foi nesse contexto, em que a corrupção política surgia de todos os cantos do país através das reportagens do Jornal Nacional – um ambiente tóxico onde estava deflagrada uma “guerra

de todos contra todos” (PINTO et al., 2019) – que, no dia 31 de agosto de 2016, o Senado Federal, com uma votação que contabilizou 61 votos a favor e 20 contra, selou definitivamente o afastamento de Dilma Rousseff do posto de presidente da República. Na edição daquela noite, a apresentadora do noticioso anuncia o número de senadores que votaram favoravelmente ao *impeachment*. E, como um último ato do ritual que iniciara em 02 de dezembro de 2015, anunciando para a “comunidade imaginária” (sociedade brasileira) que acabara de chegar de mais um dia de trabalho, o JN traz a gravação da voz do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandovsky – uma voz legítima, autorizada, com uma linguagem de autoridade simbólica estabelecida e incontestável (BOURDIEU, 1983 apud SANTANA, 2020, p. 27): “[...] ficando assim a acusada condenada à perda do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil” (GLOBOPLAY/JN, 31/08/2016).

O mês de setembro marcou a implementação definitiva do projeto do novo governo, pós-*impeachment*, mas também significou o início de fato das campanhas eleitorais para prefeituras em todo o país. Além disso, como é tradicional após a realização dos Jogos Olímpicos, aconteceu no Rio de Janeiro a Paraolimpíada, evento que reúne atletas deficientes físicos de todo o mundo. Tudo isso tomou grande parte da grade diária de notícias do Jornal Nacional. Dessa forma, o agendamento da corrupção pela mídia sofre novamente uma redução com relação aos meses imediatamente anteriores, mas, ainda assim, se mantém em um ritmo bastante acelerado e apresenta eventos de grande relevância para a política nacional. O Jornal Nacional exibe, durante o mês de setembro, 56 reportagens tratando de alguma forma o tema corrupção. Desse total, 25 envolviam direta ou indiretamente o PT, e 23 envolviam também outros partidos, agora praticamente todos ligados ao novo governo, mostrando a continuidade da generalização da corrupção para todo o contexto político nacional (GLOBOPLAY/JN, 09/2016).

Alguns daqueles momentos, por seu grau de repercussão, merecem destaque e uma breve descrição aqui. Finalizado o processo de *impeachment* em 31 de agosto, até o dia 13 de setembro, o assunto que predominava na grade do JN estava relacionado com a cassação do mandato do então deputado e ex-presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, do PMDB, acusado por corrupção na Lava Jato. Na edição do dia 13, são 15 minutos dedicados a esse evento, que ocorrera no dia anterior. Porém, ainda havia espaço para variações do mesmo tema e elas foram sendo introduzidas. Nessa mesma edição, o PTB é mencionado por um delator, em depoimento, como beneficiário de dinheiro ilegal. No dia 14, ocorreu a denúncia, pelo Ministério Público Federal de Lula e sua esposa, Marisa, em um evento que ficou bastante conhecido pela apresentação de um *powerpoint* pelo procurador do MP Deltan Dallagnol como

forma de demonstrar que Lula seria o “comandante máximo” do esquema de corrupção investigado pela Lava Jato. Naquele dia, o JN dedica 15 minutos discorrendo sobre o assunto. Esse evento teve repercussão por vários dias, mas outros episódios sobre corrupção foram sendo introduzidos na cena geral. No dia 15, a PF prendeu o prefeito de um município de Montes Claros, MG, do PSB, por desvios de dinheiro da prefeitura. Já no dia 26 de setembro, o JN dedica 14 minutos à prisão de Antônio Palocci, ex-ministro dos governos Lula e Dilma. No dia 27, a grade do JN se mostra bastante diversificada quanto a atos ilícitos, praticados principalmente pelo PT, mas que também incluíam outros partidos. Naquele dia, o noticioso volta a falar sobre o assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, do PT, ocorrido em janeiro de 2002. Dessa vez, a notícia é de que um dos principais suspeitos pelo assassinato do prefeito havia falecido de câncer. Nesse episódio, evoca-se novamente o sentido da memória do telespectador para um evento do passado em que o PT era, de alguma forma, suspeito de ilicitude (EMEDIATO, 2013). Naquela mesma edição, ainda haveria o anúncio de que Paulo Bernardo e Gleisi Hoffman, ambos do PT, haviam se transformado em réus na Lava Jato; que o ex-ministro Guido Mântega seria o “pós Itália” na planilha da Odebrecht; e que estaria havendo uma investigação sobre propina envolvendo essa mesma empresa nas obras do metrô de São Paulo, estado administrado pelo PSDB (GLOBOPLAY/JN, 09/2016).

É importante também destacar que, ao mesmo tempo em que mostrava os eventos de corrupção política, o JN mostrava também as deficiências de órgãos públicos na execução de suas funções originais, evocando a dimensão ideológica de contraposição do Estado (nos seus mais diferentes níveis), corrupto e incompetente, ao mercado e suas virtudes (HERMAN; CHOMSKY, 1988; FAYE, 2009). Mesmo que isso não fosse mencionado explicitamente, todas as evidências apontavam para essa conclusão. No dia 16 de setembro, são 6 minutos sugestivamente dedicados a apontar como as câmaras de vereadores, para as quais haveria eleições no mês seguinte, custavam caro ao bolso do contribuinte, mas não prestavam os serviços para os quais seus membros eram eleitos. No dia 23, é a vez das prefeituras municipais aparecerem na grade do JN, com 7 minutos enfatizando que os gastos dos municípios aumentavam, enquanto os recursos disponíveis estavam diminuindo. No dia 27, o noticioso mostra mais falhas na execução de serviços públicos com uma matéria sobre os atrasos nas obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Ao mesmo tempo em que fica clara a dimensão ideológica dessas matérias nas quais o Estado é mostrado como ineficiente e gastador, esse é um enquadramento que aponta ao telespectador o esquema interpretativo de que os recursos que faltavam estavam sendo direcionados para satisfazer os interesses egoísticos dos políticos e partidos através de atos de

corrupção, enquanto os serviços que deveriam ser prestados eram deficientes. Aponta-se, assim, para uma relação de causa e efeito, nos moldes elaborados por Santana (2020).

Nos meses seguintes, e após os pleitos municipais, com a ampliação do foco da Operação Lava Jato, a cobertura do Jornal Nacional acompanha a mesma dinâmica. O que se vê nos últimos 3 meses de 2016 é um aumento exponencial no número de reportagens sobre corrupção, com uma ampla maioria cobrindo a participação de toda a classe política nacional, e não somente o PT. Durante os meses de outubro, novembro e dezembro, o Jornal Nacional exhibe nada menos do que 251 matérias tratando de alguma forma o tema corrupção. Desse total, “apenas” 43 envolviam direta ou indiretamente o PT, e 208 reportagens envolviam todo o restante da classe política indiscriminadamente e outros atores.

Assim como nos meses anteriores, nesse período também ocorreram eventos de grande relevância reportados pelo Jornal Nacional, cuja repercussão pode ser observada ainda nos dias de hoje e que serão brevemente mencionados aqui. Observe-se que muitos desses eventos, se analisados superficialmente ou de forma isolada, podem parecer sem importância. No entanto, naquela conjuntura e no seu conjunto, eles serviram para confirmar uma linha argumentativa (narrativa) sendo construída e muito bem articulada. Já no dia 1º de outubro, poucos dias antes das eleições municipais, o JN exhibe uma matéria mostrando a ação da PF no Ceará, na qual foram presos três suspeitos de compra de voto. O material apreendido era do PT, e aproximadamente 50 mil reais estavam separados em envelopes, identificados com diferentes nomes. Um dos presos havia sido secretário adjunto do governador do Ceará, pelo PT, Camilo Santana. No dia 04, o então juiz Sérgio Moro defende a prisão de réus após a condenação em segunda instância, cuja constitucionalidade estava sendo analisada pelo STF naqueles dias. No dia seguinte, 05 de outubro, o JN noticia que a PF estaria investigando suposta propina em termelétricas, ainda durante os governos de Fernando Henrique Cardoso. No dia 06, uma matéria é exibida anunciando que o relator da Lava Jato no STF havia incluído Lula no inquérito geral da operação. Naquele mesmo dia, o JN repercute a decisão do STF que ratifica a constitucionalidade da prisão de réus após julgamento em segunda instância. Essa matéria não deixa dúvidas quanto à importância daquela medida. A decisão tomada pelo STF no dia anterior “[...] pode atingir tanto quem cometeu um crime de roubo, ou homicídio, quanto os condenados em grandes investigações como a Operação Lava Jato. A partir de agora todos os juízes devem seguir a decisão do Supremo”, enfatizam os apresentadores do noticioso. Delegados, procuradores da Lava Jato e o juiz responsável por julgar a maioria dos seus casos comemoraram. Segundo palavras do próprio Sérgio Moro, o STF “[...] decidiu que não somos uma sociedade de castas e que mesmo os crimes cometidos por poderosos encontrarão uma

resposta na justiça criminal. Somos uma democracia, afinal” (GLOBOPLAY/JN, 05/10/2016). O enquadramento do JN sobre a questão conduz o telespectador por um caminho cognitivo que o leva a concluir que, sim, havia motivos para comemoração, pois a prisão do réu, após sua condenação em segunda instância, medida confirmada pelo STF, seria de grande importância para que, finalmente, fossem presos os políticos corruptos investigados na Lava Jato, entre eles o seu principal alvo, Luiz Inácio Lula da Silva (ENTMAN, 1991).

A partir dali, além da cobertura sobre o PT, o Jornal Nacional exibe, ainda durante o mês de outubro, uma série de matérias retomando com intensidade o enquadramento, sugerindo ao telespectador a conclusão de que a corrupção havia sido institucionalizada pelo PT e seus governos, mas, naquele momento, já se tornara generalizada e não se salvava mais ninguém. No dia 13 de outubro, o noticioso reporta que o governador do Tocantins, do Solidariedade, havia sido levado pela PF para depor. No dia 15, que havia uma suspeita de fraude no programa de cotas nas universidades públicas. No dia 17, o TCU investiga doações ilegais para as campanhas de prefeitos e vereadores, em que apenas um beneficiário do Bolsa Família havia doado 75 milhões de reais a uma candidata a vereadora. A notícia foi corrigida posteriormente, pois os números mostrados não eram verdadeiros, mas o seu impacto inicial como notícia tem duração indefinida no tempo. No dia 19, o JN dedica 12 minutos à prisão do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do PMDB. No dia 21 de outubro, a Lava Jato prende policiais do Senado Federal. Finalmente, no dia 27, a PF investiga fraudes em projetos beneficiados pela lei Rouanet (GLOBOPLAY/JN 10/2016). Novamente, ao assistir ao Jornal Nacional naquele período, os telespectadores recebiam uma gigantesca carga de informações que os conduzia a concluir que a corrupção permeava todos os setores da sociedade brasileira que tivessem qualquer relação com, ou influência de, decisões políticas. Havia um viés antipolítico muito claro nas matérias exibidas (FOWLER, 1991).

O mês de novembro foi quando os problemas do Governo Temer começaram a se aprofundar de forma irremediável. Geddel Vieira, então ministro da Integração, entra em conflito com o ministro da Cultura, que se demitiu e saiu dizendo que o próprio presidente Temer o havia pressionado para atender os pedidos de Geddel. Novembro também se notabilizou pela tentativa de parlamentares, via projeto de lei no Congresso, de anistiar atos ilícitos envolvendo “caixa 2” de campanhas eleitorais, assim como foi o mês de discussões, também no Congresso, do projeto de “iniciativa popular” com medidas contra a corrupção. No dia 11, o JN noticia que o STF, em nova votação, confirmara que todos os réus condenados em segunda instância, em todo o país, deveriam ser presos. No dia 16, o JN dedica 3 minutos do seu tempo discorrendo sobre um ato que ocorrera no Congresso, em que um grupo de

manifestantes invadiu o plenário da Câmara dos Deputados para pedir intervenção militar no país. O noticioso menciona a ilegalidade tanto do ato em si como de suas intenções. No entanto, deixa claro que uma das principais reivindicações dos invasores era o fim da corrupção. Novamente aqui, a matéria busca eventos passados (EMEDIATO, 2013), como a suposta honestidade dos militares durante o período da ditadura, para vinculá-los a acontecimentos presentes – a corrupção generalizada da classe política daquela conjuntura. Os manifestantes haviam invadido o Congresso para solicitar intervenção militar, o que é inconstitucional. No entanto, ao mesmo tempo, o noticioso enfatiza a “legitimidade” da principal reivindicação daquele ato. A intervenção militar estava sendo reivindicada para que eles assumissem o poder e acabassem com a corrupção. No dia 17, o noticioso dedica 18 minutos à cobertura da prisão de Sérgio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro pelo PMDB, e noticia que Alberto Youssef, um dos principais delatores da Operação Lava Jato, deixara a prisão. Pela sua inestimável colaboração com as autoridades nas investigações, a sua pena, que originalmente seria de mais de 100 anos, havia sido reduzida para apenas três. Ele já havia cumprido 2 anos e 8 meses e cumpriria os meses restantes em prisão domiciliar, com tornozeleira eletrônica.

Dezembro de 2016 é outro mês em que o Jornal Nacional inclui na sua grade um grande número de reportagens abordando o tema corrupção, e nelas estavam envolvidos outros partidos que não o PT. De um total de 95 matérias sobre corrupção, em 63 delas, o PT não é o foco principal, ou seja, aproximadamente dois terços do total. Foi também em dezembro que ocorreram os depoimentos dos delatores da Odebrecht, o que ocasionou uma grande repercussão nacional, com massiva cobertura da mídia sobre o assunto. Nos dias 05 e 06, o que predomina na grade de notícias do JN é o embate entre o STF e o Senado Federal, pois o Supremo havia ordenado a saída de Renan Calheiros da presidência, o que foi desobedecido pela mesa diretora da casa. No dia 06, o JN reporta que 10 vereadores de Osasco foram presos por contratação de funcionários fantasmas. Em 08 de dezembro, o JN menciona que alguns delatores da Lava Jato confessaram que haviam contribuído de forma ilegal para campanhas de Geraldo Alkmin, do PSDB, em anos anteriores. No dia 09, o JN enfatiza que o presidente Temer também havia sido citado como beneficiário de doações ilegais na Lava Jato. No dia 10, são nada menos do que nove reportagens exibidas pelo JN dissecando as delações da Odebrecht, ocupando 36 minutos de sua grade de notícias, e nelas estavam inclusos nomes de praticamente todos os principais partidos políticos do país. No dia 15, o JN noticia que a PF prendera 12 dos 15 vereadores da Câmara de Foz do Iguaçu por corrupção. No dia 16, exibe a notícia de que a PF prendera e conduziu coercitivamente vários suspeitos de um esquema ilegal no pagamento de royalties sobre mineração. Entre os conduzidos coercitivamente para depor estava o

conhecido pastor Silas Malafaia. Naquele mesmo dia, o governador de Santa Catarina, do PSD, passou a ser investigado na Lava Jato. E no dia 22, o Jornal Nacional dedica 12 minutos ao acordo de leniência da Odebrecht, que descrevia com detalhes a corrupção no alto escalão dos governos Lula e Dilma, do PT (GLOBOPLAY/JN, 12/2016).

Nota-se nos dados apresentados e analisados até aqui, cujos números totais podem ser observados na Tabela 7, que, a partir de maio de 2016, o Jornal Nacional foi gradativamente incluindo na sua grade de notícias uma enorme diversidade de atos ilícitos sendo praticados pela classe política brasileira como um todo. Não que isso não estivesse, em certa medida, acontecendo antes, mas a intensidade era de fato inédita até aquele momento. Diferentes atores foram sendo introduzidos em uma cena em que o Partido dos Trabalhadores era a principal estrela, mas na qual não estava mais sozinho. O viés predominante do enquadramento geral ainda responsabilizava o PT e seus governos por aquele estado de coisas. No entanto, aos poucos, todo o contexto político nacional passou a ser retratado como parte integrante daquele ambiente tóxico e dominado pela prática de corrupção, e esse processo, se intensificou ainda mais durante o ano de 2017.

Tabela 7 – Total de matérias exibidas pelo Jornal Nacional, tratando de alguma forma o tema corrupção; matérias abordando outras formas de subtração de recursos públicos, nas quais não é mencionada a corrupção política, ano 2016

2016	Corrupção política	Subtração de recursos públicos que não mencione corrupção política
Janeiro	62	4
Fevereiro	80	2
Março	179	0
Abril	73	1
Mai	95	2
Junho	108	2
Julho	59	3
Agosto	40	0
Setembro	56	1
Outubro	71	1
Novembro	87	0
Dezembro	95	1
Total	1005	17

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Globoplay/Jornal Nacional.

Na Tabela 7, se observa que o agendamento do tema corrupção pelo Jornal Nacional foi bastante intenso durante todo o ano de 2016 – até mesmo nos dois primeiros meses, que nos anos anteriores haviam sido de menor incidência desse agendamento; em 2016 isso não se repetiu. O período de maior intensidade foi de fevereiro a junho. Depois disso, de julho a outubro, aconteceram as Olimpíadas e eleições municipais, quando a exibição de reportagens sobre corrupção, pelo JN, foi menor, para uma retomada em novembro e dezembro. Já as reportagens sobre a subtração de recursos públicos em que a corrupção política não era mencionada como razão principal, se mantiveram num número bastante reduzido. Foram apenas 17 matérias abordando esse tema durante todo o ano de 2016.

No Gráfico 6, é possível observar o impacto do agendamento do tema corrupção pelo Jornal Nacional (mídia) na percepção do fenômeno pela população durante o ano de 2016, comparativamente aos anos anteriores.

Gráfico 6 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional
2013-2016



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Transparência Internacional.

Os dados do Gráfico 6 demonstram que, a exemplo do que ocorrera em 2015, o Brasil caiu no ranking de percepção da corrupção da Transparência Internacional. Isso significa que, a partir do agendamento do tema pela mídia, a população foi se dando conta cada vez mais da existência do fenômeno. Em 2015, o Brasil ocupava a posição 76; em 2016, passou a ocupar a posição 79 no ranking da Organização Transparência Internacional, caindo três posições.

Na Tabela 8, já se pode observar o impacto do agendamento do tema corrupção pela mídia (JN) e da percepção do evento pela população no ranking da TI na evolução dos indicadores que medem e retratam os níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições, bem como outros indicadores considerados importantes por esta pesquisa, em 2016.

Tabela 8 – Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país 2013-2016⁶

Instituições	Ano	2013	2015	2016
		%		
Prefere a Democracia entre todas as formas de governo		55	62	37
Satisfação com a Democracia: muito satisfeito + satisfeito		27	23	10
Partidos Políticos: confia muito + confia		22	10	5
Congresso Nacional: confia muito + confia		29	19	13
Governo federal: confia muito + confia		40	19	10
Poder Judiciário: confia muito + confia		43	33	40
Forças Armadas: confia muito + confia		69	57	57
A Corrupção como o mais importante problema		10	23	20

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Latinobarômetro 2013-2016.

Como pode ser observado nos dados expostos acima, há uma considerável evolução negativa em praticamente todos os indicadores medidos pela pesquisa do Latinobarômetro. Se em 2015 62% da população ainda preferia a democracia a qualquer outra forma de governo, em 2016 esse índice caiu para apenas 37%, e apenas 10% da população brasileira estava satisfeita com o funcionamento do regime democrático. A confiança nas instituições também caiu de forma bastante acentuada. O Poder Judiciário foi a única instituição que teve um crescimento nos seus níveis de aprovação e passou de 33% em 2015 para 40% em 2016. Esse dado positivo pode ser associado ao fenômeno da Operação Lava Jato e o prestígio que o então juiz Sérgio Moro adquiriu durante aquele período. Inversamente, a acentuada queda observada nos níveis de confiança da população nos partidos políticos, Governo Federal e Congresso Nacional pode ser explicada pelo fato de que foram essas instituições as principais atingidas pelas denúncias de corrupção e se transformaram nos alvos a serem atingidos pela Operação Lava Jato e o então juiz Moro. A corrupção, em 2016, continuou a ser considerada um dos principais problemas do país na opinião da população, sendo superada apenas pelos problemas com a saúde. Ao mesmo

⁶ Os percentuais nas tabelas estão relacionados ao N utilizado pela pesquisa Latinobarômetro, disponível no banco de dados na página oficial da organização: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

tempo, observa-se que as Forças Armadas continuaram com uma sólida aprovação de quase 60% da população.

4.2.3.5 A Classe Política no Banco dos Réus e a Condenação de Lula

Muito embora o período de 2014 a 2016 tenha sido quando as atividades do mecanismo causal hipotetizado por esta pesquisa se manifestaram com clareza na sociedade brasileira, o ano de 2017 foi o período de sua consolidação definitiva. O agendamento do tema corrupção pela mídia, em especial o Jornal Nacional, foi de proporções inéditas para o período estudado, incluindo definitivamente praticamente toda a classe política tradicional no radar da Lava Jato e na sua grade de notícias. No entanto, com todos os riscos inerentes a escolhas arbitrárias, às quais os pesquisadores estão permanentemente expostos nos seus cotidianos, além da continuidade do agendamento do tema corrupção, apenas alguns eventos ocorridos em meados de 2017 serão analisados de forma mais aprofundada, pois, de alguma forma, trazem componentes novos que complementam aquele cenário e conjuntura, cujas consequências para a sociedade brasileira se mostram presentes até os dias atuais.

Nos primeiros 3 meses de 2017, o Jornal Nacional exibe 245 matérias tratando de alguma forma o tema corrupção, perfazendo uma média de aproximadamente 82 matérias por mês. Durante esse período, são 77 edições do noticioso, ou seja, houve uma média superior a 3 matérias sobre corrupção por edição. No entanto, os meses de abril, maio, junho e julho superam qualquer que fosse a expectativa nesse sentido. De todo o período pesquisado por este projeto, aqueles meses formaram a mais extensa sequência de reportagens exibidas pelo Jornal Nacional para tratar do tema corrupção política – em algumas edições, esse foi o único tema abordado. Ao todo são 684 matérias tratando de alguma forma o tema em 104 edições, perfazendo uma média aproximada de 7 reportagens por edição. Esse período também se caracterizou pela intensificação da tendência já observada desde abril e maio de 2016. Neste período, além do PT, mesmo com enquadramentos diferenciados, foi envolvida em investigações e eventos de corrupção praticamente toda a classe política brasileira e seus principais partidos.

No dia 11 de abril de 2017, o ministro do STF Edson Fachin, que se tornara o relator da Lava Jato no Supremo após a morte de Teori Zavaski em acidente aéreo, torna pública uma lista de todos os nomes de pessoas para as quais a empreiteira Odebrecht havia feito doações – todas elas seriam investigadas por corrupção. A lista é extremamente extensa e seria desnecessário reproduzi-la aqui. No entanto, para que se possa observar a sua abrangência no que diz respeito ao espectro político brasileiro, a seguir são mencionados alguns dos nomes constantes na lista

que podem ser representativos de todo o contexto. Note-se que os nomes listados foram mencionados como recebedores de doações, não significando a priori que tenham praticado atos de corrupção. O governador do Espírito Santo, Paulo Artung, do PMDB; o governador de São Paulo, Geraldo Alkmin, do PSDB; o governador do Paraná, Beto Richa, do PSDB; o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, do PT; o governador do Maranhão, Flávio Dino, do PC do B; o governador de Goiás, Marconi Pirilo, do PSDB; o governador do Rio, Luís Fernando Pesão, do PMDB; o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, do PSD; o governador do Tocantins, Marcelo Miranda, do PMDB; Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara; Manuela D'Ávila, do PC do B; o ex-governador do Rio, Sérgio Cabral, do PMDB; o ex-senador Delcídio do Amaral; o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio, do PSDB; o prefeito de Salvador, ACM Neto, do DEM; o prefeito de Goiânia, Iris Resende, do PMDB; o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, do PT; o ex-prefeito do Rio, Fernando Paes, do PMDB; o ex-ministro Aluísio Mercadante, do PT; o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB; o ex-presidente Lula, do PT; e a ex-presidente Dilma Rousseff, do PT. Além desses nomes, constavam na lista um terço dos ministros do Governo Temer, inúmeros deputados e senadores de quase todos os partidos, bem como captadores de recursos para campanhas e marqueteiros. Na edição daquele dia, o JN tem uma duração de uma hora. O noticioso utiliza 35 minutos do seu tempo discorrendo apenas sobre a lista da Odebrecht. Além deste tempo, o JN dedica mais 11 minutos tratando de outros eventos de corrupção, perfazendo um total de 46 minutos discorrendo sobre o tema. As edições dos quatro dias que se seguiram à liberação da lista da Odebrecht, de acordo com a página do Jornal Nacional na internet, perfazem um tempo total de 240 minutos. Desses 240 minutos, 226 são utilizados discorrendo principalmente sobre a lista da Odebrecht, tornada pública pelo STF, fornecendo detalhes sobre as investigações e as acusações que recaiam sobre cada um dos investigados (GLOBOPLAY/JN, 11-15/04/2017).

O enquadramento predominante dado ao tema pelo noticioso pode ser observado em uma única matéria daquele período. A reportagem é exibida no dia 13 de abril e tem uma duração de 2 minutos. A apresentadora do JN inicia sua fala com uma expressão de frustração e diz que a corrupção que estava dominando os noticiários pelo país tinha um custo muito elevado para a sociedade, pois aquele custo seria pago por todos os cidadãos. Um repórter faz tomadas externas e descreve vários tipos de corrupção, mostrando os já tradicionais cenários com obras inacabadas e dinheiro jorrando de tubulações enferrujadas. Um professor de políticas públicas é entrevistado e avalia o que foi dito anteriormente pelos apresentadores. O repórter das tomadas externas, então, retorna e, novamente mostrando os tubos enferrujados jorrando dinheiro, assevera que os desfalques dos cofres públicos, fossem eles em quaisquer níveis,

reduziam a capacidade do Estado de prestar os serviços essenciais, como saúde e educação. Um representante da Organização Transparência Brasil diz que os valores obtidos em isenções fiscais pela Odebrecht, por exemplo, eram exatamente os valores que o governo havia estimado para a construção de creches e escolas, as quais estavam ou atrasadas ou abandonadas. Então, o mesmo repórter, sem citar qualquer fonte ou estudo a respeito, afirma que, além dos custos diretos, a corrupção acarretaria uma redução na eficiência da produção econômica, desestimularia o investimento e, por conseguinte, também reduziria o potencial de crescimento e desenvolvimento do país. Nesse ponto, identifica-se novamente, na linha argumentativa da matéria, a relação de causalidade trabalhada por Santana (2020). A corrupção dos políticos acarretaria a prestação de serviços públicos de baixa qualidade por parte do Estado e reduziria o desenvolvimento econômico e social do país. Mais uma vez, o noticioso não diz explicitamente, mas todo o encadeamento argumentativo traz informações que avalizam e universalizam o ponto de vista ideológico particular de que a corrupção é algo que se origina no Estado, mais especificamente na classe política, e que beneficiaria muito poucos, mas seria custeada por todos os cidadãos. As empresas privadas, muito embora sejam mencionadas em alguns casos, e estejam quase sempre presentes nos atos ilícitos, não são consideradas protagonistas no processo. No mais das vezes, são “vítimas” de políticos e servidores públicos corruptos.

A grade de notícias do Jornal Nacional durante o restante do mês de abril é completamente dominada pela delação dos executivos da Odebrecht e pela lista dos políticos e partidos implicados e sendo investigados. Já no dia 1º de maio, de forma bastante sugestiva para aquela conjuntura, o JN exibe uma matéria de 3 minutos de duração sobre um prefeito supostamente honesto que ganhara um presente da população de sua cidade quando deixou de exercer o cargo para se dedicar à carreira de juiz federal. A matéria inicia com o apresentador enfatizando que o presente recebido pelo prefeito não tinha qualquer relação com denúncia de corrupção ou utilização do dinheiro público para benefício próprio. O referido prefeito era paulista, havia morado em Curitiba, tinha formação em Direito e foi trabalhar em Campo Mourão, interior do estado do Paraná. Em 1967, o então prefeito, que é caracterizado pela reportagem como cheio de virtudes, honesto, transparente, tanto nas ações quanto na prestação de contas mensais, decidiu deixar o cargo para se transformar em juiz federal. Então, a população, comovida, decidiu retribuir os anos de dedicação daquele “cidadão de bem” ao município fazendo uma “vaquinha” para comprar um presente de despedida. O presente era um Volkswagen 1967 (Fusca), já que o prefeito andava a pé, pois vendera o carro que tinha anteriormente para pagar contas e manter sua família. Como era de se esperar de um político

com aquelas características, o presente foi devidamente recusado em um primeiro momento, mas aceito posteriormente, quando percebeu que aquele era um gesto espontâneo e de agradecimento de toda a população que comparecera no local para a despedida. Para a surpresa de todos, o carro não funcionou quando tentaram ligá-lo. Então toda a população empurrou o veículo até a residência do já ex-prefeito, que ficava a apenas algumas quadras da prefeitura municipal. O ex-prefeito, de juiz, passou a desembargador, depois ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). No entanto, até 2012, quando faleceu, somente dirigira aquele carro. Após a morte, por decisão da família, o carro foi enviado para a cidade de Campo Mourão para ficar exposto como “lembrança de um gesto espontâneo e cada vez mais raro” na sociedade brasileira, “um prêmio à honestidade na política” (GLOBOPLAY/JN, 01/05/2017).

Note-se primeiramente que toda aquela trama tinha um grau de dramaticidade muito presente nos enredos das telenovelas exibidas pela Rede Globo nos mais diferentes horários do dia. No entanto, o enquadramento da narrativa daquela história pode ser definido pelas sentenças iniciais e finais da matéria. No enunciado, o apresentador menciona que o presente ao prefeito não tinha qualquer relação com denúncias de corrupção, tema que dominava a grade de notícias do JN fazia muito tempo e que, segundo esse mesmo noticioso, era a principal característica da política nacional naquela conjuntura. Esse enunciado convida o telespectador a seguir por um caminho interpretativo que traz um evento do passado, compara com eventos do presente e dá sentido para a argumentação sendo exposta (EMEDIATO, 2013). Naquele período histórico em que o referido “prefeito honesto” vivera, o presente não tinha relação com corrupção; já em 2017, a situação era bem diferente. A sociedade brasileira estava mergulhada em um “mar de corrupção política”. E a indicação do caminho interpretativo dos fatos não parou por ali. Havia outras coincidências que montavam um quadro bastante sedutor e sugestivo ao telespectador. O prefeito honesto nascera em São Paulo, mas mudara-se para Curitiba, cidade onde, em 2017, morava Sérgio Moro, então juiz da Lava Jato. O prefeito honesto foi morar em Campo Mourão, ainda no Paraná, estado natal do então juiz Sérgio Moro. O prefeito honesto abandonara a política para se tornar juiz federal. Sérgio Moro, em 2017, era o juiz da Lava Jato, em Curitiba, e estava exatamente prendendo políticos corruptos. Havia na reportagem um percurso pelo qual o telespectador foi conduzido até a conclusão final (EMEDIATO, 2013; ENTMAN, 1991), proferida pela própria apresentadora do JN. Aquele era um gesto de lembrança de algo cada vez mais raro naqueles dias, qual seja, um prêmio à honestidade na política (GLOBOPLAY/JN, 01/05/2017).

No dia 03 de maio são mais três matérias sobre corrupção envolvendo membros do PT. No dia 04, são 14 minutos em reportagens sobre corrupção, sendo que 4 deles foram utilizados

para discorrer sobre o depoimento de dois ex-executivos da empreiteira OSA, que afirmaram que o triplex de Guarujá estava reservado para Lula, além de 3 minutos sobre o depoimento da “ex-marqueteira” do PT, que havia afirmado que tinha uma conta de e-mail especial para diálogos com Dilma Rousseff, e que esta a havia informado sobre o avanço da Operação Lava Jato. Nesses casos, a linha argumentativa da matéria mostra, mesmo que de forma dissimulada, o ponto de vista do próprio JN sobre os dois eventos em questão, porém, como enfatiza Emediato (2013), as informações sendo apresentadas como notícia e evidências eram, na verdade, elementos corroborando aquele ponto de vista – portanto, seriam incontestáveis (GLOBOPLAY/JN, 03-04/05/2017).

No dia 05 de maio são 19 minutos exibindo reportagens sobre corrupção, sendo que 16 deles são usados discorrendo sobre o depoimento de Renato Duque, ex-diretor da Petrobras, apontado como operador do PT. Como já era de costume, a matéria apresenta um cenário de cor vermelho escuro, com tubulações enferrujadas jorrando notas de 100 reais, simbolizando o dinheiro sujo vindo da corrupção institucionalizada pelo PT. O apresentador inicia a matéria afirmando que o depoimento era explosivo, pois o ex-diretor, depois de um longo período preso, condenado a mais de 50 anos de prisão em quatro processos na Lava Jato, réu em mais seis ações penais pelo esquema de corrupção na Petrobras, depois de uma tentativa frustrada de acordo de delação premiada, havia finalmente decidido delatar Lula, afirmando que o ex-presidente era o comandante e controlava o esquema de desvio de dinheiro da Petrobras para o PT e que “todos” no partido sabiam o que ocorria na empresa. O percurso da matéria novamente conduz o telespectador por um esquema interpretativo que simplifica o mundo e aqueles acontecimentos (ENTMAN, 1991; EMEDIATO, 2013). Lula era o presidente da República e maior liderança do PT, portanto tinha poder tanto sobre o que acontecia na petrolífera quanto no seu partido. Dessa forma, o telespectador, diante daqueles fatos e evidências, facilmente concluiria que Lula seria o grande “chefe da quadrilha” saqueando, não somente a Petrobras, mas também o país inteiro.

No dia 10 de maio, o JN utiliza aproximadamente 19 minutos do seu tempo em 10 diferentes matérias discorrendo sobre o depoimento de Lula a Sérgio Moro, que havia ocorrido em Curitiba. O enquadramento geral de todas as 10 matérias pode ser observado em um dos enunciados preliminares do noticioso sobre o tema que durou apenas 39 segundos. Nele, os apresentadores afirmam que, desde o início de maio, a defesa de Lula estava tentando a suspensão dos prazos do processo. Primeiro, a defesa alegara que não havia tido acesso aos documentos. Segundo, não havia tido tempo para ler os documentos que recebera. Por fim, a defesa decidira solicitar o adiamento do depoimento ao próprio juiz Moro, que negou o pedido.

A defesa, então, encaminhou uma solicitação ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que também negou o adiamento. Como última instância, a defesa de Lula recorreu ao STJ, com três *habeas corpus*. Todos foram negados pelo tribunal. Então, finalmente, depois de derrotado em todas as artimanhas, Lula teve que ir a Curitiba depor ao então juiz do caso, Sérgio Moro (GLOBOPLAY/JN, 10/05/2017). As expressões faciais dos apresentadores ao descreverem aqueles fatos demonstravam insatisfação, ar de reprovação e censura com relação às atitudes de Lula e sua defesa. Aquelas expressões eram componentes efetivos da argumentação que sustentava o ponto de vista do JN (MAINGUENEAU, 1997). Os fatos foram selecionados e descritos pela matéria com um viés sugerindo que Lula (o vilão corrupto) tentou tudo o que era possível fazer para escapar da presença de Sérgio Moro (o mocinho e herói). Porém sucumbira diante da justiça da Lava Jato.

No dia seguinte, 11 de maio de 2017, a edição do Jornal Nacional tem uma duração de aproximadamente 60 minutos. Desse total, o noticioso usa 37 minutos ainda discorrendo sobre o depoimento que Lula concedera a Moro no dia anterior. Ainda naquela mesma edição, o noticioso usa aproximadamente 18 minutos discorrendo sobre a delação do casal de ex-marqueteiros do PT João Santana e Mônica Moura, que confirmaram que Lula definia as questões relacionadas ao caixa 2 do PT e que Dilma Rousseff havia tratado de pagamentos ilegais dentro do próprio Palácio da Alvorada. No dia 15, o JN noticia que o então juiz Sérgio Moro havia negado o pedido para que novas testemunhas fossem ouvidas no processo do triplex de Guarujá. Isso significava que, naquele momento, estava faltando apenas as alegações finais das partes, já com prazo definido, para que a sentença do juiz fosse proferida (GLOBOPLAY/JN 15/05/2017).

Então, no dia 17, surge o que pode ser um fato novo, ou complementar, para aquela conjuntura. Em uma edição de apenas 26 minutos, aparentemente improvisada devido à gravidade e dramaticidade daquele momento, o JN utiliza 19 minutos discorrendo sobre uma matéria que havia sido publicada no jornal *O Globo* daquele mesmo dia. Essa reportagem se referia a gravações feitas por proprietários da JBS com Michel Temer, nas quais o então presidente da República solicita ao empresário que fossem mantidos pagamentos a Eduardo Cunha e Lúcio Funaro, presos na Lava Jato, para que permanecessem em silêncio e não fizessem acordo de delação premiada. Além disso, segundo a matéria, Michel Temer havia indicado o deputado Rodrigo Rocha Loures, do PMDB do Paraná, para intermediar a resolução de problemas da J&F junto ao Governo Federal. Posteriormente, o referido deputado foi filmado recebendo uma mala com 500 mil reais enviados pelo empresário.

Na mesma matéria do jornal *O Globo* sendo descrita pelo JN, constava que havia sido entregue ao Ministério Público Federal uma gravação em que o senador Aécio Neves, presidente nacional do PSDB e ex-candidato a presidente da República em 2014, pedia 2 milhões de reais ao empresário da JBS, sob a alegação de que aquele dinheiro seria para pagar sua defesa na Lava Jato. O empresário aceitara enviar o dinheiro e Aécio indicou seu primo para representá-lo e, diante de indagações do empresário, acrescentou: “[...] tem que ser um que a gente mata ele antes de fazer a delação”. O que chama a atenção, naquela ocasião, é a chamada do Jornal Nacional, que é uma pequena introdução do noticioso que sempre ocorre um pouco antes do horário da edição diária. É perceptível a expressão de surpresa e frustração da apresentadora, complementada por uma voz trêmula e embargada, revelando a gravidade do momento, pois ela teve que anunciar o envolvimento do presidente da República em um ato explícito de corrupção, além de Aécio Neves, candidato apoiado pela mídia tradicional e derrotado nas últimas eleições presidenciais, gravado solicitando dinheiro a um empresário.

No dia seguinte, o JN usa praticamente todo o tempo de sua edição, que durou mais de uma hora, discorrendo sobre os eventos do dia anterior. Michel Temer teria afirmado que não iria renunciar. Aécio Neves é afastado do cargo de senador pelo STF. A Polícia Federal prende o primo e a irmã de Aécio Neves. A oposição protocola oito pedidos de *impeachment* de Michel Temer (GLOBOPLAY/JN, 18/05/2017). No dia 19, o JN continua com o mesmo tema. Michel Temer estava sendo investigado por três diferentes crimes. O STF libera para o público as gravações dos executivos da JBS. O delator teria afirmado que também pagou propina por ajuda na resolução de problemas junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O deputado Rocha Loures, do PMDB do Paraná, homem de confiança de Temer, se transformara em peça-chave no esquema. Enfim, para o noticioso, aquela delação havia tomado conta da agenda e paralisado o governo naquele momento (GLOBOPLAY/JN, 19/05/2017).

No enquadramento daquelas reportagens, o noticioso não assume automaticamente um discurso com viés acusatório e de condenação dos atos, tanto de Michel Temer quanto de Aécio Neves, como ocorreu, por exemplo, quando da divulgação dos diálogos entre Dilma Rousseff e Lula, tornados públicos pelo então juiz Sérgio Moro. Havia uma nítida diferença no viés sendo empregado pelo JN naqueles dois casos. As expressões dos apresentadores eram claramente de frustração ao discorrerem sobre aquela delação. Naquele dia 17, o noticioso oferece ao então presidente um espaço de 6 minutos de sua grade para que ele se defendesse e apresentasse as suas razões. O presidente diz que não renunciaria ao cargo que havia assumido com o *impeachment* de Dilma Rousseff. O Jornal Nacional, seus apresentadores e repórteres, embora enfatizassem a gravidade de tudo o que estava acontecendo, tentaram ao máximo descrever os

fatos como estes haviam chegado até eles, sem a emissão de juízo de valores. O senador Aécio Neves foi o mais focado, pois fora afastado de suas funções pelo ministro do STF Edson Fachin. Além disso, as investigações da PF mostraram que o dinheiro solicitado pelo senador do PSDB não fora utilizado para o pagamento de advogados, como alegado anteriormente. O dinheiro foi parar com o assessor de Zezé Perrella, então senador pelo PMDB. No entanto, ao mesmo tempo, o mesmo ministro do STF, Edson Fachin, não autorizara a prisão de Aécio Neves, do PSDB, como ocorrera com Delcídio do Amaral, do PT, por exemplo. A operação do Ministério Público e Polícia Federal que revelou aqueles fatos foi sugestivamente denominada Patmos, em alusão ao apocalipse (GLOBOPLAY/JN, 18/05/2017).

O então presidente deu suas explicações e foram mostrados os trechos das gravações em que ele conversa com o empresário. Novamente, o JN procura fazer a descrição dos fatos, sem a inclusão de componentes de dramaticidade ou emissão de juízo de valor. No entanto, esse tom e viés muda drasticamente quando o assunto passa a ser as ligações da empresa JBS com o PT e seus governos. O JN lembra que a JBS havia dado um salto em seu tamanho e capacidade de produção com recursos do BNDES durante os governos do PT. O apresentador enfatiza que foi com os financiamentos generosos do BNDES, durante os governos petistas de Lula e Dilma Rousseff, que a JBS se transformou na maior processadora de carne do planeta. Guido Mântega teria sido para a JBS o que Antônio Palocci havia sido para a Odebrecht. Segundo a reportagem, a JBS foi a empresa que recebeu mais dinheiro do BNDES durante os governos do PT (GLOBOPLAY, JN, 18/05/2017). Novamente, o enquadramento dado aos acontecimentos daquela conjuntura, além do viés de parcialidade contra o PT, evoca o sentido da memória do telespectador para importantes eventos do passado, em uma relação de causalidade com os eventos presentes sendo descritos; ou seja, a JBS se tornara gigante pela generosa e corrupta ajuda dos governos petistas. O telespectador é conduzido por um caminho interpretativo que deixa pouca ou nenhuma possibilidade de desvio de rota (ENTMAN, 1991). O sistema político brasileiro estava todo envolvido com aquele mar de corrupção. O próprio nome da operação, Patmos, já sinalizava para o apocalipse geral da política tradicional. No entanto, o viés nos enunciados do JN não deixava dúvidas de quem, ou o que, havia originado aquele processo todo. Em última análise, havia sido o PT, seus membros e seus governos, que institucionalizaram a corrupção no Estado brasileiro.

A partir dali, até o final de maio, a grade de notícias do JN é ocupada quase que exclusivamente pelas revelações da delação premiada dos empresários Batista. São ao todo 93 matérias tratando de alguma forma o tema corrupção em geral, mas a grande maioria sobre a delação dos empresários. Essa delação atinge de forma definitiva praticamente toda a classe

política nacional e seus principais partidos e apresenta um outro fato novo, naquela conjuntura, que foi fortemente contestado pelos envolvidos. Aquelas gravações haviam sido um experimento em que as autoridades policiais e o Ministério Público controlaram todo o processo. As gravações feitas pelos investigados eram parte do acordo com as autoridades e foram planejadas com antecedência.

Já o mês de junho é marcado por uma quase repetição do que ocorrera em maio e seus desdobramentos, que tomaram grande parte da grade do Jornal Nacional. São ao todo 89 matérias tratando do tema corrupção em geral, mas, dessa vez, com o Governo Temer em evidência. O mês de julho continua com um agendamento do tema corrupção pelo JN com a mesma intensidade de junho. Nos primeiros 11 dias, há uma média aproximada de cinco matérias sobre o tema por edição.

Então no dia 12 de julho, ocorre o evento mais esperado daquele contexto. O juiz Sérgio Moro profere a sentença sobre o caso do triplex de Guarujá, condenando o ex-presidente Lula a uma pena de 9 anos e 6 meses de reclusão. Os crimes que o ex-presidente teria cometido eram corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A edição do Jornal Nacional daquele dia tem uma duração aproximada de 47 minutos, e 29 minutos desse tempo são dedicados a esse evento. O enquadramento do conjunto de matérias sobre a condenação de Lula daquela edição do noticioso se mostra claro nos 15 minutos dedicados às explicações sobre a sentença de Sérgio Moro. O apresentador inicia sua fala de forma natural, sem demonstrar surpresa ou contrariedade com o fato. Aquilo já era esperado, e era a ordem natural das coisas, portanto não haveria necessidade de expressões carregadas ou qualquer gesto que demonstrasse surpresa. A câmera transita de um plano distante para depois fechar no apresentador, exibindo fundos com tons azuis. Então, o apresentador diz que a sentença proferida por Sérgio Moro era longa, com 218 páginas, e nela o juiz explicava minuciosamente todos os elementos de provas que o levaram a concluir que Lula era culpado.

Daquele momento em diante, o cenário atrás do apresentador se transforma e passa a argumentar junto com sua fala (MAINGUENEAU, 1997), corroborando a sentença do juiz. Aparecem as tubulações enferrujadas, com tons em vermelho escuro, jorrando notas de 100 reais. Atrás das tubulações aparecem grades de celas, com um fundo ainda mais vermelho, simbolizando as cores de PT. A introdução, que simboliza todo o enquadramento da matéria, tem uma duração de aproximadamente 60 segundos. O restante dos 15 minutos é dedicado ao juiz Sérgio Moro e à sua sentença.

Os apresentadores leem todos os trechos que corroboram o enunciado introdutório e rebatem todos os argumentos da defesa, mostrando as evidências e provas “incontestáveis” da

sentença proferida pelo juiz. O juiz Sérgio Moro aparece algumas vezes no contexto da matéria, mas sempre de forma discreta. Na primeira vez, ele palestra, com o semblante sério e sóbrio, em outras vezes, está sorrindo e em movimento, também demonstrando naturalidade e absoluto conforto com a situação. Lula, por sua vez, é mostrado com semblante carregado, e se sobressai a sua tradicional voz rouca discursando para os petistas.

Ao mostrar os trechos da sentença provando que Lula havia prestado depoimentos contraditórios, mentido em alguns deles, e sem consistência com as provas nos autos, o JN projetava uma página branca com a suposta informação com letras grandes e, atrás da página branca, a tubulação enferrujada com diâmetro ainda maior, jorrando cédulas de 100 reais. No final, o apresentador lembra que Lula poderia recorrer daquela sentença em liberdade, mas também enfatizou que o ex-presidente era réu em mais quatro ações penais.

No dia seguinte, 14 de julho, o JN noticia que Lula contestara a sentença de Moro e que queria ser candidato a presidente, novamente, nas eleições de 2018. No momento seguinte, o noticioso entrevista o presidente do TRF da quarta região, sediado em Porto Alegre, que iria julgar o ex-presidente em segunda instância. O presidente do TRF deixa claro que acreditava que até agosto de 2018 aquele julgamento ocorreria. Ele alega que seria importante que o julgamento do recurso do ex-presidente acontecesse durante aquele período por causa de questões de elegibilidade. Se a sentença fosse confirmada, o ex-presidente estaria inelegível, caso fosse revogada, estaria livre para concorrer. Nessa mesma entrevista, o presidente do TRF faz diversos elogios à sentença do juiz Sérgio Moro e diz que Lula não estaria sendo perseguido, pois havia tido todas as possibilidades de recorrer judicialmente das decisões.

No restante do ano de 2017, o agendamento e enquadramento do tema corrupção pelo Jornal Nacional se mantém praticamente inalterado. Com algumas exceções, praticamente todo o conjunto dos partidos políticos nacionais, bem como suas principais lideranças estavam sendo investigadas pela Operação Lava Jato. O PT continuava como o grande protagonista dos eventos de corrupção, mas Lula já havia sido condenado e esperava em liberdade o julgamento em segunda instância, que poderia prendê-lo e torná-lo inelegível para as eleições presidenciais de 2018. Na Tabela 9 é possível se observar a evolução desses eventos em números absolutos.

Tabela 9 – Total de matérias exibidas pelo Jornal Nacional, tratando de alguma forma o tema corrupção; matérias abordando outras formas de subtração de recursos públicos, nas quais não é mencionada a corrupção política, ano 2017

2017	Corrupção	Subtração de recursos públicos que não mencione corrupção política
Janeiro	48	0
Fevereiro	79	0
Março	118	3
Abril	169	3
Mai	198	1
Junho	189	1
Julho	128	2
Agosto	106	0
Setembro	168	0
Outubro	115	0
Novembro	97	3
Dezembro	83	2
Total	1509	15

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Globoplay/Jornal Nacional, 2017.

Durante o ano de 2017, o Jornal Nacional exibiu um total de 1509 matérias tratando de alguma forma o tema corrupção política. Foram, ao todo, 312 edições, o que configurou uma média aproximada de 5 matérias por edição sobre o tema. A totalização desses números mês a mês pode ser observada na Tabela 9, acima. Nessa tabela, vê-se que o agendamento do tema corrupção na grade notícias do Jornal Nacional, em 2017, superou os números dos anos anteriores. Esse fato pode ser atribuído à ampliação do leque de investigações da Operação Lava Jato, que passou a abranger um número maior de partidos e atores políticos. Para esta pesquisa, esse movimento por parte da articulação entre a mídia e setores do aparato jurídico-policia do Estado brasileiro – articulação essa que detinha o poder de fato naquela conjuntura – foi uma reação de autopreservação, já que se sentia ameaçada por atos das forças políticas que assumiram o governo após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. No que diz respeito à veiculação, pelo Jornal Nacional, de reportagens sobre outras formas de subtração de

recursos públicos, em que a corrupção não tenha sido mencionada como a principal causa, essa continuava sendo largamente negligenciada, inclusive sofrendo uma redução com relação aos anos anteriores.

No Gráfico 7, já pode ser observado o impacto da intensificação do agendamento do tema corrupção pelo Jornal Nacional, bem como da ampliação do foco das investigações da Lava Jato para praticamente todo o espectro político nacional, na percepção do fenômeno pela sociedade.

Gráfico 7 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional 2013-2017



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Transparência Internacional.

Os dados do Gráfico 7 demonstram que a ampliação das investigações da Lava Jato e a subsequente cobertura midiática sobre as operações tiveram um forte impacto na percepção da população brasileira sobre a existência do fenômeno e sobre quem eram os seus responsáveis. De 2016 para 2017, o Brasil sofreu uma queda de 17 posições no ranking da TI. Essa percepção do fenômeno corrupção também teve impacto nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições, o que pode ser observado na Tabela 10.

Tabela 10 – Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país 2013-2017⁷

Instituições	Ano	2013	2015	2016	2017
		%			
Prefere a democracia entre todas as formas de governo		55	62	37	50
Satisfação com a democracia muito satisfeito + satisfeito		27	23	10	14
Partidos Políticos: confia muito + confia		22	10	5	7
Congresso Nacional: confia muito + confia		29	19	13	11
Governo federal: confia muito + confia		40	19	10	8
Poder Judiciário: confia muito + confia		43	33	40	28
Forças Armadas: confia muito + confia		69	57	57	52
A corrupção como o problema mais importante		10	23	20	32

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Latinobarômetro 2013-2017.

Nos dados acima é possível observar que houve, em 2017, comparativamente com 2016, uma certa estabilização nos níveis dos indicadores que avaliam a democracia e suas instituições, mas em patamares bastante baixos se comparados a 2013, ano imediatamente anterior ao início da pesquisa. Em 2017, 50% da população brasileira considerava a democracia a melhor forma de governo, mas apenas 14% dessa mesma população estava satisfeita com o seu funcionamento. A confiança nas instituições como partidos políticos, Congresso Nacional e Governo Federal, e até mesmo o Judiciário, estava em patamares historicamente baixos, e ainda em trajetória descendente. A corrupção atingiu novamente o topo da lista dos maiores problemas do país. Dessa vez, o nível de aprovação das Forças Armadas também sofreu uma queda, mas ainda continuava acima dos 50%.

⁷ Os percentuais nas tabelas estão relacionados ao N utilizado pela pesquisa Latinobarômetro, disponível no banco de dados na página oficial da organização: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

4.2.3.6 A Prisão de Lula e a Perda da Confiança na Democracia

Durante 2018, do dia 1º de janeiro ao dia 31 de julho, que significou o último período pesquisado por este projeto, o agendamento do tema corrupção pelo Jornal Nacional se mantém relativamente o mesmo dos anos anteriores, com um enquadramento que também seguia a mesma tendência. Esta pesquisa destaca como eventos que predominaram na agenda do Jornal Nacional, naquela conjuntura, a confirmação e majoração da pena de prisão do ex-presidente Lula, ocorrida em 24 de janeiro, e sua prisão em abril, assim como alguns outros eventos que serão descritos e analisados com maior profundidade.

Em janeiro de 2018, o tema de maior relevância na grade de notícias do Jornal Nacional é o julgamento em segunda instância dos recursos impetrados pela defesa do ex-presidente Lula contra a sentença condenatória do juiz Sérgio Moro proferida no ano anterior. O julgamento, superando todas as expectativas em termos de celeridade, havia sido marcado para 24 de janeiro de 2018. Já no dia 23, em 16 minutos de seu tempo e em três diferentes matérias, o Jornal Nacional apresenta ao telespectador todos os desdobramentos que poderiam advir do julgamento que ocorreria no dia seguinte, na sede do TRF4, em Porto Alegre. Na primeira das três matérias, o noticioso descreve e demonstra com imagens como e onde ocorreria o julgamento, quem seriam os desembargadores da oitava turma do TRF4, responsável pelo caso, bem como toda a ordem cronológica de procedimentos a serem adotados durante aquela sessão. Na segunda matéria, o JN faz uma recapitulação de todo o processo que havia ocasionado a condenação de Lula em primeira instância por Sérgio Moro. Dessa forma, o noticioso novamente conduz o telespectador por um caminho que, ao final, conclui pela condenação do ex-presidente. Toda a argumentação traz elementos conclusivos sobre o processo. Ao mostrar os aspectos da sentença para os quais a defesa de Lula alegava total inconsistência, o JN imediatamente traz pareceres que descaracterizavam os argumentos da defesa, mesmo que houvesse pouca ou nenhuma possibilidade de o telespectador entender efetivamente o que estava acontecendo.

Assim como havia ocorrido no caso da condução coercitiva do ex-presidente, em 2016, a argumentação da defesa de Lula é caracterizada pelo JN como algo vindo de fora do mundo real, desconectada dos fatos mostrados e “comprovados” na sentença do juiz. Eram pontos de vista alienígenas, como classificou Brum (2017). Afinal de contas, o Ministério Público já havia demonstrado que outros casos, na própria Lava Jato, haviam tentado a mesma linha argumentativa sem sucesso, portanto, aquilo era algo já pacificado como certo. Além disso, o juiz Sérgio Moro era sempre mostrado como fonte do que é justo e verdadeiro – uma autoridade

simbólica incontestável. Na terceira matéria, o Jornal Nacional descreve os desdobramentos para cada resultado possível do julgamento, principalmente os relacionados com a elegibilidade do ex-presidente para o processo eleitoral daquele mesmo ano. Ao mesmo tempo, enfatiza que, caso houvesse a confirmação da sentença de Moro naquele colegiado (TRF4) por unanimidade, as chances de Lula ser candidato a presidente se reduziriam muito.

Em 24 de janeiro de 2018, o ex-presidente Lula tem a sua pena não somente confirmada, mas também aumentada. Além disso, a decisão foi tomada com uma votação unânime por parte dos desembargadores da oitava turma do TRF 4. E como bem havia lembrado o próprio Jornal Nacional no dia anterior, se isso acontecesse, as chances de Lula concorrer nas eleições de 2018 seriam exíguas. A edição do noticioso naquele dia tem uma duração de 60 minutos. Desse tempo, apenas 14 segundos não são utilizados discorrendo sobre o julgamento e seus desdobramentos. Isso sem contabilizar a tradicional chamada anunciando o noticioso, que ocorre, normalmente, em algum momento a partir do final da tarde.

Naquele dia também acontecem duas chamadas com a tradicional vinheta do Plantão do Jornal Nacional, com microfones girando em torno do símbolo da emissora. Sua duração total é de 6 minutos. A apresentadora já anuncia, na primeira delas, a condenação de Lula em segunda instância, pois dois dos três desembargadores haviam votado pela confirmação da sentença de Moro. Na segunda chamada, que dura 4 minutos, a apresentadora descreve o evento e mostra o que teria sido o encerramento da sessão, nas palavras do seu presidente. Posteriormente, na mesma chamada, um repórter é chamado do TRF4 e descreve com um vocabulário menos técnico/jurídico o que havia acontecido. O repórter então, ao citar pequenos trechos do que os desembargadores haviam dito sobre os crimes de Lula, mostra, supostamente como informações, as evidências que corroboravam toda a narrativa do JN, ou seu ponto de vista, sobre o caso. Segundo os desembargadores, os crimes de Lula eram da maior gravidade pois revelavam o que chamaram de práticas de compadrio dentro das empresas estatais. Um deles havia afirmado que existia uma simbiose espúria entre o poder público e a iniciativa privada, e que ela precisaria ser combatida (GLOBOPLAY/JN, 24/01/2018).

Posteriormente, na sua edição de horário normal, o noticioso discorre sobre trechos editados das manifestações da acusação (procurador do Ministério Público Federal), da defesa de Lula e, também, do voto de cada desembargador. Ao mesmo tempo, discorre novamente sobre as implicações daquele julgamento para o processo eleitoral que se avizinhava devido à existência da Lei da Ficha Limpa, bem como faz um apanhado da trajetória histórica do projeto que originara aquela lei. Afinal, com a pena da primeira instância confirmada e majorada por

unanimidade, faltava apenas a apreciação dos recursos da segunda instância e Lula estaria pronto para ser preso e, assim, afastado das eleições presidenciais.

O enquadramento dado a esses eventos segue de forma clara as elaborações feitas por Entaman (1991), Emediato (2013) e Gutmann (2006), mas também trabalhadas por Santana (2020). O noticioso, primeiro, simplifica o mundo para facilitar o entendimento sendo apresentado ao telespectador. Isso ocorre em dois momentos distintos e cruciais de toda aquela edição. O primeiro é quando a apresentadora antecipa de forma didática o que o procurador de acusação afirmaria, ou seja, uma tropa de choque havia atuado em favor de Lula para garantir a perpetuação de um projeto de poder e, durante aquele processo todo, para atacar o Ministério Público e a justiça. O segundo momento crucial em que o mundo real é simplificado vem ainda da fala do procurador de acusação. O apresentador do JN, novamente, antecipa ao telespectador, também de forma didática, o que o procurador de acusação diria logo a seguir. Todos daquele tribunal sabiam, por outros processos da Lava Jato, que as nomeações de diretorias na Petrobras eram feitas para dilapidar os cofres da estatal. Todos também sabiam que Lula era o responsável não somente pela distribuição das diretorias entre os partidos aliados, mas também pela nomeação dos diretores. A conclusão daquele encadeamento argumentativo parecia óbvia. Lula seria o chefe da quadrilha que havia se instalado na Petrobras. Mas o caminho interpretativo não terminaria ali.

Um pouco mais adiante, o mundo é recomplexificado e pode causar confusão ao telespectador. O JN mostra o advogado de defesa de Lula argumentando que aquele julgamento não tinha qualquer relação com a Petrobras, mas sim com a propriedade do triplex de Guarujá, e que o juiz do caso não havia aceitado que fosse feita a produção de provas específicas sobre aquele objeto da investigação. Então, naquele momento, o noticioso da Globo enquadra a defesa de Lula como um “alienígena” e fora de contexto. As alegações feitas pelo advogado vinham de algum lugar completamente desconectado da realidade – no caso, da tropa de choque lulopetista, que estava atacando a justiça e tentando perpetuar Lula e a corrupção no Estado brasileiro. Note-se, no entanto, que aquele julgamento era, sim, sobre a propriedade do triplex de Guarujá. No entanto, a linha argumentativa apresentada pelo Jornal Nacional, sobretudo embasada nos trechos da fala do procurador de acusação e nos trechos do voto dos desembargadores, conduz o telespectador por um caminho interpretativo que o leva à conclusão difusa de que o ex-presidente estava sendo condenado por atos de corrupção na Petrobras. As testemunhas haviam atestado o fato, as provas nos autos haviam confirmado os delitos, portanto, não havia o que a defesa de Lula pudesse reclamar.

No dia seguinte, 25 de janeiro, o Jornal Nacional noticia que a justiça havia determinado a apreensão do passaporte de Lula para evitar qualquer tentativa de fuga do ex-presidente para o exterior. Além disso, destaca que, mesmo com a condenação que tornara o ex-presidente um “ficha suja”, o PT havia lançado a sua pré-candidatura a presidente para as eleições daquele ano.

Nos meses que se seguiram ao julgamento de Lula em segunda instância, a grade de notícias do JN fica praticamente tomada com matérias tratando de alguma forma os desdobramentos daquele evento histórico, além de outras ações e etapas da Operação Lava Jato. Do dia 26 de janeiro a 04 de abril de 2018, véspera da decretação da prisão do ex-presidente pelo então juiz Sérgio Moro, são nada menos do que 240 matérias exibidas pelo noticioso tratando do tema. Isso significa uma média superior a quatro reportagens por edição.

Somente nos três dias que antecederam a prisão de Lula, que ocorreu no dia 07 de abril, o Jornal Nacional exhibe 32 reportagens sobre corrupção, ou seja, uma média aproximada de 11 matérias por edição. Aqueles três dias ficaram marcados pela expectativa gerada em torno do julgamento de um *habeas corpus* em favor de Lula, solicitado por sua defesa ao STF e relacionado com o preceito constitucional da presunção da inocência do réu até o trânsito em julgado do processo. Esse era o último recurso da defesa na tentativa de evitar a prisão do ex-presidente após o julgamento em segunda instância.

Das muitas reportagens abordando o tema, algumas merecem uma rápida descrição para entendimento do contexto. No dia 02, entre as seis matérias sobre corrupção exibidas pelo JN, uma delas trata de dois manifestos entregues naquele mesmo dia ao STF. Os manifestos eram um a favor e outro contrário à prisão de réus condenados em segunda instância, e estavam diretamente ligados ao tema do *habeas corpus* solicitado pela defesa de Lula, que seria julgado dois dias depois no mesmo STF. O enquadramento dado a essa matéria pelo Jornal Nacional começa com o número de assinantes de cada manifesto. O manifesto contrário ao início do cumprimento da pena em segunda instância foi assinado por apenas 3600 pessoas, já o manifesto favorável à prisão em segunda instância foi assinado por 5080 pessoas. Portanto, fica claro que um número muito maior de pessoas era favorável à prisão em segunda instância.

O segundo aspecto do enquadramento pode ser observado na apresentação dos protagonistas de cada manifesto. Aquele que era contrário à prisão de réus após o julgamento em segunda instância foi assinado na sua maioria por advogados, e os seus organizadores eram exatamente os advogados de Paulo Maluf (deputado afastado por corrupção) e de Lula (recentemente condenado por corrupção). O principal argumento deste manifesto era de que a Constituição garantia o direito à presunção da inocência até o último recurso da última instância

recursal possível. Nesse trecho, o noticioso direciona o telespectador a lembrar da morosidade do Poder Judiciário brasileiro e a sua complacência com os “poderosos”, que tinham recursos para pagar advogados caros, como aqueles cujas imagens estavam nas telas do JN. Enquanto isso, o manifesto favorável à prisão em segunda instância havia sido organizado e assinado por juízes e membros do Ministério Público, ou seja, aqueles que estavam combatendo a corrupção e a impunidade. Nesse ponto, a repórter cita os nomes do ex-procurador geral da república, Rodrigo Janot e do coordenador da Lava Jato de Curitiba, Deltan Dallagnol, principal estrela da operação e autor do *powerpoint* que apontava Lula como o grande chefe da quadrilha corrupta do PT. Os argumentos desse manifesto eram de que a presunção da inocência não poderia ser absoluta, pois, se assim fosse, determinadas pessoas não poderiam sequer ser investigadas.

Entretanto, mostrado dessa forma, o tema se tornaria complexo demais para o entendimento do telespectador. Então, seus olhares e ouvidos são direcionados para um outro argumento, com apelo emocional e valor simbólico ainda maior e mais compreensível. Se o STF modificasse o entendimento que já vinha adotando desde 2016, possibilitaria a soltura de condenados não somente por corrupção, mas também aqueles que haviam cometido crimes violentos como estupro, roubo e homicídio. Assim, para dar maior credibilidade ao que havia sido dito, o JN abre sua câmera e microfone para que o procurador que organizou o manifesto pela prisão em segunda instância repetisse esse argumento e fizesse um apelo ao STF. O procurador, então, diz que manter a prisão em segunda instância seria fundamental, principalmente para evitar que homicidas, latrocidias, pedófilos fossem soltos naquele momento. Se o STF não ratificasse aquele entendimento, a criminalidade aumentaria, e o sentimento de impunidade por parte da população seria muito maior. Em última análise, todo o encadeamento argumentativo utilizado de forma sutil e bem-organizada pelo Jornal Nacional naquela matéria conduz o telespectador à conclusão de que se o STF não ratificasse a prisão em segunda instância, se concedesse o *habeas corpus* ao ex-presidente Lula, não somente ele, comprovadamente corrupto, não seria preso, mas outros bandidos de alta periculosidade seriam soltos.

A outra matéria que merece uma rápida descrição aqui tem apenas um minuto de duração. Ao final da edição do Jornal Nacional, no dia 03 de abril, agindo como se algo o tivesse pegado verdadeiramente de surpresa, o apresentador do Jornal Nacional lê uma mensagem publicada no Tweeter do então comandante do exército brasileiro, General Eduardo Vilas Boas. O general, sem mencionar o julgamento do *habeas corpus* de Lula, que ocorreria no dia seguinte no STF, proferiu as seguintes palavras:

Asseguro a nação que o exército brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem, de repúdio a impunidade e de respeito a constituição, a paz social e a democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais. Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo, quem realmente está pensando no bem do país e das gerações futuras, e quem está preocupado apenas com interesses pessoais. (GLOBOPLAY/JN, 03/04/2018).

Após a leitura, o apresentador imediatamente encerra aquela edição, sem fazer comentários sobre a nota do general. No dia seguinte, o JN exhibe a reação de inúmeras entidades que manifestaram preocupação com a mensagem do general (GLOBOPLAY/JN, 04/04/2018). No entanto, o recado, ou ameaça, do general e, talvez, até mesmo do próprio noticioso, já havia sido lido na íntegra pelo apresentador no dia anterior.

No dia 04, além das inúmeras chamadas do Plantão do Jornal Nacional, o noticioso utiliza praticamente todo o tempo de sua edição regular discorrendo sobre o voto de cada ministro do STF, que decidiu por indeferir o *habeas corpus* solicitado pela defesa de Lula. Assim, com a pena confirmada e aumentada pelo TRF4 e o *habeas corpus* negado pelo Supremo Tribunal Federal, a prisão do ex-presidente foi decretada. Às 17 horas e 31 minutos do dia 05 de abril de 2018, chega à 13ª Vara Federal de Curitiba a autorização que o juiz Sérgio Moro precisava para emitir a ordem de prisão. Às 17 horas e 50 minutos daquele mesmo dia, ou seja, 19 minutos após o recebimento da autorização vinda do TRF4, o juiz da primeira instância emite a ordem de prisão e define que Lula deveria se apresentar na Polícia Federal, em Curitiba, até às 17 horas do dia 06 de abril, uma sexta-feira.

O Jornal Nacional, em sua edição do dia 05 de abril de 2018, tem duração de 47 minutos e 55 segundos. Apenas com o decreto de prisão de Lula, emitido por Sérgio Moro, o noticioso ocupa 41 minutos e 20 segundos desse tempo. Assim, os apresentadores discorrem sobre os prazos legais, repercussão e outras implicações. O restante dessa edição é utilizado para divulgar a previsão do tempo, e 1 minuto e 57 segundos são utilizados em um espaço que estava sendo inaugurado pelo noticioso, sugestivamente, naquele mesmo dia, no qual pessoas das mais diversas localidades do país emitiam em vídeo a sua opinião sobre qual Brasil que gostariam de ter no futuro. Naquele dia, são divulgados seis vídeos. Desses, metade é de pessoas que, de forma bastante oportuna para o momento, se manifestaram desejando um Brasil sem corrupção (GLOBOPLAY/JN, 05/04/2018).

No entanto, passa o dia 06 de abril de 2018 e Lula não se apresentou em Curitiba, na sede da Polícia Federal, como havia determinado a ordem de prisão emitida pelo Juiz Sérgio Moro. A edição do Jornal Nacional, naquela data, tem uma duração de apenas 35 minutos e 17

segundos. Desse tempo, o noticioso utiliza aproximadamente 30 minutos para discorrer ainda sobre o mandado de prisão de Lula e o não cumprimento do prazo estabelecido por Moro. Nessa edição, o JN, também de forma sugestiva, exhibe uma matéria com duração de 2 minutos e 38 segundos sobre a condenação da ex-presidente da Coreia do Sul por corrupção, assim como a investigação do ex-presidente da África do Sul pelo mesmo motivo. O esquema interpretativo sugerido ao telespectador (ENTMAN, 1991) é de que a corrupção parecia estar tomando conta dos sistemas políticos mundo afora, e não seria apenas o Brasil que estaria investigando, condenando e punindo os seus ex-governantes corruptos; outros países também estavam fazendo o mesmo (GLOBOPLAY/JN, 06/04/2018).

A prisão do ex-presidente se deu apenas no dia seguinte, 07 de abril. A edição do Jornal Nacional daquele dia tem uma duração de aproximadamente 57 minutos. Desse tempo, o noticioso utiliza 41 minutos e 14 segundos discorrendo sobre a prisão de Lula. São feitas tomadas de helicóptero do local onde Lula estava, sua saída do Sindicato em São Bernardo, onde havia permanecido por 48 horas, já havendo ultrapassado o tempo estabelecido por Moro para a sua prisão em 26 horas. O enquadramento dado era como se uma perseguição policial estivesse acontecendo. É relatado parte do discurso de Lula aos militantes, com a devida resposta dos procuradores e mais uma justificativa do juiz Sérgio Moro para a prisão. Assim, mais uma vez a fala de Lula e dos petistas soava como desconectada da realidade, vinda de outro mundo (BRUM, 2017). É descrita a “sala” onde Lula cumpriria a sua pena na sede da Polícia Federal, em Curitiba. O ministro Fachin, do STF, havia negado, ainda naquele dia, mais um *habeas corpus* à defesa de Lula. Os políticos da cena nacional reagiram à prisão, assim como a comunidade internacional. São mostradas as pichações feitas por apoiadores de Lula no prédio do Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro.

No entanto, até o encerramento da edição diária regular do Jornal Nacional, ainda em 07 de abril, a prisão de Lula não havia sido efetivada. Então, a Rede Globo brinda seus telespectadores com mais sete longas entradas do já tradicional Plantão do JN, as quais mostram todo o processo – desde o momento em que o ex-presidente se entregou à Polícia Federal, no Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo, até sua chegada na sede da Polícia Federal, em Curitiba. Ao todo são mais 41 minutos e 49 segundos de cobertura extra e fora da grade regular da programação da emissora.

Quando em Curitiba, os microfones-ambiente da reportagem foram mantidos abertos; assim, é registrado o som de foguetes e fogos de artifício sendo lançados em comemoração à prisão de Lula, com as câmeras captando as imagens das cascatas luminosas cobrindo o céu escuro daquela noite na capital paranaense. Aquilo tudo revelava e confirmava a linha

argumentativa utilizada pelo Jornal Nacional sobre o caso durante todo o processo. O povo estaria comemorando a sua segunda vitória. A primeira teria sido o *impeachment* de Dilma Rousseff, afastando do poder político o PT e sua quadrilha de corruptos. Agora, depois de uma caçada policial implacável, nos moldes dos programas televisivos do meio das tardes, o grande comandante da quadrilha petista estava sendo encarcerado diante dos olhos atentos e vigilantes do cão de guarda chamado Jornal Nacional, como forma de garantir que o país estaria definitivamente livre dos males da corrupção, representados por Lula e o PT.

Durante o restante do mês de abril, após a prisão de Lula no dia 07, o agendamento do tema corrupção, pelo Jornal Nacional, ainda continuou intenso. O noticioso repercutia os desdobramentos da prisão do ex-presidente, bem como o envolvimento do Governo Temer (incluindo o próprio presidente) e de praticamente todo o sistema político partidário brasileiro em corrupção. Do dia 09 a 30 de abril, são 102 duas matérias sobre o tema em 19 edições, perfazendo uma média aproximada superior a 5 reportagens por edição.

Já no mês de maio de 2018, como último evento de grande relevância registrado e descrito por esta pesquisa, o Jornal Nacional, no dia 03, exhibe uma matéria sobre a prisão de um grupo expressivo de doleiros, que, segundo a reportagem, haviam movimentado a quantia de 6 bilhões de dólares, em uma operação denominada Câmbio Desligo. O principal procurado e foragido era Dario Messer, conhecido como o doleiro dos doleiros. Segundo a reportagem, Messer possuía um sistema online que unia doleiros em 52 países, funcionava como um banco e usava contas de 3 mil empresas com sede em paraísos fiscais. Por meio desse sistema, eles movimentavam altas quantias de dinheiro sem serem detectados pelo sistema financeiro legal do Brasil nem pagar impostos. Políticos e empresários podiam entregar reais ao sistema e receber dólares nos paraísos fiscais, ou vice-versa.

O Ministério Público Federal afirmou que aquela era uma organização criminosa que inclusive prestava serviços para outras organizações da mesma natureza. Então, naquele momento, todo o enquadramento dado pelo noticioso àquela matéria e aos desdobramentos daquela operação policial passou a se revelar. O repórter fazendo a descrição do caso diz que o sistema somente pôde ser descoberto porque dois doleiros que trabalhavam para o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, do MDB, haviam sido presos no ano anterior e assinado acordos de delação premiada. O procurador do Ministério Público afirma que o objetivo era descobrir as pessoas reais por trás dos meros nomes de empresas *off shore*. Ele achava que certamente haveria nomes de pessoas politicamente expostas com tais procedimentos. O procurador ainda enfatiza que, se toda a Operação Lava Jato havia tido origem com a prisão de apenas um doleiro, ele esperava que, com a prisão de todo aquele grupo

de doleiros, o potencial explosivo em termos de resultados seria muito maior. O caminho interpretativo sugerido ao telespectador fica claro. A operação Câmbio Desligo seria um desdobramento da Lava Jato. O esquema dos doleiros somente havia sido descoberto com a prisão de dois deles que haviam trabalhado para o ex-governador do Rio, Sérgio Cabral (MDB). Assim, novamente aparece o viés antipolítica da reportagem, pois há um silenciamento completo sobre os outros clientes do sistema montado pelos doleiros. Apenas Sérgio Cabral, ex-governador do Rio pelo MDB, é citado nominalmente como beneficiário do esquema. Esse mesmo viés, em que apenas a classe política é mencionada como beneficiada e vilã do esquema, com silenciamento sobre a participação de outros atores da sociedade, foi adotado pelo Jornal Nacional nas matérias sobre a Operação Zelotes e Panama Papers, entre outras.

Neste ponto, se encerra o levantamento das evidências empíricas e a apresentação de dados sobre o agendamento e enquadramento do tema corrupção política pelo Jornal Nacional durante o período 2014-2018. Esta é a atividade causal conjuntural hipotetizada, que, juntamente com as duas atividades causais estruturais, descritas nos itens 4.2.1 e 4.2.2, produziram o resultado Y. Na Tabela 11, são apresentados os números do agendamento do tema corrupção pelo Jornal Nacional e de outras formas de subtração de recursos públicos durante os primeiros 6 meses do ano de 2018.

Tabela 11 – Total de matérias exibidas pelo Jornal Nacional tratando de alguma forma o tema corrupção; matérias abordando outras formas de subtração de recursos públicos, nas quais não é mencionada a corrupção política, ano 2018

2018	Corrupção política	Subtração de recursos públicos que não mencione corrupção política
Janeiro	94	0
Fevereiro	85	2
Março	111	2
Abril	169	1
Mai	91	0
Junho	70	0
Total	520	5

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Globoplay/Jornal Nacional.

Na Tabela 11, é possível observar que o intenso agendamento do tema corrupção política pelo Jornal Nacional continuava sem alterações. Em 2018, assim como em 2017, nem mesmo nos meses de janeiro e fevereiro esse agendamento se reduziu. Foi uma média mensal de 87 e superior a três matérias sobre o tema por edição. Quanto à exibição de matérias sobre outras formas de subtração de recursos públicos em que a corrupção política não é mencionada como a principal causa, essa continuava sendo solenemente negligenciada pelo noticioso da Rede Globo (GLOBOPLAY/JN, 01-06/2018).

4.3 RESULTADO Y (VARIÁVEL DEPENDENTE): REDUÇÃO DOS NÍVEIS DE CONFIANÇA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NA DEMOCRACIA E SUAS INSTITUIÇÕES

O processo que ocasionou a acentuada redução nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições, verificada em 2018, como já mencionado antes, teve a sua origem em 2005, com o advento do escândalo do Mensalão. No entanto, partir de 2014, início do período efetivo desta pesquisa, importantes eventos ocorreram na sociedade brasileira, como a deflagração da Operação Lava Jato, entre muitos outros que foram objeto de análise no item anterior. Tais eventos acionaram o gatilho, acelerando de forma importante e definitiva a concretização do resultado Y apontado por este trabalho, sintetizado no Gráfico 8 e Tabelas 12 e 13.

Tabela 12 – Evolução do agendamento, pelo Jornal Nacional, do tema corrupção política, bem como outras formas de subtração de recursos públicos que não mencionam a corrupção política como principal causa – 2014 a 2018

Ano	Corrupção política	Subtração de recursos públicos que não mencione corrupção política
2014	483	23
2015	898	26
2016	1005	17
2017	1509	15
2018 1º semestre	520	5
Total	4415	86

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Globoplay/Jornal Nacional.

Na Tabela 12, constata-se que ocorreu uma acentuada progressão no número de matérias jornalísticas tratando de alguma forma o tema corrupção exibidas pelo Jornal Nacional a cada ano da série analisada. Como a coleta de dados se encerrou em junho de 2018 e esse foi um ano de realização de Copa do Mundo de Futebol e eleições presidenciais, não é possível se afirmar que haveria um aumento na cobertura sobre o tema corrupção até o final daquele ano, comparativamente a 2017. No entanto, é possível observar que, em apenas 6 meses de 2018, o Jornal Nacional exibiu mais reportagens sobre corrupção do que durante todo o ano de 2014, ano de inauguração da Operação Lava Jato. Já reportagens sobre outras formas de subtração de recursos públicos não mencionando a corrupção política como sua principal causa, não receberam a mesma atenção. Na Tabela 12, a cobertura sobre o tema seguiu a ordem inversa da corrupção. Isso significa que, à medida que os anos foram passando e a corrupção política foi ganhando mais importância e tempo na grade do noticioso, aquelas outras formas de subtração de recursos públicos foram perdendo importância e tempo.

Gráfico 8 – Ranking de percepção da corrupção de acordo com a Transparência Internacional
2013-2018



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Transparência Internacional.

No Gráfico 8, observa-se que, embora tenha oscilado positivamente de 2013 para 2014, a percepção do evento corrupção política pela população brasileira teve uma trajetória de alta durante todo o período estudado por esta pesquisa, refletindo a também progressiva intensificação do agendamento do tema pelo Jornal Nacional, o que, por sua vez, se refletiu diretamente nos níveis de confiança na democracia e suas instituições, como pode ser observado na Tabela 13.

Tabela 13 – Avaliação da democracia, níveis de confiança da população nas instituições, classificação da corrupção enquanto problema para o país 2013-2018⁸

	Ano	2013	2015	2016	2017	2018
Instituições		%				
Prefere a democracia entre todas as formas de governo		55	62	37	50	38
Satisfação com a democracia muito satisfeito + satisfeito		27	23	10	14	9
Partidos Políticos: confia muito + confia*		22	10	5	7	6
Congresso Nacional: confia muito + confia*		29	19	13	11	13
Governo federal: confia muito + confia*		40	19	10	8	7
Poder Judiciário: confia muito + confia*		43	33	40	28	34
Forças Armadas: confia muito + confia*		69	57	57	52	60
A corrupção como o problema mais importante		10	23	20	32	17

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Latinobarômetro, 2013-2018.

A Tabela 13 completa o período analisado por esta pesquisa. Por isso, nela, pode-se observar toda a sequência de anos e a evolução dos indicadores. Se a comparação for feita exclusivamente entre o ano imediatamente anterior ao início da análise e seu último ano, a evolução negativa de todos os indicadores se mostra bastante acentuada. E mesmo que se leve em consideração as pequenas variações que ocorreram dentro do período analisado, é possível se verificar que elas foram interrupções em um processo contínuo de evolução negativa dos indicadores. Da mesma forma, é possível observar que a evolução negativa nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições é proporcional ao crescimento do agendamento da corrupção política na grade do Jornal Nacional, ao crescimento

⁸ Os percentuais nas tabelas estão relacionados ao N utilizado pela pesquisa Latinobarômetro, disponível no banco de dados na página oficial da organização: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

da percepção da corrupção pela população brasileira, bem como é proporcional ao crescimento da importância dada ao tema corrupção pela população brasileira como um problema relevante para a sociedade. Observa-se, no entanto, mais uma vez, que o nível de aprovação das Forças Armadas, que havia sofrido uma queda em 2017, chegando ao seu nível mais baixo, 52%, retorna à casa dos 60% em 2018, o que confirma o seu persistente bom nível de aprovação junto à população brasileira, já detectado por Meneguello (2006).

5 ANÁLISES E INFERÊNCIAS FINAIS SOBRE AS ATIVIDADES DO MECANISMO CAUSAL

Em função de esta pesquisa estar formatada com três atividades causais como partes diferentes, mas articuladas, do mecanismo hipotetizado, parece adequado que o capítulo das análises e inferências finais seja também dividido em diferentes partes. Assim, na primeira parte ocorre a reafirmação daqueles princípios que, mesmo parecendo uma mera repetição de frases prontas, são de vital importância para a própria ciência. Na segunda parte, são apresentadas as principais inferências a partir dos dados e evidências empíricas de cada uma das atividades causais do mecanismo hipotetizado. E na terceira parte é apresentada a conclusão do capítulo.

5.1 REAFIRMAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Em qualquer pesquisa que se pretenda científica, os princípios que devem nortear o trabalho talvez sejam os únicos aspectos que podem ser considerados incontestáveis e permanentes. Por isso, explicitá-los brevemente, assim como buscar segui-los incessantemente, constitui, em última análise, a base para o progresso da Ciência. Dessa forma, é sempre importante lembrar e enfatizar que tanto o pesquisador quanto o objeto de estudo desta pesquisa se encontram em lugares sociais definidos, dos quais nunca se afastaram. Isso significa que eles são inseparáveis de suas respectivas ontologias, o que se reflete nos seus pontos de vista e visões de mundo, as quais, por sua vez, incidem sobre tudo o que é pensado, dito e executado. Em outras palavras, a ciência busca incessantemente a neutralidade e o distanciamento do investigador do objeto investigado. No entanto, pelas razões mencionadas acima, essa neutralidade e distanciamento nunca são completos, independentemente dos esforços feitos. Portanto, os resultados aqui apresentados são apenas uma fotografia provisória de um contexto específico, tirada a partir de um determinado ângulo de visão, mas que, ainda assim, ousam se autodefinir como insights e enunciados introdutórios para novas pesquisas, a subsidiar aqueles que se debruçarem sobre o tema específico aqui tratado.

5.2 ANÁLISES E INFERÊNCIAS FINAIS SOBRE A ATIVIDADE CAUSAL 1

Da descrição e análise da atividade causal estrutural número 1, que se resumiu em um breve apanhado histórico sobre a mídia no Brasil, além dos dados que comprovam o bom nível de confiança que ela tem junto à população, é possível se apontar alguns aspectos conclusivos

importantes. Um desses aspectos é que os meios de comunicação (mídia) no Brasil, desde a sua origem, no início do século XIX e, posteriormente, com o seu acelerado desenvolvimento a partir do século XX, sempre cumpriram um papel de extrema relevância no processo de construção da sociedade brasileira. Os fatos mencionados naquela seção sugerem que esse papel nunca foi marginal, muito menos superficial. Ao contrário, foi de um protagonismo efetivo e eficaz, próprio de um ator que sabia o que estava fazendo, que tinha consciência da sua importância, tinha objetivos a conquistar e capacidade para agir nos processos que estavam se desenrolando na sociedade. E observe-se um outro ponto de não menos relevância a esse respeito: mesmo que em alguns momentos os meios de comunicação tenham estimulado mudanças no contexto em que estavam inseridos, essa atitude foi sempre para satisfazer os seus interesses enquanto empresa capitalista emergente, que se sentia oprimida em uma atmosfera de características semifeudais, e não porque pretendessem efetivas transformações sociais que, porventura, contemplassem o conjunto da sociedade brasileira. Não havia qualquer componente revolucionário nas atividades de imprensa no Brasil do século XIX. Não havia, por parte daqueles que desempenhavam essas funções, qualquer interesse em estabelecer alianças com o povo – foi o que disse Sodré (1999). E isso não ocorreu por acaso. Primeiro, porque o “Brasil não tinha povo” na conformação social daquela sociedade de características semifeudais. Além dos senhores de terras, e os escravos de sua propriedade, havia uma horda de homens pobres, miseráveis e despossuídos, os “homens livres”, que viviam como andarilhos país a fora, a procura de trabalho e proteção e lutando para sobreviver. Alguns deles, de alguma forma, adquiriam consciência de sua própria humanidade e se transformavam em rebeldes, praticando toda sorte de atividades inclusive atos ilícitos como forma de subsistência, fora do alcance dos tentáculos dos senhores de terra todo-poderosos. Esses ficaram conhecidos como a “anarquia branca” (SALES, 1993). Assim, originária daquela sociedade hierárquica que não havia sofrido alterações substanciais em sua estrutura com a abolição da escravatura e o surgimento da República, a imprensa brasileira adentrou pelo século XX. Portadora da autoridade natural herdada das posições que ocupavam os seus antigos proprietários do século XIX, a imprensa se transformou, de um empreendimento artesanal e com técnicas rudimentares, em uma empresa capitalista complexa e preparada para enfrentar os novos tempos, que certamente vieram (SODRÉ, 1999).

Os meios de comunicação (já de massas) no Brasil atravessaram o século XX e alcançaram o século XXI também sem alterações substanciais na sua essência e cultura, formada ainda no século XIX, exceto pela incorporação de novas mídias e das mais sofisticadas tecnologias desenvolvidas para o setor, o que tornou as Organizações Globo, por exemplo, um

dos maiores conglomerados de comunicação em todo o planeta. E, como bem assevera Lima (2012), embora cada um dos meios como rádio, TV, jornais, revistas e, hoje, a internet, possuam especificidades legais diferentes para funcionarem, em muitos casos estão sob o controle de fato de um mesmo grupo empresarial. Isso ocorre por meio do que se conhece por propriedade cruzada. Segundo o mesmo autor, ela constitui uma característica marcante da mídia brasileira, o que a distingue da maioria dos seus pares no cenário internacional, onde propriedade cruzada é prática proibida.

Os meios de comunicação de massa, em grande parte, ainda são, em 2021, compostos por oligopólios capitalistas privados de cunho familiar, pertencentes às elites locais e regionais. Muitas dessas elites com raízes ainda nas oligarquias rurais da República Velha (LIMA, 2012), ou mesmo anteriores. Portanto, com esta breve descrição da conformação social do Brasil do século XIX, baseada nas elaborações de Sales (1993), e com o relato dos principais eventos nos quais a mídia teve participação extremamente importante ocorridos desde aquele período histórico até os dias de hoje, esta pesquisa considera plausível se sugerir que as raízes da persistente confiança da sociedade brasileira nos meios de comunicação (mídia), fato concreto observável pelos dados apresentados, estão fincadas naquela relação hierárquica de mando e subserviência entre o senhor de terras e os chamados homens livres e pobres, que constituíam o povo brasileiro.

5.3 ANÁLISES E INFERÊNCIAS FINAIS SOBRE A ATIVIDADE CAUSAL 2

Conforme observado no item 4.2.2, que descreve e analisa a atividade causal estrutural número 2 hipotetizada por esta pesquisa, a sociedade brasileira, principalmente durante o último quarto do século XX, posteriormente à ditadura militar, se caracterizou por um aceitável nível de aprovação daquilo que ela (sociedade) entendia por democracia enquanto a melhor forma de governo possível. No entanto, e ao mesmo tempo, mostrava uma persistente desconfiança com relação às instituições que estruturam um regime democrático, bem como uma profunda insatisfação pela maneira com que o regime estava funcionando na prática (MENEGUELLO, 2006; MOISÉS, 2010).

Souza (1990) aponta o período que transcorreu praticamente durante todo o século XX, mas marcadamente após 1930 e posteriormente à Constituição de 1946, como a origem dessa cultura política de desconfiança nas instituições representativas do regime democrático. Para a autora, o caráter centralizador do Estado praticamente definiu como os grupos sociais presentes na sociedade brasileira se organizaram enquanto tal e como eles formataram a sua representação

junto aos poderes constituídos. Segundo ela, com a quase absoluta centralização das ações do Estado, o surgimento dos partidos no Brasil não ocorreu a partir da sociedade civil como um todo, se organizando para que seus interesses pudessem estar representados na esfera estatal. A constituição do sistema partidário brasileiro representou um mero instrumento de disputa pelo poder, com pouca ou nenhuma capilaridade na sociedade, muito menos representatividade junto aos grupos sociais existentes, a não ser aqueles de efetivo poder econômico, os quais, na realidade, eram os constituintes dos partidos sendo formados (SOUZA, 1990).

Ao se ler a obra de Souza (1990), faz-se possível compreender e inferir que todo o contexto estudado por ela durante o século XX, e mesmo anterior a ele, era uma sequência dos processos sociais ocorridos nos séculos anteriores, marcadamente no século XIX, posteriormente à abolição da escravatura e ao surgimento da República, muito bem retratados por Sales (1993). Para Sales (1993), o que ela chamou de “cidadania concedida” e a cultura política da “dádiva”, originada da relação de mando e subserviência entre os senhores de terra e os “homens livres”, continuou com o compromisso dos coronéis com o Estado. Aqueles, após 1888, tinham o controle de milhares dos miseráveis subjugados e alguns votantes, os quais eram usados em troca de favores do Estado recém-instalado. Isso significa que, se antes da República a submissão dos pobres e miseráveis era necessária aos proprietários de terras para complementar a mão de obra escrava e a manifestação de todo o seu poder pessoal, com o advento do Estado centralizado da República, a submissão dos pobres e miseráveis se transformou em instrumento para o coronel aumentar o seu poder local e obter favores do Estado, bem como para influenciá-lo (SALES, 1993).

Dessa forma, é possível se pensar que as raízes da formação do sistema partidário brasileiro, com pouca representatividade no conjunto da sociedade, estão também fincadas naquela promiscuidade existente entre as oligarquias (coronéis) e o Estado brasileiro, porque eram aqueles mesmos grupos que, de alguma forma, se alternavam no controle do poder central. Essas práticas deixaram o século XIX para trás e continuaram durante o século XX, e, segundo Souza (1990), foram aqueles arranjos que, após 1930, deram origem ao sistema partidário brasileiro que persiste até hoje. Nesse sistema, no mais das vezes, os partidos que vão surgindo pouco ou nada representam o conjunto da sociedade brasileira, mas sim os interesses de poderosos grupos que se organizam para a disputa pelo poder do Estado (SOUZA, 1990; BAQUERO, 2018).

Note-se que essa relação conturbada entre a sociedade brasileira e os partidos políticos tem um componente aparentemente contraditório, mas que faz todo o sentido quando analisado a partir das elaborações de Sales (1993) e Souza (1990). O sistema partidário brasileiro se

originou de grupos dominantes, sem representatividade no conjunto da sociedade, que eram formados basicamente para a disputa do poder do Estado nos seus mais diversos níveis (SOUZA, 1990). Em uma sociedade de caráter hierárquico, como o Brasil, por se originarem naqueles grupos sociais situados no topo da cadeia e separados do povo, pela mesma lógica utilizada para analisar a relação de confiança entre a mídia e a população, os partidos políticos deveriam, então, ser uma autoridade natural incontestável e, sobretudo, receber a confiança do povo, sempre situado em posição de inferioridade. Essa, no entanto, pode ser apenas uma aparente contradição.

Com a implementação, a conta-gotas, do liberalismo em terras brasileiras e com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa enquanto empresa capitalista bem estruturada, essa característica específica da hierarquia social, apesar de continuar exatamente a mesma, sofreu uma transmutação, ou criou-se uma ilusão de ótica a seu respeito, e esta foi “vendida” à população como se fosse a verdade dos fatos. E como isso se deu? Ora, em uma democracia liberal, o poder emana do povo e por ele deve ser exercido. Isso acontece, normalmente, por meio de algum tipo de eleição, em que o povo, supostamente, elege seus representantes para o Congresso e Poder Executivo.

Assim, por contingências da implementação da “democracia” liberal, o sistema partidário brasileiro – que não nasceu do povo e não representa o povo, pois desde o início funcionou como um mero instrumento utilizado pelos grupos sociais economicamente dominantes para a disputa do poder do Estado – é vendido à população como se fosse um poder que nasce do povo e é exercido por ele através das eleições. No entanto, em uma sociedade hierárquica, como a brasileira, o poder nunca esteve no povo, muito menos foi exercido por ele. Na cidadania concedida e na cultura política da dádiva, que, segundo Sales (1993), é o cerne da construção da sociedade e cultura política brasileiras, o poder nasce na, e é exercido pela mão da autoridade, do provedor forte, naturalmente separado do povo porque se situa acima dele, portanto é legítimo e confiável – no caso, os senhores de terra. Era aquele provedor forte que protegia os “homens livres” dos diversos perigos reais daquele contexto, inclusive da “anarquia branca”, representada, conforme já abordado, por grupos rebeldes que não se submetiam à autoridade dos senhores de terra e agiam escondidos, praticando toda a sorte de atividades para sobreviver, inclusive atos ilícitos (SALES, 1993, p. 22).

O Brasil, ao adotar as regras do liberalismo e com o surgimento de um sistema partidário, supostamente, retira o poder daquela autoridade superior, natural e legítima do provedor forte – com quem os “homens livres” se sentiam protegidos e em quem confiavam – e o coloca exatamente nas mãos dos homens livres e da anarquia branca (o povo), lugar natural

da insegurança, do crime e da corrupção. Essa foi a ilusão de ótica criada na sociedade brasileira com a implementação da democracia liberal e dos partidos políticos.

A população vota em partidos e candidatos que efetivamente não pertencem aos seus grupos sociais, que não foram escolhidos por ela, os quais, por conseguinte, não a representam. No entanto, essa mesma população foi convencida do contrário. Ela foi convencida de que está escolhendo seus representantes entre aqueles grupos que não possuem as qualidades naturais necessárias para serem autoridade, quais sejam, os seus próprios pares e os rebeldes, componentes da “anarquia branca”. Portanto, seguindo essa lógica de raciocínio e com base nos preceitos teóricos de Souza e Sales, é possível se sugerir que a desconfiança dos brasileiros em relação aos partidos políticos e a outras instituições em que a participação da população pelo voto é decisiva para a sua constituição, está relacionada ao caráter hierárquico da sociedade, base de toda a construção histórica do Brasil. E, como ilustração, lembra-se que o eleitorado brasileiro em 1989, ano da eleição direta do primeiro presidente civil pós-ditadura militar, era formado por 2/3 de analfabetos e semianalfabetos (LIMA, 2012). Possivelmente, a maior parte daquele eleitorado era ainda formada por herdeiros dos escravos, “homens livres” e da “anarquia branca” do século XIX.

Constata-se também das análises dessa atividade causal que o processo de “volta ao passado” ocorrido durante o período estudado por esta pesquisa, com a drástica redução da confiança da população brasileira na democracia enquanto forma de governo e em suas instituições, confirma as assertivas de Easton (1975) de que longos períodos de avaliações negativas da população sobre as instituições podem ocasionar a queda no apoio à democracia enquanto forma de governo e, por conseguinte, a instabilidade do regime. Também se confirma as elaborações feitas por Torcal, Gunther e Montero (2002) e Teorell, Torcal e Montero (2007) sobre os tipos de rejeição que uma sociedade pode apresentar com relação aos partidos políticos, suas causas e consequências. E ratifica-se o que Meneguello (2006) havia dito sobre o bom nível de aprovação dos militares e sua referência enquanto um ator político importante para a sociedade brasileira. Por fim, os eventos que ocorreram no Brasil durante a segunda década do século XXI sugerem que, de acordo com as elaborações feitas por Torcal, Gunther e Montero (2002) e Teorell, Torcal e Montero (2007), a sociedade brasileira se enquadra dentro de um modelo de antipartidarismo cultural de caráter autoritário.

5.4 ANÁLISES E INFERÊNCIAS FINAIS SOBRE A ATIVIDADE CAUSAL 3

O mecanismo causal hipotetizado por esta pesquisa se constitui num processo que começa com as duas atividades causais culturais-estruturais mencionadas e analisadas acima nas seções 5.2 e 5.3. Neste ponto, passa-se às análises finais e principais inferências que podem ser feitas a partir das evidências empíricas e dados da atividade causal conjuntural, que consiste no agendamento pelo Jornal Nacional (mídia) do tema corrupção política, assim como do enquadramento dado a eventos nessa temática.

Desse modo, traz-se novamente algumas informações que já foram apresentadas em outras seções para uma melhor compreensão e como forma de encadear as ideias que serão expostas. Já em meados da primeira década do século XXI, uma série de dados coletados por Meneguello (2006) e Moisés (2010), mesmo ainda mostrando incongruências relacionadas à satisfação com o funcionamento do regime democrático e à persistente falta de confiança nas instituições, apontavam para uma melhora no nível dos indicadores, sugerindo, para os mais otimistas, que talvez aqueles traços sócio-político-culturais descritos por Sales (1993), Souza (1990) e por Meneguello (2006) e Moisés (2010), pudessem ser superados e deixados no seu devido lugar, qual seja, os livros de história e páginas de trabalhos científicos. Os anos imediatamente subsequentes, inclusive, trouxeram ainda mais alento a essa perspectiva. Mais especificamente, até em torno de 2010, pesquisas do Latinobarômetro utilizadas como fonte de dados por esta pesquisa davam conta de que havia ocorrido uma significativa evolução positiva em todos os indicadores pesquisados anteriormente por Meneguello (2006). Tanto os níveis de apoio difuso à democracia enquanto forma de governo quanto a satisfação com o desempenho do regime haviam crescido de maneira considerável e superavam os 50% da população.

No entanto, 2010 foi o ponto de inflexão daqueles indicadores. A partir dali os eventos ocorridos na sociedade brasileira e descritos por esta pesquisa fizeram com que ocorresse uma espécie de retorno ao passado não muito distante. Os indicadores que medem a aprovação da democracia, a satisfação com o regime e a confiança nas instituições passaram a acumular uma sequência de evolução negativa ano após ano. Especificamente, a satisfação com o desempenho do regime e as suas instituições atingiram níveis de aprovação historicamente baixos. Até mesmo o apoio difuso à democracia enquanto forma de governo sofreu uma queda significativa. A magnitude dessa evolução negativa dos indicadores pode ser observada nas tabelas mostradas no item 4.2.3, que descreve e analisa essa atividade causal.

Para esta pesquisa, o agendamento do tema corrupção dos agentes públicos do Estado – tendo como protagonistas a classe política em geral, eleita pela população, mas fortemente

personalizada no Partido dos Trabalhadores, seus governos e seus principais líderes – passou a cumprir um importante papel no processo todo. Os dados apresentados apontam para uma correspondência direta entre a intensificação do agendamento, ou seja, o crescimento do número de matérias jornalísticas exibidas pelo Jornal Nacional tratando do tema corrupção em sua grade notícias, e a mudança nos níveis dos indicadores analisados aqui. A primeira dessas mudanças observáveis diz respeito ao aumento da percepção da população sobre a existência do fenômeno corrupção. Nesse sentido, as pesquisas realizadas pela Organização Transparência Internacional durante aquele período são de grande valia. Em 2014, primeiro ano do período estudado aqui, o Brasil ocupava a posição 69 no ranking dos países analisados pela TI. Na medida em que o agendamento do tema corrupção pelo Jornal Nacional foi se intensificando, ano após ano, a percepção da população sobre o fenômeno foi crescendo proporcionalmente, e o Brasil alcançou a posição 105 no ranking em 2018.

A segunda mudança observável no processo foi que, em consequência da intensificação do agendamento do tema corrupção e do aumento da percepção do fenômeno pela população, a classificação da corrupção enquanto um problema a ser enfrentado pela sociedade também sofreu um significativo aumento em termos de importância. Se em 2010 – ano em que todos os indicadores analisados aqui alcançaram os seus melhores níveis – a pesquisa do Latinobarômetro mostrava que apenas 3% da população brasileira considerava a corrupção o problema mais importante para a sociedade, já em 2013 – ano imediatamente posterior ao julgamento da Ação 470 sobre o Mensalão e imediatamente anterior ao início desta pesquisa, caracterizado pelos protestos anticorrupção e antigoverno realizados durante o mês de junho – 10% da população considerava a corrupção como o mais importante problema do país.

Em 2015 – ano imediatamente posterior ao início desta pesquisa e da deflagração da Operação Lava Jato –, de acordo com a mesma pesquisa do Latinobarômetro, a corrupção alcançou o topo do ranking dos problemas mais importantes do país, a frente da saúde, da educação, da violência e de qualquer problema relacionado com a economia. Naquele ano, nada menos do que 23% da população considerava a corrupção como o maior problema a ser enfrentado pela sociedade brasileira. Na medida em que o volume de matérias sobre corrupção exibidas pelo Jornal Nacional foi aumentando nos anos seguintes, o problema da corrupção continuou alternando com a saúde nas duas primeiras posições. Em 2017 a corrupção atingiu novamente o topo do ranking, ficando em segundo em 2016 e 2018. Note-se que o agendamento do tema corrupção pela mídia (JN) não somente fez o fenômeno crescer em importância, mas o colocou em disputa acirrada pela primeira posição no ranking com a saúde, historicamente

um problema de grande relevância para a população brasileira, superando outros temas também considerados de grande importância para o país, como a educação, o desemprego e a violência.

Assim, um outro aspecto do agendamento se revela importante, qual seja, o seu poder de persuasão sobre a população com relação aos fenômenos e objetos sendo noticiados. Os problemas relacionados ao sistema de saúde, à educação, à violência e ao desemprego são fenômenos tangíveis, observáveis e vividos pela sociedade brasileira concretamente no seu cotidiano. Eles têm uma relação direta, inclusive, com a sobrevivência física das pessoas. Já a corrupção do Estado e da classe política, no mais das vezes, não é tangível e observável pelo contato direto. Os eventos de corrupção somente passam a ser perceptíveis pela maioria das pessoas através da mídia, que os transforma em acontecimentos de grande relevância. Os escândalos de corrupção política, no Brasil, a partir do Mensalão, em 2005, atingiram uma expressividade e volume sem precedentes de 2014 em diante com a Operação Lava Jato, passando a ser espetáculos (DEBORD, 2003) que dominaram o cotidiano do cidadão comum brasileiro – estampados nas páginas de jornais e revistas, mas principalmente representados na voz empostada do apresentador do Jornal Nacional da Rede Globo, cujo tom variava de acordo com o tipo de dramaticidade necessária para o que seria dito, mas, marcadamente, sobre quem seria dito. Foram aqueles espetáculos que serviram de subterfúgios despolitizantes e despolitizadores (SOUZA, 2016), reduzindo o imenso conjunto de verdadeiros desafios da sociedade brasileira a eventos personificados na classe política e, dentro dela, nos alvos preestabelecidos por quem tinha o poder de fato, ou seja, a Operação Lava Jato.

Em resumo, a população brasileira parece ter sido convencida de que a corrupção política, a qual ela não testemunhava e com a qual não tinha contato real (fora da mídia), era mais importante do que os problemas com a saúde, educação, segurança, entre tantos outros. Mas não só isso. Ela foi convencida de que esses problemas reais, tangíveis, observáveis, mensuráveis e vividos no seu cotidiano estavam sendo causados pela corrupção da classe política, e não por problemas estruturais muito mais profundos, escondido pela mídia, pois ela, mídia, e os grupos sociais aos quais ela pertence são parte importante de suas causas.

Por último, a grande mudança que pode ser sugerida como possível consequência observável do agendamento do tema corrupção pela mídia (JN) durante o período pesquisado foi a acentuada redução nos níveis de confiança da população brasileira na democracia e nas suas instituições, o que constitui a variável dependente deste trabalho. Se, de acordo com os dados das tabelas apresentadas na descrição e análise da atividade causal número 3, o ano de 2010 representou o ponto mais alto de avaliação positiva dos indicadores avaliados aqui; com o julgamento da Ação 470 (Mensalão), os protestos de junho de 2013, mas, fundamentalmente,

com a intensificação do agendamento da corrupção pela mídia (JN) a partir de 2014, com o advento da Operação Lava Jato, aqueles índices passaram a acumular uma sequência de evolução negativa ano após ano. Inclusive o apoio difuso à democracia enquanto forma de governo, apontado por Easton (1975) como o mais importante indicador para a estabilidade do regime e que, de acordo com pesquisas do Latinobarômetro, até 2015 ainda estava em níveis acima de 50% da população, foi para 37% em 2016, e 38% nos dois anos seguintes. A satisfação com o regime, assim como a confiança nas instituições democráticas também tiveram seus níveis reduzidos progressivamente, até chegar em 2018, com apenas 9% da população brasileira satisfeita com o funcionamento do regime democrático, apenas 13% avaliando positivamente o Congresso Nacional, 7% o Governo Federal e apenas 6% os partidos políticos.

Entretanto, o intenso e crescente agendamento do tema corrupção pela mídia (JN) não foi o único elemento relevante naquela conjuntura. A mídia, representada aqui pelo Jornal Nacional, não se limitou a povoar a agenda de debates públicos com o tema corrupção. Ela enquadrou o tema de acordo com o seu ponto de vista, com a sua visão de mundo, com a visão de mundo dos grupos sociais aos quais ela representa e aos quais pertence enquanto empresa capitalista privada e agente do mercado. Nesse sentido, lembra-se que a mídia escolhe alguns aspectos do evento a ser noticiado, dando a ele a ênfase necessária para que adquira mais importância com relação aos demais (ENTMAN, 1991). Ao noticiar um evento, a mídia aponta um atalho cognitivo que conduz o olhar do telespectador, leitor ou ouvinte, por um caminho interpretativo pronto e limitado, deixando pouca ou nenhuma possibilidade de se pensar fora daquele quadro imposto. Assim, na descrição de um acontecimento pelos meios de comunicação, há, invariavelmente, a intenção de causar um efeito na audiência, de influenciar, pois toda a informação é sempre portadora de pontos de vista sobre o fato que estiver sendo apresentado, descrito ou narrado (ENTMAN, 1991; EMEDIATO, 2013; MOTTA, 2013; SANTANA, 2020).

No geral, a base do quadro interpretativo dado pelo Jornal Nacional ao tema corrupção política se caracterizou pela oposição ideológica entre Estado e mercado. O mercado era, invariavelmente, retratado como o lugar da virtude, da eficiência, da competitividade pelo progresso e da idoneidade natural, pois se autorregula, se autocontrola e apresenta sempre os melhores resultados para aqueles que seguem as suas regras. Em contrapartida, o Estado era retratado como o lugar dos vícios, da ineficiência, da acomodação sem competitividade, portanto sem progresso e fundamentalmente corrupto, pois era e continua sendo gerido pela classe política, que é “naturalmente” corrupta e supostamente formada e escolhida pelo povo. Esse

tipo de enquadramento pode ser observado em praticamente todas as matérias sobre a Petrobras exibidas pelo JN, como, por exemplo, nos dias 03, 25 e 28 de fevereiro de 2014.

Essa oposição entre mercado e Estado, com a suposta superioridade daquele sobre este, não é nova, e a mídia, quase toda pertencente a grupos privados que controlam o mercado, cumpriu e cumpre papel fundamental na fabricação e consolidação do consenso sobre essa superioridade (HERMANN; CHOMSKY, 1988). No Brasil esse é um processo que iniciou ainda no final da década de 70 e teve seu ingresso na grade de notícias nacionais a partir das disputas em torno da elaboração e redação dos artigos da nova Constituição de 1988, quando o conjunto da mídia tradicional brasileira assumiu, de forma praticamente uníssona, a defesa dos interesses do mercado em detrimento dos interesses do conjunto da sociedade brasileira. Porém, a sua consolidação e ápice ocorreram durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e sua maior expressão foi o programa de privatização das empresas estatais (FONSECA, 2005).

Além da oposição Estado *versus* mercado, havia no enquadramento do tema corrupção um forte componente de disputa pelo poder e controle daquele mesmo Estado tão criticado pela mídia e retratado como o lugar da incompetência, dos vícios, do atraso e da própria corrupção. Nesse sentido, a grande maioria dos eventos posteriores a 2014, principalmente aqueles relacionados com a Operação Lava Jato, foram uma sequência e aprofundamento do que já vinha ocorrendo desde o escândalo do Mensalão, em 2005. A corrupção da classe política, simbolizada no Partido dos Trabalhadores, seus governos e aliados, se transformou no objeto alvo para onde o olhar da audiência foi direcionado. Mensalão, petrolão, mensaleiros, propina, petistas, partidos e políticos corruptos foram palavras e expressões internalizadas pela repetição cotidiana e massiva da mídia (SANTANA, 2020). Essas expressões apontavam para o lugar onde seus representantes podiam ser encontrados, ou seja, o habitat dos seres “vagabundos”, “sujos” e “degenerados” da sociedade brasileira, a saber, as instituições políticas ou aquelas relacionadas a elas, como a Petrobras, o Congresso Nacional, o Governo Federal, os partidos políticos em geral e, em especial, o PT, que, segundo a maior parte da mídia tradicional, havia sido o protagonista dos maiores escândalos de corrupção do Brasil, ou até do mundo, acompanhado do campo da esquerda no espectro político, que simbolizava e simboliza uma diferente visão de mundo, não raras vezes mostrada como alienígena e fora do que o JN e a mídia consideravam como o mundo real.

As pessoas e empresas que porventura eram suspeitas de intermediarem o que era definido pelo discurso do JN como corrupção envolvendo o PT, o Governo Federal, seus aliados e o campo da esquerda em geral, eram chamadas de laranjas e pagadores de propina para políticos corruptos, pegos na prática de atos ilícitos, lesando os cofres públicos, mas também o

bolso da população, pois aquele era dinheiro oriundo de impostos, que poderia ser direcionado para resolver os problemas com a educação, saúde e segurança pública, sempre negligenciados pelo governo, como pode ser observado na matéria exibida pelo JN no dia 09 de outubro de 2014. Em contrapartida, no mais das vezes, quando as suspeitas de corrupção recaíam sobre partidos ou personalidades não aliados ao governo e ao PT, os intermediários eram tratados como consultores que prestavam assessoria técnica a empresas privadas e agentes públicos. Havia sempre uma explicação racional para justificar os atos e colocar as pessoas e os partidos envolvidos em uma posição de superioridade e controle da situação, evitando, assim, eventuais constrangimentos, como nas matérias exibidas pelo JN nos dias 15 e 22 de janeiro de 2014.

Nesse enquadramento, além do discurso que direcionava a audiência para a interpretação pronta sendo apresentada, nos moldes das elaborações de Entman (1991), Emediato (2013) e Santana (2020), os cenários que ilustravam os eventos descritos se transformavam em argumentos tão importantes quanto o enquadramento sendo dado pelo discurso falado, conforma aponta Maingueneau (1997). Assim, viaturas da Polícia Federal circulando de forma organizada, mas freneticamente, pelos locais onde as investigações de corrupção estavam sendo feitas eram mostradas à exaustão, simbolizando a ação da autoridade na caça e perseguição aos corruptos, sempre sob os olhos atentos e vigilantes do JN. Imagens produzidas a partir de computação gráfica para serem utilizados em planos e tomadas estáticas, mostravam tubulações enferrujadas de coloração vermelho escuro, de onde jorravam notas de 100 reais oriundas da corrupção institucionalizada pelo PT.

Além disso, também se tornou característico dos cenários do Jornal Nacional, em matérias sobre corrupção e a prisão dos “políticos corruptos”, a apresentação de grades e celas de uma prisão, com fundo vermelho ainda mais forte, para não deixar dúvidas sobre o fato de que os telespectadores deveriam lembrar que aquela era a cor do PT e que esse partido era o responsável por aquele estado de coisas, como pode ser visto nas matérias exibidas pelo JN nos dias 25 e 26 de agosto de 2016. Por outro lado, em grande parte das vezes em que as suspeitas de corrupção recaíam sobre partidos ou personalidades não aliados ao governo e ao PT, os cenários eram organizados, limpos, sem aglomerações, e as pessoas eram fotografadas com sorrisos, demonstrando tranquilidade e total controle da situação quando eram entrevistadas pelos repórteres, como pode ser observado nas matérias exibidas pelo JN nos dias 15 e 22 de janeiro de 2014.

O mesmo ocorria com relação às manifestações de rua. Toda a manifestação em defesa da democracia, das instituições em geral, do Governo Federal em específico, e do PT, antes do *impeachment* de Dilma Rousseff, eram retratadas como atos protagonizados por grupos de

militantes petistas, ligados a sindicatos, movimentos sociais como o MST e outras organizações partidárias, portanto eram interessados diretos e não representavam o conjunto da sociedade brasileira. O oposto era feito com as manifestações contra as instituições, contra o Governo Dilma, contra o PT, contra Lula, muitas delas financiadas por partidos de oposição e entidades privadas ligadas ao mercado. Essas eram retratadas como organizadas e protagonizadas espontaneamente, por “cidadãos de bem”, não militantes políticos, com seus patos, suas vestes e bandeiras verde e amarelo. Eram os seres limpos, puros, trabalhadores, incorruptíveis, pagadores de impostos que carregavam o país nas costas, enquanto aqueles, corruptos, usufruíam das benesses auferidas pela roubalheira generalizada e institucionalizada no Estado brasileiro pelos governos do PT, como pode ser visto nas matérias do dia 04 de março de 2016.

O enquadramento de, praticamente, criminalização do Partido dos Trabalhadores, seus governos e seus principais membros sofreu pequenas, mas observáveis, modificações durante o período estudado por este trabalho; notadamente, a partir de maio de 2016. O PT e seus aliados continuaram a ser os principais alvos a serem abatidos, porém já com a companhia de outros atores e partidos envolvidos. Assim, aos poucos, todo o contexto político nacional passou a ser retratado como parte daquele ambiente tóxico e dominado pela prática da corrupção e a malversação de recursos públicos.

Essa pequena mudança de postura pode ser apontada como consequência do fato de que a articulação que detinha o efetivo poder sobre o país naquele momento, ou seja, a mídia (representando o mercado) e setores do aparato jurídico-policial do Estado brasileiro (Lava Jato), se sentiram ameaçados pela ação de determinados atores políticos que iriam assumir e assumiram o poder após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Aquela reação parece ter sido um ato controlado para ampliar o leque dos envolvidos em corrupção como um claro movimento de autopreservação, visando garantir que o processo de deslegitimação da classe política, iniciado com a Operação Lava Jato, não seria interrompido. Os eventos que marcaram essa reação foram a divulgação dos diálogos entre Sérgio Machado e Romero Jucá, na edição do Jornal Nacional do dia 23 de maio de 2016, as delações de executivos da Odebrecht dissecadas principalmente na edição de 10 de dezembro de 2016 – as quais envolviam praticamente todos os principais partidos nacionais –, e os diálogos entre Joesley Batista (executivo da JBS) com Michel Temer (presidente da República) e do mesmo empresário com o então senador pelo PSDB Aécio Neves, na edição do dia 17 de maior de 2017. Esses eventos e seus desdobramentos serviram simbolicamente como a “última pá de cal” jogada na cova onde estava sendo enterrada a confiança da população brasileira na democracia e suas instituições.

Um outro aspecto relevante daquele contexto contém tanto componentes do conceito de agendamento quanto do conceito de enquadramento, mas será tratado aqui separadamente porque foi um importante elemento usado comparativamente e está diretamente relacionado com o papel que os meios de comunicação de massa desempenham na sociedade brasileira e na maioria das sociedades contemporâneas.

Em 2017, o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SIMPROFAZ), publicou os resultados de um estudo intitulado *Sonegação no Brasil – uma estimativa do desvio da arrecadação do exercício de 2016*. O estudo revela que a estimativa de perdas de recursos públicos pela sonegação de impostos, no exercício de 2016, foi de aproximadamente 571,5 bilhões de reais. Esse montante representava 90% de tudo o que estados e municípios somados haviam arrecadado naquele mesmo período. Um outro estudo importante para se entender a magnitude dessas perdas foi divulgado em 20 de novembro de 2020 por três organizações internacionais, a Global Alliance for Tax Justice, a Public Services International e a Tax Justice Network. De acordo com esse estudo, o Brasil perde por ano de 41 a 230 bilhões de dólares por fraude e evasão de divisa corporativa privada, incluindo as perdas indiretas com a “guerra fiscal”. O estudo também revelou que as empresas multinacionais enviam para fora do Brasil, ou seja, para paraísos fiscais, aproximadamente 60 bilhões de dólares por ano, o que causa uma perda direta de arrecadação governamental de aproximadamente 14 bilhões de dólares por ano. O Brasil é o quinto país no mundo em volume de perdas dessa natureza, o equivalente a 3.19% de toda a arrecadação de impostos pelo Estado, percentual bem superior à média mundial, que é de 2,61%.

Em contrapartida, de acordo com estimativas da FIESP publicadas em sua página oficial de internet em 13 de maio de 2010 e atualizada em 07 de fevereiro de 2013, o Brasil perdia por ano em torno de 1,38% a 3,3% do seu produto interno bruto com a corrupção. Isso representava, em 2010, um montante entre 41,5 bilhões e 69,1 bilhões de reais. Esses números atualizados para o PIB de 2016, que foi de aproximadamente 6,3 trilhões de reais, giravam em torno de 87 a 145 bilhões de reais ao ano.

Note-se que tanto perdas com sonegação de impostos, evasão de divisas quanto com a corrupção são muito difíceis de se medir, portanto, são sempre apenas estimativas. No entanto, mesmo considerando esse aspecto, de acordo com as estimativas mostradas nesses estudos, as diferenças de volume de perdas entre as duas modalidades são muito grandes. Os números mostram que as possíveis perdas com a sonegação fiscal e evasão de divisas são muito superiores do que as possíveis perdas com a corrupção. Essa proporcionalidade também se repete quanto a cobertura dada pela mídia a essas duas modalidades de subtração de recursos

públicos, só que com posições invertidas. Os dados mostrados nesta pesquisa revelam que a atenção dada pela mídia à corrupção da classe política é muito superior à atenção dada à sonegação fiscal e à evasão de divisas, normalmente protagonizadas por pessoas e empresas pertencentes aos grupos economicamente dominantes, como o são a maioria dos meios de comunicação de massa no Brasil.

Durante toda a sequência de anos estudada por esta pesquisa, ocorreu um progressivo crescimento no número de reportagens tratando direta ou indiretamente o tema corrupção política veiculadas pelo Jornal Nacional, como pôde ser observado nas tabelas apresentadas. Em contrapartida, houve um silenciamento quase absoluto sobre temas que envolviam outras formas de subtração de recursos públicos por agentes do mercado, notadamente a sonegação fiscal e evasão de divisas através de envio de recursos produzidos aqui para paraísos fiscais, expediente adotado exatamente para evitar o pagamento de tributos ao Estado brasileiro. Foram raras as ocasiões em que a mídia em geral, mas especificamente o Jornal Nacional, mencionou, por exemplo, as outras atividades do doleiro Alberto Youssef, assim como de seus colegas na prática de atividades ilegais. Colocando a questão de uma forma mais clara: o Jornal Nacional raramente se interessou em investigar, muito menos produzir reportagens extensas, sobre a identidade e quais as atividades regulares dos outros clientes de Alberto Youssef e dos doleiros presos durante a Operação Cambio Desligo, por exemplo, ao contrário do que acontecia com os políticos envolvidos – estes eram sempre claramente identificados e nominados, assim como os seus respectivos partidos.

Quando alguma operação dos órgãos investigativos do Estado, durante o período estudado, revelava atividades ilegais relacionadas à sonegação fiscal e evasão de divisas por agentes do mercado, a mídia (JN) imediatamente se encarregou de direcionar o foco para a investigação de algum agente político envolvido, ou não, nos atos ilícitos. Observe-se que aquilo que foi considerado como a primeira fase da Operação Lava Jato, no dia 17 de março de 2014, originalmente era uma investigação sobre lavagem de dinheiro e envio de recursos ilegalmente ao exterior e mereceu uma matéria de apenas 44 segundos do Jornal Nacional. Aliás, coincidentemente ou não, um dos doleiros presos naquela ocasião, Alberto Youssef, que iria se transformar em um dos principais pivôs na Operação Lava Jato, era antigo conhecido do juiz Sérgio Moro, pois já havia sido preso por atividades da mesma natureza quando do Escândalo do Banestado, cujas ações penais, em boa parte, haviam sido julgadas por Moro. Esse fato não foi mencionado pelo apresentador do JN. No entanto, ele mencionou que um outro doleiro preso havia sido condenado no Mensalão do PT. O anúncio feito com a devida

ênfase, para não passar despercebido e imediatamente direcionar a atenção do telespectador para o objeto corrupção política.

As outras operações que tiveram como foco inicial as atividades ilegais envolvendo doleiros, representantes do mercado e dos grupos economicamente dominantes do país, a Operação Zelotes, e os Panamá Papers, além da Lava Jato e a Câmbio Desligo, também tiveram a atenção do público rapidamente redirecionada para algum agente ou partido político envolvido.

O exemplo mais emblemático desse comportamento por parte da mídia foi a Operação Zelotes. Essa operação nasceu da investigação de um esquema de sonegação de impostos e pagamentos de propina a membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Os pagamentos de propina, a princípio, eram feitos pelas empresas em troca da redução ou anistia de multas pelo não recolhimento de impostos devidos. O esquema envolvia uma extensa lista dos mais proeminentes e milionários empresários dos mais diferentes setores de atividade econômica do país. Essa operação teve início em março de 2015 e, parecia dar mostras de que poderia trazer bons resultados na redução da sonegação de impostos no Brasil. Em outubro daquele mesmo ano, ou seja, seis meses depois de seu início, de alguma forma, a Operação Zelotes foi literalmente “engolida” pela Operação Lava Jato e mudou radicalmente seu foco, passando a investigar um suposto esquema de venda de medidas provisórias para o setor automobilístico, envolvendo membros do governo do PT, incluindo o próprio Lula e um de seus filhos. Em geral, o mesmo tipo de direcionamento foi dado às Operações Câmbio Desligo e às investigações dos conhecidos Panamá Papers, com variações apenas de agentes e partidos políticos, de acordo com a conveniência da conjuntura.

Ao analisar os dados coletados por este trabalho, além das informações trazidas pelas pesquisas mencionada acima, é possível se sugerir que o interesse da mídia brasileira, representada aqui pelo Jornal Nacional da Rede Globo, parece ter sido, no período estudado, assim como historicamente, quase que exclusivamente investigar, julgar e punir os atos ilícitos praticados pela classe política em geral, em detrimento da investigação, elucidação e publicização de outras formas de subtração de recursos públicos, principalmente aquelas envolvendo agentes pertencentes ao mercado e aos grupos economicamente dominantes da sociedade brasileira. Agindo assim, a mídia parece assumir uma postura de verdadeiro “cão-de-guarda” da moralidade quando os atos ilícitos são praticados, ou supostamente praticados, por agentes políticos, ao mesmo tempo em que cumpre o papel de anjo-da-guarda protetor, silenciando e escondendo os atos ilícitos quando eles são praticados por pessoas e agentes pertencentes aos grupos economicamente dominantes e ligados ao mercado. Segundo Souza

(2017), esse tipo de comportamento ocorre por duas razões. Primeiro, porque a mídia, em sua atividade regular, depende dos anúncios vindos do mercado. Segundo, porque, como pertencente a esses setores, ela própria participa do processo de usurpação de recursos oriundos de toda a sociedade (SOUZA, 2017).

5.5 CONCLUSÃO SOBRE AS ATIVIDADES DO MECANISMO CAUSAL HIPOTETIZADO

Seguindo a orientação metodológica utilizada aqui e a partir das evidências empíricas e preceitos teóricos apresentados nos itens destinados à descrição (4.2.1, 4.2.2, 4.2.3) e análise (5.2.1, 5.2.2, 5.2.3) de cada atividade de forma individual, todas as partes do mecanismo causal hipotetizado estavam presentes no contexto estudado e operando de forma articulada para que a variável independente (meios de comunicação de massa) agisse sobre e modificasse a variável dependente (níveis de confiança da população brasileira na democracia e suas instituições). Essa confirmação se baseia na lógica bayesiana de inferência causal interna, que, simplificada, diz que, se após a coleta e análise de dados e evidências empíricas da pesquisa, a confiança do pesquisador na presença do mecanismo causal hipotetizado for maior do que o era antes do início do processo, pode-se inferir com segurança que o mecanismo causal estava presente no contexto estudado (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Diante disso, conclui-se que os meios de comunicação de massa no Brasil, pelas suas características específicas elencadas, que podem ser resumidas em: (1) serem grandes conglomerados familiares de empresas capitalistas de comunicação, as quais se utilizaram das falhas na legislação existente e da benevolência de legisladores e governos para obterem o controle das mais diversas formas de mídia, edificando verdadeiros impérios do setor através do que se conhece como propriedade cruzada (LIMA, 2012); (2) pelo seu histórico recente de contribuição para a desestabilização do regime democrático no país, no período pré-1964, conseguinte apoio a um golpe de Estado em 1964, impetrado pelos militares, que derrubou um governo democraticamente eleito e instalou um regime autoritário que durou mais de duas décadas, com apoio dessa mesma mídia, até praticamente o final do regime (JOSÉ, 2015; SODRÉ, 1999; SOUZA, 2016, 2017); (3) por seu apoio a um processo de redemocratização controlado pelos mesmos setores sociais que deram o golpe de 1964 e implementaram o regime autoritário (LAMOUNIER, 1990; SOUZA, 1996; GOMES, 1997); (4) pelo seu apoio praticamente uníssono e uniforme em defesa de políticas de caráter ultraliberais, contrárias aos interesses do conjunto da sociedade brasileira, durante o processo de elaboração da Constituição

de 1988, depois durante o governo de Fernando Collor e, principalmente, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FONSECA, 2005; PULITI, 2009; AREAS, 2012); (5) pela sua tomada de posição aberta, ou não, em favor de partidos, candidatos e governos da direita e centro-direita do espectro político nacional, em que o apoio à eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998, e oposição sistemática aos governos do Partido dos Trabalhadores a partir de 2003, chamaram a atenção pela intensidade com que ocorreram (GUIMARÃES; AMORIN, 2013, 1989; ALBUQUERQUE, 1994; RUBIM, 2004; GUAZINA, 2011; SOUZA, 2016, 2017); (6) e, finalmente, agendamento e enquadramento do tema corrupção, fartamente documentados por esta pesquisa, em um processo que chegou muito próximo da criminalização de qualquer atividade política, promovendo um verdadeiro ataque às instituições que são a base do atual modelo de democracia, principalmente aquelas que são objeto de escrutínio e escolha por parte da população, como os partidos políticos, o Parlamento e o Poder Executivo, deslegitimando-as e enfraquecendo-as, fazendo uso de todo o seu grande poder de inserção, persuasão e, por conseguinte, bom nível de credibilidade e confiança da população, utilizando-se da já bem conhecida cultura política brasileira de desconfiança da população nas instituições, a qual provavelmente a mídia ajudou a construir e a ampliar. Por tudo isso, esta pesquisa sugere que, os meios de comunicação de massa (mídia) no Brasil, durante o período estudado por esta pesquisa, representados neste trabalho pelo Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, contribuíram para a redução dos níveis de confiança da população na democracia e suas instituições, o que, por sua vez, instalou no país um ambiente de profunda crise política, colocando claramente em risco a própria estabilidade e manutenção do regime democrático.

Não se pode inferir ou afirmar que os meios de comunicação de massa tiveram a intenção de produzir o resultado tal qual ele foi produzido. O que é possível se inferir com segurança a partir dos dados apresentados na descrição das atividades causais hipotetizadas por esta pesquisa é que esses meios de comunicação de massa (mídia), no Brasil da conjuntura estudada, acionaram os mecanismos necessários para a produção do resultado.

6 CONCLUSÕES FINAIS E IMPLICAÇÕES PARA A CIÊNCIA POLÍTICA

A consequência mais dramática e importante surgida a partir das conjunturas descritas por este trabalho foi a abertura, de forma definitiva, das portas para o aparecimento e fortalecimento, no Brasil, de um movimento de extrema direita radicalizada, com viés autoritário e fascista, que não tem o menor constrangimento em ameaçar de maneira explícita as instituições democráticas e os direitos mais fundamentais das pessoas, inclusive com a eliminação física dos seus oponentes. Assim, esta pesquisa sugere que, foi exatamente a sequência de eventos descritos e analisados até aqui, tendo a mídia tradicional como grande protagonista e instrumento de propaganda, em uma articulação com setores do aparato jurídico-policial do Estado brasileiro – muito bem identificada por Souza (2016) e que tem sido diariamente comprovada pela revelação de diálogos entre procuradores do Ministério Público Federal e o juiz responsável pelo julgamento da maioria das ações da Operação Lava Jato, o que é terminantemente vedado pela Constituição brasileira – que criou as condições para que esse movimento se desenvolvesse e ganhasse as dimensões necessárias para eleger o seu principal representante, Jair Bolsonaro, como presidente da República.

Os desdobramentos de todo esse processo, especificamente para o Brasil, ainda não são de todo conhecidos, mas alguns de seus contornos já podem ser observados hoje, início de 2021, enquanto esta tese se encerra e o país atravessa a maior crise sanitária de sua história. O atual governo, que emergiu como consequência da conjuntura descrita e analisada por esta pesquisa, na pessoa do presidente da República, tem demonstrado um profundo desprezo pelas normas que regem um regime democrático, ao ameaçar, de forma rotineira e explícita, as instituições que estruturam o modelo de democracia representativa vigente no Brasil.

No entanto, se para o contexto local as consequências do objeto aqui estudado ainda são imprevisíveis, as implicações dos resultados encontrados para a democracia em geral e a Ciência Política em específico se mostram um pouco mais claras. Isso porque, mesmo que o método *Process Tracing* seja normalmente utilizado como uma ferramenta para o estudo aprofundado de um caso específico, cujos resultados não devem ser usados para comparações ou generalizações devido às especificidades do contexto em que os eventos acontecem, o fenômeno que ocorreu no Brasil entre 2014 e 2018, no geral, pode se repetir em qualquer parte do mundo. Em outras palavras, a partir da literatura usada como suporte, dos dados coletados e resultados apresentados por este trabalho, é possível identificar que a mídia tradicional brasileira, representada aqui pelo Jornal Nacional, cumpriu naquela conjuntura, assim como cumpre nos dias atuais, diferentes e importantes papéis, que transcendem em muito as fronteiras

do contexto local. Isso porque esses papéis constituem uma fotografia específica de como a mídia é e se comporta nas diferentes sociedades contemporâneas, e estão relacionados diretamente aos conceitos gerais aqui utilizados como embasamento teórico.

Observe-se que esses diferentes papéis, na maioria dos casos, não são desempenhados separadamente. Ao contrário, eles são sobrepostos, ocorrem simultânea e dissimuladamente, como se fizessem parte do cotidiano midiático, dificultando ao leitor, ouvinte e telespectador a sua identificação, o que, por sua vez, facilita a sua naturalização e aceitação no imaginário da audiência. Nesta conclusão, para uma melhor compreensão de como eles aconteceram na conjuntura estudada, haverá, na medida do possível, a identificação de cada um desses papéis, sendo essa a contribuição deste trabalho para o campo da Ciência Política.

O primeiro aspecto dessa natureza a ser destacado do contexto estudado diz respeito ao fato de que a mídia, nas sociedades contemporâneas, passou a ser uma importante agência socializadora de cultura política. Esse processo é tão antigo quanto a própria existência da mídia, mas se intensificou a partir da transposição da modernidade para a contemporaneidade, sobretudo no decorrer do século XX, com o acelerado desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação. Para Schmidt (2000), o advento das mídias eletrônicas alterou definitivamente o processo de socialização política tradicional, pois, os meios de comunicação passaram a abarcar e a modificar quase todas as dimensões da vida das populações.

No Brasil isso se materializou de forma mais perceptível a partir da década de 40 e com a chegada da televisão, veículo que se tornou dominante na medida em que foi se popularizando. Segundo Souza (1990), foi mais ou menos naquele período que, aos poucos, se instituiu aquilo que se pode chamar de sistema partidário e é precisamente naquele período que começa a se consolidar na sociedade brasileira a tradicional cultura política da desconfiança nas instituições da democracia liberal representativa. Souza não trata de questões relacionadas à mídia em seu trabalho, é bom que se diga. No entanto, pela concomitância com que ocorreu a afirmação da mídia eletrônica com a institucionalização do sistema de partidos políticos no Brasil, é possível se sugerir que todos os eventos que se seguiram – dos quais podemos citar a eleição de Getúlio Vargas, a oposição acirrada ao seu governo, que culminou com seu suicídio, e o posterior golpe militar em 1964 –, todos eles já com um importante protagonismo da mídia da época e dos grupos sociais aos quais ela pertencia, tenham contribuído para a consolidação definitiva desse traço da cultura política nacional.

Tanto o intenso agendamento do tema corrupção política quanto o seu enquadramento como um problema de alta relevância para a sociedade brasileira – em que o Estado e a classe política em geral foram retratados como o lugar, por excelência, da ineficiência e dos desvios

morais – sugerem que a mídia pode ter contribuído para a perda de credibilidade das instituições da democracia representativa, o que colocou o país em uma profunda crise que se arrasta até os dias de hoje.

O alvo principal a ser atingido era um campo do espectro político nacional, personalizado em um partido específico, e todos os atores que com ele se identificassem ou se associassem. No entanto, os processos sociais não são como experimentos científicos de laboratório, em que cada elemento pode ser isolado do outro sem prejuízo para os demais e as interações ocorrem de forma controlada. Os processos sociais ocorrem em uma atmosfera complexa onde todos os elementos interagem uns com os outros permanentemente, onde, nas sociedades contemporâneas, a mídia por ser responsável pela manipulação e circulação de praticamente todo o material simbólico, tem lugar privilegiado e o controle sobre o fluxo comunicativo, mas não define a totalidade dos seus resultados. Isso significa dizer que, mesmo que o alvo preferencial fosse um partido, ou um campo específico, a impossibilidade de controle sobre a construção dos processos sociais fez com que, como efeito colateral, todo o sistema político brasileiro tenha sido atingido. Assim, a estabilidade do regime democrático foi profunda e negativamente afetada. Dessa forma, não é difícil se sugerir que o que aconteceu no Brasil entre 2014 e 2018, guardadas as especificidades inerentes a cada contexto, pode perfeitamente ocorrer em qualquer outra sociedade, dada a capacidade dos meios de comunicação de agirem usando as especificidades conjunturais locais para atingirem os objetivos de seus proprietários e grupos os quais eles representam.

Um outro papel de grande relevância cumprido pela mídia na conjuntura estudada, e que já se constitui como uma característica dos meios de comunicação de massa, também a partir da passagem da modernidade para a contemporaneidade, foi o de agente econômico e representante do mercado (HABERMAS, 2014). No Brasil, a mídia é uma construção histórica que se confunde com a implementação do capitalismo em território nacional. Portanto, ela já nasce como um agente econômico, uma empresa privada, com recursos majoritariamente oriundos de quem os tinha na época – os grandes proprietários de terra (SODRÉ, 1999). Assim, posteriormente, com uma legislação anacrônica, confusa e ineficaz, e com a interpretação equivocada e tendenciosa do seu próprio texto por aqueles que deveriam aplicá-la de forma impessoal, foram se formando os grandes grupos de mídia, com um grau de concentração inimaginável para qualquer país, exceto para o próprio Brasil (LIMA, 2012).

Embora não sejam blocos monolíticos, os grandes conglomerados midiáticos, por pertencerem a agentes privados do mercado, em geral comungam das mesmas concepções e ideias sobre política economia e sociedade. Por exemplo, quase todos eles concordam com os

preceitos neoliberais a respeito do papel do Estado na economia e na sociedade e pregam a desregulação do mercado de trabalho. Em geral, são contrários a qualquer regulamentação dos mercados de capitais especulativos, são contrários a políticas sociais redistributivas e afirmativas, pois apregoam que o individualismo e a “meritocracia” são pressupostos básicos para o desenvolvimento das pessoas. Além disso, são radicalmente contrários a qualquer iniciativa que reivindique regulamentação para uma maior democratização e pluralidade dela, mídia, o que abriria a possibilidade de ingresso de mais atores e agentes econômicos no setor, os quais poderiam dar voz aos diferentes segmentos da sociedade hoje sub-representados. Portanto, a mídia, representada aqui pelo Jornal Nacional da Rede Globo, no mais das vezes, cumpriu, durante o período estudado, o papel que lhe é original desde o seu surgimento em terras brasileiras, assim como o é no âmbito internacional desde o fim da modernidade, qual seja: de uma empresa capitalista privada, interessada em auferir lucratividade aos seus proprietários e defender os interesses dos grupos sociais aos quais pertence. Todos os aspectos dessa característica dos meios de comunicação de massa, de diferentes formas, foram muito bem trabalhados por autores como Fonseca (2005), Miguel e Biroli (2010), Lima (2012) e Souza (2016, 2017).

Além disso, presente na conjuntura estudada por esta pesquisa, mas que se constitui num fenômeno que se repete nas sociedades contemporâneas em geral, é o fato de a mídia ser a principal plataforma para a manifestação da esfera pública; esta entendida aqui como o espaço imaginário, portanto sem contornos definidos, situado entre a esfera formal do Estado e a sociedade civil, ou esfera privada. É nesse espaço imaginário, que se pretende público (no sentido kantiano de estar a vista), que a sociedade civil se manifesta na busca de atenção da esfera estatal para a resolução de suas demandas (HABERMAS, 2014). É também nesse espaço que os mais diferentes interesses e conflitos sociais devem se manifestar (FONSECA, 2011).

Esse papel, pelo nível de abrangência e excelência tecnológica que os meios de comunicação de massa adquiriram atualmente, acaba se transformando em diversas outras funções. Por exemplo, além de fornecer a plataforma, a mídia é responsável por praticamente todo o fluxo comunicativo a municiar os debates públicos, fornecendo a maior parte das informações sobre os temas em pauta. É inimaginável hoje se pensar nesse fluxo ocorrendo sem os atuais meios de comunicação de massa, pois mesmo as informações que circulam em grupos mais restritos, permitidos pelo alto desenvolvimento tecnológico, acabam, na sua maioria, se pautando pelo que está sendo produzido e discutido nos grandes meios e agências de notícias. Dessa forma, é possível se inferir que, pelo fato de ser a proprietária da plataforma e disponibilizar as informações sobre os temas sendo debatidos, essa mesma mídia se transforma

no mediador natural dos debates que ocorrem na esfera pública. Essas funções da mídia contemporânea estão muito bem explicitadas e analisadas nos trabalhos de Thompson (1995), Castells (2006), Gomes e Maia (2008), Miguel e Biroli (2010), Lima (2012), além de Habermas (2014).

Uma outra função de grande relevância cumprida pela mídia na conjuntura estudada e que se mostra uma consequência lógica das outras já elencadas anteriormente, tendo sido fundamentada pelos dados coletados nesta pesquisa, diz respeito à sua capacidade de estabelecer a agenda do que vai ser debatido na esfera pública. A pauta dos debates públicos, na maioria das vezes, não é escolhida pela sociedade como um todo, a partir da voz dos diferentes grupos sociais. Na conjuntura estudada aqui, ela foi uma pauta imposta pela própria mídia e pelos grupos sociais aos quais ela pertence, oferecendo à audiência um esquema interpretativo pronto sobre os eventos sendo noticiados e debatidos, com uma seleção muito bem definida de que atores iriam participar e se manifestar naqueles debates. Nesse sentido, os dados e resultados desta pesquisa corroboram as elaborações sobre esse tema feitas por McCombs e Shaw (1972), Entman (1991), Emediato (2013), Fowler (1991), Orlandi (2016) e Santana (2020).

Além de agente econômico do mercado, principal plataforma para a manifestação da esfera pública, agente que elabora e estabelece a agenda de temas que vai ser debatida, veículo através do qual, majoritariamente, ocorre o fluxo informativo entre as esfera da sociedade, com o seu esquema interpretativo dos fatos e mediador natural dos debates, a mídia brasileira ainda desempenhou naquela conjuntura uma outra função de grande relevância para o sistema democrático representativo atual, qual seja, a de substituta dos partidos políticos.

Durante o transcorrer do século XX, mais precisamente na sua segunda metade, o modelo de democracia representativa fundado na Modernidade europeia entra em um processo de crise. Os partidos perdem credibilidade e centralidade no jogo da disputa pelo poder político, tornando-se quase obsoletos (CASTELLS, 2000). Os eleitores, em alguns aspectos, fazem um movimento de “retorno” aos primórdios da democracia representativa e passam a olhar basicamente a pessoa do candidato para definir seu voto, não mais os partidos políticos e seus programas. Acontece um claro declínio na identificação entre os eleitores e aquelas instituições. Muito embora, na maioria dos casos, os partidos ainda continuem a abrigar os candidatos que serão escolhidos nos processos eleitorais, o lugar efetivo das disputas políticas passa a ser os meios de comunicação de massa, em ininterrupto e acelerado desenvolvimento tecnológico já desde o início do século XX. Manin (1995) chamou esse estágio da representação política de

“democracia de público”, mas nega que esse possa ser um processo de crise. Para ele, o que está ocorrendo é uma transformação nas formas de representação, não uma crise.

Nesse novo contexto de “democracia de público”, o eleitor é um mero espectador que reage aos estímulos vindos do espetáculo sendo exibido nos palcos oferecidos pela mídia. A identificação do eleitor não está mais vinculada ao programa partidário. Ela se pulverizou, vinculando-se agora à pessoa do candidato e à sua imagem pública, criada e cultivada através dos meios de comunicação de massa, principalmente a TV. Para o autor, gradativamente, os meios de comunicação de massa vão se transformando nos fóruns privilegiados para a discussão dos assuntos públicos. Com esse movimento, a mídia praticamente substitui as organizações da sociedade civil, principalmente os partidos, como canalizadores de demandas para os debates na esfera pública, mas também desta para os parlamentos. Aliás, a composição dos parlamentos passa a depender, quase que exclusivamente, das informações que os eleitores recebem da mídia a respeito dos candidatos, e o sucesso destes depende, em grande medida, da habilidade de compreender a tarefa de se comunicar com a linguagem dos meios (MANIN, 1995).

Note-se, no entanto, que, mesmo admitindo a posição privilegiada da mídia no contexto das sociedades contemporâneas, Bernard Manin não a vê como um ator político engajado. O autor considera que a mídia é um mero palco inerte sobre o qual o espetáculo da política se realiza. Para ele, o fato de os meios de comunicação não estarem vinculados estruturalmente às organizações políticas, como os partidos, como ocorria no século XIX, aliado a uma certa homogeneidade de comportamento e conteúdos veiculados, já seria o suficiente para demonstrar esta suposta neutralidade dos meios (MANIN, 1995).

Ao elencar os motivos pelos quais para ele, Manin, a mídia não interfere na política, o autor apresenta exatamente as razões pelas quais, ao contrário, a mídia se constitui num ator político ativo e atuante. Primeiro, a dominação através da manipulação de matéria prima simbólica não é um processo de resultados instantâneos e, na maioria das vezes, transcende em muito os períodos específicos de campanhas eleitorais (LIMA, 2012). Em última análise, esse processo é produtor de cultura política, seja ela da natureza que for. Segundo, ao assumir o papel de canalizador das demandas da esfera pública (debates públicos da sociedade) para a esfera estatal, naquilo que o autor chama de democracia de público, a mídia não substitui os partidos, porque estes se enfraqueceram no cumprimento de sua tarefa original de representar os diferentes grupos sociais de uma sociedade. A mídia assumiu uma posição de enfrentamento aos partidos políticos na disputa por credibilidade junto à sociedade (GUAZINA, 2011) e, por sua posição privilegiada, seus instrumentos naturais de trabalho, pelo tipo de matéria prima que manipula, enfraqueceu os partidos políticos e assumiu suas funções de organizadora da

sociedade civil. Terceiro, e mais importante de tudo, sim, a mídia não está mais aparentemente ligada aos partidos políticos como ocorria até o final século XIX. No entanto, essa mesma mídia a que Manin chama de palco inerte para a realização do espetáculo da política, é uma empresa capitalista privada, propriedade dos grandes grupos econômicos que detêm o controle sobre o mercado. Portanto, a mídia constitui um ator político natural e ativo nas sociedades contemporâneas. Na conjuntura aqui estudada, ela não somente substituiu os partidos políticos tradicionais, os quais praticamente criminalizou em seu tribunal assimétrico, mas assumiu o papel de partido político do mercado e dos grupos sociais a ele vinculados, como bem asseverou Fonseca (2005).

A descrição e análise das diferentes funções desempenhadas pelos meios de comunicação de massa no período estudado por esta pesquisa, as quais se constituem as suas próprias características nas sociedades contemporâneas, serviram apenas para se entender a magnitude e poder dessa instituição. Dessa forma, como reflexão final e *insight* para novas pesquisas em todas as Ciências Sociais, vale lembrar uma passagem escrita no primeiro parágrafo do Capítulo 3, sobre o enquadramento teórico desta tese. Os eventos que ocorreram no Brasil durante o período estudado, embora com as suas especificidades e características que os tornaram únicos, não foram meros acontecimentos isolados do contexto internacional global. Eles não foram apenas uma simples disputa pelo poder político local, em que os meios de comunicação de massa tiveram uma atitude paroquial de defender os seus favoritos no conflito. Vive-se, neste momento histórico atual, um estágio bastante avançado do que se pode chamar de “sociedade global”, e grande parte do que ocorreu e ocorre no Brasil hoje é consequência desse estágio, assim como influenciará outros fenômenos em outras partes do mundo.

Nesse sentido, os conflitos e enfrentamentos que a democracia vive hoje no Brasil e ao redor do planeta, guardadas todas as diferenças de especificidades histórico-conjunturais e dos séculos que os separam, são da mesma natureza daqueles que ela viveu e enfrentou no final do período revolucionário do século XVIII, mais especificamente nos arranjos que foram engendrados para conciliar os preceitos democráticos herdados de Atenas, com o liberalismo político-econômico e o capitalismo propriamente dito, este já em fase avançada de desenvolvimento e consolidação. Foram aqueles arranjos que deram origem ao atual modelo de democracia procedimental representativa, praticamente vazio de substância, em que a participação dos cidadãos se resume basicamente ao ato de votar e ser votado. E isso significa efetivamente que os conflitos e enfrentamentos que a democracia vivencia atualmente estão relacionados ao caráter originalmente não democrático do capitalismo e do liberalismo

econômico, muito bem enfatizados por autores como Held (1987), Hobsbawn (1996), Losurdo (2006), Wood (2001), entre outros.

No atual estágio de desenvolvimento do sistema econômico dominante, que Fonseca (2005) classificou como ultraliberal, a democracia não é um elemento imprescindível. Ao contrário, a democracia passou a ser um estorvo, porque mesmo vazia de verdadeira substância participativa das populações, como é o modelo atual, a simples existência de eleições traz consigo o risco de surgirem governos “indesejáveis” que tentem modificar as funções do Estado e atrapalhar o mercado. E, com todo o cuidado necessário, o conjunto de dados e informações trazidos por esta pesquisa sugerem que é isso o que está acontecendo na sociedade brasileira e ao redor do mundo hoje. No entanto, é possível que os custos de regimes não democráticos para o sistema econômico dominante sejam mais elevados do que os benefícios. Assim, os sinais que podem ser observados e os dados e resultados desta pesquisa sugerem que o modelo de capitalismo dominante hoje requer um sistema de comunicação global sob sua propriedade, o que pode ser tão importante quanto o próprio controle do Estado, pois é através dos meios de comunicação de massa que os consensos são construídos nas sociedades.

A tarefa fundamental do sistema de comunicação no atual estágio do capitalismo ultraliberal é convencer as massas, através de um processo de colonização da esfera pública (SOUZA, 2017), de que não há qualquer possibilidade de expansão do atual modelo de democracia que possa apontar para mudanças nas relações de produção econômica, visando melhorar o esquema de distribuição das riquezas geradas. Souza (2017) classificou as atuais funções dos meios de comunicação de massa, neste contexto, como um processo que “[...] substituiu a violência física como elemento principal de dominação social, pela violência simbólica, mais sutil, mas não menos cruel” (SOUZA, 2017, p. 214).

Portanto, a propriedade e controle da mídia se tornou crucial para a manutenção e progresso do sistema político e econômico global atual, assim como para qualquer regime político. Mesmo que não haja a possibilidade de colonização completa do campo econômico, midiático e político um pelo outro devido às características normativas e especificidades internas de cada um, é possível se observar que, no atual modelo de capitalismo ultraliberal, o campo econômico é exatamente aquele que pode exercer o controle sobre todos os outros sem precisar modificar substancialmente os seus formatos originais de funcionamento, pois possui os recursos necessários para isso. O campo econômico, ou os grupos economicamente dominantes, detêm a propriedade dos meios de comunicação de massa, globalmente falando, os quais podem produzir os consensos sobre suas ideias e princípios. Esses mesmos meios de comunicação têm assumido cada vez mais as funções dos partidos políticos. Aqui pode-se

aceitar que se vive uma democracia do público, como teorizou Manin (1995), em que a mídia passa a ser o espaço da realização da política, com a perda de centralidade dos partidos e de grupos identitários maiores, como as próprias classes sociais. Porém, ao contrário do que preconizara Manin, a mídia não é um palco inerte e neutro para o espetáculo da política. Através da propriedade e controle da mídia, os grupos economicamente dominantes podem colonizar a esfera pública, e não os outros campos – o que, em um estágio de desenvolvimento em que as aparências são mais importantes do que o real, se mostra mais efetivo e eficaz (SOUZA, 2017). Em uma esfera pública colonizada pela mídia, a classe política se torna descartável e substituível de acordo com as conveniências de quem efetivamente detêm o poder na sociedade. Por isso ela é o alvo preferido da mídia para denúncias de corrupção, existentes ou não.

Para esta tese, esse processo todo deixa claros alguns aspectos já levantados aqui, os quais foram a verdadeira motivação deste trabalho e que valem a pena ser repetidos. Há uma contradição insolúvel entre os diferentes papéis desempenhados pela mídia, mencionados acima, nas sociedades contemporâneas, especialmente no Brasil. Um conglomerado de empresas privadas capitalistas regidas pela lei do mercado, com interesses políticos e econômicos em todos os setores da sociedade, é incompatível com a função de principal plataforma para a manifestação da esfera pública, e é também incompatível com a função de representantes, mesmo que informais, dos interesses da sociedade civil e servir como elo de ligação entre a esfera pública e as instituições, e a esfera política do Estado, substituindo as organizações civis, como os partidos políticos. Por último, esse conglomerado de empresas capitalistas privadas não pode ser a principal fonte de informações à disposição das populações sobre o mundo ao redor, entre elas, as referente a questões políticas, que definirão suas escolhas na hora do voto. O desempenho dessas funções, todas de forma concomitante, não pode ser considerado o papel de uma imprensa livre, tendo em vista os conflitos de interesse que essa situação ocasiona.

Portanto, enquanto prevalecer esse modelo de apropriação da mídia pelos grupos economicamente dominantes, não haverá qualquer possibilidade de se ter uma imprensa verdadeiramente livre e independente. Em consequência disso, não se terá uma esfera pública verdadeiramente pública e plural. E, ainda pior, com isso, o já bastante pobre e limitado modelo de democracia liberal procedimental, permanecerá refém e sob constante ameaça daqueles grupos que detêm o efetivo poder nas sociedades contemporâneas, que são os mesmos que detêm a propriedade dos meios de comunicação de massa.

REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, S. R. Political Corruption and Democracy. **Journal of International Law**, v. 14, n. 2, p. 363-378, 1999.
- ALBUQUERQUE, A. A campanha presidencial no Jornal Nacional: observações preliminares. **Comunicação & Política**, v. 1, n. 1, p. 23-40, 1994.
- ALDÉ, A.; MENDES, G.; FIGUEIREDO, M. Tomando Partido. Imprensa e Eleições Presidenciais em 2006. In: ENCONTRO DA COMPOS, 16., 2007, Curitiba. **Anais do XVI Encontro da Compos**. Curitiba, 2007.
- ALMOND, G. A. **A discipline divided**: schools and sects in political science. Newbury Park: Sage, 1990.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five states. Little, Bown and Company. Princeton University Press, 1965.
- AREAS, J. B. **Batalhas de O Globo (1989-2002)**: o neoliberalismo em questão. 2012. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- ARENDT, H. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDT, H. Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ASEN, R; BROUWER, D. **Counterpublics and the State**. State University of New York, 2001.
- AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004.
- AZEVEDO, F. A. PT, Eleições e Editoriais da Grande Imprensa (1989-2014). **Opinião Pública**, v. 24, n. 2, p. 270-290, 2018.
- BAQUERO, M. **Democracia inercial**: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2018.
- BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 380-413, 2008.
- BAQUERO, M.; PRÁ, J. R. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2007.
- BARBOSA, C. M. **Direito e lógica**: linguagem jurídica sob diferentes paradigmas lógicos. Curitiba: Juruá, 2005.
- BATISTA JÚNIOR, P. N. O Plano Real à luz da experiência argentina e mexicana. **Estudos Avançados**, v. 10, n. 28, p. 129-197, 1996.

BEACH, D.; PEDERSEN, R. **Process-tracing methods**: foundations and guidelines. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2013.

BENNETT, A.; CHECKEL, T. J. **Process tracing**: from metaphor to analytic tool. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BIROLI, F.; MONTOVANI, D. A parte que me cabe nesse julgamento: A Folha de São Paulo na cobertura do processo do Mensalão. **Opinião Pública**, v. 20, n. 2, p. 204-218, 2014.

BOBBIO, N. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. 2. ed. Rio de Janeiro, 1987.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Trad. O. Guilherme Velho. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BOURDIEU, P. **Sobre televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertran, 1989.

BRASIL. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: SECOM, 2016.

BRASIL. **Decisão da presidência**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/pdf/Decis%C3%A3o_sobre_impeachment_CD.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. **Pesquisa Brasileira de Mídia**. 2014a. Disponível em: <<http://dadosabertos.presidencia.gov.br/sl/dataset/pesquisa-brasileira-de-midia-2014/resource/1116f2b7-c5f2-4ce0-80c0-b8ea81e79f14>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Informações sobre as eleições – Eleições 2014. **[Portal do TSE]**, 2014b. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Eleições 2006. **[Portal do TSE]**, 2006. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Why democracy became the preferred regime only in the twentieth century? In: CONFERENCE OF THE BRAZILIAN SOCIETY OF POLITICAL SCIENCE – ABPC, 3., 2002, Niterói. **Proceedings of the III Conference of the Brazilian Society of Political Science**. Niterói, 2002.

BROWN, A. (Ed.). **Political culture and communist studies**. London: McMillan, 1984.

- BRUM, J. C. Produção de sentidos em torno de uma imagem ausente: a propósito da condução coercitiva de Lula no âmbito da Operação Lava Jato. **Forum linguistic.**, v. 14, n. esp., p. 2471-2481, 2017.
- CALHOUN, C. **Introduction: Habermas and the public sphere.** London: MIT Press, 1992.
- CASTELLS, M. **The rise of the network society.** 2. ed. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2006.
- CALTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, M. **The Rise of the Network Society.** Oxford: Blackwell Publishing, 2000.
- CAVALCANTE, S. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. **Crítica Marxista**, n. 50, p. 121-130, 2020.
- CIOCARI, D.; PERSCHETTI, S. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista Alerjor**, ano 9, v. 2, 2018.
- CONSTANT, B. **Escritos de política.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- DALTON, R. J. Comparative politics: micro-behavioral perspectives. In: GOODIN, R. E.; KLINGEMANN, H.-D. **A new handbook of political science.** Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 336-352.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Projeto Periferia, 2003.
- DOMINGUES, J. M. Las movilizaciones de junio de 2013: ¿Explosión fugaz o novísima historia de Brasil? **OSAL – Observatorio Social de América Latina**, v. 14, n. 34, p. 63-73, 2013.
- DREIFUSS, R. **O jogo da direita.** Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- DUTRA, E. R. F. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. **Varia História**, n. 28, p. 13-28, dez. 2002.
- DUVERGER, M. **Os partidos políticos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- EASTON, D. A. Reassessment of the concept of political support. **British Journal of Political Science**, v. 5, n. 4, p. 435-457, 1975.
- ELEY, Geoff. Nations, Publics and Political Cultures: Placing Habermas in the Nineteenth Century. P. 289-339. In CALHOUN, Craig. **Habermas and the public sphere.** Massachusetts: MIT Press, 1992.
- EMEDIATO, W. (Org.). **A construção da opinião na mídia.** Belo Horizonte: NAD, 2013.

ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

ENTMAN, R. M. Framing United-States coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents. **Journal of Communication**, v. 41, n. 4, p. 6-27, 1991.

FAIRCLOUGH, N. L. **Teoria social do discurso**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2001a.

FAYE, J-P. **Introdução às linguagens totalitárias**: teoria e transformação do relato. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FERES JÚNIOR, J.; MIGUEL, L.; BARBABELA, E. A mídia impressa na cobertura das manifestações de junho de 2013. GT22 Mídia, Política e Eleições. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. **Anais eletrônicos do 38º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2014. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/gt-1/gt22-1/9026-a-midia-impressa-na-cobertura-das-manifestacoes-de-junho/file>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. O. O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. **Compólitica**, v. 6, n. 1, p. 30-64, 2016.

FERNANDES, A. S. A.; TEIXEIRA, M. A. C.; PALMEIRA, J. S. a longa conjuntura crítica brasileira desde 2013: crise e castigo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, p. 1-19, 2020.

FERREIRA, F. Depoimentos ligam Lula a reforma de imóvel da OAS. **Folha de S. Paulo**, 27 dez. 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1723235-depoimentos-ligam-lula-a-reforma-de-imovel-da-oas.shtml>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

FERREIRA, J.; Angela de Castro Gomes. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.

FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e práticas sociais. **Opinião Pública**, v. 15, n. 2, p. 386-421, 2009.

FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 41-69, 2011.

FONSECA, F. **O consenso forjado**: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

FOWLER, R. **Language in the news**: discourse and the ideology in the press. London: Routledge, 1991.

FRAZER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. **Habermas and the Public Sphere**. Massachusetts: MIT Press, 1992. p. 109-142.

GARCIA, P. M.; FURQUIM, V. M. **Marketing político**: as táticas político-comunicacionais de Vargas, Jânio e Collor. São Paulo: UMESP, 2002.

GEORGE, A. L.; BENNET, A. **Case studies and theory development in the Social Sciences**. Cambridge: MIT Press, 2005.

GERRING, J. **Case study research**. Principles and practices. Cambridge University Press, 2007.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOFFMAN, E. **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. New York: Harper & Row, 1974.

GOMES, I. M. M. et al. Modo de endereçamento no telejornalismo do horário nobre brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro, 2005.

GOMES, P. G. **Comunicação social**: filosofia, ética, política. São Leopoldo: Unisinos, 1997.

GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Pulus, 2008.

GOODE, L. **Jürgen Habermas**: democracy and the public sphere. London: Pluto Press, 2005.

GUAZINA, L. S. **Jornalismo em busca de credibilidade**: a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão. 2011. 256 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2011.

GUIMARÃES, J.; AMORIN, A. P. **A corrupção da opinião pública**: uma defesa republicana da liberdade de expressão. São Paulo: Boitempo, 2013.

GUNTHER, R.; MONTEIRO, J. R. Legitimidade política em novas democracias. **Revista Opinião Pública**, v. 9, n. 1, 2003.

GUTMANN, J. F. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting? **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 25-50, 2006.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: UNESP, 2014. Originalmente publicado em 1962.

HARDIN, R. Do we want trust in government? In: WARREN, M. E. (Ed.). **Democracy and trust**. [Cambridge]: Cambridge University Press, 1999.

HELD, D. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HERMAN, E.; CHOMSKY, N. **Manufacturing consent**. New York: Routledge, 1988.

HOBBSBAWN, E. J. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialectic of enlightenment**. Stanford: Stanford University Press, 2002.

HUNTINGTON, S. Democracy's third wave. **Journal of Democracy**, v. 2, n. 2, p. 12-34, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** – PNAD Contínua. Séries históricas. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=18971&t=series-historicas>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv62715.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45700.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

INGLEHART, R. **Modernization and postmodernization**: cultural, economic and political change in 43 societies. Princeton: Princeton University Press, 1997.

JOSÉ, E. **Intervenção da imprensa na política brasileira 1954-2014**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

KEANE, J. **Monitory democracy and media saturated societies**. Griffith University, 2009.

KRAMER, R. M. Trust and distrust in organizations: emerging perspectives, enduring questions. **Annual Review of Psychology**, v. 50, p. 569-598, 1999.

KUCINSKI, B. O ataque articulado dos barões da imprensa: a mídia na campanha presidencial de 1989. In: **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

KUSCHNIR, B. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

KUSCHNIR, K.; CARNEIRO, P. L. As dimensões subjetivas da política: cultura política e Antropologia. **Revista de Estudos Históricos**. v. 2, n. 24, 1999.

LAMOUNIER, B. (Org.). Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: IDESP, 1990. p. 13-35.

LANE, R. Political culture: residual category or general theory? **Comparative Political Studies**, v. 25, n. 3, p. 362-87, 1992.

LANONI, M. Políticas públicas e Estado: o Plano Real. **Lua Nova**, n. 78, p. 143-183, 2009.

LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT (LAPOP). **Brazil** [Banco de dados]. Disponível em: <www.LapopSurveys.org>. Acesso em: 26 abr. 2021.

LA PORTA, R. et al. Trust in Large Organizations. **American Economic Review**, v. 87, n. 2, p. 333-338, 1997.

LATINOBARÔMETRO. **Banco de dados**. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

LIEDTKE, P.; CURTINOVI, J. Comunicação pública no Brasil: passado, presente e futuro. **Revista Comunicação Pública**, v. 11, n. 20, 2016.

LIMA, M. R. S. Contexto internacional e democratização no Brasil. In: REIS, F. W.; O'DONNELL, G. (Orgs.). **Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988. p. 200-228.

LIMA, V. A. **Mídia, Teoria e Política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

LIMA, V. A. As concessões de radiodifusão como moeda de barganha política. **Revista ADUSP**, p. 26-33, jan. 2008.

LIMA, V. A. Sete teses sobre a relação mídia e política. **Revista USP**, n. 61, p. 48-57, mar./maio 2004.

LIPPMAN, W. **Public opinion**. New York: Harcourt, Brace and Co, 1922.

LOSURDO, D. **Contra história do liberalismo**. Trad. G. Semeraro. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

LOSURDO, D. **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal**. Trad. L. S. Henriques. São Paul: Unesp, 2004.

LUBENOW, J. A. A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 10, p. 103-123, jan. 2007.

LUHMANN, N. **Trust and power**. Winchester: Wiley & Sons, 1979.

MACIEL, D. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2008.

MAHONEY, J. After KKV: the new methodology of qualitative research. **World Politics**, v. 62, n. 1, p. 120-147, 2010.

- MAHONEY, J. Toward a united theory of causality. **Comparative Political Studies**, v. 41, n. 4-5, p. 412-436, 2008.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- MANIN, B. As metamorfoses do Governo Representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, out. 1995.
- MARCONDES, D. **Filosofia, linguagem e comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARCONI, P. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.
- MAROCO, B.; BERGER, C. **A Era Glacial do jornalismo: teorias da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.
- MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MCCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, p. 176-195, 1972.
- MELO, C. A. O espetáculo do Jornal Nacional como guia orientador dos telejornais regionais. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO E CIDADANIA, 3., 2009, Goiânia. **Anais do III Encontro de Pesquisa em Comunicação e Cidadania**. Goiânia: PUC, 2009.
- MELO, J. M. **Imprensa brasileira: personagens que fizeram história**. São Bernardo: IMESP/Methodista, 2005.
- MELO, J. M. **Eleições e meios de comunicação no Brasil: análise do fenômeno Collor de Mello**. Barcelona: USP, 1992.
- MELO, S. H. D. O discurso de neutralidade na imprensa. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 5, n.1, p. 29-40, jul./dez. 2004.
- MENEGUELLO, R. Aspects of democratic performance: democratic adherence and regime evaluation in Brazil. **International Review of Sociology**, v. 16, n. 3, p. 617-635, 2006.
- MENESES, S. Fora Collor e marchas de junho: imprensa e construção de sentidos sobre as mobilizações populares de 1992 e 2013. **Resgate**, v. 22, n. 28, p. 13-22, jul./dez. 2014.
- MESQUITA, N. C. **Mídia e democracia no Brasil: Jornal Nacional, crise política e confiança nas instituições**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), 2008.
- MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, L. F. **Mídia e vínculo eleitoral**: a literatura internacional e o caso brasileiro. Brasília: UnB, 2004.

MIGUEL, L. F. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **BIB**, n. 49, p. 51-77, 2000a.

MIGUEL, L. F. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 20, n. 39, p. 190-199, 2000b.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOISÉS, J. Á. (Org.). **Democracia e confiança**: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Edusp, 2010.

MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, fev. 2008.

MOISÉS, J. A. A desconfiança das instituições democráticas. **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

MOISÉS, J. Á. **Os brasileiros e a democracia**: bases socio-políticas da legitimidade da democracia. São Paulo: PUC, 1995. (Ensaio 142).

MOISÉS, J. Á.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso brasileiro. **Opinião Pública**, v. 14, n.1, p. 1-42, jun. 2008.

MORAIS, F. **Chatô**: o rei do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013.

MOURA BRASIL, F. Capa-bomba da Veja! Dilma e Lula sabiam de tudo! **Veja**, 24 out. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/capa-bomba-da-veja-dilma-e-lula-sabiam-de-tudo/>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

MUNDIM, P. S. Cobertura da imprensa e eleições presidenciais de 2006. Efeitos realmente limitados? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 86, out. 2014.

MUNTEAL, O.; GRANDI, L. **A imprensa na história do Brasil**: fotojornalismo no século XX. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2005.

NEUMAN, W. R.; GUGGENHEIM, L. The evolution of media effects theory: six-stage model of cumulative research. **Communication Theory**, v. 21, p. 169-196, 2011.

NEWTON, K.; NORRIS, P. Confidence in public institutions: faith, culture or performance? In: PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D. **Disaffected democracies**: what's troubling the trilateral countries? Princeton: Princeton University Press, 2000.

NUNOMURA, E. O julgamento midiático do Mensalão nas páginas da Folha e Veja. In: COMPOLÍTICA, 5., 2013, Curitiba. **Anais do 5º Congresso da COMPOLÍTICA**. Curitiba, 2013.

NYE, J. S. Corruption and political development: a cost-benefit analysis. **The American Political Science Review**, v. 61, n. 2, p. 417-427, 1967.

O ESTADO DE S. PAULO, 1 out. 2014. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20141001-44178-nac-1-pri-a1-not>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

ORLANDI, E. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

ORTIZ, J. M. **Cinema, televisão e publicidade**: cultura popular de massa no Brasil nos anos 1970-1980. São Paulo: Annablume, 2004.

PETTIT, P. **A theory of freedom**. From the psychology to the politics of agency. Cambridge: Polity Press, 2001.

PINTO, E. et al. A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 54, p. 107-147, set./dez. 2019.

POPPER, K.; CONDRY, J. **Televisão**: um perigo para a democracia. Lisboa: Gradiva, 1995.

PORTO, M. **Televisão e política no Brasil**. E-Papers, 2007.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. C. (Ed.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador; São Paulo: Edufba; Ed. Unesp, 2004.

PORTO, M. **Mídia e eleições 98**. Salvador: Editora Universitária Facom/UFBA, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRIMEIRO ano de Dilma tem a maior aprovação desde redemocratização. **DataFolha**, 20 jan. 2012. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2012/01/1211074-primeiro-ano-de-dilma-tem-a-maior-aprovacao-desde-redemocratizacao.shtml>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

PULITI, P. **A financeirização do noticiário econômico (1989-2002)**. 2009. 313 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

PUTNAM, R. D. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 65-78, 1995a.

PUTNAM, R. D. Tuning in, tuning out: the strange disappearance of social capital in America. **Political Science & Politics**, v. 28, p. 664-683, 1995b.

PUTNAM, R. D. The prosperous community: social capital. **The American Prospect**, v. 4, n. 13, p. 35-42, 1993.

RENAULT, D. A construção da imagem de FHC na mídia impressa (1993-1994). **Comunicação e Espaço Público**, v. 11, n. 1-2, 2008.

REUTERS; OXFORD. **Digital news report 2017**. 2017. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2017/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

REUTERS; OXFORD. **Digital news report 2016**. 2016. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2016/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

REUTERS; OXFORD. **Digital news report 2015**. 2015. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2015/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

REUTERS; OXFORD. **Digital news report 2014**. 2014. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2014/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

REUTERS; OXFORD. **Digital news report 2013**. 2013. Disponível em: <<https://www.digitalnewsreport.org/survey/2013/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

ROCHA, M. E. M. O Jornal Nacional e o rito de destituição de Dilma Rousseff. **Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 2, p. 359-398, 2019.

ROSENBERG, M. Misanthropy and political ideology. **American Sociological Review**, v. 21, p. 690-695, 1956.

RUBIM, A. A. C. Ética Da Política e Ética Na Política Nas Eleições de 2006. In: LIMA, V. A. **A mídia nas eleições de 2006**. Fundação Perseu Abramo, 2007. 159-169.

RUBIM, A. A. C. (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Editora da UFBA; Fundação Editora UNESP, 2004.

RUBIM, A. A. C. (Org.). **Mídia e eleições de 1998**. João Pessoa/Salvador: Editora da UFPB; Edições Facom, 2000.

RUBIM, A. A. C.; AZEVEDO, F. A. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. **Lua Nova**, v. 43, n. 1, p. 189-216, 1998.

RUBIM, A. A. C; COLLING, L. Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura. **Comunicação e Política**, v. 22, n. 3, p. 169-189, 2004.

SALES, T. **Trama das desigualdades, drama da pobreza no Brasil**. 1993. 169 f. Tese (Livre Docência em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1993.

- SANTANA, E. **Jornal Nacional, um ator político em cena**. Do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro: as bases da construção da narrativa jornalística que legitimou processos políticos na recente história brasileira. 2020. 177 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG), Belo Horizonte, 2020.
- SANTOS, J. R. **O que é comunicação**. Lisboa: Difusão cultural, 1992.
- SARTORI, G. **Homo videns: televisão e pós-pensamento**. Bauru: EDUSC, 2001.
- SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994.
- SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- SCHMIDT, J. P. **Juventude e política nos anos 90: um estudo de socialização política**. 2000. 391 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2000.
- SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014.
- SINGER, A. Cutucando onças com vara curta. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, n. 102, p. 43-71, 2015.
- SKIDMORE, T. **Uma história do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- SOARES, M. C. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. Originalmente publicado em 1966.
- SOLANO, E. G. A bolsonarização do Brasil. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 307-322.
- SOLANO, E. G. **Crise da democracia e extremismos da direita**. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2018.
- SOUSA, J. P. **Elementos de teoria e de pesquisa da comunicação e da mídia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- SOUZA, F. N. **O Jornal Nacional e as eleições presidenciais: 2002 e 2006**. 2007. 245 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.
- SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão a Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, M. C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil: 1930 a 1964**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1990.

SOUZA, M. V. **Vozes do silêncio: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil**. Florianópolis: Diálogo, 1996.

STUART MILL, J. **On liberty**. Nova York: Liberal Arts Press, 1956.

TATAGIBA, L. Entre as ruas e as instituições: protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, n. 17, p. 112-135, 2018.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 63-96, jan./abr. 2019.

TELLES, H. S.; MUNDIM, P. S.; LOPES, N. Internautas, Verdes e Pentecostais: Novos Padrões de Comportamento Político No Brasil? In: TELLES, H. S.; MORENO, A. (Eds.). **Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 100-148.

TEORELL, J.; TORCAL, M.; MONTERO, J. R. Political participation: Mapping the terrain. In: VAN DETH, J.; MONTERO, J. R.; WESTHOLM, A. (Eds.). **Citizenship and involvement in European democracies: a comparative analysis**. London: Routledge, 2007. p. 334-357.

THOMPSON, J. B. **The media and modernity: a social theory of the media**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 133-160, jan./jul. 2010.

TORCAL, M.; GUNTHER, R. P.; MONTERO, J. R. Anti-party sentiments in Southern Europe. In: GUNTHER, R. P.; MONTERO, J. R.; LINZ, J. J. (Eds.). **Political parties: old concepts and new challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

TOSI, G. Crise do liberalismo político e a ascensão do liberalismo econômico e do populismo autoritário. O caso do Brasil. **Teoria Política**, v. 9, p. 227-249, 2019.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Índice de percepção da corrupção** [Base de dados]. Disponível em: <<https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

TREISMAN, D. The causes of corruption: a cross-national study. **Journal of Public Economics**, v. 76, n. 3, p. 399-457, 2000.

TUCHMAN, G. Contando estórias. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo, questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993. p. 258-262.

USLANER, E. M. **The moral foundations of trust**. New York: Cambridge University Press, 2002.

VIANNA, R. O golpismo midiático segue em marcha: Globo entra no escândalo da Veja. **Portal Forum**, 25 out. 2014.

WARNER, M. The Mass Public and the Mass Subject, p. 377-401 in *Habermas and the Public Sphere*, ed. Craig Calhoun, Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1992.

WEFFORT, F. C. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

WELTMAN, F. L. Desventuras da influência política midiática no Brasil pós-1988: uma teoria da demanda por informação política. **Opinião Pública**, v. 24, n. 2, p. 239-269, 2018.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**: mass media, contextos e paradigmas, novas tendências, efeitos a longo prazo, o newsmaking. Lisboa: Grupo Editorial Presença, 1999.

WOOD, E. M. **As origens do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZARET, D. Religion, science and printing in the public sphere in seventeenth century England. In: CALHOUN, C. **Habermas and the public sphere**. Massachusetts: MIT Press, 1992. p. 212-235